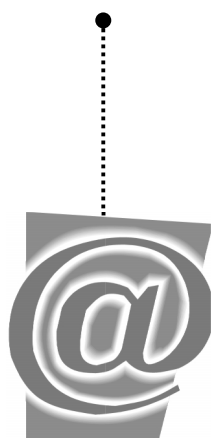


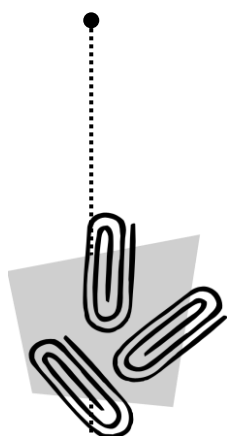
CAPÍTULO V » Anexos



**Evolução da Formação de Professores:
Contributos para a Construção
da Função e do Saber**



Anexo 5.01



**Legislação sobre o encerramento e a reabertura
das Escolas do Magistério Primário (1936-1942)**



Legislação sobre o encerramento e a reabertura das Escolas do Magistério Primário (1936-1942)

1936-11-24 | Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de Novembro de 1936 – D.G. n.º 276, I Série, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário (Repartição Pedagógica) [estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário – encerramento das Escolas do Magistério Primário]

1940-12-10 | Decreto-Lei n.º 30951, de 10 de Dezembro de 1940 – D.G. n.º 286, I Série, Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral [insere várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário]

1940-12-14 | Decreto n.º 30968, de 14 de Dezembro de 1940 – D.G. n.º 290, I Série, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário [aprova o regulamento e programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário oficial prescritos no Decreto-Lei n.º 30951]

1942-09-05 | Decreto-Lei n.º 32243, 5 de Setembro de 1942 – D.G. n.º 208, I Série, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário [regula o funcionamento das Escolas do Magistério Primário]

música, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, poderá o reitor contratar, mediante parecer favorável do conselho escolar daquela Faculdade, indivíduo de reconhecida competência para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica da mesma Universidade.

Art. 2.º O exercício das funções indicadas no artigo anterior será remunerado com a gratificação anual de 10.800\$, paga pela dotação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com destino a pagamento de um professor da cadeira anexa de história da música.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 24 de Novembro de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 27:278

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizada a rectificação da nota a) referente à verba inscrita no capítulo 3.º «Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes — Museu das Janelas Verdes — Despesas com o material», artigo 466.º «Aquisições de utilização permanente», n.º 1) «Aquisição de móveis», alínea a) «Máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios e livros» (Para a biblioteca do Museu), do orçamento dêste Ministério aprovado para o corrente ano económico, que passa a ter a seguinte redacção:

Para a aquisição de um aparelho de radiografia	25.000\$00
Para a instalação de um gabinete de gravuras	10.000\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Govêrno da República, 24 de Novembro de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Direcção Geral do Ensino Primário

Repartição Pedagógica

Decreto-lei n.º 27:279

O Govêrno prepara cuidadosamente a reforma do ensino primário, com o duplo objectivo de assegurar a todos os portugueses um grau elementar de cultura, que os torne verdadeiramente úteis para si e para a colectividade, e de se dar enérgico e eficiente combate ao analfabetismo.

Entretanto, como não há tempo a perder, convém adoptar algumas medidas de urgência, com as quais se evita a reincidência em erros já reconhecidos como funestos, e simultaneamente se melhoram as condições de trabalho para a obra a realizar, na maior unidade de acção e dentro de um plano nacional.

É a razão do presente decreto-lei, assente na idea de que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e

contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.

Afirma-se desde já, pondo têrmo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas, ainda que de simpático bairrismo, que o problema da educação popular só pode ser resolvido — e há-de sê lo dentro do vasto programa de reconstituição nacional já aprovado — por meio da maior difusão de postos escolares, forma embrionária da escola elementar.

Instalado, como esta, em edificio próprio, devidamente apetrechado, regido por quem possua idoneidade comprovada, na falta de um diploma tantas vezes só decorativo, ministrando o ensino por todo o ano lectivo, e fiscalizada a sua acção, o posto escolar será a escola aconchegada da terra pequenina, onde outra maior se tornaria desproporcionada, ao mesmo tempo que, pelo desperdício, inimiga da restante terra portuguesa.

Nem de outro modo o Estado se encontraria alguma vez em situação de dar melhores condições de vida aos que devotadamente o servem na obra da educação popular.

Para a urgente realização dêste plano, activar-se-á a conclusão, em curto prazo, da carta escolar do continente e ilhas adjacentes.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Govêrno decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O ensino primário elementar, obrigatório para todos os portugueses, é ministrado em classes e compreende as seguintes disciplinas:

Língua portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios);
Aritmética e sistema métrico;
Moral;
Educação física;
Canto coral.

§ único. O ensino da língua portuguesa visará também o conhecimento de noções simples e práticas da vida cotidiana, reflectindo sempre o meio ambiente.

Art. 2.º A cada classe corresponderá um único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas, e o Ministro da Educação Nacional fica autorizado a adoptar as providências necessárias para a sua elaboração.

Art. 3.º Os actuais postos de ensino são convertidos em postos escolares e nêles serão mantidos os regentes que o requererem, no prazo de trinta dias, e forem confirmados no lugar.

§ 1.º O exame para regentes dos postos escolares será organizado no sentido de assegurar a prova de competência para o ensino primário elementar.

§ 2.º Os regentes dos postos de ensino que hajam sido nomeados sem prestação de provas farão exame no ano escolar de 1936-1937, sob pena de perda do diploma e do lugar.

§ 3.º Serão também submetidos a exame os regentes dos postos escolares que, embora havendo prestado provas para regentes dos postos de ensino, tenham nota de «deficiente» na classificação do serviço.

Art. 4.º O ano lectivo nos postos escolares terá a mesma duração que nas escolas do ensino primário elementar.

§ único. Tanto para os postos escolares e escolas, como para os estabelecimentos de ensino particular, será o sábado o dia destinado, em cada semana, ao canto coral e a exercícios colectivos de educação moral e física, nos termos da lei n.º 1:941, de 11 de Abril de 1936, e a quinta-feira será considerada dia útil.

Art. 5.º O ensino primário elementar, tanto oficial como particular, será ministrado em regime de separação de sexos.

§ único. Para este efeito far-se-á, na medida do possível, o imediato reajustamento das escolas de frequência mixta.

Art. 6.º A Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional cooperarão com todos os estabelecimentos oficiais e particulares, do ensino primário elementar, em tudo o que respeite aos fins do seu instituto, e, com tal objectivo, será feita a indispensável conjugação de actividades, obrigatória para professores e alunos.

§ único. É obrigatória para os alunos do ensino primário elementar, tanto oficial como particular, a inscrição nos quadros da Mocidade Portuguesa, a qual será averbada na caderneta escolar.

Art. 7.º Relativamente às escolas do magistério primário, observar-se-á o seguinte:

1.º Não haverá este ano matrícula na 1.ª classe das escolas do magistério primário, tanto oficiais como particulares;

2.º Os candidatos aos Exames de Estado para o magistério primário são desde já obrigados aos novos programas do ensino primário elementar e as provas são transferidas para Julho de 1937;

3.º É declarada a caducidade dos alvarás de todos os estabelecimentos particulares do magistério primário que não forem confirmados até ao fim do ano escolar de 1936-1937;

4.º Constituirá motivo de preferência para a matrícula nas escolas do magistério primário o curso de educação familiar instituído pelo decreto-lei n.º 27:085, de 14 de Outubro de 1936;

5.º Quando não seja possível distribuir todo o serviço obrigatório aos professores das escolas do magistério primário, pode o Ministro determinar que o completem noutro estabelecimento de ensino ou transferir para outro serviço do Ministério os que se tornarem dispensáveis, tendo em vista, tanto quanto possível, as suas habilitações legais.

Art. 8.º É exigido comportamento moral irrepreensível para o exercício do magistério primário, bem como para a direcção e fiscalização do respectivo ensino, tanto oficial como particular.

§ único. Será demitido o funcionário pertencente aos serviços do ensino primário que dê escândalo público permanente ou assuma atitude contrária à ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933.

Art. 9.º O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes:

1.º Ter o pretendente bom comportamento moral e civil;

2.º Ter o pretendente vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora.

Art. 10.º A partir de 1 de Janeiro de 1937, a preferência absoluta dos cônjuges de funcionários públicos é restrita ao caso de ambos serem professores, e nos termos seguintes:

1.º Só poderá ser invocada por professores com boa classificação de serviço;

2.º Não poderá ser invocada por professoras nos concursos para escolas do sexo masculino;

3.º Poderá ser invocada mais de uma vez, mas nunca em consequência de deslocação proveniente de sanção disciplinar.

Art. 11.º Haverá dois adjuntos do director geral do ensino primário, um para os serviços administrativos e outro para os serviços pedagógicos e disciplinares, com a categoria de chefes de secção.

§ 1.º Os adjuntos são livremente nomeados pelo Ministro de entre professores primários que hajam exercido funções de inspecção ou de direcção, com boa classifica-

ção de serviço, e a sua nomeação tornar-se-á definitiva ao fim de dois anos, mediante proposta do director geral.

§ 2.º São extintos um lugar de adjunto do director geral do ensino primário e o de chefe de repartição, ficando o actual titular deste encarregado do arquivo do Ministério.

Art. 12.º Até à organização definitiva dos serviços de inspecção do ensino primário, ficam constituindo um único quadro os actuais inspectores disciplinares e orientadores, e o seu número é reduzido a doze, os quais prestarão o serviço que lhes fôr superiormente determinado.

§ único. O Ministro escolherá livremente os que devam ser mantidos no quadro de inspectores e proverá os que forem dispensados em lugares correspondentes, tanto quanto possível, às suas habilitações legais, prestando qualquer serviço do Ministério, com os vencimentos que actualmente lhes competem, até serem colocados definitivamente.

Art. 13.º O disposto no artigo 54.º do decreto-lei n.º 26:611, de 19 de Maio de 1936, é aplicável aos inspectores, aos directores dos distritos escolares, seus adjuntos e delegados nos concelhos, e aos secretários de zonas escolares, e o Ministro pode deslocar livremente para qualquer serviço dependente do Ministério os oficiais e escuritários das secretarias dos distritos escolares.

§ único. Poderão ser nomeados para os lugares de oficiais das secretarias dos distritos escolares professores com mais de dez anos de serviço bem classificado, e para os de escuritários individuos diplomados com a nota de bom no Exame de Estado para o magistério primário, desde que uns e outros ofereçam garantia de idoneidade.

Art. 14.º Serão aprovados programas de ensino elementar em harmonia com o quadro das disciplinas estabelecido no artigo 1.º e com as directrizes do regimento da Junta Nacional da Educação.

§ único. Os programas serão revistos de três em três anos.

Art. 15.º É declarada a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário, e o Ministro da Educação Nacional adoptará, sem dependência de qualquer formalidade, as soluções transitórias que se tornarem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937.

Art. 16.º Os professores transferidos que, por motivo da execução do decreto-lei n.º 27:003, de 14 de Setembro de 1936, entraram em exercício dos seus novos lugares durante a primeira quinzena de Outubro último terão direito aos abonos como se o houvessem feito em tempo normal.

Art. 17.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor, e o Ministro da Educação Nacional resolverá, por despacho, os casos omissos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:280

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série	90\$	"	43\$
A 2.ª série	80\$	"	43\$
A 3.ª série	80\$	"	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10.112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para conhecimento dos interessados se comunica que, a partir de 2 de Janeiro próximo futuro, passam a ser publicados na 3.ª série do «Diário do Governo» os editos sobre concessão de minas, os avisos de abertura de concursos, a relação dos números premiados da lotaria e os anúncios que lhe dizem respeito, as notificações da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas e todos os assuntos semelhantes.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Decreto n.º 30:950 — Cria a secretaria notarial de Cantanhede.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 9:700 — Abre um crédito destinado a reforçar a verba inscrita na alínea b) do n.º 1) do artigo 9.º, capítulo 1.º, do orçamento da Agência Geral das Colónias.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto-lei n.º 30:951 — Insere várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário.

Decreto n.º 30:952 — Abre um crédito para reforço de várias verbas inscritas no orçamento do Ministério.

Ministério da Economia:

Decreto n.º 30:953 — Dissolve a comissão venatória do concelho de Castro Daire.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Decreto n.º 30:950

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 17.º do decreto-lei n.º 28:676, de 20 de Maio de 1938, a secretaria notarial de Cantanhede.

Publique-se e cumpre-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Adriano Pais da Silva Vaz Serra.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 9:700

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, de harmonia com o disposto no artigo 5.º do decreto-lei n.º 28:326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial da importância de 40.000\$, destinado a reforçar a verba inscrita no capítulo 1.º, artigo 9.º, n.º 1), alínea b) «Diversos serviços — Publicidade — Despesas com a publicação de relatórios e outros trabalhos», do orçamento da Agência Geral das Colónias para o corrente ano económico, aprovado pela portaria n.º 9:398, de 8 de Dezembro de 1939, tendo como contrapartida as disponibilidades a sair das seguintes verbas do capítulo 1.º da mesma tabela:

Artigo 4.º, n.º 1), alínea a)	1.000\$00
Artigo 4.º, n.º 1), alínea b)	6.000\$00
Artigo 4.º, n.º 1), alínea c)	4.000\$00
Artigo 5.º, n.º 2), alínea a)	1.030\$00
Artigo 5.º, n.º 2), alínea b)	3.970\$00
Artigo 6.º, n.º 1)	3.000\$00
Artigo 8.º, n.º 2)	3.000\$00
Artigo 8.º, n.º 3)	10.000\$00
Artigo 9.º, n.º 2), alínea d)	8.000\$00
	40.000\$00

Ministério das Colónias, 10 de Dezembro de 1940. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 30:951

Encerradas há cinco anos as escolas de habilitação para o magistério primário, chegou-se a uma situação em que já não há professores diplomados para assegurar a regência das escolas existentes. Assim é que, aproveitando todos os professores auxiliares, que são em número de 183, e agregados, em número de 793, ficam este ano sem professor 380 escolas, e, depois de se haver recorrido aos regentes agregados, cuja função é ensinar em postos escolares, ainda ficaram 134 encerradas.

É uma situação que não deve manter-se e a que não poderia acudir-se, mesmo abrindo desde já as escolas

de habilitação para o magistério primário. Estas só passados alguns anos começariam a produzir professores.

No estado actual da nossa rede escolar passam anualmente à situação de inactividade 160 professores primários em média, de sorte que aos 337 (380 menos 43 auxiliares e agregados que ainda é possível destacar dos distritos a que pertencem para outros) que hoje fultum devem acrescentar-se, mantendo-se fixa aquela rede, mais 160 por ano, e, assim, quando as escolas de habilitação para o magistério começassem a produzir, o que não podia suceder antes de três anos, teríamos um *deficit* de 807 professores.

Isto na hipótese de se manter fixa a actual rede escolar. Mas está no pensamento do Governo alargar muito a rede escolar, continuando uma política que só consentiu em interromper até que se organizasse o respectivo plano.

Esse plano está organizado e, prevendo muitas escolas novas, ainda agravará o *deficit*.

Importa, por isso, encontrar urgentemente um processo de modificar a situação existente. É o intuito essencial deste decreto-lei. É um processo de emergência o que se encontrou. Tomaram-se, no entanto, as cautelas julgadas indispensáveis para assegurar, em todo o caso, um recrutamento eficiente dos professores primários. Por um primeiro exame se verificará se os candidatos possuem com a nitidez e precisão suficientes os conhecimentos necessários. O facto de a este exame se não admitirem senão indivíduos com o curso geral ou o 2.º ciclo dos liceus é garantia de que aqueles conhecimentos estão bastante amadurecidos.

Depois o contacto com a função lhes despertará as qualidades necessárias ao exercício da função. Mais dois exames mostrarão se despertou. O candidato aprendeu a ensinar, ensinando; ensinando, mostrará se aprendeu a ensinar. Por isso estes dois exames serão lições a alunos. Preferiu-se este sistema ao de se lhes pedir que soubessem cousas de cor sobre pedagogia ou sobre métodos. Crê-se que este sistema permitirá que se preencha o vácuo existente nos quadros do ensino primário com bastante eficiência.

Aparecem no decreto algumas disposições parasitárias: parasitárias no sentido de que, não se dirigindo ao recrutamento de professores, estão fora do intuito essencial do decreto.

Tem-se com elas em vista pôr ordem num estado de cousas que se julga irregular e que, por isso, não deve manter-se.

As faculdades atribuídas ao Ministro não tendem a desprendê-lo do regime chamado da legalidade a que está submetido, e nem que tendessem eram só por isso de condenar: tendem a assegurar a melhor eficiência do serviço e a arrumar situações que se julgam perturbadoras e com que é preciso acabar.

Segundo o direito vigente, os professores auxiliares e agregados não podem ser colocados fora dos distritos escolares a que pertencem e, em geral, só podem ser nomeados efectivos se, concorrendo, não aparecerem efectivos a requerer a sua colocação nas mesmas vagas. Isto pode conduzir a que fiquem no País sem professor escolas cujo funcionamento é muito mais necessário do que o de outras em que são colocados; pode conduzir a que os que se encontram nos grandes centros prefiram manter-se afastados do exercício a ser colocados fora do meio em que vivem, com grave prejuízo para o ensino; e pode conduzir a que se mantenham indefinidamente, sem nada que o justifique, os professores auxiliares pertencentes a um quadro que já foi extinto.

Para pôr termo a estas formas de desordem é que se atribue ao Ministro a faculdade de colocar aqueles pro-

fessores auxiliares e agregados fora dos distritos escolares a que pertencem, se o exigirem as necessidades do serviço, e ainda de colocar os auxiliares no quadro geral, independentemente de concurso, nas vagas abertas por efeito de transferência, ressaltando, porém, a preferência dos cônjuges de professores.

Considerou-se, por outro lado, que o professor primário deve, em geral, ser um apóstolo; e particularmente é preciso que o seja quando é chamado a colaborar, através da escola e fora da escola, em alguma obra social ou mesmo política que exprima o idealismo fundamental do Estado Novo. Então não deve a sua escolha ser deixada aos critérios rígidos de um concurso; o calor do apóstolo conhece-se, mas não pode medir-se através da frieza de um certo condicionalismo legal. Estas ideias explicam o processo particular de nomeação dos professores para escolas fundadas e instaladas pelos organismos corporativos, pre-corporativos e de coordenação económica ou que hajam de funcionar para serviço de bairros económicos e sociais por previdência do Estado, dos corpos ou corporações administrativas ou mesmo de instituições particulares de benemerência. E também explicam que a estas instituições sejam pelo Estado ou corpos administrativos cedidos edifícios em que exerçam o ensino.

É ainda para evitar dificuldades gravemente perturbadoras do serviço que se alarga a possibilidade de o Ministro criar por despacho escolas primárias. Até aqui tinha-a para todo o País, exceptuando as localidades subordinadas ao chamado regime de zona: Braga, Porto, Viseu, Coimbra, Évora, Setúbal e Faro.

Nestas cidades a criação de escolas só podia fazer-se por decreto. Não se vê bem a razão justificativa destas excepções. Talvez evitar possíveis favoritismos, porventura atraídos pela importância daqueles centros populacionais.

O certo, porém, é que os prejuízos resultantes daquele regime são maiores do que o perigo que pretendeu evitar-se. Pode, na verdade, suceder — e está a suceder — que deixem de pôr-se a funcionar com a necessária oportunidade escolas que é indispensável criar e para cujo funcionamento são postos por instituições locais ao dispor do Estado todos os elementos. Isto explica o alargamento àquelas cidades do regime geral que sobre a matéria está instituído para o resto do País. Trata-se pois de um regime geral e não de um regime de favor.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto não funcionarem as escolas do magistério primário a habilitação para o exercício do magistério oficial no ensino primário faz-se através de:

- a) Um exame de cultura específica;
- b) Um estágio de preparação didáctica;
- c) Um exame de aptidão pedagógica;
- d) Um Exame de Estado.

§ 1.º As provas das alíneas a), b) e c) habilitam para a nomeação provisória de professor agregado.

§ 2.º O exame da alínea d) habilita para a nomeação definitiva de professor agregado.

Art. 2.º O exame de cultura abrange as disciplinas de português, matemática e geografia-história; o estágio de preparação didáctica realiza-se pela prática da função docente numa escola de ensino primário, e o exame de aptidão pedagógica é constituído por uma lição a alunos.

Art. 3.º O Exame de Estado, que visa a averiguar da capacidade docente, consta de quatro lições a alunos,

uma a cada classe do ensino primário, e de um interrogatório sobre o plano de cada lição.

Art. 4.º Podem concorrer às provas de habilitação para o magistério primário oficial os indivíduos de mais de dezóito anos de idade e menos de vinte e oito que tenham o antigo curso geral dos liceus ou o actual 2.º ciclo e possuam as condições físicas, morais e cívicas necessárias ao exercício do magistério.

§ único. Os candidatos pagarão uma propina única de 300\$, por meio de estampilha fiscal.

Art. 5.º As provas do exame de cultura são escritas e orais e incidirão sobre programas a estabelecer pelo Ministério da Educação Nacional.

§ 1.º Serão eliminados nas provas escritas os candidatos com a nota de *mediocre* em duas disciplinas ou de *mau* em qualquer delas.

§ 2.º Serão aprovados no exame os candidatos que na prova oral obtiverem, em relação a cada disciplina, pelo menos, 10 valores, e a sua classificação será expressa pela média aritmética das notas das diferentes disciplinas.

Art. 6.º O estágio de preparação didáctica durará três meses e realizar-se-á normalmente em escolas das capitais de distrito por grupos de quatro estagiários em cada escola, sob a orientação do respectivo professor e a fiscalização do director do distrito escolar.

§ único. O estagiário deverá elaborar um relatório dos seus trabalhos escolares, que o professor enviará, com uma informação minuciosa sobre a sua actividade e qualidades docentes, ao director do distrito escolar, que lhe juntará o seu parecer.

Art. 7.º No exame de aptidão pedagógica o júri tomará em consideração, além das provas prestadas no exame, o relatório do estagiário e as informações juntas, podendo aquele ser também objecto de apreciação no acto do exame.

§ 1.º Serão aprovados os candidatos que obtiverem, pelo menos, 10 valores.

§ 2.º Aos candidatos aprovados será atribuída uma classificação final, expressa pela média aritmética das classificações obtidas no exame de cultura e no de aptidão pedagógica.

§ 3.º Aos candidatos reprovados é facultada a repetição, por uma só vez, do estágio e nova apresentação a exame, mediante o pagamento da propina de 225\$.

Art. 8.º Os candidatos aprovados serão, a requerimento seu, nomeados, a título provisório, para o quadro dos professores agregados.

Art. 9.º Os professores agregados provisórios, depois de um ano, pelo menos, de serviço lectivo numa escola, serão admitidos, se o requererem, ao Exame de Estado.

§ único. Os que o não requererem não poderão continuar em exercício e só poderão ser admitidos na época seguinte, mediante autorização ministerial.

Art. 10.º Serão aprovados os candidatos que obtiverem, pelo menos, 10 valores em três lições, desde que a nota da outra não seja inferior a 8 valores, e a sua classificação final será expressa pela média aritmética das notas das quatro lições.

§ único. A lição e o interrogatório constituem para efeito da nota uma só prova.

Art. 11.º Aos candidatos aprovados será conferido o diploma de professor do ensino primário, com a classificação expressa pela média aritmética das que obtiveram nos exames, e a sua nomeação de professores agregados converter-se-á em definitiva.

§ 1.º Por cada diploma é devido o emolumento de 250\$, pago por estampilha fiscal.

§ 2.º Os reprovados poderão repetir este exame uma vez, na primeira época em que se realizem, mediante a propina de 100\$, mas, no entretanto, não poderão desempenhar funções docentes.

Art. 12.º As provas escritas dos exames de cultura realizar-se-ão perante júris constituídos por três membros, livremente nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, e a sua classificação será feita por um júri único, composto de todos os membros efectivos dos júris perante os quais foram prestadas, excepto dos que tiverem funcionado nas ilhas adjacentes.

§ único. Poderão ser nomeados, para efeito de fiscalização, vogais suplementares para cada um dos júris, se o número dos candidatos o exigir.

Art. 13.º As provas orais dos exames de cultura serão prestadas perante júris de três membros, designados, quanto possível, de entre os do júri único.

§ 1.º Nos mesmos termos serão prestadas as provas e constituídos os júris dos exames de aptidão pedagógica e de Estado.

§ 2.º Haverá segunda chamada, mediante o pagamento da multa de 50\$.

Art. 14.º O serviço de exames é remunerado com a gratificação de 3\$ por aluno, em relação à totalidade dos examinandos admitidos, para os membros do júri único, e, em relação aos examinandos de cada júri, com a de 2\$50 para os dos exames das provas orais de cultura e de aptidão pedagógica e de 10\$ para os de Estado.

§ 1.º É atribuída ao professor da escola onde se realize o estágio e enquanto ele durar a gratificação de 100\$ mensais.

§ 2.º Aos vogais suplementares será abonada a gratificação de 20\$ por cada dia de serviço.

Art. 15.º Os professores agregados provisórios terão direito, durante o tempo em que prestarem serviço lectivo, à gratificação fixada para os professores agregados.

Art. 16.º O Ministro da Educação Nacional poderá colocar os professores auxiliares e agregados fora do distrito a que pertencem, sempre que o exijam as conveniências do serviço.

Art. 17.º A colocação de professores auxiliares e agregados feita pelos directores dos distritos escolares carece de ser homologada pelo Ministro da Educação Nacional, sem prejuízo de entrada imediata em exercício e do abono da gratificação pelo serviço prestado em qualquer caso.

Art. 18.º Os professores auxiliares e agregados que se recusarem a entrar em exercício nas escolas que lhes forem designadas serão demitidos e só poderão requerer o ingresso no quadro de agregados decorridos dois anos.

Art. 19.º Os professores auxiliares poderão ser colocados pelo Ministro, independentemente de concurso, nas vagas que ocorrerem por transferência em localidades que não sejam sedes de concelho ou bairro e não tiverem sido providas por efeito da declaração de vacatura.

§ único. Os professores nomeados nos termos deste artigo que não tomarem posse no prazo legal ou abandonarem o lugar serão demitidos e não poderão tornar a concorrer ao quadro de agregados.

Art. 20.º Para as escolas fundadas e instaladas pelos organismos corporativos, pre-corporativos e de coordenação económica, bem como para as que hajam de funcionar para serviço de bairros económicos ou sociais, poderão os respectivos professores ser nomeados, sem precedência do concurso, pelo Ministro da Educação Nacional, ouvido o Ministério de que dependam aquelas instituições.

Art. 21.º As instituições particulares de benemerência que ministrarem ensino primário poderão ser cedidos, a título precário, pelo Estado ou pelos corpos administrativos, edificios em que exerçam aquele ensino.

§ único. Para estas escolas, quando oficializadas, os professores serão nomeados nos termos do artigo anterior, ouvidas as respectivas instituições.

Art. 22.º É extensiva aos quadros privativos de determinadas localidades ou de estabelecimentos de ensino a faculdade conferida pelo artigo 1.º do decreto n.º 20:181, de 7 de Agosto de 1931.

Art. 23.º Os encargos previstos no presente decreto deverão ser custeados pela dotação que anualmente se inscreve no capítulo 2.º do orçamento do Ministério da Educação Nacional para satisfação de todas as despesas com serviços de exames nos diversos estabelecimentos de ensino e para o reforço desta dotação poderão abrir-se os créditos necessários até à importância da receita arrecadada.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:952

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e nas do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo 2.º dêste decreto e nas do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 320.000\$, devendo a mesma importância ser adicionada às verbas abaixo descritas, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios:

Capítulo 3.º, artigo 221.º, n.º 1), alínea a)	50.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 223.º, n.º 2)	200.000\$00

Capítulo 3.º, artigo 224.º, n.º 1)	35.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 226.º, n.º 1)	30.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 227.º, n.º 1)	5.000\$00
	<hr/> 320.000\$00

Art. 2.º É anulada a importância de 320.000\$ no n.º 2) do artigo 6.º, capítulo 1.º do orçamento do Ministério das Finanças para o referido ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Decreto n.º 30:953

Tendo-se verificado, por meio de inquérito, que a comissão venatória de Castro Daire não deu cumprimento ao disposto no n.º 5.º do artigo 321.º do Código Administrativo e § 2.º do artigo 46.º do decreto n.º 23:461, de 17 de Novembro de 1934;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É dissolvida a comissão venatória do conelho de Castro Daire, distrito de Viseu.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

lece que, pelo Conselho Superior da Armada ou pelo Conselho de Promoções, sejam elaboradas listas contendo nomes de três oficiais que satisfaçam às condições gerais e especiais de promoção, para ulterior resolução do Conselho de Ministros ou do Ministro quanto aos oficiais a promover.

Não ficou, porém, regulado o caso de se não poder organizar listas triplices por ser inferior a três o número de oficiais habilitados com as condições de promoção. Há, pois, necessidade de alterar algumas disposições daquele decreto.

Assim:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 93.º-C adicionado pelo decreto n.º 30:125, de 13 de Dezembro de 1939, ao decreto n.º 28:211, de 23 de Novembro de 1937, é substituído pelo seguinte:

Artigo 93.º-C. Na promoção a contra-almirante intervêm o Conselho Superior da Armada e o Conselho de Ministros.

Por cada vacatura a preencher, aquele Conselho elaborará uma lista contendo, por ordem de preferência, os nomes dos capitães de mar e guerra que entenda possuírem em grau suficiente as qualidades necessárias ao desempenho das funções do posto imediato, de entre os que satisfaçam às condições gerais e especiais de promoção, podendo a de aptidão física ser verificada posteriormente, lista que será presente ao Conselho de Ministros para sua resolução.

§ único. Da lista a que se refere este artigo não podem fazer parte os capitães de mar e guerra que como oficial superior tenham deixado de estar em comissão ordinária por mais de doze anos seguidos ou interpolados.

Art. 2.º O § único do artigo 93.º-E adicionado pelo decreto n.º 30:125, de 13 de Dezembro de 1939, ao decreto n.º 28:211, de 23 de Novembro de 1937, passa a § 1.º e ao mesmo artigo é agora adicionado o seguinte parágrafo:

§ 2.º Quando forem somente dois os oficiais habilitados com as necessárias condições de promoção, serão esses os apresentados; se apenas houver um oficial habilitado, será este o promovido.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:967

Com fundamento nas disposições do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, nas do artigo 35.º e suas alíneas b) e c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e nas do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do ar-

tigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São efectuadas no orçamento do Ministério da Marinha para o actual ano económico as seguintes transferências de verbas:

Capítulo 4.º:

Do artigo 47.º, n.º 2), alínea a), para o artigo 46.º, n.º 1)	200.000\$00
Do artigo 56.º, n.º 2), para o artigo 55.º, n.º 1)	250.000\$00
Do artigo 158.º, n.º 1), alínea d), para o artigo 159.º, n.º 2), alínea a)	4.500\$00

Capítulo 6.º:

Do artigo 218.º, n.º 2), alínea d), para o artigo 219.º, n.º 2), alínea a)	25.000\$00
--	------------

Art. 2.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 617.219\$, destinado a reforçar com as importâncias adiantadas indicadas as verbas inscritas nos seguintes artigos do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o actual ano económico:

Capítulo 1.º:

Artigo 8.º, n.º 1).	50.000\$00
-----------------------------	------------

Capítulo 4.º:

Artigo 43.º, n.º 1), alínea a)	7.219\$00
Artigo 87.º, n.º 1)	250.000\$00
Artigo 96.º, n.º 2)	200.000\$00
Artigo 98.º, n.º 2)	25.000\$00

Capítulo 10.º:

Artigo 263.º	85.000\$00
	<u>617.219\$00</u>

Art. 3.º É anulada a quantia de 617.219\$ na verba de 10:000.000\$ inscrita na alínea a) do n.º 2) do artigo 47.º, capítulo 4.º, do mesmo orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, para o cumprimento do disposto na parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, tendo sido o crédito registado na mesma Direcção Geral e a minuta do presente decreto examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do mencionado decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Decreto n.º 30:968

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É aprovado o regulamento dos exames previstos no decreto-lei n.º 30:951, de 10 de Dezembro de 1940, que vai assinado pelo Ministro da Educação Nacional e faz parte integrante deste decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário de Figueiredo*.

Regulamento

Disposições gerais

Artigo 1.º Os exames e os estágios previstos no decreto-lei n.º 30:951, de 10 de Dezembro de 1940, realizam-se, respectivamente, nas sedes dos distritos escolares e nas escolas de ensino primário que forem designadas pelo Ministro da Educação Nacional, sob proposta da Direcção Geral do Ensino Primário.

Art. 2.º As provas de habilitação para o ingresso no quadro dos professores agregados provisórios começam com o exame de cultura, a que se seguirão o estágio e o exame de aptidão pedagógica.

Art. 3.º Os candidatos aprovados no exame de aptidão pedagógica serão, mediante requerimento, nomeados professores agregados provisórios dos quadros dos diferentes distritos, e, depois de um ano lectivo de serviço, serão submetidos, se o requererem, ao Exame de Estado.

§ único. O Ministro da Educação Nacional poderá colocar os professores agregados provisórios noutros distritos, sempre que as necessidades do serviço o exijam.

Art. 4.º As datas em que se requiere a admissão às provas, em que se realizam os exames ou se inicia o estágio serão fixadas por despacho ministerial.

Da admissão às provas

Art. 5.º A admissão às provas de habilitação para o magistério primário oficial é requerida perante as direcções dos distritos escolares, e o candidato deve comprovar:

a) Ter mais de dezóito e menos de vinte e oito anos de idade;

b) Ter a habilitação mínima do antigo curso geral ou o actual 2.º ciclo dos liceus;

c) Ter robustez suficiente para o exercício do magistério, ter sido vacinado e não sofrer de doença contagiosa;

d) Possuir idoneidade moral e cívica.

§ único. No requerimento deve ser inutilizada uma estampilha fiscal de 300\$.

Art. 6.º A admissão dos candidatos que satisfizerem às condições estabelecidas no artigo anterior só é definitiva depois do exame de sanidade, em que se não verifique qualquer dos defeitos seguintes:

1) Acuidade visual inferior a $V \frac{1}{2}$, medida com ambos os olhos simultaneamente e depois de corrigidos os vícios de refração;

2) Miopia, hipermetropia ou astigmatismo, se a correcção apropriada não melhorou a acuidade visual aquém de $V \frac{1}{2}$, ou se o exame oftalmológico revelar a existência de lesões ou perturbações que levam ao diagnóstico de afecções progressivas;

3) Daltonismo, estrabismo ou lesões oculares contagiosas;

4) Acuidade auditiva diminuída para além do limite em que a voz murmurada não seja perceptível à distância de 3 metros, revelando pronunciada surdez;

5) Afecções e deformidades do nariz, bôca e garganta prejudicando a fonação, ou gaguez e dislalia;

6) Tuberculose activa ou evolutiva, qualquer que seja a sua sede ou a sua forma, lúpus, osteíte, tumor frio, coxalgia, mal de Pott, adenites e otite crónica;

7) Tuberculoses viscerais e nomeadamente a pulmonar, ainda que não se encontrem em fase evolutiva;

8) Afecções crónicas das vias respiratórias, laringites crónicas, esclerose com dilatação dos brônquios, enfisemas, bronquite crónica, asma, quisto hidático e cancro;

9) Lesões cardiovasculares descompensadas;

10) Diabetes;

11) Nevroses, psiconevroses e perturbações mesmo ligeiras do sistema nervoso, como tiques, ilusões, fobias, alucinações e estados de excitação ou depressão mental;

12) Afecções generalizadas da pele ou localizadas e contagiosas;

13) Defeitos físicos que prejudiquem a disciplina e o prestígio do magistério;

14) Quaisquer outras lesões ou perturbações impeditivas não expressas nos números antecedentes, cuja natureza inibitória deverá ser sujeita à confirmação da Direcção Geral da Saúde Escolar.

§ único. O exame de sanidade será feito nas direcções dos distritos escolares, pelos médicos da Direcção Geral da Saúde Escolar.

Art. 7.º Feito o apuramento definitivo, os directores dos distritos escolares enviarão à Direcção Geral do Ensino Primário dez exemplares da relação dos candidatos admitidos, os quais serão reagrupados, de harmonia com as conveniências do ensino e comodidade dos examinandos, para serem distribuídos pelos respectivos júris das provas escritas do exame de cultura.

Dos júris

Art. 8.º As provas escritas dos exames de cultura serão prestadas perante júris, constituídos por um presidente e dois vogais, nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, e a sua classificação será feita por um júri único, de que farão parte todos os membros efectivos daqueles júris, e se reunirá em Lisboa sob a presidência de um deles, ou de outrem, conforme fôr determinado.

§ 1.º Para lavrar as actas das sessões e os termos dos exames, bem como para fazer o demais expediente, será designado pelo presidente, de entre os vogais, um secretário para cada júri.

§ 2.º Poderão ser nomeados vogais suplementares, para efeito de fiscalização, na prestação das provas escritas.

Art. 9.º As provas orais dos exames de cultura serão prestadas nas mesmas cidades onde se realizaram as provas escritas, perante júris de três membros, designados entre os do júri único, e do mesmo modo serão prestadas as provas e constituídos, tanto quanto possível, os júris dos exames de aptidão pedagógica e de Estado.

Art. 10.º Os presidentes dos júris de classificação enviarão à Direcção Geral do Ensino Primário um relatório sobre os seus trabalhos, juntamente com todos os documentos respeitantes aos exames.

Do exame de cultura

Art. 11.º As provas de cultura específica são escritas e orais e versarão sobre matérias dos programas que fazem parte integrante deste regulamento.

§ único. As provas escritas prestam-se simultaneamente para todos os examinandos de todos os júris, em regime de anonimato e de modo a assegurar boas condições de execução e fiscalização.

Art. 12.º As provas escritas prestam-se em dois dias sucessivos pela ordem seguinte:

1.º Português e matemática;

2.º Geografia e história.

Art. 13.º Os exames escritos, cujos pontos serão organizados pela Direcção Geral do Ensino Primário, constarão das seguintes provas:

1) Na disciplina de português:

a) Um exercício de redacção;

b) Um exercício de análise interpretativa, morfológica e sintáctica.

2) Na disciplina de matemática:

- a) Resolução de problemas de aritmética;
- b) Resolução de problemas de geometria.

3) Na disciplina de geografia e história:

- a) Um exercício de geografia de Portugal;
- b) Um exercício de história de Portugal.

§ único. Para cada uma das provas é dado o período de uma hora útil.

Art. 14.º Prestadas as provas escritas, os presidentes dos júris, depois de as haverem encerrado em *enveloppes* lacrados, entregá-las-ão na Direcção Geral do Ensino Primário, onde funcionará o júri único para a sua classificação.

Art. 15.º Para a apreciação das provas escritas será o júri único dividido em três secções, correspondentes a cada uma das disciplinas, e aos examinadores de cada secção deverá ser dada vista de todas as provas respectivas, antes de reunirem em conferência para estabelecer as notas a propor na sessão de apuramento.

§ 1.º As três secções reúnem-se em sessão conjunta para fazer a classificação definitiva de todas as provas e apurar quais os examinandos a admitir à prova oral.

§ 2.º A nota de cada disciplina exprime-se pela média das notas obtidas em cada uma das provas.

§ 3.º Serão eliminados os examinandos com a nota de *mediocre* em duas disciplinas ou de *mau* em qualquer delas.

Art. 16.º Os examinandos aprovados nas provas escritas serão submetidos às provas orais, que se realizarão onde foram prestadas as provas escritas, perante júris de três membros, saídos, sempre que fôr possível, do júri único.

§ único. Os examinandos serão chamados pela ordem da sua inscrição nas pautas dos exames.

Art. 17.º As provas orais compreendem:

1) Na disciplina de português:

- a) Leitura e interpretação de um texto;
- b) Interrogatório de gramática aplicada ao texto.

2) Na disciplina de matemática:

- a) Um interrogatório sobre aritmética;
- b) Um interrogatório sobre geometria.

3) Na disciplina de geografia e história:

- a) Um interrogatório sobre geografia de Portugal;
- b) Um interrogatório sobre história de Portugal.

§ único. Estas provas durarão dez minutos cada uma.

Art. 18.º Não haverá segunda chamada para as provas escritas, mas os candidatos que faltarem às provas orais podem voltar a ser chamados uma vez, se o júri estiver em funcionamento, mediante o pagamento da multa de 50\$ por meio de estampilha fiscal.

§ 1.º Os candidatos da segunda chamada passarão para o fim da pauta.

§ 2.º O abandono da sala depois da chamada a exame importa desistência.

Art. 19.º Serão aprovados os candidatos que obtiverem, em relação a cada disciplina, pelo menos 10 valores e a classificação do exame será a média aritmética das notas das diferentes disciplinas.

Do estágio e do exame de aptidão pedagógica

Art. 20.º Os candidatos aprovados no exame de cultura serão, em grupos de quatro, distribuídos, normal-

mente, pelas escolas que funcionam em sedes dos distritos, mediante proposta da Direcção Geral do Ensino Primário, e de harmonia, tanto quanto possível, com a comodidade dos estagiários.

Art. 21.º Os professores das escolas onde se realizem os estágios deverão, no prazo de oito dias depois de terminado o estágio, enviar os relatórios dos estagiários, acompanhados da sua informação, às direcções dos distritos escolares, e estas, dentro do prazo de trinta dias, remeterão, com o seu parecer, os processos à Direcção Geral do Ensino Primário.

Art. 22.º O exame de aptidão pedagógica é constituído por uma lição a alunos e realiza-se, em regra, em escolas primárias das cidades onde se realizaram as provas de cultura.

§ único. O presidente do júri marcará os dias e as horas em que a prova se prestará, bem como o grupo de candidatos, que irão sendo chamados pela ordem de inscrição na pauta.

Art. 23.º A lição a alunos durará quarenta e cinco minutos, e, se o júri entender ouvir o examinando sobre o relatório e a informação do estágio, seguir-se-á um interrogatório com a duração de dez a quinze minutos.

§ 1.º O assunto da lição será designado pelo júri e o ponto tirado à sorte, com uma hora de antecedência, durante a qual o examinando se considera em regime de exame.

§ 2.º Serão aprovados os examinandos que obtiverem, pelo menos, a classificação de 10 valores.

§ 3.º Aos candidatos reprovados é facultada a repetição, por uma só vez, do estágio e nova apresentação a exame, pelo que é devida a propina de 225\$, paga por meio de estampilha fiscal aposta no requerimento.

Do Exame de Estado

Art. 24.º Os professores agregados provisórios que tenham feito um ano lectivo de serviço deverão requerer na primeira época de Exames de Estado a sua admissão a êsses Exames.

§ único. Os que o não requererem não poderão continuar em exercício e só poderão ser admitidos na época seguinte, mediante autorização ministerial.

Art. 25.º As lições a alunos que constituem o Exame de Estado durarão quarenta e cinco minutos cada uma e serão prestadas por cada examinando em quatro dias sucessivos, correspondentes a cada uma das quatro classes de alunos do ensino primário.

§ 1.º Aplica-se a cada lição o disposto no § 1.º do artigo 23.º

§ 2.º Os examinandos serão chamados em cada dia, segundo a ordem da pauta, e prestarão as provas em dias e horas marcados pelo presidente do júri.

Art. 26.º Terminadas as provas de cada grupo de examinandos, o júri procederá imediatamente à respectiva apreciação e julgamento, nos termos do artigo 10.º do decreto-lei n.º 30.951, de 10 de Dezembro de 1940, e a sua decisão será logo publicada.

§ único. Os candidatos reprovados poderão repetir este exame uma vez na primeira época, pelo que é devida a propina de 100\$, paga por estampilha fiscal, inutilizada no requerimento.

Art. 27.º Aos candidatos aprovados, quando o requeriram, serão passados, pela Direcção Geral do Ensino Primário, diplomas de professor de ensino primário e a classificação final é expressa pela média das notas obtidas nos exames de cultura, de aptidão e de Estado.

§ único. Por cada diploma é devido o emolumento de 250\$, pago por estampilha fiscal, e não poderão passar-se certidões de Exame de Estado sem que tenha sido passado o respectivo diploma.

Art. 28.º Serão utilizados com as alterações adequadas os impressos destinados a termos e diplomas dos exames do magistério primário.

Art. 29.º As dúvidas que se suscitarem na aplicação deste regulamento serão resolvidas por despacho ministerial.

Ministério da Educação Nacional, 14 de Dezembro de 1940. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

Programas

I

Português

Fonética. — Sons elementares: vogais e consoantes. Combinação dos fonemas: ditongos, sílabas e vocábulos, acento tónico. Representação gráfica: alfabeto e sinais auxiliares, ortografia (principais regras), emprêgo de maiúsculas, acentuação gráfica, divisão silábica.

Morfologia. — Constituição do léxico: classificação das palavras, substantivos, adjetivos, numerais, pronomes, artigos, verbos, advérbios, preposições, conjunções, interjeições. Renovação do vocabulário: meios de formação das palavras, derivação (própria e imprópria), composição (prefixação, juxtaposição, aglutinação, composição erudita). Flexões: flexão nominal (género, número e grau), flexão verbal (conjugação, verbos auxiliares, conjugações perifrásticas, verbos irregulares).

Sintaxe. — Análise sintáctica: partes do texto (discurso, capítulo, parágrafo, período e proposição), elementos da proposição (sujeito, predicado, nome predicativo, complementos directo, indirecto, circunstanciais e agente da passiva), determinantes do nome (atributo, aposto, complemento determinativo), vocativo; classificação das proposições (oração independente, oração principal, orações coordenadas, orações subordinadas e orações intercaladas); discurso directo e indirecto. Concordância: generalidades da concordância do aposto, do atributo, do verbo e do nome predicativo. Colocação: ordem directa e ordem inversa. Pontuação: regras gerais.

II

Matemática

Aritmética. — Numeração árabe e romana.

Noção intuitiva das quatro operações fundamentais sobre números inteiros; definição pelas suas propriedades; regra prática e provas; processos rápidos para determinar o produto e o cociente de um número por 10, 100, 1000, . . .

Potenciação. — Expressões numéricas. Noções de múltiplo e submúltiplo; condições de divisibilidade de um número por 2, 3, 5, 9, 11 e qualquer potência de 10. Noções de máximo divisor comum e menor múltiplo comum de dois ou mais números; sua determinação pelas divisões sucessivas. Números primos; decomposição de um número num produto de factores primos e sua aplicação à determinação do máximo divisor comum e menor múltiplo comum de dois ou mais números. Noção de números fraccionários; propriedades dos números fraccionários; simplificação, comparação e redução de fracções ao mesmo e ao menor denominador comum; operações com números fraccionários; fracções decimais; números decimais e suas operações.

Raiz quadrada; regra prática da extracção da raiz quadrada. Sistema métrico decimal; medidas de tempo; medidas de ângulo.

Números complexos e incomplexos; redução de um número complexo a incompleto e reciprocamente; operações sobre números complexos.

Razões e proporções geométricas; propriedades fundamentais. Proporcionalidade directa e inversa. Regra de três simples e composta.

Geometria. — Conhecimento dos sólidos geométricos: paralelepípedo, prisma, pirâmide, poliedros regulares, cone, cilindro de revolução e esfera. Linhas. Posição relativa de duas rectas. Ângulos: nulo e raso; recto; agudo e obtuso; complementares e suplementares, verticalmente opostos e adjacentes. Polígonos e sua nomenclatura. Elementos de um polígono. Triângulos; quadrilátero; paralelogramo, rectângulo, losango, quadrado e trapézio. Circunferência, raio, corda, secante e tangente. Círculo, segmento de círculo e sector circular; coroa circular. Perímetro de uma linha poligonal e de um polígono regular. Perímetro da circunferência. Determinação experimental do valor de π . Áreas do triângulo, paralelogramo, rectângulo, losango e trapézio, e do círculo. Área lateral e total do prisma, do cilindro, da pirâmide e do cone. Volume do cubo, do paralelepípedo, do prisma, do cilindro, da pirâmide e do cone.

III

Geografia e história

Geografia. — O céu e os astros: estrelas, planetas, cometas e nebulosas. Principais constelações visíveis em Portugal. Orientação: pelo sol, pela estrela polar e pela bússola. A Terra: forma, dimensões e movimentos de rotação e de translação. Eixo, polos, equador, paralelos e meridianos. O dia e a noite. Estações do ano. Eclíptica, trópicos, círculos polares e zonas terrestres. O ano e as estações. A lua e suas fases. Marés. Eclipses (noções sumárias). Coordenadas terrestres: latitude, longitude. Altitude. Noção de escala. Cartas e mapas geográficos. Continentes e oceanos: situação, forma e extensão. Climas e seus elementos (noções sumárias). Raças humanas e sua distribuição no globo. Estados da Europa e suas capitais.

Situação geográfica de Portugal, limites, área e configuração. Litoral. Costa, extensão e principais acidentes. População. Densidade média. Relêvo do solo. Principais cadeias de montanhas. Cursos de água mais importantes. Centros termiais. Zonas climatéricas, centros piscatórios, zonas agrícolas e culturas mais importantes. Principais centros de actividade económica. Principais vias de comunicação. Organização política e administrativa da Nação. Ilhas adjacentes e províncias ultramarinas. Sua situação, limites, superfície, população e produções naturais. Portos, rios e serras mais importantes.

História. — Povos primitivos da Península Ibérica e sucessivos dominadores (romanos, visigodos e muçulmanos). Reconquista cristã e Estados que se constituíram. O Condado Portucalense. Fundação da nacionalidade portuguesa. Acção da Igreja. Ordens religiosas militares. Cooperação dos Cruzados. D. Afonso Henriques. Povoamento do território. Conquista definitiva do Algarve. As Côrtes, os concelhos e os forais. D. Diniz. Impulso dado ao fomento do País. Fundação da Universidade. Ordem de Cristo. Batalha do Salado. D. Pedro I. D. Fernando. Desenvolvimento económico. Aliança inglesa. O Mestre de Aviz e Nuno Álvares Pereira. Guerras com Castela. Significado da batalha de Aljubarrota. Côrtes de Coimbra (1385). João das Regras. Paz de 1411. Filhos de D. João I: D. Duarte, D. Fernando e D. Pedro. O Infante D. Henrique e os seus auxiliares na empresa dos descobrimentos. Con-

quista de Ceuta. A regência do Infante D. Pedro. Alfarozeira. D. Afonso V. Desenvolvimento do poder real. D. João II e a sua política ultramarina. Tratado de Tordesilhas. A rainha D. Leonor. Misericórdias. Carácter metódico e científico das expedições portuguesas. Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Pêro da Covilhã. Vasco da Gama e o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Descobrimento do Brasil. Primeira viagem de circunnavegação (Fernão de Magalhães). Conquistas no Oriente. Duarte Pacheco, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro. As missões no Oriente. S. Francisco Xavier. Influência das conquistas e descobrimentos na vida económica, artística e social do nosso País e da Europa. D. João III e a colonização do Brasil. Anchieta, Manuel da Nóbrega, etc. A unidade religiosa. A política antijudaica de D. João II e de D. Manuel. Estabelecimento da Inquisição e seu significado político e social. A reforma da Universidade no tempo de D. João III. A Companhia de Jesus e a sua acção na colonização e no ensino. Esplendor das ciências, das letras e das artes. Luiz de Camões e os Lusíadas. D. Sebastião e a política marroquina. O Cardeal Rei. D. António Prior do Crato. Dominação espanhola. Significado patriótico do sebastianismo. Reacção contra Castela. A Revolução de 1640. D. João IV: orientação da sua política externa. A acção diplomática: Francisco de Sousa Coutinho, Padre António Vieira. As guerras da Restauração. Destronização de D. Afonso VI: o Conde de Castelo Melhor. Regência e governo de D. Pedro II. O Tratado de Methuen. Portugal na guerra da sucessão de Espanha. D. João V. Política diplomática, ultramarina e cultural. D. José. O Marquês de Pombal. D. Maria I. Realizações do seu reinado. A guerra do Russilhão. Invasões francesas e sua repercussão na vida portuguesa. A Revolução de 1820; as Córtes, a Constituição e os partidos. A independên-

cia do Brasil. D. Pedro e D. Miguel. Reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luiz. D. Carlos e a reacção antiparlamentarista. As grandes explorações africanas e a ocupação das colónias. António Enes e Mousinho de Albuquerque. O assassinio do Rei D. Carlos e do Príncipe Real. D. Manuel II. Agitação revolucionária. A Revolução de 1910. A República. A Grande Guerra. Reacção contra o liberalismo. Sidónio Pais. A Revolução de 28 de Maio. A Constituição Política de 1933. Estatuto do Trabalho Nacional (1934). Acto Colonial: sua significação na política imperial do Estado Novo. Corporativismo. General Carmona e Dr. Oliveira Salazar.

Ministério da Educação Nacional, 14 de Dezembro de 1940. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa de 6 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba do n.º 4) «Cargas e descargas» do artigo 15.º «Outros encargos», da classe «Pagamento de serviços e diversos encargos», do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1940 com a importância de 24.000\$, a sair da verba do n.º 3) «Tração em vias férreas» do mesmo artigo e classe.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 9 de Dezembro de 1940. — O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

- 1 primeiro official.
- 1 segundo official.
- 1 terceiro official.
- 2 aspirantes.
- 3 inspectores da saúde escolar.
- 2 inspectores dos desportos.
- 74 médicos escolares.
- 3 médicos dos desportos.
- 28 visitadoras.
- 1 contínuo de 1.ª classe.
- 1 servente.

Inspecção do Ensino Particular

- 1 inspector.
- 1 primeiro official.
- 1 segundo official.
- 1 terceiro official.
- 2 aspirantes.
- 1 contínuo de 2.ª classe.

Inspecção dos Espectáculos

- 1 inspector.
- 3 sub-inspectores em Lisboa.
- 1 primeiro official.
- 1 segundo official.
- 1 terceiro official.
- 3 aspirantes.
- 1 projeccionista.
- 1 contínuo de 2.ª classe.

Ministério da Educação Nacional, 5 de Setembro de 1942. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

Vencimentos e gratificações a que tem direito o pessoal da Secretaria Geral, das Direcções Gerais e das Inspecções do Ensino Particular e dos Espectáculos.

	Remuneração mensal	
	Vencimento	Gratificação
Director geral	4.500\$00	
Chefe de repartição	2.750\$00	
Inspector do ensino particular	—\$	(a) 1.500\$00
Inspector dos espectáculos (b)	2.750\$00	1.000\$00
Inspector da saúde escolar	1.800\$00	
Inspector dos desportos (c)	1.800\$00	600\$00
Sub-inspector dos espectáculos em Lisboa	—\$	300\$00
Chefe da Secretaria Geral	1.800\$00	
Chefe de secção	1.800\$00	
Bibliotecário-arquivista	1.500\$00	
Médico escolar	1.500\$00	
Médico dos desportos (c)	1.500\$00	500\$00
Primeiro official	1.500\$00	
Segundo official	1.200\$00	
Terceiro official	900\$00	
Aspirante	700\$00	
Projeccionista	700\$00	
Contínuo de 1.ª classe	550\$00	
Guarda-portão	550\$00	
Visitadora	500\$00	
Contínuo de 2.ª classe	500\$00	
Servente	400\$00	
Auxiliar de limpeza	300\$00	

(a) Artigo 1.º do decreto-lei n.º 29:880.

(b) É considerado inspector chefe e terá direito à gratificação ou ao vencimento, conforme ocupar ou não outro lugar remunerado nos quadros do Estado, corpos ou corporações administrativas.

(c) Terá direito à gratificação ou ao vencimento, conforme ocupar ou não outro lugar remunerado nos quadros do Estado, corpos ou corporações administrativas.

Ministério da Educação Nacional, 5 de Setembro de 1942. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

Decreto-lei n.º 32:242

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os encargos com pessoal resultantes da execução do decreto-lei n.º 32:241 serão satisfeitos, no corrente ano económico, por força das respectivas dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação

Nacional para o mesmo ano, as quais serão reforçadas com as seguintes importâncias:

CAPÍTULO 2.º

Secretaria Geral

Artigo 8.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 16.650\$00

Inspecção do Ensino Particular

Artigo 17.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 6.300\$00

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Artigo 70.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 5.400\$00

CAPÍTULO 4.º

Direcção Geral do Ensino Liceal

Artigo 658.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 9.675\$00

CAPÍTULO 7.º

(Direcção Geral da Saúde Escolar) Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

Artigo 875.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 84.825\$00
- 122.850\$00

Art. 2.º É anulada a importância de 122.850\$ na dotação inscrita no artigo 863.º, n.º 2), do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico de 1942.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Setembro de 1942. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Caeiro* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Direcção Geral do Ensino Primário

Decreto-lei n.º 32:243

O facto de existir um número de diplomados com o curso do magistério primário muito superior às necessidades, no momento, do respectivo serviço conduziu à suspensão da matrícula nas escolas de habilitação para aquele magistério (decreto-lei n.º 27:279, de 24 de Novembro de 1936). Mas o movimento normal de aposentações e de outras causas de afastamento do serviço, por um lado, e, por outro, o alargamento da rede escolar absorveram em poucos anos o excesso, sendo necessário que em 1940 fôsse tomada pelo decreto-lei n.º 30:951 uma medida de emergência que tornou possível o recrutamento rápido de uma grande massa de professores

primários (1:081). Estes já estão também quasi completamente absorvidos. Importa, por isso, começar a recrutar mais e, portanto, pôr a funcionar as escolas do magistério primário.

Repetir ainda uma vez o sistema de emergência adoptado em 1940 seria uma solução, tanto mais quanto é certo que os resultados colhidos são, conforme as informações do Ministério, francamente bons. Mas nem a urgência é tam grande que obrigue a isso, nem parece que, podendo os professores ser formados através da escola, o sejam fora dela.

Conforme a organização que se decreta, sendo formados através da escola, têm tudo o que tiveram os recrutados pelo sistema de 1940 e mais alguma cousa. Como não podemos supor que o contacto da escola lhes seja prejudicial, hemos de concluir que os recrutados pelo sistema instituído neste decreto ainda deverão ser melhores. E sempre nos mantemos dentro de uma orientação que, salvas modalidades de circunstância, pode considerar-se como a da generalidade dos países.

Do sistema adoptado em 1940 conservou-se o exame de admissão correspondente ao que então se chamou de cultura específica e o estágio orientado por um professor escolhido, com quem se trabalha em colaboração permanente e activa; do sistema anterior, que pode considerar-se quasi universal, mantiveram-se as disciplinas de cultura pedagógica, expurgadas de toda a matéria que pressupunha conhecimentos de biopsicologia que se não adquiriram antes nem podiam, vista a preparação anterior, adquirir-se na escola senão como quem entrega à memória nomenclaturas várias ou vocábulos que só não têm sabor pedante quando empregados de especialista para especialista. Mantiveram-se ainda, devidamente adaptadas, outras disciplinas que, embora não sejam de cultura pedagógica, se reputam da maior importância para a formação profissional, como desenho e trabalhos manuais, educação feminina, higiene escolar, etc.

Tudo isto permitiu que o curso fôsse reduzido, sem perder e, segundo se crê, antes aumentar a sua eficiência, de três para dois anos. São dois anos de dez meses escolares completos, divididos em quatro semestres, dos quais os três primeiros se destinam à frequência de disciplinas de cultura e prática pedagógicas e também de outras de formação profissional e o quarto ao estágio, junto de um professor escolhido, numa escola em funcionamento.

Entendeu-se que o estágio junto das escolas de aplicação era menos eficiente e ia perturbar a função destas escolas, que deve ser exclusivamente a de proporcionar prática pedagógica aos alunos nos três primeiros semestres. Para o estágio nestas escolas ser eficiente seria necessário multiplicá-las, sem correspondência com as exigências da população da área da escola do magistério e, por isso, talvez sem população escolar para as frequentar; e não se vê razão para que o estágio haja necessariamente de fazer-se na órbita estreita da própria escola do magistério.

Além das bolsas de estudo, criam-se isenções de propinas, tudo no intuito de tornar fácil aos filhos da gente menos abastada ou mesmo pobre que tirem o curso do magistério primário.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São condições de habilitação para o magistério primário:

- a) Aquisição de cultura e prática pedagógicas;
- b) Realização de um estágio;
- c) Aprovação em Exame de Estado.

Escolas do magistério primário

Art. 2.º As escolas do magistério primário são estabelecimentos de ensino oficial destinados a ministrar a cultura e prática pedagógicas a que se refere o artigo anterior e funcionam em Lisboa, Pôrto, Coimbra e Braga.

§ único. Funcionará nos Açores uma escola do magistério primário se se demonstrar a sua necessidade, ficando as despesas a cargo da respectiva Junta Geral de Distrito Autónomo. A orientação e fiscalização pedagógicas desta escola, o recrutamento do seu pessoal e a acção disciplinar sobre este competem ao Ministério da Educação Nacional.

Art. 3.º Além das escolas de aplicação, com as atribuições que lhes são indicadas no decreto n.º 25:954, de 19 de Outubro de 1935, terá cada escola do magistério primário as instalações necessárias ao desempenho da sua função.

§ único. Poderão as escolas ser autorizadas a utilizar, sempre que isso se mostre necessário ou conveniente, serviços e instalações de outros estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação Nacional e, como campo de observação e estudo, escolas do ensino primário oficiais ou particulares.

Art. 4.º As escolas do magistério primário gozam de autonomia administrativa, competindo a respectiva gerência ao conselho administrativo.

§ único. O conselho administrativo será constituído pelos professores indicados no artigo 21.º, servindo de presidente o director.

Art. 5.º As escolas do magistério primário são pessoas morais com capacidade jurídica para adquirir bens a título gratuito ou oneroso.

Condições de admissão

Art. 6.º O ingresso nas escolas do magistério primário dependerá de aprovação em exame cujos programas serão elaborados pelo Ministério da Educação Nacional.

§ 1.º As provas do exame de admissão serão escritas e orais e versarão sobre as disciplinas de português, matemática e geografia-história.

§ 2.º Serão eliminados nas provas escritas os candidatos com a nota de *mediocre* em duas disciplinas ou de *mau* em qualquer delas.

§ 3.º Serão aprovados os candidatos que na prova oral obtiverem, em relação a cada disciplina, pelo menos, 10 valores, e a sua classificação será expressa pela média aritmética das notas das diferentes disciplinas.

Art. 7.º As provas escritas e orais serão prestadas nas sedes das escolas, mas as primeiras serão classificadas por um júri único, que funcionará em Lisboa.

§ 1.º Os júris de fiscalização das provas escritas, o júri de classificação destas provas e os júris de classificação das provas orais serão nomeados livremente pelo Ministro da Educação Nacional entre professores de qualquer grau de ensino, inspectores do ensino primário, directores de distrito escolar e adjuntos destes.

§ 2.º Aos membros dos júris de fiscalização será abonada a gratificação de 20\$ por cada sessão, aos do júri de classificação das provas escritas a de 3\$ por candidato e aos dos júris de classificação das provas orais a de 5\$ por candidato.

Art. 8.º Os requerimentos para exame de admissão serão entregues nas secretarias das escolas do magistério primário de 1 a 10 de Agosto e os exames terão início em 1 de Setembro.

§ único. Os requerimentos serão instruídos com os seguintes documentos:

a) Certidão do registo de nascimento, pela qual se verifique que o candidato é de nacionalidade portuguesa

e não tem menos de dezasseis nem mais de vinte e oito anos de idade;

b) Documento comprovativo da habilitação mínima do 2.º ciclo liceal ou equivalente;

c) Certificado do registo criminal e policial;

d) Declaração a que se refere a lei n.º 1:901;

e) Declaração a que se refere o decreto-lei n.º 27:003.

Art. 9.º O número de alunos a admitir nas escolas do magistério primário será fixado em cada ano, até 31 de Julho, por despacho do Ministro da Educação Nacional. Esse número não poderá exceder sessenta alunos por escola.

§ 1.º Dois terços do número das vagas serão preenchidos por candidatos do sexo feminino.

§ 2.º Em caso de necessidade, poderá o Ministro da Educação Nacional determinar que o número de alunos a admitir em cada escola vá até oitenta.

Matrícula e plano de estudos

Art. 10.º A matrícula nas escolas do magistério será requerida de 25 a 30 de Setembro, perante as respectivas secretarias, tendo preferência os alunos excluídos no 1.º ano do curso e, em igualdade de classificação no exame de admissão:

a) Os candidatos mais velhos ou os mais novos, conforme a concorrência se der entre candidatos com menos ou com mais de vinte e dois anos;

b) Os candidatos habilitados com o exame de admissão que já tenham requerido matrícula no ano anterior;

c) As candidatas com a habilitação do curso de educação familiar;

d) Os órfãos de professores do ensino primário com maior número de irmãos;

e) Os filhos de professores do ensino primário com maior número de irmãos;

f) Os candidatos com maior número de irmãos.

§ 1.º O candidato que não conseguir matricular-se na escola em que realizou o exame de admissão por falta de vaga poderá ingressar noutra escola em que a haja.

§ 2.º A transferência de matrícula só poderá ser autorizada em caso de força maior reconhecido em despacho ministerial.

Art. 11.º A duração do curso das escolas do magistério primário é de três semestres.

§ único. O ano lectivo ou escolar compõe-se de dois semestres: o primeiro começa em 1 de Outubro e o segundo em 1 de Março, para terminar em 31 de Julho.

Art. 12.º Os trabalhos do curso distribuem-se em unidades lectivas do modo seguinte:

Disciplinas	Unidades lectivas por semana		
	1.º semestre	2.º semestre	3.º semestre
Pedagogia e didáctica geral	5	—	—
Psicologia aplicada à educação	3	6	—
Didáctica especial	—	6	6
Higiene escolar	3	—	—
Educação física	2	2	2
Desenho e trabalhos manuais educativos	2	3	2
Educação feminina	2	2	2
Música e canto coral	2	2	2
Legislação e administração escolares . .	—	—	3
Organização política e administrativa da Nação	2	—	—
Educação moral e cívica	2	—	—
Prática pedagógica	5	8	8

manuais educativos e de educação feminina essa duração será de oitenta minutos.

§ 2.º As aulas poderão funcionar em turmas paralelas, cuja lotação não deverá exceder trinta alunos. Na disciplina de educação feminina cada turma não terá mais de quinze alunas.

§ 3.º Quando se verificar a hipótese do § 2.º do artigo 9.º, a lotação máxima de cada turma será, respectivamente, de quarenta e de vinte alunos.

§ 4.º Realizar-se-ão sessões de canto coral em conjunto orfeónico duas vezes por mês, pelo menos.

Art. 13.º A prática pedagógica revestirá as seguintes modalidades:

a) Assistência aos trabalhos escolares nas escolas de aplicação;

b) Realização de lições na aula de didáctica especial;

c) Leccionação a turmas inteiras nas escolas de aplicação.

§ 1.º A primeira modalidade visa a familiarizar os alunos-mestres com o funcionamento geral e ambiente das escolas primárias, para o que deverão colaborar com os respectivos professores na verificação dos exercícios, escrituração dos livros e em todas as actividades ligadas à escola.

§ 2.º As lições que os alunos realizarão na aula de didáctica especial, sobre temas designados pelos professores desta disciplina e com destino a grupos muito reduzidos de alunos das escolas de aplicação, visam a objectivar os processos didácticos e a aplicar os demais conhecimentos ministrados nas aulas teóricas.

§ 3.º A leccionação dos alunos-mestres a turmas inteiras nas escolas de aplicação, que será efectuada dentro do horário normal destas e com a assistência dos respectivos professores e de pequenos grupos de alunos-mestres, tem por fim a iniciação em todos os aspectos da função docente.

§ 4.º A distribuição dos trabalhos de prática pedagógica será feita pela seguinte forma:

a) No 1.º semestre: trabalhos da alínea a) deste artigo;

b) No 2.º semestre: trabalhos da alínea b) cumulativamente com os da alínea a);

c) No 3.º semestre: trabalhos da alínea c) cumulativamente com os das alíneas b) e a).

Art. 14.º A frequência do aluno compreende a presença, o comportamento e o aproveitamento e será apreciada no fim de cada semestre pelo conselho escolar.

§ 1.º Perderá a frequência o aluno que der numa disciplina um número de faltas, não relevadas superiormente, igual ao que se obtiver multiplicando por 2.º o número de unidades lectivas semanais dessa disciplina.

§ 2.º Duas notas de *mediocre* ou uma de *mau* no comportamento importam a exclusão da frequência.

Art. 15.º Transitarão para o 2.º ano os alunos que obtiverem média não inferior a 10 valores em cada uma das disciplinas.

Art. 16.º Os alunos que obtiverem média final de 10 valores, pelo menos, em cada uma das disciplinas do 3.º semestre serão admitidos ao exame de saída.

Art. 17.º O exame de saída constará de provas escritas e práticas.

§ 1.º As provas práticas destinam-se a averiguar da habilitação nas disciplinas de desenho e trabalhos manuais educativos e educação feminina.

§ 2.º As provas escritas versarão sobre a matéria dos programas das restantes disciplinas.

§ 3.º A classificação final será a média aritmética dos valores obtidos em todas as provas.

Art. 18.º Os exames de saída realizar-se-ão na última semana do 3.º semestre e o respectivo júri será constituído pelos professores da escola, sob a presidência do director.

* § 1.º A duração de cada unidade lectiva será de cinquenta minutos; nas disciplinas de desenho e trabalhos

Art. 19.º Será excluído de todas as escolas do magistério primário o aluno que por duas vezes perder a frequência do mesmo ano ou ficar reprovado duas vezes no exame de saída.

Pessoal docente, administrativo e menor

Art. 20.º O corpo docente das escolas do magistério primário será constituído por:

- a) Professores de nomeação vitalícia ou em comissão;
- b) Professores contratados;
- c) Professora da disciplina de educação feminina.

Art. 21.º Em cada escola haverá os seguintes professores de nomeação vitalícia ou em comissão: um para a regência das disciplinas de pedagogia e didáctica geral e de psicologia aplicada à educação, um para a regência das disciplinas de didáctica especial e de legislação e administração escolares e um para a regência da disciplina de desenho e trabalhos manuais educativos.

Art. 22.º Os professores a que se refere o artigo anterior serão livremente escolhidos pelo Ministro da Educação Nacional: o de pedagogia e didáctica geral e de psicologia aplicada à educação, entre professores de qualquer grau de ensino; o de didáctica especial e de legislação e administração escolares, entre indivíduos habilitados para o magistério primário com, pelo menos, 16 valores de diploma e cinco anos de exercício docente; o de desenho e trabalhos manuais educativos, entre indivíduos habilitados para o 9.º grupo do ensino liceal ou 1.º grupo do ensino técnico profissional.

Art. 23.º O professor indicado em primeiro lugar no artigo antecedente exercerá as respectivas funções em comissão, que poderá cessar em qualquer altura; os restantes serão providos definitivamente, mas, se forem professores, inspectores do ensino primário, directores de distrito escolar ou adjuntos destes, poderão ser chamados em comissão de cinco anos, renovável.

§ único. O tempo de serviço em comissão, nas escolas do magistério primário considerar-se-á, para todos os efeitos legais, prestado no ramo e grau de ensino a que o professor pertencer.

Art. 24.º Aos professores a que se referem os artigos anteriores compete o vencimento mensal de 1.100\$, se não tiverem diuturnidade, e o de 1.200\$ ou 1.300\$, conforme tiverem completado dez ou vinte anos de serviço na categoria.

§ único. Os professores de qualquer grau de ensino, os inspectores do ensino primário e os directores de distrito escolar chamados a prestar serviço em comissão nas escolas do magistério primário poderão optar entre os vencimentos fixados neste artigo e o que lhes competir no quadro de onde provêm.

Art. 25.º Serão contratados para o ensino das disciplinas de educação física, música e canto coral e organização política e administrativa da Nação, com a gratificação de 45\$ por cada hora semanal, professores que a seu cargo tiverem a regência das respectivas disciplinas nos liceus da sede da escola ou no Instituto Nacional de Educação Física.

§ único. Tomar-se-ão providências, de acôrdo com a Direcção Geral do Ensino Liceal e a da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, no sentido de a educação física ser sempre ministrada às alunas por uma professora.

Art. 26.º A regência da disciplina de higiene escolar será atribuída, mediante contrato, a um médico escolar, que perceberá a gratificação fixada no artigo anterior.

Art. 27.º O professor de educação moral e cívica será contratado de acôrdo com a autoridade eclesiástica, nos termos da Concordata, e terá direito à gratificação estabelecida no artigo 25.º

Art. 28.º A professora da disciplina de educação feminina será escolhida pelo Ministro da Educação Nacional entre diplomadas com os cursos de costureira de roupa branca, modista de vestidos, bordadora-rendeira ou labores femininos, segundo a organização do decreto-lei n.º 20.420, ou com cursos equivalentes de organizações anteriores, que tenham exercido durante dois anos e com boas informações de serviço as funções de professoras de labores femininos dos liceus ou mestras do ensino técnico profissional.

§ 1.º A professora de educação feminina será provida definitivamente se no ensino liceal ou técnico tiver nomeação vitalícia; caso contrário, será contratada por dois anos, findos os quais poderá, se o seu serviço fôr qualificado de bom, passar a efectiva.

§ 2.º A professora de educação feminina perceberá o vencimento mensal de 900\$, se não tiver diuturnidade, e o de 1.000\$ ou 1.200\$, conforme tiver completado dez ou vinte anos de serviço na categoria.

Art. 29.º O conselho escolar será constituído por todos os professores, sob a presidência do director.

Art. 30.º O director da escola será o professor das disciplinas de pedagogia e didáctica geral e de psicologia aplicada à educação.

§ único. Ao director compete a gratificação mensal de 400\$.

Art. 31.º As funções de secretário-tesoureiro, de director da biblioteca e de director do museu pedagógico serão desempenhadas gratuitamente pelo professor da disciplina de desenho e trabalhos manuais educativos.

Art. 32.º Para coadjuvar o secretário-tesoureiro haverá em cada escola um terceiro oficial.

Art. 33.º O quadro do pessoal menor das escolas do magistério primário será constituído por um contínuo de 1.ª classe e três de 2.ª e por três auxiliares de limpeza.

§ único. Em dois dos lugares de contínuo devem ser providas mulheres.

Estágio

Art. 34.º Só serão admitidos ao estágio os candidatos que tiverem obtido aprovação no exame de saída das escolas do magistério primário.

Art. 35.º O estágio efectuar-se-á, durante o semestre que vai de 1 de Março a 31 de Julho, em escolas primárias oficiais, sempre que possível da sede da escola do magistério primário frequentada pelo estagiário, e tem por fim integrar este definitivamente em todas as actividades escolares.

§ 1.º Os estagiários serão distribuídos por professores do ensino primário de reconhecida competência, com os quais trabalharão, assumindo, sob a direcção deles, a regência das classes.

§ 2.º A cada professor orientador serão normalmente confiados dois estagiários.

§ 3.º Os professores orientadores serão propostos, até 31 de Janeiro de cada ano, pelos directores das escolas do magistério primário, que deverão ouvir os directores dos distritos escolares.

§ 4.º A distribuição dos estagiários pelos professores orientadores será feita pelos directores das respectivas escolas do magistério, de acôrdo com os directores dos distritos escolares.

§ 5.º As estagiárias serão colocadas em escolas femininas ou mixtas.

§ 6.º Aos professores orientadores será abonada, enquanto durar o estágio, a gratificação mensal de 100\$.

Art. 36.º Durante o estágio realizar-se-ão nas escolas do magistério primário, com destino aos estagiários, sessões de leituras comentadas de educadores modernos e conferências pedagógicas. A assistência a estas sessões e conferências é obrigatória para os estagiários, salvo

impossibilidade reconhecida pelos directores daquelas escolas.

Exames de Estado

Art. 37.º Serão admitidos ao Exame de Estado os candidatos que tiverem completado o estágio a que se referem os artigos anteriores.

Art. 38.º Os Exames de Estado deverão ser requeridos de 10 a 20 de Setembro, terão início em 10 de Outubro e realizar-se-ão em todas as cidades que sejam sede de escolas do magistério primário.

§ 1.º As provas serão prestadas perante um júri único, nomeado livremente pelo Ministro da Educação Nacional entre professores de qualquer grau de ensino, inspectores do ensino primário, directores de distrito escolar e adjuntos destes.

§ 2.º Aos membros do júri será abonada a gratificação de 10\$ por candidato examinado.

Propinas, bolsas de estudo e isenções de propinas

Art. 39.º São as seguintes as propinas a satisfazer pelos candidatos ao magistério primário:

- | | |
|--|---------|
| 1) Exame de admissão às escolas do magistério primário | 100\$00 |
| 2) Matrícula nas escolas (por semestre) | 150\$00 |
| 3) Exame de Estado | 100\$00 |
| 4) Diploma de Exame de Estado | 300\$00 |

§ 1.º As propinas estabelecidas neste artigo serão pagas por meio de estampilhas fiscais.

§ 2.º Não poderá ser passada certidão de aprovação no Exame de Estado sem prévio pagamento da importância correspondente ao diploma do mesmo exame.

Art. 40.º São instituídas, a favor dos candidatos ao magistério primário, quarenta bolsas, da importância de 2.000\$, a distribuir, proporcionalmente ao número de alunos matriculados, pelas quatro escolas.

§ 1.º A importância da bolsa será entregue em dez prestações iguais, correspondentes aos dez meses do ano escolar.

§ 2.º A concessão da bolsa de estudo importa a isenção de propinas.

Art. 41.º O número de isenções de propinas, com exclusão das referidas no § 2.º do artigo anterior, não poderá exceder, para cada escola, 10 por cento dos alunos matriculados.

Art. 42.º Só poderão concorrer às bolsas de estudo e isenção de propinas os alunos que preencherem os seguintes requisitos:

- 1) Terem obtido média não inferior a 14 valores para as bolsas de estudo e a 12 valores para a isenção de propinas no exame de admissão ou na frequência do 1.º ano;
- 2) Provarem insuficiência económica relativamente aos pais e a si mesmos;
- 3) Terem conduta moral, cívica e académica irrepreensível.

§ único. Não conservará a bolsa durante o semestre de estágio aquele que no exame de saída da escola obtiver classificação inferior a 14 valores.

Art. 43.º Para efeito do disposto na alínea 2) do artigo anterior, os candidatos às bolsas de estudo ou isenção de propinas instruirão os seus requerimentos com os seguintes documentos:

a) Declaração de todas as receitas (vencimentos, emolumentos, gratificações e rendimentos), em quantia fi-

xada ou em média, conforme a natureza das mesmas receitas, do candidato e dos pais;

b) Declaração do número de irmãos do candidato, idade e situação económica de cada um deles;

c) Declaração do número e situação das pessoas que estejam a cargo do candidato ou dos pais.

§ 1.º As declarações a que se referem as alíneas deste artigo serão confirmadas pelo regedor ou junta de freguesia, pelo chefe da secção de finanças, pelo conservador do registo civil e, no caso de se tratar de funcionário público, pelo superior hierárquico.

§ 2.º A inexactidão das declarações importa responsabilidade criminal e disciplinar.

Art. 44.º A concessão de bolsas de estudo e isenções de propinas é da competência do Ministro da Educação Nacional.

Art. 45.º A isenção de propinas não abrange as do Exame de Estado e respectivo diploma.

Disposições diversas

Art. 46.º Continuam em vigor todas as disposições legais ou regulamentares que não sejam prejudicadas por este decreto.

Art. 47.º Fica o Ministro da Educação Nacional autorizado a publicar as disposições regulamentares necessárias à perfeita execução deste decreto.

§ único. Os casos omissos, bem como as dificuldades de execução por falta das disposições a que se refere o corpo deste artigo, serão resolvidos por despacho ministerial.

Art. 48.º Poderão alterar-se, mediante despacho ministerial, no primeiro ano de funcionamento das escolas do magistério primário, as datas e prazos marcados neste decreto-lei.

Art. 49.º O Ministro da Educação Nacional designará quais de entre os actuais funcionários dos quadros das escolas do magistério primário, das escolas de aplicação e da biblioteca e museu do ensino primário ficarão ao serviço, e determinará a aposentação obrigatória dos restantes ou a sua colocação em lugares de categoria tanto quanto possível equivalente.

§ 1.º Os contínuos que excederem o quadro fixado no artigo 33.º poderão também ser colocados em lugares de auxiliar de limpeza, recebendo, neste caso, a título de compensação, a diferença dos vencimentos.

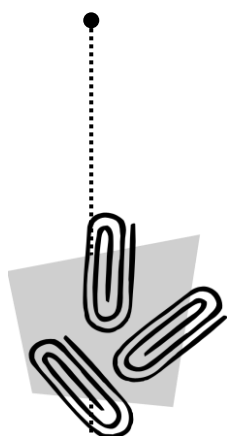
§ 2.º Aos funcionários a que se refere a última parte deste artigo serão abonados, por força das verbas inscritas no orçamento da sua escola e até à data em que fôr ordenada a aposentação ou em que entrarem em exercício, os vencimentos que actualmente percebem.

Art. 50.º Os encargos resultantes da execução deste decreto-lei serão custeados pelas dotações do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o corrente ano económico, podendo inscrever-se no mesmo orçamento, por força das disponibilidades, as dotações que se tornarem necessárias ao funcionamento das escolas de Coimbra e Braga.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Setembro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Caeiro* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Anexo 5.02



**Plano de Estudos das
Escolas do Magistério Primário (1960)**



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DESTE NUMERO — \$80

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As três séries . . .	Ano 360\$	Semestre	200\$
A 1.ª série	140\$		80\$
A 2.ª série	120\$		70\$
A 3.ª série	120\$		70\$

Para o estrangeiro e ultramar acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 4\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se refere o § único do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 37 701, de 30 de Dezembro de 1949, têm a redução de 40 por cento.

AVISO AOS ASSINANTES

Todos os assinantes do «Diário do Governo» cujas assinaturas terminem no fim do corrente mês são prevenidos de que as devem renovar, remetendo a importância respectiva, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

Os preços são os seguintes:

As 3 séries: 360\$ por ano ou 200\$ por semestre.
A 1.ª série: 140\$ por ano ou 80\$ por semestre.
A 2.ª série: 120\$ por ano ou 70\$ por semestre.
A 3.ª série: 120\$ por ano ou 70\$ por semestre.

Para o estrangeiro ou ultramar acrescem os portes do correio.

SUMÁRIO

Presidência do Conselho:

Portaria n.º 18 092:

Reforça duas verbas inscritas na tabela de despesa do orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas em vigor na província de Moçambique.

Portaria n.º 18 093:

Reforça uma verba inscrita na tabela de despesa do orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas em vigor no Estado da Índia.

Ministério da Justiça:

Portaria n.º 18 094:

Extingue o posto do registo civil que funciona na freguesia de Cruz, concelho de Famalicão, e integra a freguesia de Sezures na área do posto de Arnoso (Santa Maria).

Ministério dos Negócios Estrangeiros:

Aviso:

Torna público ter o Governo da Suécia depositado o instrumento de ratificação da Convenção sobre o valor aduaneiro das mercadorias, assinada em Bruxelas a 15 de Dezembro de 1950.

Ministério das Obras Públicas:

Decreto n.º 43 368:

Autoriza a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar um contrato adicional para a execução da empreitada complementar de construção civil do corpo II (teatro e ensaios) das instalações académicas da Cidade Universitária de Coimbra.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto-Lei n.º 43 369:

Altera o plano de estudos das escolas do magistério primário e insere outras disposições relativas ao funcionamento das referidas escolas.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO

Gabinete do Ministro da Defesa Nacional

Portaria n.º 18 092

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, reforçar, com as quantias que se indicam, as seguintes verbas da tabela de despesa do orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas em vigor na província de Moçambique:

Despesas com o material:

Artigo 4.º, n.º 2), alínea a) «Aquisições de utilização permanente — Móveis — Mobiliário, material de aquartelamento e outros artigos não especificados nas alíneas seguintes»	400 000\$00
Artigo 4.º, n.º 2), alínea g) «Aquisições de utilização permanente — Móveis — Máquinas, ferramentas e utensílios congêneres»	200 000\$00
	<u>600 000\$00</u>

tomando como contrapartida a seguinte disponibilidade existente na mesma tabela de despesa:

Despesas com o pessoal:

Artigo 3.º, n.º 1) «Outras despesas com o pessoal — Alimentação às praças»	600 000\$00
--	-------------

Presidência do Conselho, 2 de Dezembro de 1960. —
O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz*.

Portaria n.º 18 093

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Defesa Nacional, o seguinte:

Nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, reforçar, com a quantia que se indica, a seguinte verba da tabela de despesa do orçamento privativo das forças terrestres ultramarinas em vigor no Estado da Índia:

Despesas com o material:

Artigo 5.º, n.º 2), alínea a) «Despesas de conservação e aproveitamento do material — Semoventes — Com motor»	750 000\$00
---	-------------

tomando como contrapartida a seguinte disponibilidade existente na mesma tabela de despesa:

Artigo 6.º, n.º 4), alínea a) «Material de consumo corrente — Munições — De fogo real»	750 000\$00
--	-------------

Presidência do Conselho, 2 de Dezembro de 1960. —
O Ministro da Defesa Nacional, *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral dos Registos e do Notariado

Portaria n.º 18 094

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça, que, nos termos do artigo 4.º da Lei n.º 2049, de 6 de Agosto de 1951, seja extinto o posto do registo civil que funciona na freguesia de Cruz, do concelho de Famalicão, e integrada a freguesia de Sezures na área do posto de Arnoso (Santa Maria).

Ministério da Justiça, 2 de Dezembro de 1960. — O Ministro da Justiça, *João de Matos Antunes Varela*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, segundo nota da Embaixada da Bélgica com data de 22 de Setembro último, o Governo da Suécia depositou junto do Governo da Bélgica o instrumento de ratificação da Convenção sobre o valor aduaneiro das mercadorias, assinada em Bruxelas a 15 de Dezembro de 1950.

De harmonia com o artigo XIV da Convenção, entrará esta a produzir efeitos, relativamente àquele país, a partir de 11 de Novembro de 1960.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 16 de Novembro de 1960. — O Director-Geral, *José Luís Archer*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra

Decreto n.º 43 368

Considerando que foi adjudicada a Alvaro de Melo Gouveia a empreitada complementar de construção civil do corpo II (teatro e ensaios) das instalações académicas da Cidade Universitária de Coimbra;

Considerando que para a execução de tal empreitada complementar, como se verifica do respectivo caderno de encargos, está fixado o prazo de 120 dias, que abrange parte do ano de 1960 e do de 1961;

Tendo em vista o disposto no artigo 22.º e seu § 1.º do Decreto-Lei n.º 41 375, de 19 de Novembro de 1957;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra a celebrar contrato adicional com Alvaro de Melo Gouveia para a execução da empreitada complementar de construção civil do corpo II (teatro e ensaios) das instalações académicas da Cidade Universitária de Coimbra, pela importância de 755 000\$.

Art. 2.º Seja qual for o valor das obras a realizar, não poderá a Comissão Administrativa do Plano de Obras da Cidade Universitária de Coimbra despendar com pagamentos relativos a trabalhos executados, por virtude do contrato adicional, mais de 155 000\$ no

corrente ano e 600 000\$, ou o que se apurar como saldo, no ano de 1961.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Dezembro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Eduardo de Arantes e Oliveira*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção-Geral do Ensino Primário

Decreto-Lei n.º 43 369

Pelo Decreto-Lei n.º 32 243, de 5 de Setembro de 1942, que restabeleceu o funcionamento das escolas do magistério primário, procurou-se resolver, acima de tudo, uma situação que carecia de intervenção imediata, e do seu próprio texto constam disposições que implicavam, necessariamente, readaptação ou modificações posteriores.

Não pode negar-se, independentemente disso, que, de uma maneira geral, as escolas do magistério primário têm cumprido satisfatoriamente a sua função, porquanto os professores nelas preparados colaboram com elevada eficiência na acção educativa superiormente delineada. No entanto, a experiência e a necessidade de formação eficiente de professores em número bastante para ocorrer às exigências, cada vez maiores, da escola primária aconselham a introdução imediata de alguns reajustamentos, sem que se espere a oportunidade da publicação de reforma mais ampla, que há-de, naturalmente, derivar dos trabalhos em curso relativos à estrutura do ensino e alargamento da escolaridade.

Os candidatos ao professorado do ensino primário são admitidos à frequência das escolas do magistério com a habilitação mínima do 2.º ciclo liceal ou equivalente, ou com o curso das secções preparatórias para os institutos industriais e comerciais e para as escolas de belas-artes. Tem-se verificado que essa habilitação se mostra inadequada em relação a algumas matérias, por carecerem os futuros mestres de possuir nelas uma preparação específica diferenciada, superior à conseguida no 2.º ciclo liceal ou equivalente.

Pareceu, assim, aconselhável intensificar o estudo da didáctica especial, acrescentando aos seus anteriores objectivos a prévia revisão e o desenvolvimento das matérias relacionadas com os programas do ensino primário, com vista à sua integração didáctica subsequente, para o que se aumentam os respectivos tempos lectivos e se cria, em cada escola do magistério, mais um lugar de professor dessa disciplina. Também, para maior eficiência da preparação dos futuros professores, serão oportunamente remodelados os programas de desenho, trabalhos manuais, educação musical e educação feminina, em correspondência com as exigências dos novos planos recentemente promulgados.

O plano neste momento em vigor comporta o estudo de várias disciplinas durante um só semestre. Tal organização envolve algumas desvantagens. Disciplinas como Pedagogia, Organização Política e Administrativa da Nação e Educação Moral, tão diferentes da índole das matérias do curso geral dos liceus, não podiam ser devidamente assimiladas, logo e exclusivamente, no 1.º período de frequência da escola. Optou-se, pois, por distribuí-las, pelo menos, por dois semestres, atingindo algumas delas os dois anos da escolaridade.

Até agora o curso das escolas do magistério era constituído por três semestres lectivos e por um período de

estágio. Não parece vantajoso manter tal regime. Afigura-se mais útil que a aprendizagem se revista, durante o estágio, de um carácter teórico-prático, que permita a teorização da prática e, por outro lado, possibilite a aplicação das noções teóricas.

Para permitir essa enlace e evitar a dispersão dos alunos, o estágio terá de ser feito nas escolas de aplicação ou, sendo necessário, em escolas da mesma cidade, que, para o efeito, passam a funcionar como escolas de aplicação anexas à respectiva escola do magistério.

No ensino secundário — liceal e técnico — a legislação em vigor admite que os professores possam repetir o seu Exame de Estado. Esta regalia já foi em tempos concedida também aos professores do ensino primário e parece justo que voltem a tê-la, porventura com mais forte razão, visto que muitos dos actuais professores fizeram o seu exame de fim de curso numa idade em que nem sempre revelam completamente as suas capacidades. O presente decreto-lei consigna a disposição que permite a repetição do Exame de Estado nas condições a fixar, em portaria, pelo Ministro da Educação Nacional.

É oportuno salientar, entre as disposições que a seguir se publicam, as que dizem respeito aos regentes de postos escolares. Autoriza-se a frequência das escolas do magistério primário a regentes, em determinadas condições, isentando-os dos exames de admissão e do pagamento de propinas. Alarga-se, ainda, até aos 35 anos o limite de idade estabelecido para o ingresso na escola e mantém-se-lhes a gratificação de regência durante a frequência do curso.

Reconhece-se, finalmente, a necessidade de alterar os quadros do pessoal administrativo e menor fixados pelo Decreto-Lei n.º 32 243, tornados insuficientes pelo aumento substancial da frequência das escolas.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 1.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O plano de estudos das escolas do magistério primário passa a ser:

Disciplinas	Semestres			
	1.º	2.º	3.º	4.º
Pedagogia, Didáctica Geral e História da Educação	4	4	1	1
Psicologia Aplicada à Educação	4	3	3	2
Didáctica Especial do grupo A	3	2	2	2
Didáctica Especial do grupo B	3	2	2	2
Desenho e Trabalhos Manuais Educativos	2	2	2	1
Educação Feminina	2	2	2	—
Legislação e Administração Escolares	—	2	2	2
Organização Política e Administrativa da Nação	—	2	1	—
Educação Moral	2	1	1	—
Higiene Escolar	2	2	—	—
Educação Musical	2	2	2	—
Educação Física	2	2	2	—
Prática Pedagógica	2	4	8	—
	28	30	28	10

Art. 2.º As disciplinas de Pedagogia, Didáctica Geral e História da Educação serão regidas pelo director da escola.

Art. 3.º As disciplinas de Psicologia Aplicada à Educação e de Organização Política e Administrativa da Nação serão regidas por um licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas, com o curso de Ciências Pedagógicas das Faculdades de Letras, ou, em comissão, por um professor do ensino liceal do 4.º grupo ou do ensino técnico de grupo equivalente.

Art. 4.º As matérias de Didáctica Especial serão ministradas por dois professores: um para o grupo A, abrangendo a Língua Portuguesa, História e Desenho; outro professor para o grupo B, incluindo a Aritmética e Geometria, Ciências Geográfico-Naturais e Trabalhos Manuais.

§ único. Os professores de Didáctica Especial regerão também a disciplina de Legislação e Administração Escolares.

Art. 5.º Os professores referidos nos artigos 3.º e 4.º poderão ser nomeados definitivamente, depois de dois anos de bom e efectivo serviço, precedendo concurso de provas escritas e orais sobre as matérias do programa das respectivas disciplinas.

§ único. O júri destes concursos será constituído pelo director-geral do Ensino Primário, como presidente, e por dois vogais, a nomear pelo Ministro da Educação Nacional, de entre os inspectores-orientadores e professores de qualquer grau de ensino.

Art. 6.º Os professores referidos no artigo 3.º deste decreto-lei percebem os vencimentos de 4000\$, sem diuturnidade, e 4250\$ e 4500\$, respectivamente, com a 1.ª e 2.ª diuturnidades.

Art. 7.º Nas escolas criadas pelos Decretos n.ºs 33 019, de 1 de Setembro de 1943, 35 227, de 7 de Dezembro de 1945, e 36 839, de 19 de Abril de 1948, os professores de Psicologia Aplicada à Educação, e Organização Política e Administrativa da Nação são recrutados nos termos do Decreto-Lei n.º 33 019.

Art. 8.º O estágio a que se refere a alínea b) do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 32 243, de 5 de Setembro de 1942, será realizado nas escolas de aplicação anexas às do magistério primário.

§ 1.º Quando o número de lugares das escolas de aplicação se mostre insuficiente para o estágio eficaz dos alunos-mestres, podem outras escolas do ensino primário da mesma cidade passar a funcionar como escolas de aplicação, mediante despacho do Ministro da Educação Nacional.

§ 2.º O número de tempos semanais do estágio será de doze.

Art. 9.º Para os orientadores do estágio a que se refere o § 1.º do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 32 243 serão nomeados os professores das escolas de aplicação, com direito à gratificação estabelecida no mesmo artigo, actualizada nos termos do Decreto-Lei n.º 40 872, de 23 de Novembro de 1956.

Art. 10.º Funcionará em cada uma das escolas do magistério o conselho das escolas de aplicação, constituído por todos os professores destas escolas e pelos professores de Didáctica Especial, sob a presidência do director.

§ único. Os professores de Didáctica Especial estabelecem a coordenação entre as escolas do magistério e as escolas de aplicação, a cujas práticas podem assistir.

Art. 11.º Os exames de admissão às escolas do magistério primário constam de parte escrita e parte oral. As provas escritas, cada uma das quais tem a duração de 90 minutos, respeitam às seguintes disciplinas:

- a) Português;
- b) Aritmética e Geometria;
- c) Geografia e História.

Na parte oral efectuar-se-á o interrogatório das mesmas disciplinas, com a duração máxima de 15 minutos por disciplina.

§ único. Depois de aprovados os candidatos, nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 32 243, será determinada a nota final do exame pela média aritmética das seis classificações atribuídas na parte escrita

e na parte oral, podendo levar-se a divisão até às centésimas, se a ordenação dos candidatos assim o exigir.

Art. 12.º A admissão à frequência das escolas do magistério primário será feita mediante concurso em relação ao número de vagas superiormente determinado em cada ano e para cada escola, sem subordinação aos limites fixados no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 32 243, entre os candidatos aprovados no exame de admissão há menos de dois anos, nas condições estabelecidas no artigo 10.º do mesmo diploma.

Art. 13.º Quando o número de alunos admitidos em cada ano, nos termos no artigo anterior, o justifique, poderá o Ministro da Educação Nacional nomear, eventualmente, mais dois professores: um para a regência das disciplinas de Psicologia Aplicada à Educação e de Organização Política e Administrativa da Nação e outro para as de Didáctica Especial e de Legislação e Administração Escolares.

Art. 14.º As idades mencionadas na alínea a) do § único do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 32 243 serão referidas a 31 de Dezembro do ano em que o exame é requerido.

Art. 15.º Poderão ser admitidos à frequência das escolas do magistério primário, com dispensa de exame de admissão e com isenção do pagamento de propinas, os regentes escolares com, pelo menos, 5 anos de serviço bem qualificado, idade inferior a 35 anos e que provem ter as habilitações legais exigidas aos candidatos que prestam provas de exame de admissão.

§ único. Aos regentes escolares admitidos nas condições fixadas neste artigo serão mantidas as suas gratificações de regência, mas esta regalia não é aplicável ao regente-aluno que no ano lectivo anterior não tiver obtido aprovação.

Art. 16.º No número fixado em cada ano para a frequência das escolas serão incluídos os regentes escolares inscritos independentemente de concurso de admissão, nos termos do artigo anterior.

§ único. Sem embargo da possibilidade da admissão, sem a gratificação, de regentes escolares à frequência das escolas do magistério primário, nas condições do corpo do artigo 15.º, o número a fixar em cada ano dos que terão direito ao benefício estabelecido no § único do mesmo artigo será condicionado pelo acordo anual do Ministro das Finanças ao limite de encargos a satisfazer com as gratificações de regência.

Art. 17.º Quando o número de candidatos o justificar, poderá o Ministro da Educação Nacional nomear para os exames de admissão os júris que considerar necessários, constituídos por inspectores-orientadores, professores das escolas do magistério e professores do ensino primário.

Art. 18.º O aproveitamento da frequência será verificado em cada semestre pelo conselho escolar, ficando eliminado o aluno que não obtiver em cada um dos semestres a média de 10 valores ou que tiver uma nota inferior a 6 valores em qualquer semestre.

Art. 19.º Serão admitidos a Exame de Estado os alunos que obtiverem aproveitamento nos termos do artigo anterior e com a assiduidade e comportamento exigidos pelo artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 32 243, de 5 de Setembro de 1942.

Art. 20.º O Exame de Estado é realizado perante júri único, nos termos do Decreto-Lei n.º 32 243, e constará de parte escrita, prática e oral.

§ 1.º A parte escrita será constituída pela prestação de provas nas disciplinas de Pedagogia, Didáctica Geral e História da Educação, de Psicologia Aplicada

à Educação e de Didáctica Especial, com a duração de 90 minutos para cada prova.

§ 2.º A parte prática constará de uma lição a uma classe do ensino primário, devendo o candidato elaborar, com 24 horas de antecedência, o respectivo plano, para a execução do qual será concedido o tempo de 90 minutos.

§ 3.º A parte oral constará, principalmente, da crítica e discussão dos exames escritos e prático, com a duração máxima de 30 minutos.

Art. 21.º As provas são prestadas em cada escola do magistério perante as delegações do júri único, às quais compete classificá-las dentro da seguinte escala: *Medíocre*, *Suficiente*, *Bom* e *Muito bom*, sendo eliminatória a classificação de *Medíocre*. A classificação definitiva, que será expressa em números, dentro da escala de 10 a 20 valores, é feita pelo júri único, que funcionará em Lisboa, na Direcção-Geral do Ensino Primário.

§ único. Para a nota final a propor entrarão em linha de conta do exame de admissão a média de frequência, relatório e informação do estágio e as classificações atribuídas às várias provas do Exame de Estado.

Art. 22.º O júri único é constituído pelo director-geral do Ensino Primário, ou um seu delegado, e pelos directores das escolas do magistério do continente, como vogais, e terá delegações em cada escola, constituídas pelo director, por professores de Didáctica e de Psicologia, por inspectores-orientadores, directores de distrito escolar ou professores de ensino primário.

Art. 23.º Os diplomas e certidões dos Exames de Estado serão passados nas secretarias das escolas onde o candidato tenha prestado provas e assinados pelo respectivo director.

Art. 24.º É permitido aos professores do ensino primário repetir o Exame de Estado nas condições a fixar em portaria pelo Ministro da Educação Nacional.

Art. 25.º Os quadros do pessoal administrativo e do pessoal menor, referidos nos artigos 32.º e 33.º do Decreto-Lei n.º 32 243, serão remodelados em decreto referendado pelos Ministros das Finanças e da Educação Nacional.

Art. 26.º Os funcionários do pessoal menor das escolas de magistério primário são obrigados a apresentar-se fardados quando em serviço e têm direito, enquanto não forem fixadas as condições relativas à forma de pagamento do respectivo fardamento, à sua concessão por conta do Estado.

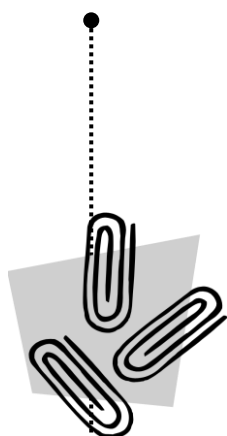
Art. 27.º Continuarão em vigor todas as disposições legais ou regulamentares que não sejam prejudicadas por este diploma.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 2 de Dezembro de 1960. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — *António de Oliveira Salazar* — *Pedro Theotónio Pereira* — *Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz* — *Arnaldo Schulz* — *João de Matos Antunes Varela* — *António Manuel Pinto Barbosa* — *Afonso Magalhães de Almeida Fernandes* — *Fernando Quintanilha Mendonça Dias* — *Marcello Gonçalves Nunes Duarte Mathias* — *Eduardo de Arantes e Oliveira* — *Vasco Lopes Alves* — *Francisco de Paula Leite Pinto* — *José do Nascimento Ferreira Dias Júnior* — *Carlos Gomes da Silva Ribeiro* — *Henrique Veiga de Macedo* — *Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de Carvalho*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

Anexo 5.03



**Plano de Estudos das
Escolas do Magistério Primário (1978)**

Plano de Estudos das Escolas do Magistério Primário (1978)¹

Quadro 1 ¹ Plano de estudos do 1º Ano das Escolas do Magistério Primário (1978-1979)				
Área	Disciplinas	Horas semanais		
		1º Ano	2º Ano	3º Ano
Ciências da Educação	Metodologia e Técnicas Pedagógicas		2	1
	Pedagogia	3	3	2
	Psicologia do Desenvolvimento	4	2	1
	Saúde		2	
	Deontologia, Organização e Administração Escolar e Legislação			1
Expressão e da Comunicação	Educação Física e Desportiva	3	2	
	Expressão Musical - Movimento, Música e Drama	2	2	
	Comunicação e Expressão Verbal	3	2	
	Literatura Infantil		2	
	Movimento e Drama	2	1	
	Português	4	2	1
Experiência	Antropologia Cultural	2		
	Ciências da Natureza	3	2	
	História Moderna e Contemporânea da Sociedade Portuguesa ²		2	
	Matemática	2	2	
Prática Pedagógica	Nível 1	4		
	Nível 2		6	22
Actividades complementares	Actividades Técnicas			2
	Moral (facultativa)	(1)		
Total		32	32	30

Notas

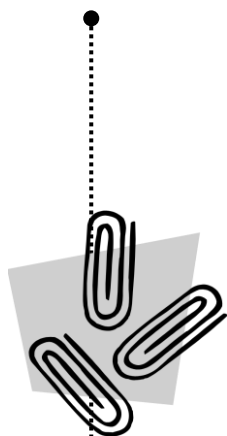
1 Cf. Plano de Estudos das Escolas do Magistério Primário 1978-1979. Lisboa: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria de Estado do Ensino Básico e Secundário/Direcção-Geral do Ensino Básico.

2 Pelo Despacho n.º 84/78, de 12-10-78, Diário da República, II Série, n.º 249, de 12 de Outubro de 1978, passou a designar-se História Social e Cultural de Portugal.

¹ Despacho n.º 157/78, de 30 de Junho. Retirado de Ferreira e Mota (2009, p.74).

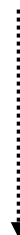
Ferreira, A. G. & Mota, L. (2009). Do Magistério Primário a Bolonha. Políticas de Formação de Professores do Ensino Primário. In *Exedra: Revista Científica* (Junho 2009), n.º 1, pp.69-90. Disponível online em «<http://www.exedrajournal.com/docs/01/69-90.pdf>» (consultado em Maio de 2010).

Anexo 5.04



Criação de cursos de bacharelato em vários estabelecimentos de ensino superior

(Decreto-Lei n.º 183/78, de 18 de Julho)





DIÁRIO DA REPÚBLICA

PREÇO DESTE NÚMERO — 8\$00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República» deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5, Lisboa-1.

ASSINATURAS

As três séries	Ano	2000\$	Semestre	1200\$
A 1.ª série	»	850\$	»	500\$
A 2.ª série	»	850\$	»	500\$
A 3.ª série	»	850\$	»	500\$
Duas séries diferentes	»	1600\$	»	950\$
Apêndices — anual, 850\$				

A estes preços acrescem os portes do correio

O preço dos anúncios é de 22\$50 a linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Imprensa Nacional-Casa da Moeda, quando se trate de entidade particular.

IMPrensa NACIONAL-CASA DA MOEDA

AVISO

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao «Diário da República» desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

SUMÁRIO

Ministério da Educação e Cultura:

Decreto-Lei n.º 183/78:

Cria cursos de bacharelato em vários estabelecimentos de ensino superior.

Ministério da Habitação e Obras Públicas:

Decreto-Lei n.º 184/78:

Aprova a lei orgânica da Junta Autónoma de Estradas (JAE).

Despacho Normativo n.º 153/73:

Altera a redacção da alínea b) do n.º 2 do Despacho Normativo n.º 237/77, de 15 de Dezembro, que constituiu a Comissão Consultiva Urbanística.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Decreto-Lei n.º 183/78

de 18 de Julho

Considerando que em muitos dos novos estabelecimentos de ensino superior criados pelo Decreto-Lei n.º 402/73, de 11 de Agosto, se encontram já em pleno funcionamento, mediante simples despachos de autorização, exarados ao abrigo das chamadas experiências pedagógicas, cursos de formação em diversos ramos científicos, todos conducentes à obtenção de bacharelatos;

Atendendo a que, sem prejuízo do que futuramente se vier a determinar quanto à estrutura dos cursos a professar nos mesmos estabelecimentos de ensino e aos graus académicos a conferir no seu âmbito, se torna necessário institucionalizar os referidos cursos, de harmonia com a forma legal prevista no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 769-B/76, de 23 de Outubro:

O Governo decreta, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 201.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º São reconhecidas como válidas as experiências pedagógicas levadas a cabo, ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 47 587, de 10 de Março, nos estabelecimentos de ensino superior abaixo indicados, ficando, por consequência, neles instituídos os seguintes cursos de bacharelato:

1 — Universidade de Aveiro:

Engenharia Electrónica;
Engenharia Cerâmica e do Vidro;
Ciências do Ambiente;
Cursos de formação de professores em:

Matemática;
Física e Química;
Ciências da Natureza;
Português-Francês;
Francês-Português;
Português-Inglês;
Inglês-Português.

2 — Universidade do Minho:

Engenharia Têxtil;
Engenharia Metal-Mecânica;
Engenharia de Produção;
Línguas Vivas e Relações Internacionais;
Cursos de formação de professores em:

Francês-Português;
Inglês-Português;
Ciências da Natureza;
Matemática;
Ciências Sociais.

3 — Instituto Universitário dos Açores:

Administração e Contabilidade;
Produção Animal;

Produção Vegetal;
Cursos de formação de professores em:

História;
Matemática/Físico-Química;
Físico-Química/Matemática;
Ciências Naturais/Geografia;
Geografia/Ciências Naturais;
Português-Francês;
Português-Inglês.

4 — Instituto Universitário de Évora:

Planeamento Biofísico;
Produção Animal;
Produção Vegetal;
Extensão Rural;
Gestão de Empresas Agrícolas;
Ciências Sociais;
Tecnologia de Materiais.

5 — Instituto Politécnico da Covilhã:

Engenharia Têxtil;
Administração e Contabilidade;
Cursos de formação de professores em:
Físico-Química;
Matemática.

6 — Instituto Politécnico de Vila Real:

Produção Animal;
Produção Agrícola;
Produção Florestal.

Art. 2.º — 1 — A partir do ano lectivo de 1978-1979 não são permitidas matrículas ou transferências nos e para os cursos referidos no artigo anterior, sem prejuízo, quando tal se justifique, da sua reformulação em cursos de licenciatura na mesma área científica e da criação de novos cursos.

2 — Os mesmos cursos deixarão de ser ministrados no final do ano lectivo de 1980-1981.

Art. 3.º As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação deste diploma serão esclarecidas por despacho do Secretário de Estado do Ensino Superior.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros. —
Mário Soares — Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia.

Promulgado em 30 de Junho de 1978.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO RAMALHO EANES.



MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Decreto-Lei n.º 184/78

de 18 de Julho

1. A orgânica e o sistema de funcionamento dos serviços da Junta Autónoma de Estradas (JAE), bem como a carência de meios humanos de que enferma o seu actual quadro de pessoal, fazem com que este organismo só com extrema dificuldade responda à realização da missão que lhe incumbe no domínio

do planeamento, construção e conservação da rede rodoviária do País.

É por de mais evidente a necessidade de o Governo se manter atento à definição de uma política de infra-estruturas rodoviárias que não só obste à situação difícil em que se encontram, mas se evite o pior, que será o de se caminhar, dia a dia, para uma deterioração assustadora do estado das estradas nacionais. E se tal facto não é ainda mais palpável, isso se deve ao esforço excessivo e desgastante do pessoal que serve na JAE, situação que urge corrigir, sob pena de ruptura a breve prazo.

Concretamente, a deficiente coordenação dos serviços, a manifesta inadequação da sua orgânica, a insuficiência de quadros e a falta de mecanização tornam a JAE incapaz de responder às exigências de eficácia e de operacionalidade indispensáveis ao cumprimento das tarefas actuais e futuras que justificam a sua existência.

2. Impõe-se, assim, a reformulação das leis reguladoras da JAE, designadamente dos Decretos-Leis n.ºs 35 434, de 31 de Dezembro de 1945, 48 498, de 24 de Julho de 1968, 605/72, de 30 de Dezembro, e 771/76, de 25 de Outubro, com vista a dotá-la dos meios técnicos e humanos indispensáveis e a libertá-la das suas deficientes ligações internas, determinantes de um lento funcionamento dos serviços.

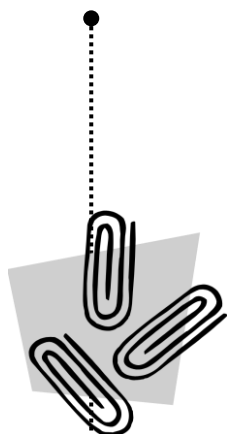
A reestruturação da Junta Autónoma de Estradas visa, fundamentalmente, a adopção de uma nova estrutura, uma adequada descentralização dos serviços e sua regionalização e a correcção dos respectivos quadros de pessoal.

3. Entre outras medidas, convém destacar como órgãos e serviços novos:

- a) O Conselho Consultivo, que permitirá ao presidente e ao Conselho Directivo tomarem as resoluções mais adequadas ao desenvolvimento da rede rodoviária nacional, em perfeita articulação com os diversos sectores públicos directamente relacionados;
- b) A Direcção dos Serviços Gerais e a Direcção dos Serviços de Administração, que terão a seu cargo, em especial, as tarefas de natureza administrativa e financeira, por forma a corresponder às exigências determinadas pela reestruturação dos serviços, nomeadamente em consequência do alargamento da autonomia;
- c) O Gabinete de Planeamento e Programação (GPP), em que se transformou o actual Gabinete de Estudos e Planeamento, o Gabinete de Organização e Informática (GOI), a Assessoria Jurídica e o Serviço de Relações Públicas, que dotarão a JAE de meios de apoio indispensáveis a um melhor funcionamento dos serviços.

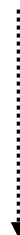
4. Com vista a promover uma adequada descentralização dos serviços e sua regionalização, são criadas direcções de serviços regionais de estradas, que se sucedem às circunscrições de estradas, mas com atribuições mais latas e com disponibilidade de meios humanos que permitam corresponder às actuais exigências regionais.

Anexo 5.05



Padrões de Qualidade da Formação Inicial de Professores – INAFOP

(Deliberação n.º 1488/2000, de 15 de Dezembro)



Instituto Nacional de Acreditação da Formação de Professores

Deliberação n.º 1488/2000. — *Padrões de qualidade da formação inicial de professores.* — Considerando que, nos termos da alínea c) do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 290/98, de 17 de Setembro, a elaboração dos padrões de qualidade da formação inicial de professores foi realizada no quadro de um processo socialmente participado;

Considerado que os padrões de qualidade da formação inicial de professores, nos termos da alínea e) do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 294/98, de 7 de Junho, foram definidos pela comissão de acreditação e certificação:

O conselho geral do INAFOP delibera, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 2.º do Regulamento do Processo de Acreditação, homologar os padrões de qualidade da formação inicial de professores que figuram como anexo a esta deliberação e que dela fazem parte integrante.

13 de Novembro de 2000. — O Presidente, *Bárcelo Paiva Campos*.

ANEXO

Padrões de qualidade da formação inicial de professores

Introdução

Os padrões de qualidade da formação inicial de professores constituem, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/99, de 7 de Junho, referência para o processo de acreditação dos cursos que habilitam profissionalmente para a docência na educação básica (incluindo a educação de infância) e no ensino secundário.

Estes padrões constituem um conjunto de critérios em função dos quais será apreciado o nível de adequação dos cursos às exigências do desempenho docente. Trata-se de enunciados genéricos, aplicáveis a todos os cursos, e envolvem princípios, objectivos e condições que deverão ser tidos em consideração, de forma articulada, com o perfil geral e os perfis específicos de desempenho dos educadores e dos professores, o Regulamento do Processo de Acreditação e o Guião de Candidatura a Acreditação. Incidem nos seguintes domínios:

- 1) Objectivos profissionais, coordenação e regulação do curso;
- 2) Colaborações e parcerias para o desenvolvimento do curso;
- 3) Currículo do curso;
- 4) Selecção e avaliação dos formandos e certificação da qualificação profissional;
- 5) Pessoal docente e não docente e recursos materiais.

Os padrões indicam os princípios que devem ser salvaguardados e os objectivos que devem ser atingidos, mas deixam uma ampla margem de liberdade às instituições para decidir como fazer para os concretizar. Por exemplo, não prescrevem, de modo detalhado como devem ser os estágios, as actividades de campo e os mecanismos de regulação do curso nem a forma como devem ser concretizadas as parcerias com as escolas e com a administração educativa.

O conjunto de critérios de apreciação dos cursos de formação inicial de professores apresentados poderá envolver mudanças em relação a alguns aspectos, levando algumas instituições de formação a ter dificuldade em satisfazer certos padrões, de imediato. É natural que, no futuro próximo, a sua satisfação só se possa fazer gradualmente, nomeadamente no que se refere à qualificação do corpo docente dos cursos em funcionamento ou dos resultantes da transformação de cursos em funcionamento. Além disso, a mudança rápida e constante da informação e do acesso à mesma cria novas exigências às escolas e aos professores, o que requer que os cursos de formação inicial estejam sujeitos a uma contínua reavaliação e, consequentemente, que os padrões de qualidade estejam abertos à revisão.

1 — Objectivos profissionais, coordenação e regulação do curso:

1.1 — O curso desenvolve nos formandos as qualificações e competências necessárias para o desempenho profissional docente e para a aprendizagem ao longo da vida, com base num projecto de formação que tem em consideração, de modo explícito, nomeadamente:

- i) Os perfis profissionais, geral e específico, legalmente definidos;
- ii) As orientações e planos curriculares da educação básica e do ensino secundário;
- iii) A evolução científica e tecnológica;
- iv) As conclusões relevantes da investigação educacional;
- v) As mudanças na sociedade, na escola e no perfil do professor;
- vi) As orientações da política educativa nacional.

1.2 — Existem estruturas e mecanismos de coordenação do curso para desenvolver, gerir, regular e avaliar o programa de formação inicial de professores e para levar a cabo as mudanças necessárias, com o envolvimento dos órgãos de gestão, corpo docente e discente

da instituição de formação e de outras partes interessadas, tais como os órgãos de gestão de escolas cooperantes, associações de professores, sociedades científicas, diplomados pelo curso e membros da comunidade, representando uma variedade de perspectivas e culturas.

1.3 — A instituição de formação assegura a possibilidade de apreciação do trabalho desenvolvido, disponibilizando a informação relevante para a compreensão do seu projecto pedagógico, currículo, actividades, modo de funcionamento, recursos, políticas gerais e resultados nos formandos, tanto no final do curso, como no seu desempenho profissional posterior.

2 — Colaborações e parcerias para o desenvolvimento do curso:

2.1 — A instituição de formação tem formas de colaboração e ou acordos de parceria com:

- i) Outras instituições — para actividades de investigação, desenvolvimento e ensino —, promovendo o envolvimento activo do corpo docente e discente em projectos de âmbito interinstitucional, nacional e internacional;
- ii) Escolas dos vários ciclos de educação e ensino, em associação com as estruturas da administração educacional, quando necessário, e com as organizações de professores, de modo a articular várias dimensões da formação, designadamente a investigação colaborativa, o desenvolvimento profissional de professores, o ensino pós-graduado e as actividades de iniciação à prática profissional.

2.2 — As parcerias realizadas com as escolas e outras instituições, para o efeito da iniciação à prática profissional, são formalizadas através de protocolos de colaboração, indicando de forma clara os papéis, responsabilidades e competências de todos os intervenientes, incluindo os formandos.

2.3 — A instituição de formação:

- i) Assegura-se de que as escolas e outras instituições com as quais estabelece parcerias de colaboração possuem os recursos humanos e materiais e o empenho necessários a uma formação de qualidade;
- ii) Assegura-se que os orientadores dos estágios e outros docentes das escolas e de outras instituições que cooperam no curso possuem competências adequadas para as funções que desempenham, em particular na formação de adultos, e são escolhidos através de mecanismos claros e apropriados de selecção e apoiados no seu desenvolvimento profissional.

3 — Currículo do curso:

3.1 — O curso está organizado de modo a:

- i) Haver coerência entre a estrutura conceptual do curso, a natureza das disciplinas e o sistema de avaliação dos formandos;
- ii) Existir articulação entre teoria e prática, integrando actividades de iniciação à prática profissional ao longo do curso;
- iii) Haver uma articulação cuidada entre as diferentes unidades do curso e actividades desenvolvidas na iniciação à prática profissional, por forma a sustentar uma relação frutuosa entre conhecimentos específicos e perspectivas gerais, bem como o desenvolvimento de uma capacidade crítica em relação às diferentes áreas do saber;
- iv) Desenvolver adequadamente objectivos curriculares de natureza transversal;
- v) Haver possibilidade de os formandos realizarem actividades conjuntas com formandos de cursos afins, com vista a fomentar o cruzamento de conhecimentos e a avaliação de diferentes áreas de competência, úteis no trabalho profissional posterior.

3.2 — As metodologias de ensino e aprendizagem:

- i) São diversificadas e consistentes com os princípios que informam a educação de adultos num contexto de ensino superior e incluem formação específica nos domínios em que os formandos devem adquirir competência;
- ii) Promovem práticas de trabalho em colaboração, essenciais ao funcionamento das organizações escolares;
- iii) Proporcionam a compreensão da complexidade das escolas e das situações educativas, tendo por base múltiplas experiências no terreno;
- iv) Encorajam os formandos a ter um papel activo e responsável na sua aprendizagem e desenvolvimento profissional, não somente durante o curso de formação inicial, mas também quando começarem a ensinar e, subsequentemente, durante a carreira profissional;
- v) Incluem as necessárias experiências de trabalho laboratorial, oficinas e *ateliers* artísticos, aprendizagem de línguas, etc., de acordo com a natureza dos cursos;
- vi) Reconhecem, valorizam e tiram partido das diferentes culturas e experiências dos formandos, bem como do pessoal docente;

- vii) Proporcionam a todos os formandos oportunidades de aprofundamento de problemáticas, a realização de pesquisas e o envolvimento em projectos no seu campo de formação;
- viii) Fomentam níveis elevados de desempenho por parte dos formandos.

3.3 — O curso proporciona acesso às novas tecnologias de informação e da comunicação e a outros recursos para satisfazer as suas necessidades específicas, no que se refere:

- i) Às metodologias de ensino usadas;
- ii) Ao acesso à informação e à comunicação entre os formandos, docentes, escolas e outros intervenientes no processo de formação;
- iii) À aprendizagem do uso criterioso das tecnologias de informação e da comunicação, nas suas diversas vertentes;
- iv) Ao uso destes recursos como parte integrante da preparação e experiência profissional dos formandos.

3.4 — O currículo do curso inclui as seguintes componentes de formação, devidamente articuladas entre si:

- i) A formação cultural, social e ética, que abrange, em complemento ao contributo que para o efeito as outras componentes devem dar, a sensibilização para os grandes problemas do mundo contemporâneo, o alargamento a áreas do saber e cultura diferentes da sua especialidade de docência, a reflexão sobre os problemas éticos que se colocam na actividade docente, bem como dimensões instrumentais relativas à procura, organização e comunicação da informação, incluindo o recurso às tecnologias de informação e da comunicação e ao conhecimento de línguas estrangeiras;
- ii) A formação na especialidade da(s) área(s) de docência, que integra unidades curriculares com a diversidade e profundidade adequadas à obtenção de formação de base na área do curso e em áreas do saber conexas para o desempenho profissional nos níveis de docência para que o curso se habilita;
- iii) A formação educacional, que abrange as didácticas específicas da área de docência para que o curso habilita e outros domínios do saber sobre educação, relevantes para a compreensão do acto educativo, incluindo uma perspectiva de atenção à diversidade;
- iv) A iniciação à prática profissional, que inclui a observação, colaboração, intervenção, análise e reflexão sobre situações educativas.

3.5 — As unidades de crédito das componentes de formação, contabilizadas no sistema europeu de transferência de créditos (ECTS), satisfazem os valores mínimos a seguir indicados, tendo presente que cada disciplina pode contribuir para a formação em mais do que uma componente:

- i) Nos cursos que habilitam para a docência na educação da infância ou no 1.º ciclo do ensino básico:
 - a) Formação cultural, social e ética — 15 ECTS;
 - b) Formação nas áreas de docência e didácticas específicas — 105 ECTS;
 - c) Formação educacional geral — 35 ECTS;
 - d) Iniciação à prática profissional — 50 ECTS;
- ii) Nos restantes cursos:
 - a) Formação cultural, social e ética — 15 ECTS;
 - b) Formação nas áreas de docência — 125 ECTS se habilitam para docência de uma disciplina e 150 ECTS se habilitam para docência de mais de uma disciplina ou para o ensino secundário;
 - c) Formação educacional geral e didácticas específicas — 50 ECTS;
 - d) Iniciação à prática profissional — 50 ECTS.

3.6 — Os cursos de formação pedagógica previstos no artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, por si só ou em conjugação com as licenciaturas que os antecedem, asseguram os mínimos de formação previstos para as componentes de formação cultural, social e ética, educacional, iniciação à prática profissional da respectiva qualificação profissional docente, devendo aquelas licenciaturas satisfazer os mínimos estabelecidos para a formação na especialidade da(s) área(s) de docência.

3.7 — Os cursos têm anos escolares com um mínimo de 30 semanas, não excedendo a carga lectiva presencial semanal de vinte e cinco horas.

3.8 — As actividades de iniciação à prática profissional:

- i) São concebidas numa perspectiva de desenvolvimento profissional dos formandos como futuros professores, para que estes possam vir a adoptar uma postura crítica e reflexiva

em relação aos desafios, processos e desempenhos do quotidiano profissional, devendo integrar uma componente de investigação;

- ii) Concretizam-se, ao longo do curso, de forma coerente com os objectivos do programa, através de acções diferenciadas de duração crescente e responsabilização progressiva, e concluem-se com o estágio profissional supervisionado;
- iii) Realizam-se em grupos ou turmas de diferentes níveis de desenvolvimento em todos os ciclos para os quais o curso habilita, em conformidade com as áreas curriculares a que a formação se destina;
- iv) Proporcionam experiências diversificadas, nomeadamente com alunos de sexo, idade, nível de desenvolvimento, ambiente social e cultura diferentes;
- v) Permitem os formandos o contacto com escolas e outras instituições de realidades diversas e proporcionam experiências de planificação, ensino e avaliação, bem como o envolvimento no largo espectro de responsabilidades que se esperam do professor, incluindo trabalho de equipa, dentro e fora da sala de aula;
- vi) Previnem comportamentos e atitudes dos formandos que possam prejudicar os alunos do jardim-de-infância e das escolas dos ensinos básico e secundário;
- vii) Incluem, para além do estágio, acções que envolvem uma duração mínima de duas horas e que têm lugar, pelo menos, em 15 dias distribuídos por um ou mais anos lectivos.

3.9 — O estágio:

- i) É realizado na leccionação de uma ou mais turmas num sistema de co-responsabilização dos formandos com o orientador da escola e a supervisão da instituição formadora, salvaguardando a especificidade de cada nível de educação e ensino;
- ii) Decorre ao longo de um ano lectivo ou equivalente;
- iii) Envolve a realização de seminários de integração científico-pedagógica e teórico-prática, bem como trabalho de análise e reflexão com os orientadores e com o grupo de estágio.

3.10 — A prática da investigação e da discussão de trabalhos de investigação está presente, de modo regular, na actividade da instituição de formação:

- i) Os docentes realizam projectos de investigação, publicam trabalhos de índole científica e mantêm uma participação regular nas actividades das respectivas comunidades científicas;
- ii) Os resultados da investigação realizada na instituição, sobre a sua própria realidade, e noutras instituições são usados como suporte ao desenvolvimento e aperfeiçoamento do curso;
- iii) Os formandos aprendem os aspectos essenciais das metodologias usadas na investigação realizada na sua área de docência e no campo educacional e têm oportunidade de participar em projectos ou actividades de iniciação à investigação conduzidas por docentes da instituição.

3.11 — Existem na instituição de formação uma diversidade de actividades e programas, nomeadamente:

- i) Programas de formação contínua — em articulação com a formação inicial e conduzindo ou não a graus ou a certificação formal — para professores e outros profissionais e actividades para membros da comunidade educativa, como pais, autarcas, etc.;
- ii) Publicação de estudos e suportes pedagógicos respeitante às várias componentes de formação;
- iii) Serviços de apoio e consultoria para instituições educativas e para a comunidade em geral.

4 — Selecção e avaliação dos formandos e certificação da qualificação profissional:

4.1 — Os critérios e procedimentos para seleccionar os candidatos ao ingresso no curso ou à etapa do curso que conduz à qualificação para a docência:

- i) Reflectem os princípios e objectivos do curso, seleccionado candidatos com preparação correspondente à especialidade que pretendem cursar e com classificação mínima adequada nas disciplinas de acesso;
- ii) Têm em consideração a provável adequação dos candidatos à carreira profissional;
- iii) Reconhecem qualificações não formais, obtidas no exercício de actividades profissionais ou outras, desde que relevantes para o respectivo curso.

4.2 — Os critérios de avaliação usados no curso abrangem um conjunto de características associadas com a provável adequação dos for-

mandos ao exercício profissional, sendo-lhes proporcionadas experiências e auto e hetero-avaliação.

4.3 — Os procedimentos de avaliação são adequados:

- i) À natureza das disciplinas e aos diferentes momentos do curso;
- ii) À natureza das características avaliadas e à finalidade da avaliação, seja ela formativa ou sumativa;
- iii) À especificidade das suas diferentes componentes.

4.4 — A avaliação do desempenho dos formandos em actividades de iniciação à prática profissional que envolvam experiências de ensino é feita cooperativamente pelo pessoal docente da instituição de formação e pelos orientadores das escolas, havendo processos explícitos para a resolução de eventuais conflitos.

4.5 — A avaliação é adequada à certificação da qualificação profissional para o início da actividade docente.

5 — Pessoal docente e não docente e recursos materiais:

5.1 — A instituição de formação assegura, no que respeita ao corpo docente de cada curso e aos professores das escolas e instituições que cooperam na formação:

- i) A existência de uma efectiva coordenação científica e pedagógica;
- ii) A participação no desenvolvimento e avaliação do curso;
- iii) Oportunidades de desenvolvimento profissional em diversos domínios.

5.2 — O corpo docente do curso:

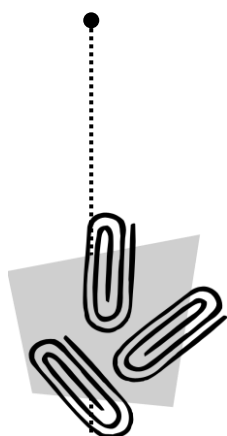
- i) Assegura a docência nas áreas do curso para as quais o seu currículo académico, científico e profissional qualifica;
- ii) É altamente qualificado, incluindo maioritariamente doutores em regime de dedicação exclusiva ou de tempo integral, tanto nas áreas de especialidade de docência como na formação educacional;
- iii) Inclui igualmente docentes, afectos a esse curso, com experiência efectiva nos níveis de educação e ensino para os quais o curso qualifica;
- iv) Realiza uma diversidade de actividades, incluindo investigação e colaboração com professores e com a administração educacional;
- v) Actualiza-se permanentemente no que respeita a conhecimentos, competências, metodologias de ensino e de avaliação;
- vi) Sabe usar apropriadamente as novas tecnologias de informação e da comunicação, em particular no ensino da sua área e na sua actividade docente.

5.3 — A instituição de formação tem pessoal técnico e administrativo qualificado de apoio ao curso e toma medidas para a sua actualização permanente.

5.4 — A instituição de formação tem:

- i) Instalações e equipamentos adequados à natureza do curso, nomeadamente edifícios, laboratórios, bibliotecas, mediatecas, centros de recursos, salas de informática e de estudo, com as condições necessárias à sua utilização por portadores de deficiência física;
- ii) Meios auxiliares de ensino que permitem aos formandos familiarizar-se com os materiais usados nas escolas.

Anexo 5.06



**Perfil geral de desempenho profissional
do educador de infância e dos professores
dos ensinos básico e secundário**

(Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**Decreto-Lei n.º 240/2001**

de 30 de Agosto

O regime de qualificação para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário encontra o seu enquadramento jurídico estabelecido nos artigos 30.º e 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo e legislação complementar, designadamente o Decreto-Lei n.º 194/99, de 7 de Junho, que estabeleceu o sistema de acreditação de cursos que conferem qualificação profissional para a docência, e os Decretos-Leis n.ºs 6/2001, de 18 de Janeiro, e 7/2001, da mesma data, que fixaram os princípios orientadores da organização e gestão do currículo dos ensinos básico e secundário.

De acordo com o referido regime, os educadores de infância e os professores são detentores de diplomas que certificam a formação profissional específica com que se encontram habilitados, através de cursos que se organizam de acordo com as necessidades do respectivo desempenho profissional, e segundo perfis de qualificação para a docência, decorrentes do disposto na referida Lei de Bases.

Nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 194/99, de 7 de Junho, o reconhecimento da adequação dos referidos cursos às exigências de qualidade do desempenho profissional tem como quadro de referência quer o regime jurídico de formação inicial de educadores e professores fixado na Lei de Bases e respectiva legislação complementar, quer as orientações curriculares para a educação pré-escolar e os currículos dos ensinos básico e secundário, quer ainda o perfil geral de desempenho do educador de infância e do professor e os perfis de desempenho específico de cada qualificação docente, bem como os padrões de qualidade da formação inicial, fixados pelo INAFOP para a respectiva acreditação e certificação.

Deste modo, a definição dos perfis de competência exigidos para o desempenho de funções docentes cabe ao Governo, nos termos do n.º 2 do artigo 31.º da Lei de Bases do Sistema Educativo.

Tais perfis, ao caracterizarem o desempenho profissional do educador e do professor, evidenciam, se considerados integradamente, as respectivas exigências de formação inicial, sem prejuízo da indispensabilidade da aprendizagem ao longo da vida para um desempenho profissional consolidado e para a contínua adequação deste aos sucessivos desafios que lhe são colocados.

Constituem, por isso, um quadro orientador fundamental quer para a organização dos cursos que conferem habilitação profissional para a docência quer para acreditação de tais formações.

Às instituições de formação compete definir os objectivos dos cursos de formação inicial que preparam para a docência, bem como organizar e desenvolver o ensino, a aprendizagem e a avaliação necessários à formação dos futuros docentes, cabendo-lhes, igualmente, certificar a habilitação profissional dos seus diplomados, garantindo que estes possuem a formação necessária ao exercício da docência.

À instituição de acreditação, por seu lado, compete ajuizar se o curso organizado pela instituição de formação proporciona a preparação necessária ao desempenho profissional e, em caso afirmativo, reconhecê-lo como curso que confere habilitação profissional para a docência.

Pelo presente diploma, define-se o perfil de desempenho comum aos educadores de infância e aos professores dos ensinos básico e secundário, deixando, para momento posterior, a definição dos perfis de desempenho próprios de cada qualificação para a docência, a aprovar através de diplomas específicos para o efeito.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

É aprovado o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, publicado em anexo ao presente diploma e que dele faz parte integrante.

Artigo 2.º

Finalidade

O perfil de desempenho profissional referido no artigo anterior, constitui o quadro de orientação a que se encontram subordinadas:

- a) A organização dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário, bem como a certificação da correspondente qualificação profissional para a docência;
- b) A acreditação dos mesmos cursos, nos termos legais.

Artigo 3.º

Remissão

Os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário constam de diplomas próprios, que definirão o desempenho de cada qualificação profissional para a docência.

Artigo 4.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Julho de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus*.

Promulgado em 17 de Agosto de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Agosto de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO

Perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

I

Perfil geral de desempenho

O perfil geral de desempenho do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário enuncia referenciais comuns à actividade dos docentes de todos os níveis de ensino, evidenciando exigências para a organização dos projectos da respectiva formação e para o reconhecimento de habilitações profissionais docentes.

II

Dimensão profissional, social e ética

1 — O professor promove aprendizagens curriculares, fundamentando a sua prática profissional num saber específico resultante da produção e uso de diversos saberes integrados em função das acções concretas da mesma prática, social e eticamente situada.

2 — No âmbito do disposto no número anterior, o professor:

- a) Assume-se como um profissional de educação, com a função específica de ensinar, pelo que recorre ao saber próprio da profissão, apoiado na investigação e na reflexão partilhada da prática educativa e enquadrado em orientações de política educativa para cuja definição contribui activamente;
- b) Exerce a sua actividade profissional na escola, entendida como uma instituição educativa, à qual está socialmente cometida a responsabilidade específica de garantir a todos, numa perspectiva de escola inclusiva, um conjunto de aprendizagens de natureza diversa, designado por currículo, que, num dado momento e no quadro de uma construção social negociada e assumida como temporária, é reconhecido como necessidade e direito de todos para o seu desenvolvimento integral;
- c) Fomenta o desenvolvimento da autonomia dos alunos e a sua plena inclusão na sociedade, tendo em conta o carácter complexo e diferenciado das aprendizagens escolares;

- d) Promove a qualidade dos contextos de inserção do processo educativo, de modo a garantir o bem-estar dos alunos e o desenvolvimento de todas as componentes da sua identidade individual e cultural;
- e) Identifica ponderadamente e respeita as diferenças culturais e pessoais dos alunos e demais membros da comunidade educativa, valorizando os diferentes saberes e culturas e combatendo processos de exclusão e discriminação;
- f) Manifesta capacidade relacional e de comunicação, bem como equilíbrio emocional, nas várias circunstâncias da sua actividade profissional;
- g) Assume a dimensão cívica e formativa das suas funções, com as inerentes exigências éticas e deontológicas que lhe estão associadas.

III

Dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem

1 — O professor promove aprendizagens no âmbito de um currículo, no quadro de uma relação pedagógica de qualidade, integrando, com critérios de rigor científico e metodológico, conhecimentos das áreas que o fundamentam.

2 — No âmbito do disposto no número anterior, o professor:

- a) Promove aprendizagens significativas no âmbito dos objectivos do projecto curricular de turma, desenvolvendo as competências essenciais e estruturantes que o integram;
- b) Utiliza, de forma integrada, saberes próprios da sua especialidade e saberes transversais e multidisciplinares adequados ao respectivo nível e ciclo de ensino;
- c) Organiza o ensino e promove, individualmente ou em equipa, as aprendizagens no quadro dos paradigmas epistemológicos das áreas do conhecimento e de opções pedagógicas e didácticas fundamentadas, recorrendo à actividade experimental sempre que esta se revele pertinente;
- d) Utiliza correctamente a língua portuguesa, nas suas vertentes escrita e oral, constituindo essa correcta utilização objectivo da sua acção formativa;
- e) Utiliza, em função das diferentes situações, e incorpora adequadamente nas actividades de aprendizagem linguagens diversas e suportes variados, nomeadamente as tecnologias de informação e comunicação, promovendo a aquisição de competências básicas neste último domínio;
- f) Promove a aprendizagem sistemática dos processos de trabalho intelectual e das formas de o organizar e comunicar, bem como o envolvimento activo dos alunos nos processos de aprendizagem e na gestão do currículo;
- g) Desenvolve estratégias pedagógicas diferenciadas, conducentes ao sucesso e realização de cada aluno no quadro sócio-cultural da diversidade das sociedades e da heterogeneidade dos sujeitos, mobilizando valores, saberes, experiências e outras componentes dos contextos e percursos pessoais, culturais e sociais dos alunos;

- h) Assegura a realização de actividades educativas de apoio aos alunos e coopera na detecção e acompanhamento de crianças ou jovens com necessidades educativas especiais;
- i) Incentiva a construção participada de regras de convivência democrática e gere, com segurança e flexibilidade, situações problemáticas e conflitos interpessoais de natureza diversa;
- j) Utiliza a avaliação, nas suas diferentes modalidades e áreas de aplicação, como elemento regulador e promotor da qualidade do ensino, da aprendizagem e da sua própria formação.

IV

Dimensão de participação na escola e de relação com a comunidade

1 — O professor exerce a sua actividade profissional, de uma forma integrada, no âmbito das diferentes dimensões da escola como instituição educativa e no contexto da comunidade em que esta se insere.

2 — No âmbito do disposto no número anterior, o professor:

- a) Perspectiva a escola e a comunidade como espaços de educação inclusiva e de intervenção social, no quadro de uma formação integral dos alunos para a cidadania democrática;
- b) Participa na construção, desenvolvimento e avaliação do projecto educativo da escola e dos respectivos projectos curriculares, bem como nas actividades de administração e gestão da escola, atendendo à articulação entre os vários níveis e ciclos de ensino;
- c) Integra no projecto curricular saberes e práticas sociais da comunidade, conferindo-lhes relevância educativa;
- d) Colabora com todos os intervenientes no processo educativo, favorecendo a criação e o desenvolvimento de relações de respeito mútuo entre docentes, alunos, encarregados de educação e pessoal não docente, bem como com outras instituições da comunidade;
- e) Promove interações com as famílias, nomeadamente no âmbito dos projectos de vida e de formação dos seus alunos;
- f) Valoriza a escola enquanto pólo de desenvolvimento social e cultural, cooperando com outras instituições da comunidade e participando nos seus projectos;
- g) Coopera na elaboração e realização de estudos e de projectos de intervenção integrados na escola e no seu contexto.

V

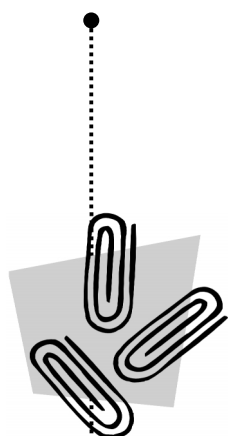
Dimensão de desenvolvimento profissional ao longo da vida

1 — O professor incorpora a sua formação como elemento constitutivo da prática profissional, construindo-a a partir das necessidades e realizações que consciencializa, mediante a análise problematizada da sua prática pedagógica, a reflexão fundamentada sobre a construção da profissão e o recurso à investigação, em cooperação com outros profissionais.

2 — No âmbito do disposto no número anterior, o professor:

- a) Reflecte sobre as suas práticas, apoiando-se na experiência, na investigação e em outros recursos importantes para a avaliação do seu desenvolvimento profissional, nomeadamente no seu próprio projecto de formação;
- b) Reflecte sobre aspectos éticos e deontológicos inerentes à profissão, avaliando os efeitos das decisões tomadas;
- c) Perspectiva o trabalho de equipa como factor de enriquecimento da sua formação e da actividade profissional, privilegiando a partilha de saberes e de experiências;
- d) Desenvolve competências pessoais, sociais e profissionais, numa perspectiva de formação ao longo da vida, considerando as diversidades e semelhanças das realidades nacionais e internacionais, nomeadamente na União Europeia;
- e) Participa em projectos de investigação relacionados com o ensino, a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos.

Anexo 5.07



**Perfis específicos de desempenho profissional
do Educador de Infância
e do Professor do 1.º Ciclo do Ensino Básico**

(Decreto-Lei n.º 241/2001, de 30 de Agosto)



tivamente, os anexos n.ºs 1 e 2 do presente diploma e que dele fazem parte integrante.

Artigo 2.º

Finalidade

Os perfis de desempenho referidos no artigo anterior constituem, em conjugação com o perfil geral do educador de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário, o quadro de orientação a que se encontram subordinadas:

- a) A organização dos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores do 1.º ciclo do ensino básico, bem como a certificação da correspondente qualificação profissional para a docência;
- b) A acreditação dos mesmos cursos, nos termos legais.

Artigo 3.º

Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 26 de Julho de 2001. — *António Manuel de Oliveira Guterres* — *Júlio Domingos Pedrosa da Luz de Jesus*.

Promulgado em 17 de Agosto de 2001.

Publique-se.

O Presidente da República, JORGE SAMPAIO.

Referendado em 23 de Agosto de 2001.

O Primeiro-Ministro, *António Manuel de Oliveira Guterres*.

ANEXO N.º 1

Perfil específico de desempenho profissional do educador de infância

I

Perfil do educador de infância

1 — Na educação pré-escolar, o perfil do educador de infância é o perfil geral do educador e dos professores do ensino básico e secundário, aprovado em diploma próprio, com as especificações constantes do presente diploma, as quais têm por base a dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem daquele perfil.

2 — A formação do educador de infância pode, igualmente, capacitar para o desenvolvimento de outras funções educativas, nomeadamente no quadro da educação das crianças com idade inferior a 3 anos.

II

Concepção e desenvolvimento do currículo

1 — Na educação pré-escolar, o educador de infância concebe e desenvolve o respectivo currículo, através da planificação, organização e avaliação do ambiente educativo, bem como das actividades e projectos curriculares, com vista à construção de aprendizagens integradas.

Decreto-Lei n.º 241/2001

de 30 de Agosto

Pelo Decreto-Lei n.º 240/2001, de 30 de Agosto, foi definido o perfil geral de desempenho profissional do educador de infância e do professor dos ensinos básico e secundário.

Importa, agora, dar início à aprovação dos perfis de desempenho específicos de cada qualificação profissional para a docência, começando pelos relativos ao educador de infância e ao professor do 1.º ciclo do ensino básico.

A orientação e as actividades pedagógicas na educação pré-escolar são asseguradas, nos termos do n.º 2 do artigo 30.º da Lei de Bases do Sistema Educativo, por educadores de infância. Estes profissionais têm, também, vindo a desempenhar funções em instituições sociais que acolhem crianças até aos 3 anos de idade. Embora o perfil definido no presente diploma vise orientar, apenas, a organização da formação do educador de infância para a educação pré-escolar, não se exclui que tal formação habilite igualmente para o desempenho de funções naquele nível etário.

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º da referida Lei de Bases, o ensino no 1.º ciclo é globalizante e da responsabilidade de um professor único, o qual pode ser coadjuvado em áreas especializadas.

Assim:

No desenvolvimento do regime jurídico estabelecido pela Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, e alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei geral da República, o seguinte:

Artigo 1.º

Objecto

São aprovados os perfis específicos de desempenho profissional do educador de infância e do professor do 1.º ciclo do ensino básico, os quais constituem, respec-

2 — No âmbito da organização do ambiente educativo, o educador de infância:

- a) Organiza o espaço e os materiais, concebendo-os como recursos para o desenvolvimento curricular, de modo a proporcionar às crianças experiências educativas integradas;
- b) Disponibiliza e utiliza materiais estimulantes e diversificados, incluindo os seleccionados a partir do contexto e das experiências de cada criança;
- c) Proceda a uma organização do tempo de forma flexível e diversificada, proporcionando a apreensão de referências temporais pelas crianças;
- d) Mobiliza e gere os recursos educativos, nomeadamente os ligados às tecnologias da informação e da comunicação;
- e) Cria e mantém as necessárias condições de segurança, de acompanhamento e de bem-estar das crianças.

3 — No âmbito da observação, da planificação e da avaliação, o educador de infância:

- a) Observa cada criança, bem como os pequenos grupos e o grande grupo, com vista a uma planificação de actividades e projectos adequados às necessidades da criança e do grupo e aos objectivos de desenvolvimento e da aprendizagem;
- b) Tem em conta, na planificação do desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem, os conhecimentos e as competências de que as crianças são portadoras;
- c) Planifica a intervenção educativa de forma integrada e flexível, tendo em conta os dados recolhidos na observação e na avaliação, bem como as propostas explícitas ou implícitas das crianças, as temáticas e as situações imprevistas emergentes no processo educativo;
- d) Planifica actividades que sirvam objectivos abrangentes e transversais, proporcionando aprendizagens nos vários domínios curriculares;
- e) Avalia, numa perspectiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos adoptados, bem como o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo.

4 — No âmbito da relação e da acção educativa, o educador de infância:

- a) Relaciona-se com as crianças por forma a favorecer a necessária segurança afectiva e a promover a sua autonomia;
- b) Promove o envolvimento da criança em actividades e em projectos da iniciativa desta, do grupo, do educador ou de iniciativa conjunta, desenvolvendo-os individualmente, em pequenos grupos e no grande grupo, no âmbito da escola e da comunidade;
- c) Fomenta a cooperação entre as crianças, garantindo que todas se sintam valorizadas e integradas no grupo;
- d) Envolve as famílias e a comunidade nos projectos a desenvolver;
- e) Apoia e fomenta o desenvolvimento afectivo, emocional e social de cada criança e do grupo;

- f) Estimula a curiosidade da criança pelo que a rodeia, promovendo a sua capacidade de identificação e resolução de problemas;
- g) Fomenta nas crianças capacidades de realização de tarefas e disposições para aprender;
- h) Promove o desenvolvimento pessoal, social e cívico numa perspectiva de educação para a cidadania.

III

Integração do currículo

1 — Na educação pré-escolar, o educador de infância mobiliza o conhecimento e as competências necessárias ao desenvolvimento de um currículo integrado, no âmbito da expressão e da comunicação e do conhecimento do mundo.

2 — No âmbito da expressão e da comunicação, o educador de infância:

- a) Organiza um ambiente de estimulação comunicativa, proporcionando a cada criança oportunidades específicas de interacção com os adultos e com as outras crianças;
- b) Promove o desenvolvimento da linguagem oral de todas as crianças, atendendo, de modo particular, às que pertencem a grupos social e linguisticamente minoritários ou desfavorecidos;
- c) Favorece o aparecimento de comportamentos emergentes de leitura e escrita, através de actividades de exploração de materiais escritos;
- d) Promove, de forma integrada, diferentes tipos de expressão (plástica, musical, dramática e motora) inserindo-os nas várias experiências de aprendizagem curricular;
- e) Desenvolve a expressão plástica utilizando linguagens múltiplas, bidimensionais e tridimensionais, enquanto meios de relação, de informação, de fruição estética e de compreensão do mundo;
- f) Desenvolve actividades que permitam à criança produzir sons e ritmos com o corpo, a voz e instrumentos musicais ou outros e possibilita o desenvolvimento das capacidades de escuta, de análise e de apreciação musical;
- g) Organiza actividades e projectos que, nos domínios do jogo simbólico e do jogo dramático, permitam a expressão e o desenvolvimento motor, de forma a desenvolver a capacidade narrativa e a comunicação verbal e não verbal;
- h) Promove o recurso a diversas formas de expressão dramática, explorando as possibilidades técnicas de cada uma destas;
- i) Organiza jogos, com regras progressivamente mais complexas, proporcionando o controlo motor na actividade lúdica, bem como a socialização pelo cumprimento das regras;
- j) Promove o desenvolvimento da motricidade global das crianças, tendo em conta diferentes formas de locomoção e possibilidades do corpo, da orientação no espaço, bem como da motricidade fina e ampla, permitindo à criança aprender a manipular objectos.

3 — No âmbito do conhecimento do mundo, o educador de infância:

- a) Promove actividades exploratórias de observação e descrição de atributos dos materiais, das pessoas e dos acontecimentos;

- b) Incentiva a observação, a exploração e a descrição de relações entre objectos, pessoas e acontecimentos, com recurso à representação corporal, oral e gráfica;
- c) Cria oportunidades para a exploração das quantidades, com recurso à comparação e estimativa e à utilização de sistemas convencionais e de processos não convencionais de numeração e medida;
- d) Estimula, nas crianças, a curiosidade e a capacidade de identificar características das vertentes natural e social da realidade envolvente;
- e) Promove a capacidade de organização temporal, espacial e lógica de observações, factos e acontecimentos;
- f) Desperta o interesse pelas tradições da comunidade, organizando actividades adequadas para o efeito;
- g) Proporciona ocasiões de observação de fenómenos da natureza e de acontecimentos sociais que favoreçam o confronto de interpretações, a inserção da criança no seu contexto, o desenvolvimento de atitudes de rigor e de comportamentos de respeito pelo ambiente e pelas identidades culturais.

ANEXO N.º 2

Perfil específico de desempenho profissional do professor do 1.º ciclo do ensino básico

I

Perfil do professor do 1.º ciclo do ensino básico

O perfil de desempenho do professor do 1.º ciclo do ensino básico é o perfil geral do educador e dos professores dos ensinos básico e secundário, aprovado em diploma próprio, com as especificações constantes do presente diploma, as quais têm por base a dimensão de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem daquele perfil.

II

Concepção e desenvolvimento do currículo

1 — O professor do 1.º ciclo do ensino básico desenvolve o respectivo currículo, no contexto de uma escola inclusiva, mobilizando e integrando os conhecimentos científicos das áreas que o fundamentam e as competências necessárias à promoção da aprendizagem dos alunos.

2 — No âmbito do desempenho referido no número anterior, o professor do 1.º ciclo:

- a) Coopera na construção e avaliação do projecto curricular da escola e concebe e gere, em colaboração com outros professores e em articulação com o conselho de docentes, o projecto curricular da sua turma;
- b) Desenvolve as aprendizagens, mobilizando integralmente saberes científicos relativos às áreas e conteúdos curriculares e às condicionantes individuais e contextuais que influenciam a aprendizagem;
- c) Organiza, desenvolve e avalia o processo de ensino com base na análise de cada situação concreta, tendo em conta, nomeadamente, a diversidade de conhecimentos, de capacidades e de experiências com que cada aluno inicia ou prossegue as aprendizagens;
- d) Utiliza os conhecimentos prévios dos alunos, bem como os obstáculos e os erros, na construção das situações de aprendizagem escolar;
- e) Promove a integração de todas as vertentes do currículo e a articulação das aprendizagens do 1.º ciclo com as da educação pré-escolar e as do 2.º ciclo;
- f) Fomenta a aquisição integrada de métodos de estudo e de trabalho intelectual, nas aprendizagens, designadamente ao nível da pesquisa, organização, tratamento e produção de informação, utilizando as tecnologias da informação e da comunicação;
- g) Promove a autonomia dos alunos, tendo em vista a realização independente de aprendizagens futuras, dentro e fora da escola;
- h) Avalia, com instrumentos adequados, as aprendizagens dos alunos em articulação com o processo de ensino, de forma a garantir a sua monitorização, e desenvolve nos alunos hábitos de auto-regulação da aprendizagem;
- i) Desenvolve nos alunos o interesse e o respeito por outros povos e culturas e fomenta a iniciação à aprendizagem de outras línguas, mobilizando os recursos disponíveis;
- j) Promove a participação activa dos alunos na construção e prática de regras de convivência, fomentando a vivência de práticas de colaboração e respeito solidário no âmbito da formação para a cidadania democrática;
- k) Relaciona-se positivamente com crianças e com adultos, no contexto da especificidade da sua relação com as famílias e com a comunidade, proporcionando, nomeadamente, um clima de escola caracterizado pelo bem-estar afectivo que predisponha para as aprendizagens.

III

Integração do currículo

1 — O professor do 1.º ciclo do ensino básico promove a aprendizagem de competências socialmente relevantes, no âmbito de uma cidadania activa e responsável, enquadradas nas opções de política educativa presentes nas várias dimensões do currículo integrado deste ciclo.

2 — No âmbito da educação em Língua Portuguesa, o professor do 1.º ciclo:

- a) Desenvolve nos alunos as competências de compreensão e de expressão oral, mobilizando conhecimentos científicos relativos aos processos através dos quais se desenvolve a linguagem e se realiza a comunicação interpessoal;
- b) Promove a aprendizagem de competências de escrita e de leitura, mobilizando conhecimentos científicos acerca dos processos de produção e de compreensão de textos escritos e das suas relações com a comunicação oral;
- c) Incentiva a produção de textos escritos e integra essa produção nas actividades de aprendizagem curricular, levando os alunos a mobilizar diversas estratégias para a aprendizagem da escrita, servindo-se de materiais e de suportes variados;
- d) Incentiva os alunos a utilizar diversas estratégias de aprendizagem e de desenvolvimento da lei-

tura em variados tipos de textos e com diferentes finalidades;

- e) Fomenta nos alunos hábitos de reflexão conducentes ao conhecimento explícito de aspectos básicos da estrutura e do uso da língua, de modo a que as suas competências linguísticas se vão desenvolvendo de forma contextualizada e em interacção comunicativa;
- f) Promove nos alunos de diferente língua materna a aprendizagem da língua portuguesa como segunda língua.

3 — No âmbito da educação em Matemática, o professor do 1.º ciclo:

- a) Promove nos alunos o gosto pela matemática, propiciando a articulação entre a matemática e a vida real e incentivando-os a resolver problemas e a explicitar os processos de raciocínio;
- b) Implica os alunos na construção do seu próprio conhecimento matemático, mobilizando conhecimentos relativos ao modo como as crianças aprendem matemática e aos contextos em que ocorrem essas aprendizagens;
- c) Promove nos alunos a aprendizagem dos conceitos, das técnicas e dos processos matemáticos implicados no currículo do 1.º ciclo, designadamente na compreensão e representação dos números e das operações aritméticas, na compreensão do processo de medição e dos sistemas de medida, no conhecimento de formas geométricas simples, na recolha e organização de dados e na identificação de padrões e regularidades;
- d) Desenvolve nos alunos a capacidade de identificar, definir e discutir conceitos e procedimentos, bem como de aprofundar a compreensão de conexões entre eles e entre a matemática e as outras áreas curriculares;
- e) Proporciona oportunidades para que os alunos realizem actividades de investigação em matemática, utilizando diversos materiais e tecnologias e desenvolvendo nos educandos a autoconfiança na sua capacidade de trabalhar com a matemática.

4 — No âmbito da educação em Ciências Sociais e da Natureza, o professor do 1.º ciclo:

- a) Desenvolve nos alunos uma atitude científica, mobilizando os processos pelos quais se constrói o conhecimento;
- b) Utiliza estratégias conducentes ao desenvolvimento das seguintes dimensões formativas da aprendizagem das ciências:

Curiosidade, gosto de saber e conhecimento rigoroso e fundamentado sobre a realidade social e natural;

Capacidade de questionamento e de reconhecimento do valor e dos limites da evolução da ciência;

Capacidade de articulação das realidades do mundo social e natural com as aprendizagens escolares;

Compreensão das conexões ciência-tecnologia-desenvolvimento, recorrendo, nomeadamente, à construção de objectos simples, ao uso de modelos e à resolução de problemas;

- c) Promove a aprendizagem integrada de conteúdos e de processos das ciências sociais e da natureza;
- d) Promove a apropriação de referentes espaciais, temporais e factuais, que permitam aos alunos construir a sua identidade e situar-se no tempo e no espaço local, nacional e mundial, com recurso a elementos da história, da geografia e dos contextos sociais;
- e) Envolve os alunos em actividades de índole experimental e de sistematização de conhecimentos da realidade natural, nomeadamente os relativos à natureza da matéria, ao sistema solar, a aspectos do meio físico, aos seres vivos e ao funcionamento, saúde e segurança do corpo humano;
- f) Desenvolve aprendizagens no domínio das ciências, conducentes à construção de uma cidadania responsável, nomeadamente no âmbito da educação para a saúde, ambiente, consumo, respeito pela diferença e convivência democrática.

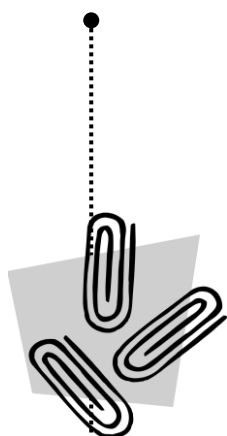
5 — No âmbito da Educação Física, o professor do 1.º ciclo:

- a) Promove o desenvolvimento físico-motor das crianças, numa perspectiva integrada, visando a melhoria da qualidade de vida e a promoção de hábitos de vida activa e saudável;
- b) Organiza situações de aprendizagem que favoreçam o envolvimento lúdico e a capacidade de atingir objectivos e vencer dificuldades, tendo em conta o desenvolvimento de atitudes responsáveis e de respeito pelas diferenças individuais manifestadas na actividade física;
- c) Desenvolve estratégias que valorizem o papel e os benefícios formativos da actividade física, em articulação com outras experiências de aprendizagem curricular.

6 — No âmbito da Educação Artística, o professor do 1.º ciclo:

- a) Promove, de forma integrada, o desenvolvimento das expressões artísticas e das competências criativas e utiliza estratégias que integrem os processos artísticos em outras experiências de aprendizagem curricular;
- b) Desenvolve a aprendizagem de competências artísticas essenciais e de processos de pensamento criativo, utilizando os materiais, instrumentos e técnicas envolvidos na educação artística, no âmbito do currículo do 1.º ciclo;
- c) Desenvolve nos alunos a capacidade de apreciar as artes e de compreender a sua função na sociedade, valorizando o património artístico e ambiental da humanidade.

Anexo 5.08



**Convenção sobre o Reconhecimento
das Qualificações Relativas ao Ensino Superior
na Região Europa, Lisboa, 11 de Abril de 1997
(Resolução da Assembleia da República n.º 25/2000, de 30 de Março)**



الفصل 24
تسوية النزاعات

يسوى كل نزاع أو صعوبة تخص تطبيق أو تأويل هذه الاتفاقية بطريق التشاور بين الطرفين المتعاقدين.

الفصل 25
الدخول حيز التنفيذ وإنهاء العمل بالاتفاقية

1) تدخل هذه الاتفاقية حيز التنفيذ بمضي ثلاثين يوما عن تاريخ تبادل وثائق المصادقة.
2) ويمكن للطرفين المتعاقدين أن ينهيا، في أي وقت، العمل بهذه الاتفاقية وذلك بإعلام كتابي؛ وينتهي العمل بالاتفاقية بعد إقضاء مائة وثمانين يوما من تاريخ تلقي هذا الإعلام.
وحرر بتونس في الحادي عشر من شهر ماي سنة ثمان وتسعين وتسعمائة ألف، في نظيرين وفي كل من اللغة العربية، واللغة البرتغالية، واللغة الفرنسية. ولكل من النصوص الثلاثة نفس قوة الإعتدال.

عن الجمهورية التونسية
وزير العدل
عبد الله القاض

عن الجمهورية البرتغالية
وزير العدل
جوزي إدواردو فيريرا كروز جارديم

Resolução da Assembleia da República n.º 25/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção sobre o Reconhecimento das Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa, aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa em Lisboa a 11 de Abril de 1997.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção sobre o Reconhecimento das Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa, aberta à assinatura dos Estados membros do Conselho da Europa em Lisboa em 11 de Abril de 1997, cujas versões autênticas nas línguas francesa e inglesa e a tradução em língua portuguesa seguem em anexo.

Aprovada em 2 de Dezembro de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENTION SUR LA RECONNAISSANCE DES QUALIFICATIONS RELATIVES À L'ENSEIGNEMENT SUPÉRIEUR DANS LA RÉGION EUROPÉENNE.

Les Parties à la présente Convention:

Conscientes du fait que le droit à l'éducation est un droit de l'homme et que l'enseignement supérieur, qui joue un rôle éminent dans l'acquisition et dans le progrès de la connaissance, constitue une exceptionnelle richesse culturelle et scientifique, tant pour les individus que pour la société;

Considérant que l'enseignement supérieur devrait jouer un rôle essentiel dans la promotion de la paix, de la compréhension mutuelle et de la tolérance, et qu'il contribue à la création de la confiance mutuelle entre les peuples et les nations;

Considérant que la grande diversité des systèmes d'enseignement existant dans la région européenne reflète ses diversités culturelles, sociales,

politiques, philosophiques, religieuses et économiques et représente dès lors une richesse exceptionnelle qu'il convient de respecter pleinement;

Désireuses de permettre à tous les habitants de la région de bénéficier pleinement de la richesse que représente cette diversité en facilitant l'accès des habitants de chaque État et des étudiants des établissements d'enseignement de chaque Partie aux ressources éducatives des autres Parties et plus particulièrement en leur permettant de poursuivre leur formation ou d'effectuer une période d'études dans les établissements d'enseignement supérieur de ces autres Parties;

Considérant que la reconnaissance des études, des certificats, des diplômes et des titres obtenus dans un autre pays de la région européenne constitue une mesure importante en vue de promouvoir la mobilité académique entre les Parties;

Attachant une grande importance au principe de l'autonomie des établissements, et conscientes de la nécessité de sauvegarder et de protéger ce principe;

Convaincues qu'une reconnaissance équitable des qualifications représente un élément clé du droit à l'éducation et une responsabilité de la société;

Eu égard aux Conventions du Conseil de l'Europe et de l'UNESCO relatives à la reconnaissance académique en Europe:

Convention européenne relative à l'équivalence des diplômes donnant accès aux établissements universitaires (1953, STE n° 15) et son Protocole additionnel (1964, STE n° 49);

Convention européenne sur l'équivalence des périodes d'études universitaires (1956, STE n° 21);

Convention européenne sur la reconnaissance académique des qualifications universitaires (1959, STE n° 32);

Convention sur la reconnaissance des études et des diplômes relatifs à l'enseignement supérieur dans les États de la Région Europe (1979);

Convention européenne sur l'équivalence générale des périodes d'études universitaires (1990, STE n° 138);

Eu égard, également, à la Convention internationale sur la reconnaissance des études, des diplômes et des grades de l'enseignement supérieur dans les États arabes et les États européens riverains de la Méditerranée (1976), adoptée dans le cadre de l'UNESCO et couvrant partiellement la reconnaissance académique en Europe;

Rappelant que la présente Convention doit être considérée, également, dans le contexte des conventions et de la recommandation internationale de l'UNESCO couvrant d'autres régions du monde, et qu'il est nécessaire d'améliorer les échanges d'informations entre ces régions;

Conscientes de l'évolution profonde de l'enseignement supérieur dans la région européenne depuis que ces conventions ont été adoptées, ayant comme conséquence une diversification accrue tant au sein des systèmes nationaux d'en-

seignement supérieur qu'entre eux, ainsi que du besoin d'adapter les instruments juridiques et les pratiques afin de refléter cette évolution;

Conscientes de la nécessité de trouver des solutions communes aux problèmes pratiques posés par la reconnaissance dans la région européenne;

Conscientes de la nécessité d'améliorer les pratiques actuelles de reconnaissance, de les rendre plus transparentes et mieux adaptées à l'état actuel de l'enseignement supérieur dans la région européenne;

Convaincues de la portée d'une Convention élaborée et adoptée sous les auspices conjoints du Conseil de l'Europe et de l'UNESCO, créant un cadre pour le développement futur des pratiques de reconnaissance dans la région européenne;

Conscientes de l'importance de prévoir des mécanismes de mise en œuvre permanents, dans le but d'appliquer les principes et les dispositions de la présente Convention;

sont convenues de ce qui suit:

SECTION I

Définitions

Article I

Aux fins de la présente Convention, les termes repris ci-après auront la signification suivante:

«Accès (à l'enseignement supérieur)» le droit des candidats qualifiés à postuler et à être pris en considération pour être admis à l'enseignement supérieur;

«Admission (aux établissements et programmes d'enseignement supérieur)» l'acte ou le système permettant aux candidats qualifiés de suivre des études dans un établissement déterminé et/ou un programme déterminé d'enseignement supérieur;

«Évaluation (des établissements et des Programmes)» le processus permettant d'établir la qualité de l'enseignement d'un établissement ou d'un programme d'enseignement supérieur;

«Évaluation (des qualifications individuelles)» appréciation écrite, par un organisme compétent, des qualifications étrangères d'un individu;

«Autorité compétente en matière de reconnaissance» un organisme officiellement chargé d'établir des décisions contraignantes de reconnaissance des qualifications étrangères;

«Enseignement supérieur» tous les types de cycles d'études ou d'ensembles de cycles d'études, de formation ou de formation à la recherche, de niveau post-secondaire, reconnus par les autorités concernées d'une Partie comme relevant de son système d'enseignement supérieur;

«Établissement d'enseignement supérieur» établissement dispensant un enseignement supérieur et reconnu par l'autorité compétente d'une Partie comme relevant de son système d'enseignement supérieur;

«Programme d'enseignement supérieur» cycle d'études reconnu par l'autorité compétente d'une Partie comme relevant de son système d'enseignement supérieur et dont la réussite procure à l'étudiant une qualification d'enseignement supérieur;

«Période d'études» toute partie d'un programme d'enseignement supérieur, qui a fait l'objet d'une évaluation et d'une validation et qui, bien que ne constituant pas un programme d'études complet en elle-même, représente un acquis significatif de connaissances et d'aptitudes;

«Qualification»:

- A) «Qualification d'enseignement supérieur» tout grade, diplôme, autre certificat ou autre titre délivré par une autorité compétente et attestant de la réussite à un programme d'enseignement supérieur;
- B) «Qualification donnant accès à l'enseignement supérieur» tout diplôme ou autre certificat délivré par une autorité compétente attestant de la réussite d'un programme d'enseignement et conférant à son titulaire le droit d'être pris en considération pour entrer dans l'enseignement supérieur (cf. la définition de «l'accès»);

«Reconnaissance» attestation, établie par une autorité compétente, de la valeur d'une qualification d'enseignement étrangère, aux fins d'accéder aux activités d'enseignement et/ou d'emploi;

«Conditions requises»:

- A) «Conditions générales» conditions qui doivent être remplies, dans tous les cas, pour l'accès à l'enseignement supérieur, l'accès à un niveau déterminé de cet enseignement, ou pour la délivrance d'une qualification d'enseignement supérieur d'un niveau déterminé;
- B) «Conditions spécifiques» conditions qui doivent être remplies, en plus des conditions générales, afin d'obtenir l'admission à un programme particulier d'enseignement supérieur ou la délivrance d'une qualification spécifique d'enseignement supérieur dans une discipline particulière d'études.

SECTION II

Compétence des autorités

Article II.1

1 — Lorsque les autorités centrales d'une Partie sont compétentes pour décider des questions de reconnaissance, cette Partie est immédiatement liée par les dispositions de la présente Convention et prend les mesures nécessaires pour assurer l'application de ses dispositions sur son territoire.

Lorsque ce sont des entités composant la Partie qui ont compétence pour décider des questions de reconnaissance, la Partie fournit, à l'un des dépositaires, un bref rapport sur sa situation ou structure constitutionnelle, au moment de la signature ou lors du dépôt de ses instruments de ratification, d'acceptation, d'appro-

bation ou d'adhésion, ou à tout autre moment par la suite. En pareil cas, les autorités compétentes des entités composant les Parties concernées prennent les mesures nécessaires pour assurer l'application des dispositions de la présente Convention sur leur territoire.

2 — Lorsque ce sont des établissements d'enseignement supérieur ou d'autres entités qui ont compétence pour décider individuellement des questions de reconnaissance, chaque Partie, selon sa situation ou structure constitutionnelle, communique le texte de la présente Convention à ces établissements ou entités et prend toutes les mesures possibles pour les encourager à l'examiner et en appliquer les dispositions avec bienveillance.

3 — Les dispositions des paragraphes 1 et 2 du présent article s'appliquent *mutatis mutandis* aux obligations des Parties en vertu des articles suivants de la présente Convention.

Article II.2

Au moment de la signature ou du dépôt de son instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion, ou à tout autre moment par la suite, chaque État, le Saint-Siège, la Communauté européenne indiquent, à l'un des dépositaires de la présente Convention, quelles sont les autorités compétentes pour prendre les différents types de décisions en matière de reconnaissance.

Article II.3

Aucune disposition de la présente Convention ne peut être considérée comme dérogeant aux dispositions plus favorables relatives à la reconnaissance des qualifications délivrées dans l'une des Parties, qui seraient contenues dans un traité existant ou futur, ou qui en résulteraient, et dont une Partie à la présente Convention serait ou pourrait devenir Partie.

SECTION III

Principes fondamentaux pour l'évaluation des qualifications

Article III.1

1 — Les titulaires de qualifications délivrées dans l'une des Parties ont un accès adéquat, à leur demande adressée à l'organisme compétent, à l'évaluation de ces qualifications.

2 — Il n'est fait, à cet égard, aucune distinction fondée, notamment, sur le sexe, la race, la couleur, le handicap, la langue, la religion, les opinions politiques ou toute autre opinion, l'origine nationale, ethnique ou sociale des demandeurs, l'appartenance à une minorité nationale, la fortune, la naissance ou toute autre situation, ou quant à toute autre circonstance sans rapport avec la valeur de la qualification dont la reconnaissance a été sollicitée. Afin d'assurer ce droit, chaque Partie s'engage à prendre les dispositions nécessaires pour évaluer toute demande de reconnaissance de qualifications en prenant exclusivement en compte les connaissances et aptitudes acquises.

Article III.2

Chaque Partie veille à ce que les procédures et critères utilisés dans l'évaluation et la reconnaissance des qualifications soient transparents, cohérents et fiables.

Article III.3

1 — Les décisions de reconnaissance sont prises sur la base d'informations pertinentes relatives aux qualifications dont la reconnaissance est demandée.

2 — La responsabilité de fournir des informations nécessaires incombe, en première instance, au demandeur qui doit les fournir de bonne foi.

3 — Nonobstant la responsabilité du demandeur, à la requête de celui-ci, les établissements ayant délivré les qualifications en question ont le devoir de lui fournir, ainsi qu'à l'institution ou aux autorités compétentes du pays où la reconnaissance est demandée, des informations pertinentes dans les limites du raisonnable.

4 — Les Parties donnent instruction à tous les établissements d'enseignement relevant de leur système d'enseignement de donner suite à toute demande raisonnable d'information faite dans le but de l'évaluation des qualifications obtenues dans les dits établissements, ou, le cas échéant, encouragent les établissements à ce faire.

5 — Il appartient à l'organisme qui entreprend l'évaluation de démontrer qu'une demande ne remplit pas les conditions requises.

Article III.4

Afin de faciliter la reconnaissance des qualifications, chaque Partie veille à ce que des informations nécessaires et claires soient fournies sur son système d'enseignement.

Article III.5

Les décisions de reconnaissance sont prises dans un délai raisonnable, précisé au préalable par l'autorité compétente en matière de reconnaissance, à dater du moment où toutes les informations nécessaires à l'examen de la demande auront été fournies. En cas de décision négative, les raisons du refus sont énoncées et le demandeur est informé des mesures qu'il pourrait prendre dans le but d'obtenir la reconnaissance à un moment ultérieur. En cas de décision négative ou d'absence de décision, le demandeur doit pouvoir faire appel de la décision dans un délai raisonnable.

SECTION IV

Reconnaissance des qualifications donnant accès à l'enseignement supérieur

Article IV.1

Chaque Partie reconnaît, aux fins de l'accès aux programmes relevant de son système d'enseignement supérieur, les qualifications délivrées par les autres Parties et qui satisfont, dans ces Parties, aux conditions générales d'accès à l'enseignement supérieur, à moins que l'on ne puisse démontrer qu'il existe une différence substantielle entre les conditions générales d'accès dans la Partie dans laquelle la qualification a été obtenue et dans la Partie dans laquelle la reconnaissance de la qualification est demandée.

Article IV.2

Alternativement, il suffit qu'une Partie permette au titulaire d'une qualification délivrée dans une des autres

Parties d'obtenir une évaluation de cette qualification, à la demande du titulaire, et les dispositions de l'article iv.1 s'appliquent, *mutatis mutandis*, à un tel cas.

Article IV.3

Lorsqu'une qualification ne donne accès qu'à certains types d'établissements ou de programmes spécifiques d'enseignement supérieur dans la Partie dans laquelle elle a été obtenue, toute autre Partie garantit aux titulaires d'une telle qualification l'accès à des programmes spécifiques similaires dans les institutions relevant de son système d'enseignement supérieur, à moins que l'on ne puisse prouver qu'il existe une différence substantielle entre les conditions d'accès dans la Partie dans laquelle la qualification a été obtenue et les conditions d'accès dans la Partie dans laquelle la reconnaissance de la qualification est demandée.

Article IV.4

Lorsque l'admission à des programmes particuliers d'enseignement supérieur dépend de conditions spécifiques, complémentaires aux conditions générales d'accès, les autorités compétentes de la Partie concernée peuvent imposer ces mêmes conditions complémentaires aux titulaires de qualifications obtenues dans les autres Parties ou évaluer si les demandeurs ayant des qualifications obtenues dans d'autres Parties remplissent des conditions équivalentes.

Article IV.5

Lorsque, dans la Partie dans laquelle ils ont été obtenus, les certificats d'enseignement secondaire ne donnent accès à l'enseignement supérieur que lorsqu'ils sont accompagnés d'attestations de réussite d'examens complémentaires, en tant que condition préalable à l'accès, les autres Parties peuvent conditionner l'accès aux mêmes exigences ou offrir une alternative permettant de satisfaire aux exigences, complémentaires au sein de leur propre système d'enseignement. Tout État, le Saint-Siège, la Communauté européenne, au moment de la signature ou au moment du dépôt de leur instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion, ou à tout moment par la suite, peuvent déclarer à l'un des dépositaires faire usage des dispositions du présent article, en indiquant les Parties à l'égard desquelles ils ont l'intention d'appliquer cet article, ainsi que les raisons qui justifient cette mesure.

Article IV.6

Sans préjudice des dispositions des articles iv.1, iv.2, iv.3, iv.4 et iv.5, l'admission dans un établissement déterminé d'enseignement supérieur ou à un programme déterminé de cet établissement peut être limitée ou sélective. Dans les cas où l'admission dans un établissement et/ou à un programme d'enseignement supérieur est sélective, les procédures d'admission doivent être conçues de telle sorte que l'évaluation des qualifications étrangères soit effectuée conformément aux principes d'équité et de non-discrimination décrits à la section III.

Article IV.7

Sans préjudice des dispositions des articles iv.1, iv.2, iv.3, iv.4 et iv.5, l'admission dans un établissement déterminé d'enseignement supérieur peut être subordonnée à la preuve que le demandeur possède des connaissances suffisantes de la langue, ou des langues d'enseignement de l'établissement concerné ou d'autres langues spécifiées.

Article IV.8

Dans les Parties dans lesquelles l'accès à l'enseignement supérieur peut être obtenu sur base de qualifications non traditionnelles, des qualifications similaires obtenues dans d'autres Parties sont évaluées de la même manière que les qualifications non traditionnelles obtenues dans la Partie dans laquelle la reconnaissance est demandée.

Article IV.9

Aux fins d'admission aux programmes d'enseignement supérieur, chaque Partie peut stipuler que la reconnaissance des qualifications délivrées par un établissement d'enseignement étranger situé sur son territoire est subordonnée à des conditions spécifiques de la législation nationale, ou à des accords spécifiques conclus avec la Partie d'origine de cet établissement.

SECTION V

Reconnaissance des périodes d'études

Article V.1

Chaque Partie reconnaît les périodes d'études accomplies dans le cadre d'un programme d'enseignement supérieur dans une autre Partie. Cette reconnaissance comprend de telles périodes d'études en vue de l'accomplissement d'un programme d'enseignement supérieur dans la Partie dans laquelle la reconnaissance est demandée, à moins que l'on ne puisse démontrer qu'il existe une différence substantielle entre les périodes d'études accomplies dans une autre Partie et la partie du programme d'enseignement supérieur qu'elles remplaceraient dans la Partie où la reconnaissance est demandée.

Article V.2

Alternativement, il suffit qu'une Partie permette à une personne ayant accompli une période d'études dans le cadre d'un programme d'enseignement supérieur d'une autre Partie d'obtenir une évaluation de cette période d'études, à la demande de la personne concernée, et les dispositions de l'article v.1 s'appliquent, *mutatis mutandis*, à un tel cas.

Article V.3

En particulier, chaque Partie facilite la reconnaissance des périodes d'études lorsque:

- a) Il y a eu accord préalable entre, d'une part, l'établissement d'enseignement supérieur ou l'autorité compétente responsable de la période d'études et, d'autre part, l'établissement d'enseignement supérieur ou l'autorité compétente en

matière de reconnaissance responsable pour la reconnaissance demandée; et

- b) L'établissement d'enseignement supérieur où la période d'études a été accomplie a délivré un certificat ou un relevé de notes attestant que l'étudiant a satisfait aux exigences requises pour ladite période d'études.

Section VI

Reconnaissance des qualifications d'enseignement supérieur

Article VI.1

Dans la mesure où une décision de reconnaissance est basée sur le savoir et le savoir-faire certifiés par une qualification d'enseignement supérieur, chaque Partie reconnaît les qualifications d'enseignement supérieur conférées dans une autre Partie, à moins que l'on ne puisse démontrer qu'il existe une différence substantielle entre la qualification dont la reconnaissance est demandée et la qualification correspondante dans la Partie dans laquelle la reconnaissance est demandée.

Article VI.2

Alternativement, il suffit qu'une Partie permette au titulaire d'une qualification d'enseignement supérieur délivrée dans une des autres Parties d'obtenir une évaluation de cette qualification, à la demande du titulaire, et les dispositions de l'article VI.1 s'appliquent, *mutatis mutandis*, à un tel cas.

Article VI.3

La reconnaissance, par une Partie, d'une qualification d'enseignement supérieur délivrée par une autre Partie entraîne les deux conséquences suivantes, ou l'une d'entre elles:

- a) L'accès à des études d'enseignement supérieur complémentaires, y compris aux examens y afférents, et/ou aux préparations au doctorat, dans les mêmes conditions que celles qui sont applicables aux titulaires de qualifications de la Partie dans laquelle la reconnaissance est demandée;
- b) L'usage d'un titre académique, sous réserve des lois ou règlements de la Partie, ou d'une juridiction de la Partie, dans laquelle la reconnaissance est demandée.

En outre, la reconnaissance peut faciliter l'accès au marché du travail, sous réserve des lois et règlements de la Partie, ou d'une juridiction de la Partie, dans laquelle la reconnaissance est demandée.

Article VI.4

L'évaluation, par une Partie, d'une qualification d'enseignement supérieur délivrée dans une autre Partie peut revêtir l'une ou l'autre des formes suivantes:

- a) Des avis dispensés à des fins d'emploi;
- b) Des avis adressés à un établissement d'enseignement aux fins d'admission à ses programmes;
- c) Des avis destinés à toute autre autorité compétente en matière de reconnaissance.

Article VI.5

Chaque Partie peut, s'agissant de la reconnaissance de qualifications d'enseignement supérieur délivrées par un établissement d'enseignement supérieur situé sur son territoire, subordonner cette reconnaissance à des conditions spécifiques de la législation nationale ou à des accords spécifiques conclus avec la Partie d'origine de cet établissement.

SECTION VII

Reconnaissance des qualifications des réfugiés, des personnes déplacées et des personnes assimilées aux réfugiés

Article VII

Chaque Partie prend toutes les mesures possibles et raisonnables dans le cadre de son système éducatif, en conformité avec ses dispositions constitutionnelles, légales et administratives, pour élaborer des procédures appropriées permettant d'évaluer équitablement et efficacement si les réfugiés, les personnes déplacées et les personnes assimilées aux réfugiés, remplissent les conditions requises pour l'accès à l'enseignement supérieur, la poursuite de programmes d'enseignement supérieur complémentaires ou l'exercice d'une activité professionnelle, même que les qualifications obtenues dans l'une des Parties ne peuvent être prouvées par des documents les attestant.

SECTION VIII

Information sur l'évaluation des établissements et des programmes d'enseignement supérieur

Article VIII.1

Chaque Partie fournit l'information nécessaire sur tout établissement relevant de son système d'enseignement supérieur ainsi que sur tout programme organisé par ces établissements, en vue de permettre aux autorités compétentes des autres Parties de vérifier si la qualité des qualifications délivrées par ces institutions justifie la reconnaissance dans la Partie dans laquelle la reconnaissance est demandée. Une telle information se présente comme suit:

- a) Dans le cas des Parties ayant établi un système officiel d'évaluation des établissements et des programmes d'enseignement supérieur: information sur les méthodes et résultats de cette évaluation et sur les normes de qualité spécifiques à chaque type d'établissement d'enseignement supérieur délivrant des qualifications d'enseignement supérieur et aux programmes y menant;
- b) Dans le cas des Parties n'ayant pas établi de système officiel d'évaluation des établissements et des programmes d'enseignement supérieur: information sur la reconnaissance des différentes qualifications obtenues dans tout établissement ou par le biais de tout programme relevant de leur système d'enseignement supérieur.

Article VIII.2

Chaque Partie prend les dispositions nécessaires pour établir, tenir à jour et diffuser:

- a) Une typologie des différents types d'établissement d'enseignement supérieur relevant de son

système d'enseignement supérieur, comprenant les caractéristiques spécifiques de chaque type d'établissements;

- b) Une liste des établissements (publics et privés) reconnus comme relevant de son système d'enseignement supérieur, indiquant leur capacité à délivrer les différents types de qualifications ainsi que les conditions requises pour l'accès à chaque type d'établissements et de programmes;
- c) Une description des programmes d'enseignement supérieur;
- d) Une liste des établissements d'enseignement situés hors de son territoire et qu'elle considère comme relevant de son système d'enseignement.

SECTION IX

Information en matière de reconnaissance

Article IX.1

Afin de faciliter la reconnaissance des qualifications d'enseignement supérieur, les Parties s'engagent à établir des systèmes transparents permettant une description complète des qualifications décernées.

Article IX.2

1 — Reconnaissant la nécessité de disposer d'informations appropriées, précises et mises à jour, chaque Partie crée ou maintient un centre national d'information et notifie, à l'un des dépositaires, cette création ou toute modification y afférente.

2 — Dans chaque Partie, le centre national d'information:

- a) Facilite l'accès à des informations exactes et fiables sur le système d'enseignement supérieur et les qualifications du pays dans lequel il est situé;
- b) Facilite l'accès aux informations sur les systèmes d'enseignement supérieur et les qualifications des autres Parties;
- c) Donne des conseils ou des informations en matière de reconnaissance et d'évaluation des qualifications, dans le respect des lois et des règlements nationaux.

3 — Chaque centre national d'information doit avoir à sa disposition les moyens nécessaires pour lui permettre de remplir ses fonctions.

Article IX.3

Les Parties encouragent, par l'intermédiaire des centres nationaux d'information ou par d'autres moyens, l'utilisation, par les établissements d'enseignement supérieur des Parties, du Supplément au Diplôme de l'UNESCO/Conseil de l'Europe ou de tout autre document comparable.

SECTION X

Mécanismes de mise en oeuvre

Article X.1

Les organes suivants surveillent, promeuvent et facilitent la mise en oeuvre de la Convention:

- a) Le Comité de la Convention sur la reconnaissance des qualifications relatives à l'enseignement supérieur dans la région européenne;
- b) Le Réseau Européen des Centres Nationaux d'information sur la reconnaissance et la mobilité académiques (le Réseau ENIC créé par décision du Comité des Ministres du Conseil de l'Europe le 9 juin 1994 et du Comité régional pour l'Europe de l'UNESCO le 18 juin 1994.

Article X.2

1 — Le Comité de la Convention sur la reconnaissance des qualifications relatives à l'enseignement supérieur dans la région européenne (dénommé ci-après «le Comité») est créé par la présente Convention. Il est composé d'un représentant de chaque Partie.

2 — Aux fins de l'article x.2, le terme «Partie» ne s'applique pas à la Communauté européenne.

3 — Les États mentionnés à l'article xi.1, 1, et le Saint-Siège, s'ils ne sont pas Parties à la présente Convention, la Communauté européenne ainsi que le Président du Réseau ENIC peuvent participer aux réunions du Comité en tant qu'observateurs. Des représentants d'organisations gouvernementales ou non-gouvernementales actives dans le domaine de la reconnaissance au niveau de la Région pourront également être invités à participer aux réunions du Comité en tant qu'observateurs.

4 — Le Président du Comité régional de l'UNESCO pour l'application de la Convention sur la reconnaissance des études et des diplômes relatifs à l'enseignement supérieur dans les États appartenant à la Région Europe sera également invité à participer aux réunions du Comité en qualité d'observateur.

5 — Le Comité promeut l'application de la présente Convention et surveille sa mise en oeuvre. A cette fin, il peut adopter, à la majorité des Parties, des recommandations, des déclarations, des protocoles et des codes de bonne pratique, pour aider les autorités compétentes des Parties dans la mise en oeuvre de la Convention et dans l'examen des demandes de reconnaissance des qualifications d'enseignement supérieur. Bien qu'elles ne soient pas liées par de tels textes, les Parties n'épargnent aucun effort pour les appliquer, les soumettre à l'attention des autorités compétentes et encourager leur application. Le Comité demande l'avis du Réseau ENIC avant de prendre ses décisions.

6 — Le Comité fait rapport aux instances concernées du Conseil de l'Europe et de l'UNESCO.

7 — Le Comité assure la liaison avec les Comités Régionaux de l'UNESCO pour l'application des Conventions sur la reconnaissance des études, des diplômes et des grades d'enseignement supérieur adoptées sous les auspices de l'UNESCO.

8 — Le quorum est atteint lorsque la majorité des Parties est présente.

9 — Le Comité adopte son règlement intérieur. Il se réunit en session ordinaire au moins tous les trois ans. Le Comité se réunit pour la première fois dans un délai d'un an à dater de l'entrée en vigueur de la présente Convention.

10 — Le Secrétariat du Comité est confié conjointement au Secrétaire Général du Conseil de l'Europe et au Directeur général de l'UNESCO.

Article X.3

1 — Chaque Partie désigne comme membre du Réseau européen des centres nationaux d'information sur la mobilité et la reconnaissance académiques (le Réseau ENIC) le centre national d'information créé ou maintenu dans la Partie en vertu de l'article ix.2. Dans l'hypothèse où plus d'un centre national d'information est créé ou maintenu dans une Partie en vertu de l'article ix.2, tous ces centres sont membres du Réseau, mais les centres nationaux d'information concernés ne disposent que d'une voix.

2 — Le Réseau ENIC, dans sa composition limitée aux centres nationaux d'information des Parties à la présente Convention, apporte son soutien et aide à la mise en oeuvre pratique de la Convention par les autorités nationales compétentes. Le Réseau se réunit au moins une fois par an en session plénière. Il élit son Président et son Bureau conformément à son mandat.

3 — Le Secrétariat du Réseau ENIC est confié conjointement au Secrétaire Général du Conseil de l'Europe et au Directeur général de l'UNESCO.

4 — Les Parties coopèrent, à travers le Réseau ENIC, avec les centres nationaux d'information des autres Parties, en leur permettant, notamment, de recueillir toute information utile à la réalisation des activités des centres nationaux d'information relatives à la reconnaissance et la mobilité académiques.

SECTION XI

Clauses finales

Article XI.1

1 — La présente Convention est ouverte à la signature:

- a) Des États membres du Conseil de l'Europe;
- b) Des États membres de la Région Europe de l'UNESCO;
- c) De tout autre signataire, État contractant ou partie à la Convention culturelle européenne du Conseil de l'Europe et/ou à la Convention de l'UNESCO sur la reconnaissance des études et des diplômes relatifs à l'enseignement supérieur dans les États de la Région Europe;

qui ont été invités à participer à la Conférence diplomatique chargée de l'adoption de la présente Convention.

2 — Ces États et le Saint-Siège peuvent exprimer leur consentement à être liés par:

- a) Signature, sans réserve de ratification, d'acceptation ou d'approbation; ou

- b) Signature, soumise à ratification, acceptation ou approbation, suivie de la ratification, acceptation ou approbation; ou
- c) Adhésion.

3 — Les signatures auront lieu près l'un des dépositaires. Les instruments de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion seront déposés près l'un des dépositaires.

Article XI.2

La présente Convention entrera en vigueur le premier jour du mois suivant l'expiration d'un délai d'un mois après que cinq États dont au moins trois États membres du Conseil de l'Europe et/ou de la Région Europe de l'UNESCO auront exprimé leur consentement à être liés par la Convention. Elle entrera en vigueur, pour chaque autre État, le premier jour du mois suivant l'expiration d'un délai d'un mois après la date de l'expression de son consentement à être lié par la Convention.

Article XI.3

1 — Après l'entrée en vigueur de la présente Convention, tout État autre que ceux appartenant à l'une des catégories énumérées à l'article xi.1 peut introduire une demande d'adhésion à la Convention. Toute demande en ce sens devra être communiquée à l'un des dépositaires, qui la transmettra aux Parties trois mois au moins avant la réunion du Comité de la Convention sur la reconnaissance des qualifications relatives à l'enseignement supérieur dans la région européenne. Le dépositaire en informera également le Comité des Ministres du Conseil de l'Europe et le Conseil Exécutif de l'UNESCO.

2 — La décision d'inviter un État qui en a fait la demande à adhérer à la présente Convention est prise à la majorité des deux tiers des Parties.

3 — Après l'entrée en vigueur de la présente Convention, la Communauté européenne peut y adhérer, à la demande de ses États membres, adressée à l'un des dépositaires. Dans ces circonstances, l'article xi.3, 2, ne s'applique pas.

4 — Pour tout État adhérent, et pour la Communauté européenne, la Convention entrera en vigueur le premier jour du mois qui suit l'expiration d'un délai d'un mois après la date du dépôt de l'instrument d'adhésion près l'un des dépositaires.

Article XI.4

1 — Les Parties à la présente Convention, qui sont en même temps parties à l'une ou plusieurs des Conventions suivantes:

- Convention européenne relative à l'équivalence des diplômes donnant accès aux établissements universitaires (1953, STE n° 15) et son Protocole (1964, STE n° 49);
- Convention européenne sur l'équivalence des périodes d'études universitaires (1956, STE n° 21);
- Convention européenne sur la reconnaissance académique des qualifications universitaires (1959, STE n° 32);
- Convention internationale sur la reconnaissance des études, des diplômes et des gra-

des d'enseignement supérieur dans les États arabes et les États européens riverains de la Méditerranée (1976);

Convention sur la reconnaissance des études et des diplômes relatifs à l'enseignement supérieur dans les États de la Région Europe (1979);

Convention européenne sur l'équivalence générale des périodes d'études universitaires (1990, STE n.º 38);

- a) Appliqueront les dispositions de la présente Convention dans leurs relations réciproques;
- b) Continueront à appliquer les Conventions mentionnées ci-dessus, auxquelles elles sont déjà parties, dans leurs relations avec d'autres États parties auxdites Conventions mais pas à la présente Convention.

2 — Les Parties à la présente Convention s'engagent à s'abstenir de devenir parties aux Conventions mentionnées au paragraphe 1, auxquelles elles ne seraient pas encore parties, à l'exception de la Convention internationale sur la reconnaissance des études, des diplômes et des grades d'enseignement supérieur dans les États arabes et les États européens riverains de la Méditerranée.

Article XI.5

1 — Tout État peut, au moment de la signature ou au moment du dépôt de son instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion, désigner le ou les territoires auxquels s'applique la présente Convention.

2 — Tout État peut, à tout autre moment par la suite, par une déclaration adressée à l'un des dépositaires, étendre l'application de la présente Convention à tout autre territoire. La Convention entrera en vigueur, à l'égard de ce territoire, le premier jour du mois suivant l'expiration d'un délai d'un mois après la date de réception d'une telle déclaration par le dépositaire.

3 — Toute déclaration faite en vertu des deux paragraphes précédents, à l'égard de tout territoire désigné dans une telle déclaration, peut être retirée par notification adressée à l'un des dépositaires. Elle prendra effet le premier jour du mois suivant l'expiration d'un délai d'un mois après la date de réception d'une telle notification par le dépositaire.

Article XI.6

1 — Toute Partie peut, à tout moment, dénoncer la présente Convention par notification adressée à l'un des dépositaires.

2 — La dénonciation prendra effet le premier jour du mois suivant l'expiration d'un délai de douze mois après la date de réception de la notification par le dépositaire. Toutefois, cette dénonciation n'affectera pas les décisions de reconnaissance prises antérieurement en vertu des dispositions de la présente Convention.

3 — L'extinction de la présente Convention ou la suspension de son application comme conséquence de la violation par une Partie d'une disposition essentielle pour la réalisation de l'objet ou du but de la Convention se fera conformément au droit international.

Article XI.7

1 — Tout État, le Saint-Siège et la Communauté européenne peuvent, lors de la signature ou au moment du dépôt de leur instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion, déclarer qu'ils se réservent le droit de ne pas appliquer, partiellement ou totalement, un ou plusieurs des articles suivants de la présente Convention:

Article iv.8;
Article v.3;
Article vi.3;
Article viii.2;
Article ix.3.

Aucune autre réserve ne peut être faite.

2 — Toute Partie ayant formulé une réserve en vertu du paragraphe précédent peut la retirer, en tout ou partie, par notification adressée à l'un des dépositaires. Le retrait prendra effet à la date de réception de la notification par le dépositaire.

3 — Une Partie ayant formulé une réserve à l'égard d'une disposition de la présente Convention ne peut pas prétendre à son application par une autre Partie; elle peut, toutefois, si la réserve est partielle ou conditionnelle, prétendre à l'application de cette disposition dans la mesure où elle l'a acceptée.

Article XI.8

1 — Le Comité de la Convention sur la reconnaissance des qualifications relatives à l'enseignement supérieur dans la région européenne peut adopter des projets d'amendements à la présente Convention par une décision prise à la majorité des deux tiers des Parties. Tout amendement ainsi adopté est incorporé dans un protocole à la présente Convention. Le protocole spécifie les modalités de son entrée en vigueur qui, en tout état de cause, nécessitent l'accord des Parties afin qu'elles soient liées par le protocole.

2 — Aucun amendement ne peut être apporté à la section III de la présente Convention en vertu de la procédure du paragraphe 1 ci-dessus.

3 — Toute proposition d'amendement doit être communiquée à l'un des dépositaires, qui la transmettra aux Parties trois mois au moins avant la réunion du Comité. Le dépositaire en informera également le Comité des Ministres du Conseil de l'Europe et le Conseil Exécutif de l'UNESCO.

Article XI.9

1 — Le Secrétaire Général du Conseil de l'Europe et le Directeur général de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture sont les dépositaires de la présente Convention.

2 — Le dépositaire auprès duquel est déposé un acte, une notification ou une communication notifiera aux Parties à la présente Convention, ainsi qu'aux autres États membres du Conseil de l'Europe et/ou de la Région Europe de l'UNESCO:

- a) Toute signature;
- b) Le dépôt de tout instrument de ratification, d'acceptation, d'approbation ou d'adhésion;
- c) Toute date d'entrée en vigueur de la présente Convention en vertu des dispositions des articles XI.2 et XI.3, 4;

- d) Toute réserve faite en application des dispositions de l'article XI.7 et le retrait de toute réserve faite en application des dispositions de l'article XI.7;
- e) Toute dénonciation de la présente Convention en application de l'article XI.6;
- f) Toute déclaration faite en vertu des dispositions de l'article II.1 ou de l'article II.2;
- g) Toute déclaration faite en vertu des dispositions de l'article IV.5;
- h) Toute demande d'adhésion faite en vertu de l'article XI.3;
- i) Toute proposition faite en vertu de l'article XI.8;
- j) Tout autre acte, notification ou communication ayant trait à la présente Convention.

3 — Le dépositaire recevant une communication ou procédant à une notification en vertu des dispositions de la présente Convention en informera immédiatement l'autre dépositaire.

En foi de quoi, les représentants soussignés, dûment autorisés, ont signé la présente Convention.

Fait à Lisbonne, le 11 avril 1997, en anglais, français, russe (*) et espagnol (*), les quatre textes faisant également foi, en deux exemplaires, dont un sera déposé dans les archives du Conseil de l'Europe et l'autre dans les archives de l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture et dont une copie certifiée conforme sera remise à tous les États visés à l'article XI.1, au Saint-Siège et à la Communauté européenne, ainsi qu'au Secrétariat de l'Organisation des Nations Unies.

(*) Les exemplaires en russe et espagnol sont disponibles dans les archives l'Organisation des Nations Unies pour l'Éducation, la Science et la Culture.

CONVENTION ON THE RECOGNITION OF QUALIFICATIONS CONCERNING HIGHER EDUCATION IN THE EUROPEAN REGION

The Parties to this Convention:

Conscious of the fact that the right to education is a human right, and that higher education, which is instrumental in the pursuit and advancement of knowledge, constitutes an exceptionally rich cultural and scientific asset for both individuals and society;

Considering that higher education should play a vital role in promoting peace, mutual understanding and tolerance, and in creating mutual confidence among peoples and nations;

Considering that the great diversity of education systems in the European region reflects its cultural, social, political, philosophical, religious and economic diversity, an exceptional asset which should be fully respected;

Desiring to enable all people of the region to benefit fully from this rich asset of diversity by facilitating access by the inhabitants of each State and by the students of each Party's educational institutions to the educational resources of the other Parties, more specifically by facilitating their efforts to continue their education or to complete a period of studies in higher education institutions in those other Parties;

Considering that the recognition of studies, certificates, diplomas and degrees obtained in another country of the European region represents an important measure for promoting academic mobility between the Parties;

Attaching great importance to the principle of institutional autonomy, and conscious of the need to uphold and protect this principle;

Convinced that a fair recognition of qualifications is a key element of the right to education and a responsibility of society;

Having regard to the Council of Europe and UNESCO Conventions covering academic recognition in Europe:

European Convention on the Equivalence of Diplomas leading to Admission to Universities (1953, ETS no. 15), and its Protocol (1964, ETS no. 49);

European Convention on the Equivalence of Periods of University Study (1956, ETS no. 21);

European Convention on the Academic Recognition of University Qualifications (1959, ETS no. 32);

Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees concerning Higher Education in the States belonging to the Europe Region (1979);

European Convention on the General Equivalence of Periods of University Study (1990, ETS no. 138);

Having regard also to the international Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees in Higher Education in the Arab and European States bordering on the Mediterranean (1976), adopted within the framework of UNESCO and partially covering academic recognition in Europe;

Mindful that this Convention should also be considered in the context of the UNESCO conventions and the International Recommendation covering other Regions of the world, and of the need for an improved exchange of information between these Regions;

Conscious of the wide ranging changes in higher education in the European region since these Conventions were adopted, resulting in considerably increased diversification within and between national higher education systems, and of the need to adapt the legal instruments and practice to reflect these developments;

Conscious of the need to find common solutions to practical recognition problems in the European region;

Conscious of the need to improve current recognition practice and to make it more transparent and better adapted to the current situation of higher education in the European region;

Confident of the positive significance of a Convention elaborated and adopted under the joint auspices of the Council of Europe and UNESCO providing a framework for the further development of recognition practices in the European region;

Conscious of the importance of providing permanent implementation mechanisms in order to put the principles and provisions of the current Convention into practice,

have agreed as follows:

SECTION I

Definitions

Article I

For the purposes of this Convention, the following terms shall have the following meaning:

- «Access (to higher education)» the right of qualified candidates to apply and to be considered for admission to higher education;
- «Admission (to higher education institutions and programmes)» the act of, or system for, allowing qualified applicants to pursue studies in higher education at a given institution and/or a given programme;
- «Assessment (of institutions or programmes)» the process for establishing the educational quality of a higher education institution or programme;
- «Assessment (of individual qualifications)» the written appraisal or evaluation of an individual's foreign qualifications by a competent body;
- «Competent recognition authority» a body officially charged with making binding decisions on the recognition of foreign qualifications;
- «Higher education» all types of courses of study, or sets of courses of study, training or training for research at the post secondary level which are recognized by the relevant authorities of a Party as belonging to its higher education system;
- «Higher education institution» an establishment providing higher education and recognized by the competent authority of a Party as belonging to its system of higher education;
- «Higher education programme» a course of study recognized by the competent authority of a Party as belonging to its system of higher education, and the completion of which provides the student with a higher education qualification;
- «Period of study» any component of a higher education programme which has been evaluated and documented and, while not a complete programme of study in itself, represents a significant acquisition of knowledge or skill;
- «Qualification»:

- A) «Higher education qualification» any degree, diploma or other certificate issued by a competent authority attesting the successful completion of a higher education programme;
- B) «Qualification giving access to higher education» any diploma or other certificate issued by a competent authority attesting the successful completion of an education programme and giving the holder of the qualification the right to be considered for admission to higher education (cf. the definition of «access»);

«Recognition» a formal acknowledgement by a competent authority of the value of a foreign educational qualification with a view to access to educational and/or employment activities;

«Requirement»:

- A) «General requirements» conditions that must in all cases be fulfilled for access to higher education, or to a given level thereof, or for the award of a higher education qualification at a given level;
- B) «Specific requirements» conditions that must be fulfilled, in addition to the general requirements, in order to gain admission to a particular higher education programme, or for the award of a specific higher education qualification in a particular field of study.

SECTION II

The competence of authorities

Article II.1

1 — Where central authorities of a Party are competent to make decisions in recognition cases, that Party shall be immediately bound by the provisions of this Convention and shall take the necessary measures to ensure the implementation of its provisions on its territory.

Where the competence to make decisions in recognition matters lies with components of the Party, the Party shall furnish one of the depositories with a brief statement of its constitutional situation or structure at the time of signature or when depositing its instrument of ratification, acceptance, approval or accession, or any time thereafter. In such cases, the competent authorities of the components of the Parties so designated shall take the necessary measures to ensure implementation of the provisions of this Convention on their territory.

2 — Where the competence to make decisions in recognition matters lies with individual higher education institutions or other entities, each Party according to its constitutional situation or structure shall transmit the text of this convention to these institutions or entities and shall take all possible steps to encourage the favourable consideration and application of its provisions.

3 — The provisions of paragraphs 1 and 2 of this article shall apply, *mutatis mutandis*, to the obligations of the Parties under subsequent articles of this Convention.

Article II.2

At the time of signature or when depositing its instrument of ratification, acceptance, approval or accession, or at any time thereafter, each State, the Holy See or the European Community shall inform either depository of the present Convention of the authorities which are competent to make different categories of decisions in recognition cases.

Article II.3

Nothing in this Convention shall be deemed to derogate from any more favourable provisions concerning the recognition of qualifications issued in one of the Parties

contained in or stemming from an existing or a future treaty to which a Party to this Convention may be or may become a party.

SECTION III

Basic principles related to the assessment of qualifications

Article III.1

1 — Holders of qualifications issued in one of the Parties shall have adequate access, upon request to the appropriate body, to an assessment of these qualifications.

2 — No discrimination shall be made in this respect on any ground such as the applicant's gender, race, colour, disability, language, religion, political or other opinion, national, ethnic or social origin, association with a national minority, property, birth or other status, or on the grounds of any other circumstance not related to the merits of the qualification for which recognition is sought. In order to assure this right, each Party undertakes to make appropriate arrangements for the assessment of an application for recognition of qualifications solely on the basis of the knowledge and skills achieved.

Article III.2

Each Party shall ensure that the procedures and criteria used in the assessment and recognition of qualifications are transparent, coherent and reliable.

Article III.3

1 — Decisions on recognition shall be made on the basis of appropriate information on the qualifications for which recognition is sought.

2 — In the first instance, the responsibility for providing adequate information rests with the applicant, who shall provide such information in good faith.

3 — Notwithstanding the responsibility of the applicant, the institutions having issued the qualifications in question shall have a duty to provide, upon request of the applicant and within reasonable limits, relevant information to the holder of the qualification, to the institution, or to the competent authorities of the country in which recognition is sought.

4 — The Parties shall instruct or encourage, as appropriate, all education institutions belonging to their education systems to comply with any reasonable request for information for the purpose of assessing qualifications earned at the said institutions.

5 — The responsibility to demonstrate that an application does not fulfil the relevant requirements lies with the body undertaking the assessment.

Article III.4

Each Party shall ensure, in order to facilitate the recognition of qualifications, that adequate and clear information on its education system is provided.

Article III.5

Decisions on recognition shall be made within a reasonable time limit specified beforehand by the competent

recognition authority and calculated from the time all necessary information in the case has been provided. If recognition is withheld, the reasons for the refusal to grant recognition shall be stated, and information shall be given concerning possible measures the applicant may take in order to obtain recognition at a later stage. If recognition is withheld, or if no decision is taken, the applicant shall be able to make an appeal within a reasonable time limit.

SECTION IV

Recognition of qualifications giving access to higher education

Article IV.1

Each Party shall recognize the qualifications issued by other Parties meeting the general requirements for access to higher education in those Parties for the purpose of access to programmes belonging to its higher education system, unless a substantial difference can be shown between the general requirements for access in the Party in which the qualification was obtained and in the Party in which recognition of the qualification is sought.

Article IV.2

Alternatively, it shall be sufficient for a Party to enable the holder of a qualification issued in one of the other Parties to obtain an assessment of that qualification, upon request by the holder, and the provisions of article IV.1 shall apply *mutatis mutandis* to such a case.

Article IV.3

Where a qualification gives access only to specific types of institutions or programmes of higher education in the Party in which the qualification was obtained, each other Party shall grant holders of such qualifications access to similar specific programmes in institutions belonging to its higher education system, unless a substantial difference can be demonstrated between the requirements for access in the Party in which the qualification was obtained and the Party in which recognition of the qualification is sought.

Article IV.4

Where admission to particular higher education programmes is dependent on the fulfilment of specific requirements in addition to the general requirements for access, the competent authorities of the Party concerned may impose the additional requirements equally on holders of qualifications obtained in the other Parties or assess whether applicants with qualifications obtained in other Parties fulfil equivalent requirements.

Article IV.5

Where, in the Party in which they have been obtained, school leaving certificates give access to higher education only in combination with additional qualifying examinations as a prerequisite for access, the other Parties may make access conditional on these requirements or offer an alternative for satisfying such additional require-

ments within their own educational systems. Any State, the Holy See or the European Community may, at the time of signature or when depositing its instrument of ratification, acceptance, approval or accession, or at any time thereafter, notify one of the depositaries that it avails itself of the provisions of this article, specifying the Parties in regard to which it intends to apply this article as well as the reasons therefor.

Article IV.6

Without prejudice to the provisions of articles IV.1, IV.2, IV.3, IV.4 and IV.5, admission to a given higher education institution, or to a given programme within such an institution, may be restricted or selective. In cases in which admission to a higher education institution and/or programme is selective, admission procedures should be designed with a view to ensuring that the assessment of foreign qualifications is carried out according to the principles of fairness and non-discrimination described in section III.

Article IV.7

Without prejudice to the provisions of articles IV.1, IV.2, IV.3, IV.4 and IV.5, admission to a given higher education institution may be made conditional on demonstration by the applicant of sufficient competence in the language or languages of instruction of the institution concerned, or in other specified languages.

Article IV.8

In the Parties in which access to higher education may be obtained on the basis of non-traditional qualifications, similar qualifications obtained in other Parties shall be assessed in a similar manner as non-traditional qualifications earned in the Party in which recognition is sought.

Article IV.9

For the purpose of admission to programmes of higher education, each Party may make the recognition of qualifications issued by foreign educational institutions operating in its territory contingent upon specific requirements of national legislation or specific agreements concluded with the Party of origin of such institutions.

SECTION V

Recognition of periods of study

Article V.1

Each Party shall recognize periods of study completed within the framework of a higher education programme in another Party. This recognition shall comprise such periods of study towards the completion of a higher education programme in the Party in which recognition is sought, unless substantial differences can be shown between the periods of study completed in another Party and the part of the higher education programme which they would replace in the Party in which recognition is sought.

Article V.2

Alternatively, it shall be sufficient for a Party to enable a person who has completed a period of study within the framework of a higher education programme in another Party to obtain an assessment of that period of study, upon request by the person concerned, and the provisions of article V.1 shall apply *mutatis mutandis* to such a case.

Article V.3

In particular, each Party shall facilitate recognition of periods of study when:

- a) There has been a previous agreement between, on the one hand, the higher education institution or the competent authority responsible for the relevant period of study and, on the other hand, the higher education institution or the competent recognition authority responsible for the recognition that is sought; and
- b) The higher education institution in which the period of study has been completed has issued a certificate or transcript of academic records attesting that the student has successfully completed the stipulated requirements for the said period of study.

SECTION VI

Recognition of higher education qualifications

Article VI.1

To the extent that a recognition decision is based on the knowledge and skills certified by the higher education qualification, each Party shall recognize the higher education qualifications conferred in another Party, unless a substantial difference can be shown between the qualification for which recognition is sought and the corresponding qualification in the Party in which recognition is sought.

Article VI.2

Alternatively, it shall be sufficient for a Party to enable the holder of a higher education qualification issued in one of the other Parties to obtain an assessment of that qualification, upon request by the holder, and the provisions of article VI.1 shall apply *mutatis mutandis* to such a case.

Article VI.3

Recognition in a Party of a higher education qualification issued in another Party shall have one or both of the following consequences:

- a) Access to further higher education studies, including relevant examinations, and/or to preparations for the doctorate, on the same conditions as those applicable to holders of qualifications of the Party in which recognition is sought;
- b) The use of an academic title, subject to the laws and regulations of the Party or a jurisdiction thereof, in which recognition is sought.

In addition, recognition may facilitate access to the labour market subject to laws and regulations of the Party, or a jurisdiction thereof, in which recognition is sought.

Article VI.4

An assessment in a Party of a higher education qualification issued in another Party may take the form of:

- a) Advice for general employment purposes;
- b) Advice to an educational institution for the purpose of admission into its programmes;
- c) Advice to any other competent recognition authority.

Article VI.5

Each Party may make the recognition of higher education qualifications issued by foreign educational institutions operating in its territory contingent upon specific requirements of national legislation or specific agreements concluded with the Party of origin of such institutions.

SECTION VII

Recognition of qualifications held by refugees, displaced persons and persons in a refugee-like situation

Article VII

Each Party shall take all feasible and reasonable steps within the framework of its education system and in conformity with its constitutional, legal, and regulatory provisions to develop procedures designed to assess fairly and expeditiously whether refugees, displaced persons and persons in a refugee-like situation fulfil the relevant requirements for access to higher education, to further higher education programmes or to employment activities, even in cases in which the qualifications obtained in one of the Parties cannot be proven through documentary evidence.

SECTION VIII

Information on the assessment of higher education institutions and programmes

Article VIII.1

Each Party shall provide adequate information on any institution belonging to its higher education system, and on any programme operated by these institutions, with a view to enabling the competent authorities of other Parties to ascertain whether the quality of the qualifications issued by these institutions justifies recognition in the Party in which recognition is sought. Such information shall take the following form:

- a) In the case of Parties having established a system of formal assessment of higher education institutions and programmes: information on the methods and results of this assessment, and of the standards of quality specific to each type of higher education institution granting, and to programmes leading to, higher education qualifications;
- b) In the case of Parties which have not established a system of formal assessment of higher education institutions and programmes: informa-

tion on the recognition of the various qualifications obtained at any higher education institution, or within any higher education programme, belonging to their higher education systems.

Article VIII.2

Each Party shall make adequate provisions for the development, maintenance and provision of:

- a) An overview of the different types of higher education institutions belonging to its higher education system, with the typical characteristics of each type of institution;
- b) A list of recognized institutions (public and private) belonging to its higher education system, indicating their powers to award different types of qualifications and the requirements for gaining access to each type of institution and programme;
- c) A description of higher education programmes;
- d) A list of educational institutions located outside its territory which the Party considers as belonging to its education system.

SECTION IX

Information on recognition matters

Article IX.1

In order to facilitate the recognition of qualifications concerning higher education, the Parties undertake to establish transparent systems for the complete description of the qualifications obtained.

Article IX.2

1 — Acknowledging the need for relevant, accurate and up-to-date information, each Party shall establish or maintain a national information centre and shall notify one of the depositories of its establishment, or of any changes affecting it.

2 — In each Party, the national information centre shall:

- a) Facilitate access to authoritative and accurate information on the higher education system and the country in which it is located;
- b) Facilitate access to qualifications of information on the higher qualifications of the other Parties;
- c) Give advice or information matters and assessment of education systems and on recognition qualifications, in accordance with national laws and regulations.

3 — Every national information centre shall have at its disposal the necessary means to enable it to fulfil its functions.

Article IX.3

The Parties shall promote, through the national information centres or otherwise, the use of the UNESCO/Council of Europe Diploma Supplement or any other comparable document by the higher education institutions of the Parties.

SECTION X

Implementation mechanisms

Article X.1

The following bodies shall oversee, promote and facilitate the implementation of the Convention:

- a) The Committee of the Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region;
- b) The European Network of National Information Centres on academic mobility and recognition (the ENIC Network), established by decision of the Committee of Ministers of the Council of Europe on 9 June 1994 and the UNESCO Regional Committee for Europe on 18 June 1994.

Article X.2

1 — The Committee of the Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region (hereafter referred to as «the Committee») is hereby established. It shall be composed of one representative of each Party.

2 — For the purposes of article x.2, the term «Party» shall not apply to the European Community.

3 — The States mentioned in article xi.1, 1, and the Holy See, if they are not Parties to this Convention, the European Community and the President of the ENIC Network may participate in the meetings of the Committee as observers. Representatives of governmental and non-governmental organizations active in the field of recognition in the Region may also be invited to attend meetings of the Committee as observers.

4 — The President of the UNESCO Regional Committee for the Application of the Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees concerning Higher Education in the States belonging to the Europe Region shall also be invited to participate in the meetings of the Committee as an observer.

5 — The Committee shall promote the application of this Convention and shall oversee its implementation. To this end it may adopt, by a majority of the Parties, recommendations, declarations, protocols and models of good practice to guide the competent authorities of the Parties in their implementation of the Convention and in their consideration of applications for the recognition of higher education qualifications. While they shall not be bound by such texts, the Parties shall use their best endeavours to apply them, to bring the texts to the attention of the competent authorities and to encourage their application. The Committee shall seek the opinion of the ENIC Network before making its decisions.

6 — The Committee shall report to the relevant bodies of the Council of Europe and UNESCO.

7 — The Committee shall maintain links to the UNESCO Regional Committees for the Application of Conventions on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees in Higher Education adopted under the auspices of UNESCO.

8 — A majority of the Parties shall constitute a quorum.

9 — The Committee shall adopt its Rules of Procedure. It shall meet in ordinary session at least every three years. The Committee shall meet for the first time within a year of the entry into force of this Convention.

10 — The Secretariat of the Committee shall be entrusted jointly to the Secretary General of the Council of Europe and to the Director-General of UNESCO.

Article X.3

1 — Each Party shall appoint as a member of the European network of national information centres on academic mobility and recognition (the ENIC Network) the national information centre established or maintained under article ix.2. In case in which more than one national information centre is established or maintained in a Party under article ix.2, all these shall be members of the Network, but the national information centres concerned shall dispose of only one vote.

2 — The ENIC Network shall, in its composition restricted to national information centres of the Parties to this Convention, uphold and assist the practical implementation of the Convention by the competent national authorities. The Network shall meet at least once a year in plenary session. It shall elect its President and Bureau in accordance with its terms of reference.

3 — The Secretariat of the ENIC Network shall be entrusted jointly to the Secretary General of the Council of Europe and to the Director-General of UNESCO.

4 — The Parties shall cooperate, through the ENIC Network, with the national information centres of other Parties, especially by enabling them to collect all information of use to the national information centres in their activities relating to academic recognition and mobility.

SECTION XI

Final clauses

Article XI.1

1 — This Convention shall be open for signature by:

- a) The member States of the Council of Europe;
- b) The member States of the UNESCO Europe Region;
- c) Any other signatory, contracting State or party to the European Cultural Convention of the Council of Europe and/or to the UNESCO Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees concerning Higher Education in the States belonging to the Europe Region;

which have been invited to the Diplomatic Conference entrusted with the adoption of this Convention.

2 — These States and the Holy See may express their consent to be bound by:

- a) Signature without reservation as to ratification, acceptance or approval; or
- b) Signature, subject to ratification, acceptance or approval, followed by ratification, acceptance or approval; or
- c) Accession.

3 — Signatures shall be made with one of the depositaries. Instruments of ratification, acceptance, approval or accession shall be deposited with one of the depositaries.

Article XI.2

This Convention shall enter into force on the first day of the month following the expiration of the period of one month after five States, including at least three member States of the Council of Europe and or the UNESCO Europe Region, have expressed their consent to be bound by the Convention. It shall enter into force for each other State on the first day of the month following the expiration of the period of one month after the date of expression of its consent to be bound by the Convention.

Article XI.3

1 — After the entry into force of this Convention, any State other than those falling into one of the categories listed under article XI.1 may request accession to this Convention. Any request to this effect shall be addressed to one of the depositaries, who shall transmit it to the Parties at least three months before the meeting of the Committee of the Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region. The depositary shall also inform the Committee of Ministers of the Council of Europe and the Executive Board of UNESCO.

2 — The decision to invite a State which so requests to accede to this Convention shall be taken by a two-thirds majority of the Parties.

3 — After the entry into force of this Convention the European Community may accede to it following a request by its member States, which shall be addressed to one of the depositaries. In this case, article XI.3, 2, shall not apply.

4 — In respect of any acceding States or the European Community, the Convention shall enter into force on the first day of the month following the expiration of the period of one month after the deposit of the instrument of accession with one of the depositaries.

Article XI.4

1 — Parties to this Convention which are at the same time parties to one or more of the following Conventions:

European Convention on the Equivalence of Diplomas leading to Admission to Universities (1953, ETS no. 15), and its Protocol (1964, ETS no. 49);

European Convention on the Equivalence of Periods of University Study (1956, ETS no. 21);

European Convention on the Academic Recognition of University Qualifications (1959, ETS no. 32);

International Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees in Higher Education in the Arab and European States bordering on the Mediterranean (1976);
Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees concerning Higher Education in the States belonging to the Europe Region (1979);

European Convention on the General Equivalence of Periods of University Study (1990, ETS no. 138);

a) Shall apply the provisions of the present Convention in their mutual relations;

b) Shall continue to apply the above mentioned Conventions to which they are a party in their relations with other States party to those Conventions but not to the present Convention.

2 — The Parties to this Convention undertake to abstain from becoming a party to any of the Conventions mentioned in paragraph 1, to which they are not already a party, with the exception of the International Convention on the Recognition of Studies, Diplomas and Degrees in Higher Education in the Arab and European States bordering on the Mediterranean.

Article XI.5

1 — Any State may, at the time of signature or when depositing its instrument of ratification, acceptance, approval or accession, specify the territory or territories to which this Convention shall apply.

2 — Any State may, at any later date, by a declaration addressed to one of the depositaries, extend the application of this Convention to any other territory specified in the declaration. In respect of such territory the Convention shall enter into force on the first day of the month following the expiration of a period of one month after the date of receipt of such declaration by the depositary.

3 — Any declaration made under the two preceding paragraphs may, in respect of any territory specified in such declaration, be withdrawn by a notification addressed to one of the depositaries. The withdrawal shall become effective on the first day of the month following the expiration of a period of one month after the date of receipt of such notification by the depositary.

Article XI.6

1 — Any Party may, at any time, denounce this Convention by means of a notification addressed to one of the depositaries.

2 — Such denunciation shall become effective on the first day of the month following the expiration of a period of twelve months after the date of receipt of the notification by the depositary. However, such denunciation shall not affect recognition decisions taken previously under the provisions of this Convention.

3 — Termination or suspension of the operation of this Convention as a consequence of a violation by a Party of a provision essential to the accomplishment of the object or purpose of this Convention shall be addressed in accordance with international law.

Article XI.7

1 — Any State, the Holy See or the European Community may, at the time of signature or when depositing its instrument of ratification, acceptance or approval or accession, declare that it reserves the right not to apply, in whole or in part, one or more of the following articles of this Convention:

Article iv.8;
Article v.3;
Article vi.3;
Article viii.2;
Article ix.3.

No other reservation may be made.

2 — Any Party which has made a reservation under the preceding paragraph may wholly or partly withdraw it by means of a notification addressed to one of the depositaries. The withdrawal shall take effect on the date of receipt of such notification by the depositary.

3 — A Party which has made a reservation in respect of a provision of this Convention may not claim the application of that provision by any other Party; it may, however, if its reservation is partial or conditional, claim the application of that provision in so far as it has itself accepted it.

Article XI.8

1 — Draft amendments to this Convention may be adopted by the Committee of the Convention on the Recognition of Qualifications concerning Higher Education in the European Region by a two-thirds majority of the Parties. Any draft amendment so adopted shall be incorporated into a Protocol to this Convention. The Protocol shall specify the modalities for its entry into force which, in any event, shall require the expression of consent by the Parties to be bound by it.

2 — No amendment may be made to section III of this Convention under the procedure of paragraph 1 above.

3 — Any proposal for amendments shall be communicated to one of the depositaries, who shall transmit it to the Parties at least three months before the meeting of the Committee. The depositary shall also inform the Committee of Ministers of the Council of Europe and the Executive Board of UNESCO.

Article XI.9

1 — The Secretary General of the Council of Europe and the Director-General of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization shall be the depositaries of this Convention.

2 — The depositary with whom an act, notification or communication has been deposited shall notify the Parties to this Convention, as well as the other member States of the Council of Europe and/or of the UNESCO Europe Region of:

- a) Any signature;
- b) The deposit of any instrument of ratification, acceptance, approval or accession;
- c) Any date of entry into force of this Convention in accordance with the provisions of articles XI.2 and XI.3, 4;
- d) Any reservation made in pursuance of the provisions of article XI.7 and the withdrawal of any reservations made in pursuance of the provisions of article XI.7;
- e) Any denunciation of this Convention in pursuance of article XI.6;
- f) Any declarations made in accordance with the provisions of article II.1, or of article II.2;
- g) Any declarations made in accordance with the provisions of article IV.5;
- h) Any request for accession made in accordance with the provisions of article XI.3;
- i) Any proposal made in accordance with the provisions of article XI.8;

- j) Any other act, notification or communication relating to this Convention.

3 — The depositary receiving a communication or making a notification in pursuance of the provisions of this Convention shall immediately inform the other depositary thereof.

In witness thereof the undersigned representatives, being duly authorized, have signed this Convention.

Done at Lisbon on 11 April 1997, in the English, French, Russian (*) and Spanish (*) languages, the four texts being equally authoritative, in two copies, one of which shall be deposited in the archives of the Council of Europe and the other in the archives of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. A certified copy shall be sent to all the States referred to in article XI.1, to the Holy See and to the European Community and to the Secretariat of the United Nations.

(*) The texts in the Russian and Spanish languages are available in the archives of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

CONVENÇÃO SOBRE O RECONHECIMENTO DE QUALIFICAÇÕES, RELATIVAS AO ENSINO SUPERIOR NA REGIÃO EUROPA.

As Partes na presente Convenção:

Conscientes de que o direito à educação é um direito do homem e que o ensino superior desempenha um papel importante na aquisição e no progresso do conhecimento, e que constitui uma excepcional riqueza cultural e científica tanto para os indivíduos como para a sociedade;

Considerando que o ensino superior deve desempenhar um papel fundamental na promoção da paz, da compreensão mútua e da tolerância, contribuindo para a criação da confiança entre os povos e as nações;

Considerando que a grande diversidade de sistemas de ensino existentes na região Europa reflecte as suas diversidades culturais, sociais, políticas, filosóficas, religiosas e económicas e representa uma riqueza excepcional que convém salvaguardar;

Desejosas de permitir a todos os habitantes da região beneficiarem plenamente da riqueza que representa essa diversidade, facilitando o acesso aos habitantes de cada Estado e aos estudantes das instituições de ensino de cada Parte aos recursos educacionais de outras Partes, e, particularmente, permitindo-lhes prosseguir a sua formação ou efectuar um período de estudos nas instituições de ensino superior dessas outras Partes;

Considerando que o reconhecimento de estudos, certificados, diplomas e títulos obtidos noutro Estado da região Europa constitui uma medida importante para promover a mobilidade académica entre as Partes;

Salientando a grande importância do princípio da autonomia das instituições e conscientes da necessidade de salvaguardar e de proteger esse princípio;

Convencidas de que um reconhecimento equitativo das qualificações representa um elemento chave do direito à educação e uma responsabilidade da sociedade;

Tendo em consideração as convenções do Conselho da Europa e da UNESCO relativas ao reconhecimento académico na Europa:

Convenção Europeia sobre Equivalência de Diplomas Que Dão Acesso a Estabelecimentos Universitários (1953, STE n.º 15) e seu Protocolo Adicional (1964, STE n.º 49);

Convenção Europeia sobre Equivalência de Períodos de Estudos Universitários (1956, STE n.º 21);

Convenção Europeia sobre o Reconhecimento Académico de Qualificações Universitárias (1959, STE n.º 32);

Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos e Diplomas Relativos ao Ensino Superior nos Estados da Região Europa (1979);

Convenção Europeia sobre Equivalência Geral de Períodos de Estudos Universitários (1990, STE n.º 138);

Tendo em consideração a Convenção Internacional sobre Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus de Ensino Superior nos Estados Árabes e nos Estados Europeus Ribeirinhos do Mediterrâneo (1976), adoptada no âmbito da UNESCO e abrangendo parcialmente o reconhecimento académico na Europa;

Recordando que a presente Convenção deve ser considerada, igualmente, no contexto das convenções e da recomendação internacional da UNESCO abrangendo outras regiões do mundo e que é necessário melhorar os intercâmbios de informação entre essas regiões;

Conscientes das transformações profundas do ensino superior na região Europa desde a adopção destas Convenções, de que resultou uma diversidade acentuada, tanto no âmbito dos sistemas nacionais de ensino superior como entre eles, e da necessidade de adaptar os instrumentos legais e as práticas que possam reflectir estas mudanças;

Conscientes da necessidade de encontrar soluções comuns para os problemas que se colocam ao reconhecimento na região Europa;

Conscientes da necessidade de melhorar as práticas actuais de reconhecimento, de as tornar mais transparentes e melhor adaptadas à situação presente do ensino superior na região Europa;

Convencidas da importância de uma convenção elaborada e adoptada sob os auspícios conjuntos do Conselho da Europa e da UNESCO, criando um quadro para o desenvolvimento futuro da prática de reconhecimento na região Europa;

Conscientes da importância de prever mecanismos permanentes de implementação com vista a aplicar os princípios e as disposições da presente Convenção;

acordaram no que se segue:

SECÇÃO I

Definições

Artigo I.1

Para os fins de aplicação da presente Convenção, os termos abaixo mencionados designarão o seguinte:

- «Acesso (ao ensino superior)» o direito dos candidatos qualificados de se candidatarem e poderem ingressar no ensino superior;
- «Admissão (às instituições e programas de ensino superior)» o acto ou o sistema que permite aos candidatos qualificados prosseguir os estudos numa determinada instituição e ou num programa do ensino superior;
- «Avaliação (das instituições e dos programas)» o processo que permite determinar a qualidade do ensino de uma instituição ou de um programa de ensino superior;
- «Avaliação (das qualificações individuais)» apreciação escrita, por um organismo competente, das qualificações estrangeiras de um indivíduo;
- «Autoridade competente em matéria de reconhecimento» um organismo oficialmente incumbido de decidir e regulamentar em matéria de reconhecimento de qualificações estrangeiras;
- «Ensino superior» todos os tipos de ciclos de estudo ou de conjuntos de ciclos de estudo, de formação ou de formação para a investigação, de nível pós-secundário, reconhecidos pelas autoridades competentes de uma Parte, integrado no seu sistema de ensino superior;
- «Instituição de ensino superior» instituição que ministra um ensino superior reconhecido pela autoridade competente de uma Parte como fazendo parte do seu sistema de ensino superior;
- «Programa de ensino superior» ciclo de estudos reconhecido pela autoridade competente de uma Parte como fazendo parte do seu sistema de ensino superior e cuja conclusão confira ao estudante uma qualificação de ensino superior;
- «Período de estudos» qualquer parte de um programa de ensino superior que foi objecto de uma avaliação e de uma validação e que, mesmo não constituindo por si só um programa de estudos completo, representa uma aquisição significativa de conhecimentos e de competências;
- «Qualificação»:

- A) «Qualificação de ensino superior» qualquer grau, diploma, certificado ou título conferido por uma autoridade competente e que atesta a aprovação num programa de ensino superior;
- B) «Qualificação que dá acesso ao ensino superior» qualquer diploma ou certificado emitido por uma autoridade competente, que atesta a aprovação num programa de ensino e confere ao seu titular o direito de se candidatar e poder ingressar no ensino superior (cf. a definição de «acesso»);

«Reconhecimento» declaração emitida por uma autoridade competente, do valor de uma qualificação de ensino estrangeiro, tendo em vista aceder a actividades educacionais e ou de emprego;
«Condições exigidas»:

- A) «Condições gerais» condições que devem ser preenchidas em todos os casos, para o acesso ao ensino superior, ou a um nível determinado deste ensino, ou para a concessão de uma qualificação de ensino superior de um determinado nível;
- B) «Condições específicas» condições que devem ser preenchidas para além das condições gerais, com vista à admissão a um determinado programa de ensino superior ou à concessão de uma qualificação específica de ensino superior numa determinada área de estudos.

SECÇÃO II

Competência das autoridades

Artigo II.1

1 — Sempre que as autoridades centrais de uma Parte tenham competência para decidir questões de reconhecimento, essa Parte ficará imediatamente vinculada pelas disposições da presente Convenção e tomará as medidas necessárias para assegurar a aplicação destas disposições no seu território.

Sempre que se tratar de entidades constituintes da Parte com competência para decidir em matéria de reconhecimento, a Parte apresentará junto de um dos depositários um breve relatório sobre a sua situação ou estrutura constitucional, no acto da assinatura ou, então, do depósito dos seus instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, ou em qualquer outro momento posterior. Nestes casos, as autoridades competentes das ditas Partes tomarão as medidas necessárias para assegurar a aplicação das disposições da presente Convenção no seu território.

2 — Sempre que se tratar de instituições de ensino superior ou de outras entidades com competência para decidir, individualmente, em matéria de reconhecimento, cada Parte, de acordo com a sua situação ou estrutura constitucional, transmitirá o texto da presente Convenção às entidades e tomará todas as medidas possíveis para as encorajar a examiná-la com benevolência e aplicar as disposições da Convenção.

3 — As disposições dos parágrafos 1 e 2 deste artigo aplicar-se-ão *mutatis mutandis* às obrigações das Partes em virtude dos artigos seguintes da presente Convenção.

Artigo II.2

No acto da assinatura ou do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ou em qualquer outro momento posterior, cada Estado, a Santa Sé e a Comunidade Europeia informará, junto de um dos depositários da presente Convenção, quais as autoridades competentes para tomar os diferentes tipos de decisão em matéria de reconhecimento.

Artigo II.3

Nenhuma disposição da presente Convenção poderá ser considerada derogante das disposições mais favoráveis relativas ao reconhecimento de qualificações conferidas numa das Partes, já contempladas em tratado existente ou futuro, ou que resultem deste e de que a Parte na presente Convenção poderá vir a ser parte.

SECÇÃO III

Princípios fundamentais para a avaliação das qualificações

Artigo III.1

1 — Os titulares de qualificações conferidas numa das Partes têm direito à avaliação quando o seu pedido for solicitado ao organismo competente em matéria de reconhecimento.

2 — Nenhuma discriminação será feita com base, nomeadamente, no sexo, raça, cor, deficiência, língua, religião, convicções políticas ou qualquer outra, nacionalidade, etnia ou condição social dos requerentes ou pelo facto de pertencerem a uma minoria étnica, pela sua condição económica ou ascendência ou qualquer outra situação ou circunstância que não tenha a ver com o valor da qualificação cujo reconhecimento foi solicitado. A fim de assegurar este direito, cada Parte compromete-se a tomar as disposições necessárias para avaliar um pedido de reconhecimento de qualificações, tendo exclusivamente em consideração os conhecimentos e competências adquiridos.

Artigo III.2

Cada Parte zelarà por que as práticas e critérios utilizados na avaliação e no reconhecimento das qualificações sejam transparentes, coerentes e fiáveis.

Artigo III.3

1 — As decisões de reconhecimento serão tomadas com base em informações relevantes relativas às qualificações para as quais o reconhecimento é pedido.

2 — A responsabilidade de fornecer as informações necessárias incumbirá, em primeiro lugar, ao requerente, que deve fornecê-las de boa fé.

3 — Além da responsabilidade do requerente, as instituições que concedem as qualificações em causa têm o dever de fornecer, quando solicitado pelo requerente e nos limites considerados razoáveis, as informações relevantes ao titular da qualificação, à instituição ou às autoridades competentes do país onde o reconhecimento é requerido.

4 — As Partes darão orientações a todas as instituições de ensino pertencentes ao seu sistema educativo no sentido de darem seguimento aos pedidos de informação que têm por objectivo a avaliação das qualificações obtidas nas referidas instituições.

5 — Incumbe ao organismo responsável pela avaliação demonstrar que um pedido de reconhecimento não preenche as condições exigidas.

Artigo III.4

Com o fim de facilitar o reconhecimento das qualificações, cada Parte deve fornecer as informações necessárias, de forma clara e precisa, sobre o respectivo sistema de ensino.

Artigo III.5

As decisões sobre o reconhecimento serão tomadas num prazo razoável, previamente estabelecido pela autoridade competente em matéria de reconhecimento, a contar do momento em que toda a informação necessária para análise do pedido tenha sido fornecida. Em caso de decisão negativa, os motivos de recusa serão enumerados e o requerente será informado das medidas que poderá tomar com o objectivo de obter o reconhecimento num momento posterior. Em caso de recusa ou de falta de decisão, o requerente deverá ter a possibilidade de poder recorrer da decisão num prazo razoável.

SECÇÃO IV

**Reconhecimento das qualificações
que dão acesso ao ensino superior**

Artigo IV.1

Cada Parte reconhece, com o objectivo de aceder aos programas do seu sistema de ensino superior, as qualificações concedidas pelas outras Partes e que satisfaçam nessas Partes às condições gerais de acesso ao ensino superior, a menos que possam demonstrar que existe uma diferença substancial entre as condições gerais de acesso na Parte em que a qualificação foi obtida e na Parte em que o reconhecimento da qualificação é solicitado.

Artigo IV.2

Por outro lado, é suficiente que uma Parte permita ao titular de uma qualificação conferida numa outra Parte obter uma avaliação dessa qualificação a pedido de requerente, aplicando-se neste caso, *mutatis mutandis*, as disposições do artigo IV.1.

Artigo IV.3

Sempre que uma qualificação não der acesso a certos tipos de instituição ou de programas específicos de ensino superior na Parte em que foi obtida, qualquer das outras Partes garantirá aos titulares de uma tal qualificação a possibilidade de acesso a programas específicos similares do seu sistema de ensino superior, a menos que se possa provar que há uma diferença substancial entre as condições de acesso na Parte onde a qualificação foi obtida e na Parte onde é pedido o reconhecimento.

Artigo IV.4

Sempre que a admissão a programas determinados de ensino superior depender de condições específicas de acesso, para além das condições gerais de acesso, as autoridades competentes da Parte que analisam o pedido podem exigir esses mesmos requisitos complementares aos titulares de qualificações obtidas nas outras Partes ou avaliar se os candidatos com qualificações obtidas nas outras Partes preenchem condições equivalentes de acesso.

Artigo IV.5

Sempre que o certificado de fim de estudos secundários, obtido numa Parte, facultar o acesso ao ensino superior, apenas em combinação com exames de qualificações complementares, como um pré-requisito de acesso, as outras Partes podem condicionar o acesso ao preenchimento desses requisitos, proporcionar uma alternativa que satisfaça a tais requisitos, ou proporcionar uma alternativa que satisfaça a tais requisitos complementares nos respectivos sistemas educativos. Cada Estado, a Santa Sé e a Comunidade Europeia podem, no acto de assinatura ou no momento de depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão ou em qualquer momento posterior, notificar um dos depositários de que porá em prática o disposto no presente artigo, indicando as Partes relativamente às quais pretende aplicar este artigo, bem como o motivo.

Artigo IV.6

Sem prejuízo do disposto nos artigos IV.1, IV.2, IV.3, IV.4 e IV.5, a admissão a uma determinada instituição de ensino superior, ou a um determinado programa dessa instituição, pode ser limitativa ou selectiva. Nos casos em que for selectiva, as práticas de admissão deverão ser estabelecidas de forma a assegurar que a avaliação das qualificações estrangeiras se processe de acordo com os princípios de equidade e não discriminação referidos na secção III.

Artigo IV.7

Sem prejuízo do disposto nos artigos IV.1, IV.2, IV.3, IV.4 e IV.5, a admissão a uma determinada instituição de ensino superior ou a um determinado programa dessa instituição pode ser condicionada a uma comprovação, pelo candidato, de domínio suficiente da língua ou línguas de ensino da instituição em causa ou de outras línguas.

Artigo IV.8

Nas Partes em que o acesso ao ensino superior se processa com base em qualificações não tradicionais, qualificações similares obtidas noutras Partes serão avaliadas do mesmo modo que as qualificações não tradicionais obtidas na Parte em que se faz o pedido de reconhecimento.

Artigo IV.9

Para efeitos de admissão a programas de ensino superior, cada Parte pode condicionar o reconhecimento de qualificações conferidas por instituições de ensino superior estrangeiras situadas no seu território a requisitos específicos de acordo com legislação nacional em vigor ou acordos específicos que hajam sido celebrados com a Parte de origem dessas instituições.

SECÇÃO V

Reconhecimento de períodos de estudo

Artigo V.1

Cada Parte reconhece os períodos de estudo realizados no âmbito de um programa de ensino superior numa outra Parte. Este reconhecimento abrange os períodos de estudo realizados com o objectivo de com-

pletar um programa de ensino superior na Parte onde o reconhecimento foi pedido, a menos que se possa demonstrar a existência de uma diferença substancial entre os períodos de estudo realizados na outra Parte e a parte do programa de ensino superior que eles substituírem na Parte onde o reconhecimento é pedido.

Artigo V.2

Por outro lado, é suficiente que uma Parte permita a uma pessoa que tenha completado um período de estudos no âmbito de um programa de ensino superior de uma outra Parte obter uma avaliação desse período de estudos, a pedido da pessoa em questão, aplicando-se, *mutatis mutandis*, as disposições do artigo V.1 neste caso.

Artigo V.3

Cada Parte deve facilitar o reconhecimento dos períodos de estudo nas seguintes condições:

- a) Existência de um acordo prévio entre, por um lado, a instituição de ensino superior ou a autoridade competente responsável pela realização do período de estudos e, por outro, a instituição de ensino superior ou a autoridade competente em matéria de reconhecimento responsável pelo reconhecimento pedido; e
- b) A instituição de ensino superior onde o período de estudos foi realizado tenha emitido um certificado ou um registo de notas comprovativo de que o estudante satisfaz aos requisitos estabelecidos para o referido período de estudos.

SECÇÃO VI

Reconhecimento de qualificações de ensino superior

Artigo VI.1

Na medida em que a decisão de reconhecimento se baseia no conhecimento e na competência sancionados por qualificações de ensino superior, cada Parte reconhecerá as qualificações de ensino superior conferidas numa outra Parte, a menos que se possa demonstrar a existência de uma diferença substancial entre a qualificação para a qual o reconhecimento é solicitado e a qualificação correspondente na outra Parte.

Artigo VI.2

Por outro lado, é suficiente que uma Parte permita ao titular de uma qualificação emitida numa das Partes obter uma avaliação dessa qualificação a pedido do titular aplicando-se, *mutatis mutandis*, as disposições do artigo VI.1 neste caso.

Artigo VI.3

O reconhecimento numa Parte de uma qualificação de ensino superior conferida noutra Parte implicará uma das seguintes consequências, ou ambas:

- a) O acesso a estudos complementares de ensino superior, incluindo exames relevantes, e ou preparação para o doutoramento, nas mesmas condições que as aplicáveis aos titulares de qualificações da Parte onde o reconhecimento é solicitado;

- b) O uso de um título académico, de acordo com as leis e regulamentações da Parte onde é solicitado o reconhecimento.

Por outro lado, o reconhecimento pode facilitar o acesso ao mercado de trabalho de acordo com as leis e regulamentos da Parte ou da jurisdição da Parte onde o reconhecimento é solicitado.

Artigo VI.4

A avaliação de uma qualificação superior numa Parte conferida numa outra Parte pode apresentar-se como:

- a) Uma recomendação para efeitos de uma actividade profissional em geral;
- b) Uma recomendação para fins de admissão a um, programa de estudos numa determinada instituição de ensino;
- c) Uma recomendação a qualquer outra autoridade competente em matéria de reconhecimento.

Artigo VI.5

Cada Parte pode condicionar o reconhecimento de qualificações de ensino superior, conferidas por instituições de ensino estrangeiras situadas no seu território, a requisitos específicos de acordo com a legislação nacional em vigor ou com acordos específicos celebrados com a Parte de origem dessas instituições.

SECÇÃO VII

Reconhecimento de qualificações apresentadas por refugiados, pessoas deslocadas e pessoas com estatuto idêntico ao de refugiado.

Artigo VII

Cada Parte deverá tomar todas as medidas possíveis e razoáveis no âmbito do sistema educativo, e em conformidade com as suas disposições constitucionais, legais e administrativas, com vista a elaborar procedimentos adequados que permitam avaliar, de um modo justo e eficaz, se os refugiados, os deslocados e as pessoas com estatuto idêntico ao de refugiado reúnem os requisitos para acesso ao ensino superior, para prosseguimento de programas complementares de ensino superior ou para o exercício de actividades profissionais, mesmo nos casos em que as qualificações obtidas numa das Partes não possam ser comprovadas documentalmente.

SECÇÃO VIII

Informação sobre avaliação de instituições e programas de ensino superior

Artigo VIII.1

Cada Parte providenciará informação relevante sobre qualquer instituição pertencente ao seu sistema de ensino superior e sobre qualquer programa organizado por instituições com vista a permitir às autoridades competentes das outras Partes verificar se a qualidade das qualificações emitidas por essas instituições justificará o reconhecimento na Parte aonde o reconhecimento é solicitado. Essa informação apresentar-se-á da seguinte forma:

- a) No caso das Partes que tenham estabelecido um sistema formal de avaliação das instituições

- e programas de ensino superior: informação sobre os métodos e resultados dessa avaliação e sobre os níveis de qualidade específicos de cada tipo de instituição de ensino superior que confere qualificações e respectivos programas;
- b) No caso das Partes que não tenham estabelecido um sistema formal de avaliação de instituições e programas de ensino superior: informação sobre reconhecimento de várias qualificações obtidas em qualquer programa de ensino superior pertencente ao seu sistema de ensino superior.

Artigo VIII.2

Cada Parte tomará as disposições adequadas para implementar, manter actualizado e publicar:

- Uma tipologia das diferentes instituições de ensino superior pertencentes ao seu sistema de ensino superior, especificando as características de cada instituição;
- Uma lista de instituições reconhecidas (públicas e particulares) do seu sistema de ensino superior indicando, para cada instituição, as qualificações que conferem e as condições requeridas para o acesso aos vários tipos de instituições e programas;
- Uma descrição dos programas de ensino superior;
- Uma lista das instituições de ensino superior situadas fora do seu território e consideradas pela Parte como integrantes do seu sistema educativo.

SECÇÃO IX

Informação em matéria de reconhecimento

Artigo IX.1

Com vista a facilitar o reconhecimento das qualificações de ensino superior, as Partes envidarão todos os esforços no sentido de estabelecer sistemas transparentes que permitam uma descrição completa das qualificações conferidas.

Artigo IX.2

1 — Reconhecendo a necessidade de dispor de informações relevantes, precisas e actualizadas, cada Parte deverá criar ou manter um centro nacional de informações e notificará um dos depositários dessa criação ou de qualquer modificação que o afecte.

2 — Em cada Parte, o centro nacional de informações deverá:

- Facilitar o acesso a informações exactas e fiáveis sobre o sistema de ensino superior e respectivas qualificações;
- Facilitar o acesso às informações sobre os sistemas e as qualificações de ensino superior das outras Partes;
- Aconselhar e informar sobre matéria relativa ao reconhecimento e avaliação das qualificações, em conformidade com as leis e regulamentos nacionais.

3 — Cada centro nacional de informações deverá dispor dos meios adequados que lhe permitam exercer as suas funções.

Artigo IX.3

As Partes encorajarão, através dos centros nacionais de informação ou por outros meios, a implementação do suplemento ao diploma UNESCO/Conselho da Europa, ou de outro documento comparável, nas suas instituições de ensino superior.

SECÇÃO X

Mecanismos de implementação

Artigo X.1

Os organismos abaixo mencionados deverão acompanhar, promover e facilitar a implementação da Convenção:

- Comité da Convenção sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa;
- Rede Europeia dos Centros Nacionais de Informação sobre o Reconhecimento e Mobilidade Académicos (Rede ENIC), criada por decisão do Comité de Ministros do Conselho da Europa em 9 de Junho e do Comité Regional da UNESCO para a Europa em 18 de Junho de 1994.

Artigo X.2

1 — O Comité da Convenção sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa (doravante designado por «o Comité») é criado pela presente Convenção. É constituído por um representante de cada Parte.

2 — De acordo com as disposições do artigo x.2, o termo «Parte» não se aplicará à Comunidade Europeia.

3 — Os Estados mencionados nos artigos xi.1, 1 e a Santa Sé, que não são Partes nesta Convenção, a Comunidade Europeia, assim como o Presidente da Rede ENIC, podem participar nas reuniões como observadores. Os representantes das organizações governamentais e não governamentais com funções na área do reconhecimento a nível da região poderão igualmente ser convidados a participar na reunião do Comité como observadores.

4 — O Presidente do Comité Regional da UNESCO para Aplicação da Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus Relativos ao Ensino Superior nos Estados Pertencentes à Região Europa será, igualmente, convidado a participar nas reuniões do Comité, como observador.

5 — O Comité promoverá a aplicação da presente Convenção e zelará pela sua implementação. Neste âmbito, poderão ser adoptadas por maioria das Partes recomendações, declarações, protocolos e códigos de boa prática no sentido de orientar as autoridades competentes das Partes na aplicação da Convenção e na análise dos pedidos de reconhecimento das qualificações do ensino superior. Apesar de não estarem vinculadas aos textos, as Partes envidarão todos os esforços para os aplicar e submeter às autoridades competentes e encorajarão a sua implementação. O Comité pedirá parecer à Rede ENIC, antes de tomar as suas decisões.

6 — O Comité fará a ligação aos órgãos competentes do Conselho da Europa e à UNESCO.

7 — O Comité assegurará a ligação aos Comités Regionais da UNESCO para Aplicação das Convenções

sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus de Ensino Superior adoptados sob os auspícios da UNESCO.

8 — O quórum será atingido sempre que a maioria das Partes estiver presente.

9 — O Comité adoptará o seu regulamento interno. Reunir-se-á em sessão ordinária pelo menos de três em três anos. O Comité reunir-se-á, pela primeira vez, no prazo de um ano a partir da data de entrada em vigor da presente Convenção.

10 — O secretariado do Comité será confiado conjuntamente ao Secretário-Geral do Conselho da Europa e ao Director-Geral da UNESCO.

Artigo X.3

1 — Cada Parte designará como membro da Rede Europeia dos Centros Nacionais de Informação sobre Reconhecimento e Mobilidade Académicos (Rede ENIC) o centro nacional de informações criado ou já existente, no âmbito do artigo IX.2. Na hipótese de existir um ou mais centros de informação numa das Partes, em virtude do artigo IX.2, todos os centros serão membros da Rede, mas a Parte a que pertencem não disporá senão de um só voto.

2 — A Rede ENIC, constituída pelos centros nacionais de informação das Partes na presente Convenção, apoiará e acompanhará a aplicação da Convenção pelas autoridades nacionais competentes. A Rede reunir-se-á, pelo menos, uma vez por ano, em sessão plenária, elegendo o seu Presidente e a mesa de acordo com o seu mandato.

3 — O secretariado da Rede ENIC será confiado conjuntamente ao Secretário-Geral do Conselho da Europa e ao Director-Geral da UNESCO.

4 — As Partes cooperarão, através da Rede ENIC, com os centros nacionais de informação das outras Partes, permitindo-lhes, nomeadamente, recolher toda a informação útil à realização das actividades dos centros nacionais de informação sobre reconhecimento e mobilidade académica.

SECÇÃO XI

Disposições finais

Artigo XI.1

1 — A presente Convenção ficará aberta à assinatura:

- a) Dos Estados membros do Conselho da Europa;
- b) Dos Estados membros da região Europa da UNESCO;
- c) De qualquer outro signatário, Estado contratante ou Parte na Convenção Cultural Europeia do Conselho da Europa e ou na Convenção da UNESCO sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus Relativos ao Ensino Superior da Região Europa;

que foram convidados a participar na conferência diplomática encarregada da adopção da presente Convenção.

2 — Estes Estados e a Santa Sé poderão expressar o seu consentimento de vinculação à presente Convenção mediante:

- a) Assinatura, sem reserva de ratificação, aceitação ou aprovação; ou

- b) Assinatura, sob reserva de ratificação, aceitação ou aprovação, seguida de ratificação, aceitação ou aprovação; ou
- c) Adesão.

3 — As assinaturas terão lugar junto de um dos depositários. Os instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão serão depositados junto de um dos depositários.

Artigo XI.2

A presente Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao período de um mês após cinco Estados, incluindo pelo menos três Estados membros do Conselho da Europa e ou da região Europa da UNESCO, terem manifestado o seu consentimento em estarem vinculados à Convenção. Para qualquer outro Estado, a Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês que se segue ao período de um mês após esse Estado ter manifestado o seu consentimento em estar vinculado à Convenção.

Artigo XI.3

1 — Após a entrada em vigor da presente Convenção, qualquer Estado que não pertença a uma das categorias enumeradas no artigo XI.1 pode solicitar um pedido de adesão à Convenção. Qualquer pedido neste sentido deverá ser comunicado a um dos depositários, que o transmitirá às Partes pelo menos três meses antes da realização da reunião do Comité da Convenção sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa. O depositário informará, igualmente, o Comité de Ministros do Conselho da Europa e o Conselho Executivo da UNESCO.

2 — A decisão de convidar um Estado que tenha feito o pedido de adesão à presente Convenção será tomada pela maioria de dois terços das Partes.

3 — Após a entrada em vigor da presente Convenção, a Comunidade Europeia pode solicitar a adesão, junto de um dos depositários, a pedido dos seus Estados membros. Neste caso, o artigo XI.3, 2, não se aplica.

4 — Para qualquer Estado aderente, ou para a Comunidade Europeia, a Convenção entrará em vigor no 1.º dia do mês que se segue ao período de um mês após a data de depósito do instrumento de adesão junto de um dos depositários.

Artigo XI.4

As Partes na presente Convenção, que são, simultaneamente, partes numa ou mais das seguintes convenções:

Convenção Europeia sobre Equivalência de Diplomas Que Dão Acesso a Estabelecimentos Universitários (1953, STE n.º 15) e seu Protocolo (1964, STE N.º 49);

Convenção Europeia sobre Equivalência de Períodos de Estudos Universitários (1956, STE n.º 21);

Convenção Europeia sobre o Reconhecimento Académico de Qualificações Universitárias (1959, STE n.º 32);

Convenção Internacional sobre o Reconhecimento de Estudos, Diplomas e Graus de Ensino Superior nos Estados Árabes e nos Estados Europeus Ribeirinhos do Mediterrâneo (1976);

Convenção sobre o Reconhecimento de Estudos e Diplomas Relativos ao Ensino Superior nos Estados da Região Europa (1979); Convenção Europeia sobre Equivalência Geral de Períodos de Estudos Universitários (1990, STE n.º 138):

- a) Aplicarão as disposições da presente Convenção nas suas relações recíprocas;
- b) Continuarão a aplicar as Convenções acima mencionadas, nas quais elas já são partes, nas suas relações com outros Estados que são partes nas ditas Convenções mas não na presente Convenção.

2 — As Partes na presente Convenção comprometem-se a não aderir às Convenções mencionadas no parágrafo 1, nas quais não são ainda partes, com excepção da Convenção Internacional sobre o Reconhecimento de Estudos, de Diplomas e Graus de Ensino Superior nos Estados Árabes e nos Estados Europeus Ribeirinhos do Mediterrâneo.

Artigo XI.5

1 — Qualquer Estado pode, no acto da assinatura ou aquando do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, designar o ou os territórios aos quais se aplica a presente Convenção.

2 — Qualquer Estado pode, em qualquer momento posterior, tornar extensiva a aplicação da presente Convenção a qualquer outro território através de uma declaração dirigida a um dos depositários. A Convenção entrará em vigor nesse território no 1.º dia do mês seguinte ao período de um mês após a data de recepção da declaração pelo depositário.

3 — Qualquer declaração apresentada de acordo com os dois parágrafos anteriores e relativa a qualquer território que tenha sido designado pela dita declaração, pode ser denunciada por notificação dirigida a um dos depositários. A denúncia terá efeito no 1.º dia do mês seguinte ao período de um mês, após a data de recepção da notificação pelo depositário.

Artigo XI.6

1 — Qualquer Parte poderá em qualquer momento denunciar a presente Convenção através de notificação dirigida a um dos depositários.

2 — A denúncia produzirá efeito no 1.º dia do mês seguinte ao período de 12 meses após a data de recepção da notificação pelo depositário. No entanto, esta denúncia não afectará as decisões de reconhecimento proferidas anteriormente no âmbito das disposições da presente Convenção.

3 — A extinção da presente Convenção ou a suspensão da sua aplicação em consequência de violação por uma das Partes de uma disposição essencial para a realização do objectivo ou do fim da Convenção, far-se-á conforme o direito internacional.

Artigo XI.7

1 — Qualquer Estado, a Santa Sé ou a Comunidade Europeia pode, no acto da assinatura ou no momento do depósito do seu instrumento de ratificação, aceitação, aprovação ou adesão, declarar que se reserva o direito

de não aplicar, parcial ou totalmente, um ou mais dos artigos seguintes da presente Convenção:

Artigo IV.8;
Artigo V.3;
Artigo VI.3;
Artigo VIII.2;
Artigo IX.3.

Não é possível fazer mais nenhuma reserva.

2 — Qualquer Parte que tenha formulado uma reserva em conformidade com o parágrafo anterior pode denunciá-la, total ou parcialmente, por notificação dirigida a um dos depositários. A denúncia produzirá efeito à data de recepção da notificação pelo depositário.

3 — Qualquer Parte que tenha formulado uma reserva relativamente a uma disposição da presente Convenção não pode requerer a sua aplicação por uma outra Parte, se a reserva for parcial ou condicional. Pode requerer a aplicação desta disposição nas mesmas condições em que a aceitou.

Artigo XI.8

1 — Qualquer proposta de alteração à presente Convenção poderá ser adoptada pelo Comité da Convenção sobre o Reconhecimento de Qualificações Relativas ao Ensino Superior na Região Europa por maioria de dois terços das Partes. Neste caso a adopção da proposta deverá ser incluída num protocolo à presente Convenção. Este protocolo deverá especificar as modalidades da sua entrada em vigor, as quais necessitarão, em qualquer dos casos, do acordo das Partes.

2 — Não poderá ser feita nenhuma alteração à secção III da presente Convenção em virtude do disposto no parágrafo 1.

3 — Qualquer proposta de alteração deverá ser comunicada a um dos depositários, que a transmitirá às Partes pelo menos três meses antes da reunião do Comité. O depositário informará, igualmente, o Comité de Ministros do Conselho da Europa e do Conselho Executivo da UNESCO.

Artigo XI.9

1 — O Secretário-Geral do Conselho da Europa e o Director-Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura são os depositários da presente Convenção.

2 — O depositário junto do qual é depositado um acto, uma notificação ou uma comunicação notificará as Partes na presente Convenção, assim como outros Estados membros do Conselho da Europa e ou da região Europa da UNESCO, de:

- a) Assinaturas;
- b) Depósito de instrumentos de ratificação, aceitação, aprovação ou de adesão;
- c) Data de entrada em vigor da presente Convenção conforme as disposições dos artigos XI.2 e XI.3, 4;
- d) Reservas relativamente à aplicação das disposições do artigo XI.7 e a renúncia de qualquer reserva feita conforme o disposto no artigo XI.7;
- e) Denúncias da presente Convenção conforme o disposto no artigo XI.6;
- f) Declarações feitas em conformidade com as disposições do artigo II.1 ou do artigo II.2;
- g) Declarações feitas em conformidade com o disposto no artigo IV.5;

- h) Pedidos de adesão feitos em conformidade com as disposições do artigo XI.3;
- i) Propostas feitas em conformidade com as disposições do artigo XI.8;
- j) Actos, notificações ou comunicações respeitantes a esta Convenção.

3 — O depositário que receba uma comunicação ou faça uma notificação de acordo com as disposições desta Convenção deverá informar imediatamente o outro depositário.

Em fé de que os representantes abaixo assinados, devidamente autorizados, assinaram a presente Convenção.

Feita em Lisboa em 11 de Abril de 1997, em inglês, francês, russo e espanhol, fazendo os quatro textos autênticos igualmente fé, em dois exemplares, um dos quais será depositado nos arquivos do Conselho da Europa, sendo o outro depositado nos arquivos da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura. Uma cópia autenticada será enviada a todos os Estados referidos no artigo XI.1, à Santa Sé, à Comunidade Europeia e ao secretariado da Organização das Nações Unidas.

Resolução da Assembleia da República n.º 26/2000

Aprova, para ratificação, a Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adoptada na Haia em 14 de Maio de 1954.

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea i) do artigo 161.º e do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, aprovar, para ratificação, a Convenção para a Protecção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado, adoptada na Haia em 14 de Maio de 1954, cuja versão autêntica em língua francesa e tradução em língua portuguesa seguem em anexo.

Aprovada em 2 de Dezembro de 1999.

O Presidente da Assembleia da República, *António de Almeida Santos*.

CONVENTION POUR LA PROTECTION DES BIENS CULTURELS EN CAS DE CONFLIT ARMÉ

(Adoptée à La Haye, le 14 mai 1954)

Les Hautes Parties contractantes:

Constatant que les biens culturels ont subi de graves dommages au cours des derniers conflits et qu'ils sont, par suite du développement de la technique de la guerre, de plus en plus menacés de destruction;

Convaincues que les atteintes portées aux biens culturels, à quelque peuple qu'ils appartiennent, constituent des atteintes au patrimoine culturel de l'humanité entière, étant donné que chaque peuple apporte sa contribution à la culture mondiale;

Considérant que la conservation du patrimoine culturel présente une grande importance pour tous les peuples du monde et qu'il importe d'assurer à ce patrimoine une protection internationale; Guidées par les principes concernant la protection des biens culturels en cas de conflit armé établis

dans les Conventions de La Haye de 1899 et de 1907 et dans le Pacte de Washington du 15 avril 1935;

Considérant que, pour être efficace, la protection de ces biens doit être organisée dès le temps de paix par des mesures tant nationales qu'internationales;

Résolues à prendre toutes les dispositions possibles pour protéger les biens culturels;

sont convenues des dispositions qui suivent:

CHAPITRE PREMIER

Dispositions générales concernant la protection

Article premier

Définition des biens culturels

Aux fins de la présente Convention, sont considérés comme biens culturels, quels que soient leur origine ou leur propriétaire:

- a) Les biens, meubles ou immeubles, qui présentent une grande importance pour le patrimoine culturel des peuples, tels que les monuments d'architecture, d'art ou d'histoire, religieux ou laïques, les sites archéologiques, les ensembles de constructions qui, en tant que tels, présentent un intérêt historique ou artistique, les œuvres d'art, les manuscrits, livres et autres objets d'intérêt artistique, historique ou archéologique, ainsi que les collections scientifiques et les collections importantes de livres, d'archives ou de reproductions des biens définis ci-dessus;
- b) Les édifices dont la destination principale et effective est de conserver ou d'exposer les biens culturels meubles définis à l'alinéa a), tels que les musées, les grandes bibliothèques, les dépôts d'archives, ainsi que les refuges destinés à abriter, en cas de conflit armé, les biens culturels meubles définis à l'alinéa a);
- c) Les centres comprenant un nombre considérable de biens culturels qui sont définis aux alinéas a) et b), dits «centres monumentaux».

Article 2

Protection des biens culturels

Aux fins de la présente Convention, la protection des biens culturels comporte la sauvegarde et le respect de ces biens.

Article 3

Sauvegarde des biens culturels

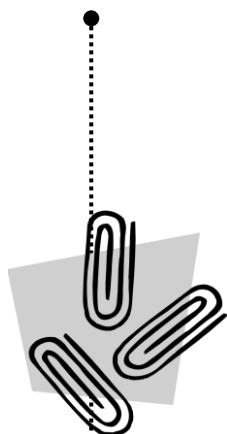
Les Hautes Parties contractantes s'engagent à préparer, dès le temps de paix, la sauvegarde des biens culturels situés sur leur propre territoire contre les effets prévisibles d'un conflit armé, en prenant les mesures qu'elles estiment appropriées.

Article 4

Respect des biens culturels

1 — Les Hautes Parties contractantes s'engagent à respecter les biens culturels situés tant sur leur propre

Anexo 5.09



Magna Carta das Universidades Europeias

(Bolonha, 18 de Setembro de 1988)

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM

Preâmbulo

Os Reitores das Universidades europeias, abaixo assinados, reunidos em Bolonha por ocasião do IX centenário da mais antiga de entre elas, quatro anos antes da supressão definitiva das fronteiras comunitárias e na perspectiva de uma colaboração alargada entre todos os povos europeus, entendendo que os Povos e os Estados devem mais do que nunca tomar consciência do papel que as Universidades serão chamadas a desempenhar numa sociedade que se transforma e se internacionaliza,

Consideram:

1. que o futuro da humanidade, neste fim de milénio, depende em larga medida do desenvolvimento cultural, científico e técnico que se forja nos centros de cultura, de conhecimento e de investigação em que se tornaram as verdadeiras Universidades;
2. que a tarefa de difusão dos conhecimentos que a Universidade deve assumir para com as novas gerações implica hoje que ela se dirija igualmente ao conjunto da sociedade – cujo futuro cultural, social e económico exige, nomeadamente, um considerável esforço de formação permanente;
3. que a Universidade deve assegurar às gerações futuras uma educação e uma formação que lhes permita contribuir para o respeito dos grandes equilíbrios do ambiente natural e da vida.

Proclamam, perante os Estados e a consciência dos povos, os princípios fundamentais que devem sustentar no presente e no futuro a vocação da Universidade.

Princípios fundamentais

1. A Universidade é, no seio de sociedades diversamente organizadas e em virtude das condições geográficas e do peso da história, uma instituição autónoma que, de modo crítico, produz e transmite a cultura através da investigação e do ensino.

Para se abrir às necessidades do mundo contemporâneo, ela deve ser, no seu esforço de investigação e de ensino, independente de qualquer poder político, económico e ideológico.

2. Nas Universidades, a actividade didáctica é indissociável da actividade de investigação, a fim de que o próprio ensino possa acompanhar a evolução das necessidades e as exigências da sociedade e dos conhecimentos científicos.
3. Sendo a liberdade de investigação, de ensino e de formação princípio fundamental da vida das Universidades, os poderes públicos e as mesmas Universidades, cada um no seu domínio de competência, devem garantir e promover o respeito dessa exigência fundamental. Na recusa da intolerância e no diálogo permanente, a Universidade é um local de encontro privilegiado entre os professores, capazes de transmitirem o saber e os meios de o desenvolver através da investigação e da inovação, e os estudantes, que têm o direito, a vontade e a capacidade de com isso se enriquecerem.
4. Depositária da tradição do humanismo europeu, mas com a preocupação constante de alcançar o saber universal, a Universidade, para assumir as suas missões, ignora as fronteiras geográficas ou políticas e afirma a necessidade imperiosa do conhecimento recíproco e da interacção das culturas.

Meios

A realização destes objectivos, no quadro de princípios semelhantes, exige meios eficazes e portanto adaptados à situação contemporânea.

1. Para preservar a liberdade de investigação e de ensino devem ser dados, ao conjunto dos membros da comunidade universitária, os instrumentos necessários à sua realização.
2. O recrutamento dos professores – bem como a regulamentação do seu estatuto – devem ser orientados pelo princípio da indissociabilidade da actividade de investigação e da actividade didáctica.
3. Cada Universidade deve garantir aos estudantes, respeitando a especificidade das situações, a salvaguarda das liberdades e as condições

necessárias para atingirem os seus objectivos em matéria de cultura e de formação.

4. As Universidades – e nomeadamente as Universidades europeias – vêem na troca recíproca de informações e de documentação, e na multiplicação de iniciativas científicas comuns, os instrumentos fundamentais para o progresso contínuo dos conhecimentos.

Por essa razão, e encontrando aí as suas fontes, as Universidades encorajam a mobilidade dos professores e dos estudantes, e consideram que uma política geral de equivalências em matérias de estatuto, de títulos, de exames (preservando embora os diplomas nacionais) e de atribuição de bolsas constitui o instrumento essencial para garantir o exercício das suas missões contemporâneas.

Os Reitores abaixo assinados, em nome das suas Universidades, comprometem-se a tudo fazer para que cada Estado e as organizações supranacionais interessadas possam inspirar-se progressivamente nas disposições desta Charta, expressão unânime da vontade autónoma das Universidades.

Bolonha, 18 de Setembro de 1988

MAGNA CHARTA UNIVERSITATUM

Preamble

The undersigned Rectors of European Universities, gathered in Bologna for the ninth centenary of the oldest University in Europe, four years before the definitive abolition of boundaries between the countries of the European Community; looking forward to far-reaching co-operation between all European nations and believing that people and States should become more than ever aware of the part that universities will be called upon to play in a changing and increasingly international society,

Consider

1. that at the approaching end of this millennium the future of mankind depends largely on cultural, scientific and technical development ; and that this is built up in centres of culture, knowledge and research as represented by true universities ;
2. that the universities' task of spreading knowledge among the younger generations implies that, in today's world, they must also serve society as a whole ; and that the cultural, social and economic future of society requires, in particular, a considerable investment in continuing education ;
3. that universities must give future generations education and training that will teach them, and through them others, to respect the great harmonies of their natural environment and of life itself.

The undersigned Rectors of European universities proclaim to all States and to the conscience of all nations the fundamental principles, which must, now and always, support the vocation of universities.

Fundamental principles

1. The university is an autonomous institution at the heart of societies differently organised because of geography and historical heritage; it produces, examines, appraises and hands down culture by research and teaching.
To meet the needs of the world around it, its research and teaching must be morally and intellectually independent of all political authority and economic power.
2. Teaching and research in universities must be inseparable if their tuition is not to lag behind changing needs, the demands of society, and advances in scientific knowledge.
3. Freedom in research and training is the fundamental principle of university life, and governments and universities, each as far as in them lies, must ensure respect for this fundamental requirement. Rejecting intolerance and always open to dialogue, a university is an ideal meeting-ground for teachers capable of imparting their knowledge and well equipped to develop it by research and innovation and for students entitled, able and willing to enrich their minds with that knowledge.
4. A university is the trustee of the European humanist tradition; its constant care is to attain universal knowledge; to fulfil its vocation it transcends geographical and political frontiers, and affirms the vital need for different cultures to know and influence each other.

The means

To attain these goals by following such principles calls for effective *means*, suitable to present conditions.

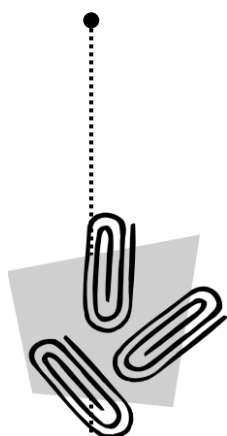
1. To preserve freedom in research and teaching, the instruments appropriate to realise that freedom must be made available to all members of the university community.
2. Recruitment of teachers, and regulation of their status, must obey the principle that research is inseparable from teaching.
3. Each university must – with due allowance for particular circumstances – ensure that its students' freedoms are safeguarded, and that they enjoy concessions in which they can acquire the culture and training which it is their purpose to possess.
4. Universities – particularly in Europe – regard the mutual exchange of information and documentation, and frequent joint projects for the advancement of learning, as essential to the steady progress of knowledge.

Therefore, as in the earliest years of their history, they encourage mobility among teachers and students; furthermore, they consider a general policy of equivalent status, titles, examinations (without prejudice to national diplomas) and award of scholarships essential to the fulfilment of their mission in the conditions prevailing today.

The undersigned Rectors, on behalf of their Universities, undertake to do everything in their power to encourage each State, as well as the supranational organisations concerned, to mould this policy sedulously on this Magna Charta, which expresses the universities' unanimous desire freely determined and declared.

Bologna, 18 September 1988

Anexo 5.10



**Quadro de Qualificações
para o Espaço Europeu do Ensino Superior**
(Bergen, Maio de 2005)

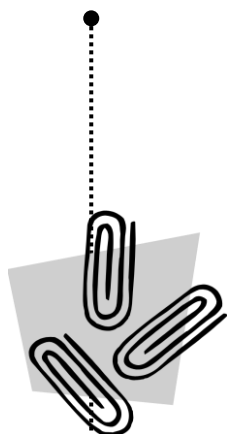
The framework of qualifications for the European Higher Education Area

The Bergen Conference of European Ministers Responsible for Higher Education 19-20 May 2005 adopted the overarching framework for qualifications in the EHEA, comprising three cycles (including, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications), generic descriptors for each cycle based on learning outcomes and competences, and credit ranges in the first and second cycles. Ministers committed themselves to elaborating national frameworks for qualifications compatible with the overarching framework for qualifications in the EHEA by 2010, and to having started work on this by 2007.

	Outcomes	ECTS Credits
First cycle qualification	<p>Qualifications that signify completion of the first cycle are awarded to students who:</p> <ul style="list-style-type: none">• have demonstrated knowledge and understanding in a field of study that builds upon their general secondary education, and is typically at a level that, whilst supported by advanced textbooks, includes some aspects that will be informed by knowledge of the forefront of their field of study;• can apply their knowledge and understanding in a manner that indicates a professional approach to their work or vocation, and have competences typically demonstrated through devising and sustaining arguments and solving problems within their field of study;• have the ability to gather and interpret relevant data (usually within their field of study) to inform judgments that include reflection on relevant social, scientific or ethical issues;• can communicate information, ideas, problems and solutions to both specialist and non-specialist audiences;• have developed those learning skills that are necessary for them to continue to undertake further study with a high degree of autonomy.	Typically include 180-240 ECTS credits

Second cycle qualification	<p>Qualifications that signify completion of the second cycle are awarded to students who:</p> <ul style="list-style-type: none"> • have demonstrated knowledge and understanding that is founded upon and extends and/or enhances that typically associated with the first cycle, and that provides a basis or opportunity for originality in developing and/or applying ideas, often within a research context; • can apply their knowledge and understanding, and problem solving abilities in new or unfamiliar environments within broader (or multidisciplinary) contexts related to their field of study; • have the ability to integrate knowledge and handle complexity, and formulate judgments with incomplete or limited information, but that include reflecting on social and ethical responsibilities linked to the application of their knowledge and judgments; • can communicate their conclusions, and the knowledge and rationale underpinning these, to specialist and non-specialist audiences clearly and unambiguously; • have the learning skills to allow them to continue to study in a manner that may be largely self-directed or autonomous. 	Typically include 90-120 ECTS credits, with a minimum of 60 credits at the level of the 2 nd cycle
Third cycle qualification	<p>Qualifications that signify completion of the third cycle are awarded to students who:</p> <ul style="list-style-type: none"> • have demonstrated a systematic understanding of a field of study and mastery of the skills and methods of research associated with that field; • have demonstrated the ability to conceive, design, implement and adapt a substantial process of research with scholarly integrity; • have made a contribution through original research that extends the frontier of knowledge by developing a substantial body of work, some of which merits national or international refereed publication; • are capable of critical analysis, evaluation and synthesis of new and complex ideas; • can communicate with their peers, the larger scholarly community and with society in general about their areas of expertise; • can be expected to be able to promote, within academic and professional contexts, technological, social or cultural advancement in a knowledge based society. 	Not specified

Anexo 5.11



Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida

**(European Qualifications Framework for Lifelong Learning – EQF,
23 de Abril de 2008)**



THE BOLOGNA FRAMEWORK AND NATIONAL QUALIFICATIONS FRAMEWORKS – AN INTRODUCTION

INTRODUCTION

The Bologna Process was initiated in 1999. It now involves 46 countries. An important action line in the Process is the restructuring of higher education programmes and changes to the qualifications (diplomas) that are made as a result. In 2003, Ministers with responsibility for higher education gathered in Berlin to review progress in the Bologna Process. They called on each participating country to develop a national framework of qualifications. They also called for the elaboration of an overarching Framework for Qualifications of the European Higher Education Area. For the purposes of brevity, this Framework will be referred to as the *Bologna Framework*. Subsequently in Bergen in 2005 Ministers adopted the Bologna Framework. This framework had been developed by a working group set up by and reporting to the Bologna Follow-Up Group and chaired by Mogens Berg. This document aims to introduce readers to the principal elements of the Bologna Framework.

RATIONALE AND PURPOSE OF THE BOLOGNA FRAMEWORK

There are a number of countries with national frameworks of qualifications already in place or being put in place, each reflecting national structures and policy priorities. Some of these relate to all education and training while others just to higher education. The ministers of all countries in the Bologna process have committed to having national frameworks in place by 2010.

The rationale for the Bologna Framework is to provide a mechanism to relate national frameworks to each other so as to enable:

- (a) International transparency – this is at the heart of the Bologna process and while devices, such as the Diploma Supplement, have a role to play in this objective, it is difficult to ensure that qualifications can be easily read and compared across borders without a simplifying architecture for mutual understanding.
- (b) International recognition of qualifications – this will be assisted through a framework, which provides a common understanding of the outcomes represented by qualifications for the purposes of employment and access to continuing education.
- (c) International mobility of learners and graduates – this depends on the recognition of their prior learning and qualifications gained. Learners can ultimately have greater confidence that the outcomes of study abroad will contribute to the qualification sought in their home country. A framework will also be of particular help in supporting the development and recognition of joint degrees from more than one country.

THE BOLOGNA FRAMEWORK IN DETAIL

The first, second and third cycles established in the Bologna Process are the key elements of the overarching framework. These cycles can be best understood by reference to internationally acceptable descriptors which have been developed jointly by stakeholders across Europe – the so-called “Dublin descriptors” (see Appendix 1). They are of necessity quite general in nature. Not only must they accommodate a wide range of disciplines and profiles but they must also accommodate, as far as possible, the national variations in how qualifications have been developed and specified. Qualification descriptors are usually designed to be read as general statements of the typical achievement of learners who have been awarded a qualification on successful completion of a cycle.

The working group that established the Bologna Framework also examined the nature, development and effectiveness of existing national frameworks of qualifications. This revealed a wide pattern of different experiences from which a number of good practice recommendations was developed by the group. This is attached in appendix 2.

BUILDING TRUST

The success and acceptance of the Bologna Framework depends on trust and confidence among all stakeholders. This is to be achieved through a 'process in each participating country seeking to verify the compatibility of its national framework with the Bologna Framework.

This verification process requires more than a mere expression of qualifications by the competent national body. National frameworks and their associated quality assurance arrangements must satisfy a series of criteria and procedures, including the designation of competent bodies responsible for the maintenance of the Framework by the national ministry with responsibility for higher education, a clear and demonstrable link between the qualifications in the national framework and the cycle qualification descriptors of the Bologna Framework, the existence of national quality assurance systems for higher education consistent with the Berlin Communiqué and any subsequent communiqué agreed by ministers in the Bologna Process. Furthermore, the national framework, and any alignment with the Bologna Framework, is to be referenced in all Diploma Supplements. The verification report must be made public so that partners in the Bologna Process are able to see the reasons that lead the competent national authorities to conclude that their framework is compatible with the Bologna framework. It is strongly recommended that the verification exercise include at least one foreign expert. The detailed outline of these criteria and procedures is included in Appendix 3.

Following the adoption of the Bologna Framework in 2005, a further working group was established. Various seminars and other activities were organised to help countries develop their national frameworks and two countries' existing frameworks went through self-certification processes. The group concluded in 2007 that the Bologna Framework and the procedures and criteria for verification of compatibility of national qualifications framework with the Bologna framework are adequate and serve their purpose. The Group made a number of recommendations to be considered by countries in undertaking the verification process. These are included in appendix 4.

A Coordination Group was established in 2007, under the chair of the Council of Europe, to support the development of national frameworks and the implementation of the Bologna Framework.

EUROPEAN QUALIFICATIONS FRAMEWORK FOR LIFELONG LEARNING

Parallel to these developments, there is a second European overarching Framework for Qualifications which has now been adopted – the European Qualifications Framework for Lifelong Learning (EQF). This has been adopted by the European Union and relates to all education and training awards in Europe, including those aligned with the Bologna Framework. While EQF directly incorporates the cycle descriptors of the Bologna Framework, it does have its own separate level descriptors.

Diagrammatically, the relationship between the Bologna Framework and the EQF may be illustrated as follows:

EQF	Bologna Framework
1	
2	
3	
4	
5	*
6	First Cycle
7	Second Cycle
8	Third Cycle

* EQF level 5 is linked with Dublin Descriptor Short Cycle Qualification (within or linked to the first cycle). This is not formally part of the Bologna Framework – In adopting the Bologna Framework, Ministers agreed that the Framework would include, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications.

It is planned that the countries within the European Union and other states participating in the Lisbon Strategy will align their national frameworks of qualifications with the EQF by 2012.

CONCLUSION

The strength of European higher education is the cultural richness and diversity, as represented by the 46 participating countries in the Bologna Process. This is an advantage for European students and an attraction for students from outside Europe. The Bologna Framework and the development and implementation of national frameworks of qualifications are central to removing the barriers to mobility and the creation of a common language for qualifications.

Appendix 1

Dublin Descriptors

(Extract from Working Group on Qualifications Frameworks Report, 2005)

Short Cycle Qualification (within or linked to the first cycle)*	First Cycle	Second Cycle	Third cycle
<p><i>Qualifications that signify completion of the higher education short cycle (within or linked to the first cycle) are awarded to students who:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • have demonstrated knowledge and understanding in a field of study that builds upon general secondary education and is typically at a level supported by advanced textbooks; such knowledge provides an underpinning for a field of work or vocation, personal development, and further studies to complete the first cycle; • can apply their knowledge and understanding in occupational contexts; • have the ability to identify and use data to formulate responses to well-defined concrete and abstract problems; • can communicate about their understanding, skills and activities, with peers, supervisors and clients; • have the learning skills to undertake further studies with some autonomy. 	<p><i>Qualifications that signify completion of the first cycle are awarded to students who:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • have demonstrated knowledge and understanding in a field of study that builds upon their general secondary education, and is typically at a level that, whilst supported by advanced textbooks, includes some aspects that will be informed by knowledge of the forefront of their field of study; • can apply their knowledge and understanding in a manner that indicates a professional approach to their work or vocation, and have competences typically demonstrated through devising and sustaining arguments and solving problems within their field of study; • have the ability to gather and interpret relevant data (usually within their field of study) to inform judgements that include reflection on relevant social, scientific or ethical issues; • can communicate information, ideas, problems and solutions to both specialist and non-specialist audiences; 	<p><i>Qualifications that signify completion of the second cycle are awarded to students who:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • have demonstrated knowledge and understanding that is founded upon and extends and/or enhances that typically associated with the first cycle, and that provides a basis or opportunity for originality in developing and/or applying ideas, often within a research context; • can apply their knowledge and understanding, and problem solving abilities in new or unfamiliar environments within broader (or multidisciplinary) contexts related to their field of study; • have the ability to integrate knowledge and handle complexity, and formulate judgements with incomplete or limited information, but that include reflecting on social and ethical responsibilities linked to the application of their knowledge and judgements; • can communicate their conclusions, and the knowledge and rationale underpinning these, to specialist and non-specialist audiences clearly and unambiguously; 	<p><i>Qualifications that signify completion of the third cycle are awarded to students who:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • have demonstrated a systematic understanding of a field of study and mastery of the skills and methods of research associated with that field; • have demonstrated the ability to conceive, design, implement and adapt a substantial process of research with scholarly integrity; • have made a contribution through original research that extends the frontier of knowledge by developing a substantial body of work, some of which merits national or international refereed publication; • are capable of critical analysis, evaluation and synthesis of new and complex ideas; • can communicate with their peers, the larger scholarly community and with society in general about their areas of expertise; • can be expected to be able to promote, within academic and professional contexts, technological, social or cultural advancement in a knowledge based society.

	<ul style="list-style-type: none"> have developed those learning skills that are necessary for them to continue to undertake further study with a high degree of autonomy. 	have the learning skills to allow them to continue to study in a manner that may be largely self-directed or autonomous.	
Approximately 120 ECTS credits	Typically include 180-24-ECTS credits	Normally carry 90-120 ECTS credits – minimum of 60 ECTS credits at the second cycle level	Credits not specified

*This is not formally part of the Bologna Framework – In adopting the Bologna Framework, Ministers agreed that the Framework would include, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications.

Appendix 2

Good practice for the development of national frameworks of qualifications (Extract from Working Group on Qualifications Frameworks Report, 2005)

- The development and review process for producing good frameworks is most effective when it involves all relevant stakeholders both within and outside higher education. Higher education frameworks naturally link to VET and post-secondary education and as such are best viewed and treated as a national initiative. This also makes possible the inclusion of, or links to, other areas of education and training outside higher education.
- The framework for higher education qualifications should identify a clear and nationally-agreed set of purposes.
- Frameworks for higher education qualifications benefit from the inclusion of cycles and /or levels, and articulation with outcome-focussed indicators and/or descriptors of qualifications.
- The use of learning outcomes in describing units, modules, and whole qualifications aids their transparency, recognition and subsequent student and citizen mobility. The identification of formal links to learning outcomes should play an important role in the development of national frameworks of qualifications.
- More flexible higher education frameworks of qualifications have the benefit of promoting multiple pathways into and through higher education, and thus through encouraging lifelong learning and the efficient use of resources promote greater social cohesion.
- Higher education frameworks of qualifications benefit from being directly linked to credit accumulation and transfer systems. Credits are student-centred tools that can enhance the flexibility, clarity, progression and coherence of educational systems when they are expressed in terms of learning outcomes, levels/cycles and workload. Credit systems facilitate bridges and links between different forms, modes, levels and sectors of education and can be instrumental in facilitating access, inclusion and lifelong learning.
- Higher education frameworks of qualifications should explicitly link to academic standards, national and institutional quality assurance systems, and public understanding of the place and level of nationally recognised qualifications.
- Public confidence in academic standards requires public understanding of the achievements represented by different higher education qualifications and titles. This confidence and understanding is enhanced by the publication of appropriate institutional audits and/or subject review reports.
- The development and application of ‘new style’ national frameworks of qualifications facilitates the development of autonomous higher education institutions by creating clear external reference points that help to promote high quality, responsible and responsive institutions.
- National frameworks of qualifications need to articulate in a transparent way with the overarching European framework for qualifications. The process of articulation should involve the careful mapping of national qualifications (their levels, learning outcomes and descriptors) with the cycle descriptors identified for the European overarching framework.

Appendix 3

Criteria & Procedures for Verification of Framework Compatibility (Extract from Working Group on Qualifications Frameworks Report, 2005)

Criteria for verifying that national frameworks are compatible with the Bologna framework are as follows:

1. The national framework for higher education qualifications and the body or bodies responsible for its development are designated by the national ministry with responsibility for higher education
2. There is a clear and demonstrable link between the qualifications in the national framework and the cycle qualification descriptors of the European framework
3. The national framework and its qualifications are demonstrably based on learning outcomes and the qualifications are linked to ECTS or ECTS compatible credits
4. The procedures for inclusion of qualifications in the national framework are transparent
5. The national quality assurance system for higher education refer to the national framework of qualifications and are consistent with the Berlin Communiqué and any subsequent communiqué agreed by ministers in the Bologna Process
6. The national framework, and any alignment with the European framework, is referenced in all Diploma Supplements
7. The responsibilities of the domestic parties to the national framework are clearly determined and published.

Procedures for verifying that national frameworks are compatible with the Bologna framework are as follows:

1. The competent national body/bodies shall certify the compatibility of the national framework with the European framework.
2. The self-certification process shall include the stated agreement of the quality assurance bodies in the country in question recognised through the Bologna Process
3. The self-certification process shall involve international experts
4. The self-certification and the evidence supporting it shall be published and shall address separately each of the criteria set out
5. The ENIC and NARIC networks shall maintain a public listing of States that have confirmed that they have completed the self-certification process [www.enic-naric.net]
6. The completion of the self-certification process shall be noted on Diploma Supplements issued subsequently by showing the link between the national framework and the European framework.

Appendix 4

Recommendations to be considered by countries in undertaking the verification process

(Extract from Qualifications Frameworks Working Group Report, 2007)

The procedures and criteria are those referred to in Appendix 3 (above)

Procedures:

- *In developing their National Frameworks, countries should be have a eye on the need to align the National Framework to the Bologna Framework while noting that the Framework development process and the subsequent alignment are separate processes.*
- *countries should ensure that there is some element of testing or implementation of a national framework before the process of aligning it to the Bologna Framework is completed*
- *it might be helpful for small groups of countries to co-operate in undertaking alignment processes*
- *while some countries have qualifications recognition agreements with other countries, sometimes outside of Europe, and the Working Group suggests that consultation be undertaken by a country aligning a national framework to the Bologna Framework with any such country with which it has a qualifications recognition agreement. Furthermore, countries with a tradition of having award holders move to other (perhaps neighbouring) countries may also wish to discuss any alignment process with those countries or perhaps involve peers from such countries in their alignment process.*
- *the small steering group model, together with consultation with stakeholders on a transparent basis is a good model for all countries. At the same time, the Working Group recognises that different models may work well for other countries.*
- *It is important that there is clarity on the arrangements for requiring the stated agreement of certain stakeholders of the verification when a verification process is initiated.*
- *the manner in which Scotland and Ireland have involved international experts in their work through membership of the steering group has been exemplary*
- *there are issues that will need to be addressed in the future about the availability and financing of experts to assist countries in their verification processes. There will be linguistic challenges, particularly where a verification process is undertaken in a national language whose use is not widespread across Europe and, certainly at this stage in the development of national frameworks, there is not a significant number of potential experts available. One option which the working Group suggests could be explored is that the Council of Europe might assist some countries in the identification of potential international experts for national verification processes.*
- *The format of the Scottish and Irish reports can act as exemplars for the formats of the reports of other countries.*
- *there is a need for two outcomes from each self-certification process:*
 - *The first is the detailed verification document analysing in detail all issues and addressing each of the criteria and procedures*
 - *The second is a simple summary of the outcomes for communication to the general public*
- *all future alignment processes should take note of any alignment that has been completed.*

Criteria (Note the working group made no recommendations regarding criteria 3, 4, 6 or 7) :

- ***Criterion 1 – The national framework for higher education qualifications and the body or bodies responsible for its development are designated by the national ministry with responsibility for higher education.***
 - *that while there were not any particular issues arising for Ireland and Scotland in relation to the designation of the body with responsibility for the Framework in each country, this could be an issue for other countries. For such countries, the national actors who initiate Framework development may not be the same as the body ultimately responsible for the Framework. This is a natural development and does not undermine the ultimate legitimacy of the Framework which will eventually need to be adopted in a formal way in each country.*

- **Criterion 2 – There is a clear and demonstrable link between the qualifications in the national framework and the cycle qualification descriptors of the European framework**
 - *that the work of the ENIC and NARIC networks in examining issues relating to the concept of substantial difference be informed of issues arising in the verification process and that consideration be given to the development of formal linkages to this work.*
 - *that in making report all countries should seek to address progression issues.*
 - *that there will be issues for many countries in terms of having more than one level in a National Framework relating to a Bologna cycle and of having intermediate qualifications and levels and that the approaches undertaken in the Scottish and Irish Reports, in terms of identifying these can act as examples for other countries which have intermediate qualifications/ levels.*
 - *The Working Group recommends that countries should identify intermediate qualifications in their verification processes and examine the possibility of aligning any first cycle intermediate qualifications with the Joint Quality Initiative's descriptor for the higher education short cycle.*
 - *The concept of 'best fit' is a crucial one. It is not expected, nor is it desirable, that there will be an exact match between descriptors of different frameworks, which will have different purposes and contexts. The pilots showed that many qualifications will have elements which fit to a higher or lower level of the framework than the level at which the qualification as a whole is placed. The purpose of frameworks is to help understand both similarities and differences between different qualifications which do not have exact matches or equivalences.*
 - *there is a need to ensure that national verification reports address the issue of labour market relevance of first cycle completion.*
 - *The working group notes that it has been very difficult for Scotland and Ireland to address such recognition issues [i.e., recognition by higher education institutions in other countries of Scottish and Irish qualifications and of other country qualifications by Irish and Scottish institutions] given the state-of-play in the implementation of the national frameworks incorporating the Bologna cycles. Nevertheless, the Group considers that given that this is one of the key aims of the Bologna Framework, it is important that all countries endeavour to seek appropriate information in this regard as part of their verification work. The Group considers that this is an area where the ENIC and NARIC networks can be of assistance.*
 - *that all countries should provide for the review of the verification of the alignment of their National Framework to the Bologna Framework where there have been any major amendments to their National Framework.*
 - *that it is important that legacy awards (awards that will no longer be made but which are important as there will continue to be many holders of such awards) are included in, or related to, National Frameworks as they are being developed and implemented and that these are taken into account in the verification of the alignment with the Bologna Framework.*

- **Criterion 5 – The national quality assurance systems for higher education refer to the national framework of qualifications and are consistent with the Berlin Communiqué and any subsequent communiqué agreed by ministers in the Bologna Process**
 - *that in the implementation of the verification process countries should demonstrate that their national systems – at institutional and agency level – are deliberately seeking to implement the Standards and Guidelines for Quality Assurance in the European Higher Education Area and that the state-of-play in relation to reviews in line with the Standards and Guidelines should be set out while at this time such review need not to been undertaken. The working group notes that it is the intention of many countries to implement the standards and guidelines within the next four years and considers that any verification report should be added to and the Council of Europe notified where a review in line with the Standards and Guidelines has been completed. Additionally, the Working Group recommends that for any self-certification process underway after 2010, it should be a requirement that agency reviews in line with the standards and guidelines are completed in a satisfactory way prior to the completion of any self-certification process.*

Appendix 5

Bibliography

Working Group on Qualifications Frameworks Report, 2005 http://www.bologna-bergen2005.no/Docs/00-Main_doc/050218_QF_EHEA.pdf

Qualifications Frameworks Working Group Report, 2007
<http://www.dfes.gov.uk/londonbologna/uploads/documents/WGQF-report-final2.pdf>

I

(Resoluções, recomendações e pareceres)

RECOMENDAÇÕES

PARLAMENTO EUROPEU

CONSELHO

RECOMENDAÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

de 23 de Abril de 2008

relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida

(Texto relevante para efeitos do EEE)

(2008/C 111/01)

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente o n.º 4 do artigo 149.º e o n.º 4 do artigo 150.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu ⁽¹⁾,

Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões ⁽²⁾,

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado ⁽³⁾,

Considerando o seguinte:

- (1) O desenvolvimento e o reconhecimento dos conhecimentos, das aptidões e das competências dos cidadãos são fundamentais para o desenvolvimento individual, a competitividade, o emprego e a coesão social da Comunidade. Deverão facilitar a mobilidade transnacional dos trabalhadores e aprendentes e contribuir para satisfazer as necessidades da oferta e da procura no mercado europeu de trabalho. Deverá, assim, promover-se e melhorar-se o acesso e a participação na aprendizagem ao longo da vida para todos, incluindo as pessoas desfavorecidas, e a utilização de qualificações a nível nacional e comunitário.
- (2) Em 2000, o Conselho Europeu de Lisboa declarou nas suas conclusões que o aumento da transparência das qualificações deverá constituir um dos principais aspectos

dos esforços de adaptação dos sistemas educativo e de formação da Comunidade às exigências da sociedade do conhecimento. Além disso, o Conselho Europeu de Barcelona, realizado em 2002, apelou a uma cooperação mais estreita no sector do ensino universitário e à melhoria da transparência e dos métodos de reconhecimento no domínio da educação e formação profissionais.

- (3) A Resolução do Conselho, de 27 de Junho de 2002, sobre a aprendizagem ao longo da vida ⁽⁴⁾ instou a Comissão a criar, em estreita colaboração com o Conselho e os Estados-Membros, um enquadramento para o reconhecimento das qualificações no domínio da educação e da formação, tomando como ponto de partida os resultados do processo de Bolonha e promovendo uma acção análoga no domínio da formação profissional.
- (4) Os relatórios conjuntos do Conselho e da Comissão sobre a execução do programa de trabalho «Educação e Formação para 2010», adoptados em 2004 e 2006, reforçaram a necessidade de instituir um Quadro Europeu de Qualificações.
- (5) No contexto do processo de Copenhaga, as conclusões do Conselho e dos Representantes dos governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 15 de Novembro de 2004, sobre as prioridades futuras da cooperação europeia reforçada em matéria de

⁽¹⁾ JO C 175 de 27.7.2007, p. 74.

⁽²⁾ JO C 146 de 30.6.2007, p. 77.

⁽³⁾ Parecer do Parlamento Europeu de 24 de Outubro de 2007 (ainda não publicado no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 14 de Fevereiro de 2008.

⁽⁴⁾ JO C 163 de 9.7.2002, p. 1.

educação e formação profissionais deram prioridade ao desenvolvimento de um Quadro Europeu de Qualificações aberto e flexível, baseado na transparência e na confiança mútua, que deverá constituir uma referência comum no que diz respeito à educação e à formação.

- (6) A validação dos resultados da aprendizagem não formal e informal deverá ser promovida, em conformidade com as conclusões do Conselho, de 28 de Maio de 2004, sobre os princípios europeus comuns de identificação e de validação da aprendizagem não formal e informal.
- (7) Os Conselhos Europeus de Bruxelas de Março de 2005 e Março de 2006 sublinharam a importância da aprovação de um Quadro Europeu de Qualificações.
- (8) A presente recomendação tem em conta a Decisão n.º 2241/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 2004, que institui um quadro comunitário único para a transparência das qualificações e competências (Europass) ⁽¹⁾ e a Recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida ⁽²⁾.
- (9) A presente recomendação é compatível com o quadro do Espaço Europeu do Ensino Superior e os descritores de ciclos de estudos acordados pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 45 países europeus na reunião realizada em Bergen, em 19 e 20 de Maio de 2005, no âmbito do processo de Bolonha.
- (10) As conclusões do Conselho sobre a garantia de qualidade em matéria de educação e formação profissionais, de 23 e 24 de Maio de 2004, a Recomendação 2006/143/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro de 2006, relativa à continuação da cooperação europeia com vista à garantia da qualidade do ensino superior ⁽³⁾, bem como as normas e directrizes para a garantia de qualidade no Espaço Europeu de Ensino Superior, acordadas pelos ministros do ensino superior na sua reunião de Bergen, contêm princípios comuns para a garantia de qualidade que deverão constituir a base para o Quadro Europeu de Qualificações.
- (11) A presente recomendação não prejudica a Directiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais ⁽⁴⁾ que confere direitos e obrigações às autoridades nacionais competentes e aos migrantes. A referência aos níveis de qualificações constantes do Quadro Europeu de Qualificações não deverá condicionar o acesso ao mercado de trabalho nos casos em que as qualificações profissionais tenham sido reconhecidas ao abrigo da Directiva 2005/36/CE.
- (12) A presente recomendação tem por objectivo a criação de um quadro de referência comum que funcione como dispositivo de tradução entre sistemas de qualificações distintos e os respectivos níveis, no que respeita quer à educação geral e ao ensino superior, quer à educação e

formação profissionais. Contribuirá para aumentar a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações dos cidadãos obtidas de acordo com as práticas em vigor nos diferentes Estados-Membros. Em princípio, cada nível de qualificação deverá poder obter-se através de diferentes itinerários de educação e de carreira. O Quadro Europeu de Qualificações deverá, além disso, permitir que as organizações sectoriais internacionais correlacionem os seus sistemas de qualificações com um ponto de referência comum europeu, e, desta forma, revelar a relação das qualificações sectoriais internacionais com os sistemas nacionais de qualificações. A presente recomendação contribui, por conseguinte, para os objectivos gerais de promoção da aprendizagem ao longo da vida e aumento da empregabilidade, da mobilidade e da integração social de trabalhadores e aprendentes. Princípios transparentes de garantia da qualidade e a troca de informação contribuirão para a sua aplicação, ajudando a criar confiança mútua.

- (13) A presente recomendação deverá contribuir para a modernização dos sistemas de educação e formação, para correlacionar a educação, a formação e o emprego, bem como para estabelecer pontes entre a aprendizagem formal, não formal e informal, conduzindo também à validação dos resultados da aprendizagem adquiridos através da experiência.
- (14) A presente recomendação não substitui nem define os sistemas nacionais de qualificações e/ou as qualificações nacionais. O Quadro Europeu de Qualificações não descreve qualificações específicas ou competências individuais e as qualificações específicas deverão ser relacionadas com o nível adequado do Quadro Europeu de Qualificações por intermédio dos sistemas nacionais de qualificações relevantes.
- (15) Dada a sua natureza não vinculativa, a presente recomendação obedece ao princípio da subsidiariedade, na medida em que o seu objectivo é apoiar e complementar a acção dos Estados-Membros ao facilitar uma maior cooperação entre eles, de forma a aumentar a transparência e promover a mobilidade e a aprendizagem ao longo da vida. Deverá ser aplicada de acordo com a legislação e a prática nacionais.
- (16) Atendendo a que o objectivo da presente recomendação, a saber, a criação de um quadro comum de referência que sirva de ferramenta de tradução dos diferentes sistemas de qualificações e respectivos níveis não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros e pode, pois, devido à dimensão e aos efeitos da acção prevista, ser mais bem alcançado ao nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente recomendação não excede o necessário para atingir aquele objectivo,

⁽¹⁾ JO L 390 de 31.12.2004, p. 6.

⁽²⁾ JO L 394 de 30.12.2006, p. 10.

⁽³⁾ JO L 64 de 4.3.2006, p. 60.

⁽⁴⁾ JO L 255 de 30.9.2005, p. 22. Directiva com a redacção que lhe foi dada pela Directiva 2006/100/CE do Conselho (JO L 363 de 20.12.2006, p. 141).

RECOMENDAM AOS ESTADOS-MEMBROS QUE:

1. utilizem o Quadro Europeu de Qualificações como instrumento de referência para comparar os níveis de qualificações dos diferentes sistemas de qualificações e para promover quer a aprendizagem ao longo da vida, quer a igualdade de oportunidades numa sociedade baseada no conhecimento, bem como a maior integração possível do mercado de trabalho europeu, respeitando ao mesmo tempo a riqueza e a diversidade dos sistemas nacionais de educação;
2. correlacionem os seus sistemas nacionais de qualificações com o Quadro Europeu de Qualificações até 2010, através, sobretudo, de uma remissão transparente dos seus níveis de qualificações para os níveis estabelecidos no Anexo II e, se for caso disso, do desenvolvimento de quadros nacionais de qualificações em conformidade com a legislação e a prática nacionais;
3. adoptem medidas, conforme adequado, de modo a que, até 2012, todos os novos certificados de qualificações, diplomas e documentos «Europass» emitidos pelas entidades competentes contenham uma referência clara (através dos sistemas nacionais de qualificações) ao nível adequado do Quadro Europeu de Qualificações;
4. recorram a uma abordagem baseada nos resultados da aprendizagem para definir e descrever qualificações e promovam a validação da aprendizagem não formal e informal em conformidade com os princípios europeus comuns acordados nas conclusões do Conselho de 28 de Maio de 2004, prestando atenção particular aos cidadãos mais susceptíveis ao desemprego ou a formas precárias de emprego cuja participação na formação ao longo da vida e acesso ao mercado de trabalho poderão aumentar como consequência dessa abordagem;
5. promovam e apliquem os princípios de garantia de qualidade em matéria de educação e formação estabelecidos no Anexo III aquando da correlação das qualificações do ensino superior e da educação e formação profissionais do sistema nacional de qualificações com o Quadro Europeu de Qualificações;
6. designem pontos de coordenação nacionais ligados às estruturas e requisitos específicos dos Estados-Membros para apoiar e, em conjugação com outras autoridades nacionais relevantes, orientar a correlação entre os sistemas nacionais de qualificações e o Quadro Europeu de Qualificações, a fim de fomentar a qualidade e a transparência dessa correlação.

A estes pontos de coordenação nacionais incumbirá:

- a) correlacionar os níveis de qualificações dos sistemas nacionais de qualificações com os níveis do Quadro Europeu de Qualificações descritos no Anexo II;
- b) garantir a transparência da metodologia utilizada para correlacionar os níveis de qualificações nacionais com o Quadro Europeu de Qualificações de modo a facilitar a, por um lado, comparação entre eles e, por outro, garantir a publicação das decisões atinentes;

- c) facultar o acesso à informação e orientações às partes interessadas sobre a forma como as qualificações nacionais se correlacionam com o Quadro Europeu de Qualificações, através dos sistemas nacionais de qualificações;
- d) incentivar a participação de todas as entidades interessadas relevantes incluindo, em conformidade com a legislação e a prática nacionais, estabelecimentos de ensino superior e de educação e formação profissionais, parceiros sociais, sectores e peritos no processo de comparação e utilização das qualificações a nível europeu.

SUBSCREVEM A INTENÇÃO DA COMISSÃO DE:

1. apoiar os Estados-Membros na execução das tarefas supra-mencionadas e as organizações sectoriais internacionais na aplicação dos princípios e níveis de referência do Quadro Europeu de Qualificações previsto na presente recomendação, sobretudo através da facilitação da cooperação, do intercâmbio de boas práticas e da experimentação (nomeadamente através do recurso à avaliação voluntária pelos pares e a projectos-piloto no âmbito de programas comunitários, lançando campanhas de informação e consulta dos comités de diálogo social), e do desenvolvimento de material de apoio e orientação;
2. instituir, até 23 de Abril de 2009, um grupo consultivo no âmbito do Quadro Europeu de Qualificações (composto por representantes dos Estados-Membros e com a participação dos parceiros sociais europeus e de outros interessados, consoante o caso), encarregado de garantir a coerência global e de promover a transparência do processo de correlação dos sistemas de qualificações com o Quadro Europeu de Qualificações;
3. reexaminar e avaliar, em cooperação com os Estados-Membros e depois de ter consultado os interessados, as medidas tomadas na sequência da presente recomendação, incluindo o mandato e a duração do grupo consultivo, e, até 23 de Abril de 2013, apresentar um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a experiência adquirida e as implicações para o futuro, incluindo, se tal se revelar necessário, uma eventual revisão e reexame da presente recomendação;
4. promover ligações estreitas entre o Quadro Europeu de Qualificações e os sistemas europeus, actuais ou futuros, para a transferência e acumulação de créditos no ensino superior e na educação e formação profissionais, a fim de melhorar a mobilidade dos cidadãos e facilitar o reconhecimento dos resultados da aprendizagem.

Feito em Estrasburgo, em 23 de Abril de 2008.

Pelo Parlamento Europeu

O Presidente

H.-G. PÖTTERING

Pelo Conselho

O Presidente

J. LANARČIČ

ANEXO I

Definições

Para efeitos da presente recomendação, entende-se por:

- a) «qualificação», o resultado formal de um processo de avaliação e validação, obtido quando um órgão competente decide que uma pessoa alcançou resultados de aprendizagem de acordo com determinadas exigências;
 - b) «sistema nacional de qualificações», todos os aspectos da actividade de um Estado-Membro relacionada com o reconhecimento da aprendizagem e outros mecanismos que conjuguem a educação e a formação com o mercado de trabalho e a sociedade civil. Inclui a elaboração e aplicação de disposições e processos institucionais relativos à garantia da qualidade, à avaliação e à atribuição de qualificações. Um sistema nacional de qualificações pode ser composto por diversos subsistemas e incluir um quadro nacional de qualificações;
 - c) «quadro nacional de qualificações», um instrumento concebido para a classificação de qualificações segundo um conjunto de critérios para a obtenção de níveis específicos de aprendizagem, que visa integrar e coordenar os subsistemas nacionais de qualificações e melhorar a transparência, o acesso, a progressão e a qualidade das qualificações em relação ao mercado de trabalho e à sociedade civil;
 - d) «sector», um agrupamento de actividades profissionais com base no seu principal produto, serviço, tecnologia ou função económica;
 - e) «organização sectorial internacional», uma associação de organizações nacionais, incluindo, por exemplo, entidades empregadoras ou organismos profissionais, que representem os interesses dos sectores nacionais;
 - f) «resultados da aprendizagem», o enunciado do que um aprendente conhece, compreende e é capaz de fazer aquando da conclusão de um processo de aprendizagem, descrito em termos de conhecimentos, aptidões e competência;
 - g) «conhecimentos», o resultado da assimilação de informação através da aprendizagem. Os conhecimentos constituem o acervo de factos, princípios, teorias e práticas relacionado com uma área de trabalho ou de estudo. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais;
 - h) «aptidões», a capacidade de aplicar conhecimentos e utilizar recursos adquiridos para concluir tarefas e solucionar problemas. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descrevem-se as aptidões como cognitivas (incluindo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos);
 - i) «competência», a capacidade comprovada de utilizar o conhecimento, as aptidões e as capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações profissionais ou em contextos de estudo e para efeitos de desenvolvimento profissional e/ou pessoal. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia.
-

ANEXO II

Indicadores de definição dos níveis do Quadro Europeu de Qualificações (QE)

Cada um dos 8 níveis é definido por um conjunto de indicadores que especificam os resultados da aprendizagem correspondentes às qualificações nesse nível em qualquer sistema de qualificações				
	Conhecimentos	Aptidões	Competência	
Nível 1 Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 1:	No âmbito do QE, descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais	No âmbito do QE, descrevem-se as aptidões como cognitivas (incluindo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implorando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos)	No âmbito do QE, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia	
Nível 2 Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 2:	Conhecimentos gerais básicos	Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão directa num contexto estruturado	
Nível 3 Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 3:	Conhecimentos factuais básicos numa área de trabalho ou de estudo	Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples	Trabalhar ou estudar sob supervisão, com um certo grau de autonomia	
Nível 4 Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 4:	Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da selecção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas	Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho. Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas	
Nível 5 (*) Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 5:	Conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos numa determinada área de estudos ou de trabalho e consciência dos limites desses conhecimentos	Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para problemas específicos numa área de estudo ou de trabalho	Gerir a própria actividade no quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho geralmente previsíveis, mas susceptíveis de alteração. Supervisionar as actividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das actividades em contextos de estudo ou de trabalho	Gerir e supervisionar em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis. Rever e desenvolver o seu desempenho e o de terceiros

Nível 6 (**) Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 6:	Conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou de trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios	Aptidões avançadas que revelam a mestria e a inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudos ou de trabalho	Gerir actividades ou projectos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de estudo ou de trabalho imprevisíveis. Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e colectivo
Nível 7 (***) Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 7:	Conhecimentos altamente especializados, alguns dos quais se encontram na vanguarda do conhecimento numa determinada área de estudo ou de trabalho, que sustentam a capacidade de reflexão original e/ou investigação. Consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos numa área e nas interligações entre várias áreas	Aptidões especializadas para a resolução de problemas em matéria de investigação e/ou inovação, para desenvolver novos conhecimentos e procedimentos e integrar os conhecimentos de diferentes áreas	Gerir e transformar contextos de estudo ou de trabalho complexos, imprevisíveis e que exigem abordagens estratégicas novas. Assumir responsabilidades por forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas
Nível 8 (****) Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 8:	Conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área de estudo ou de trabalho e na interligação entre áreas	As aptidões e as técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo capacidade de síntese e de avaliação, necessárias para a resolução de problemas críticos na área da investigação e/ou da inovação ou para o alargamento e a redefinição dos conhecimentos ou das práticas profissionais existentes	Demonstrar um nível considerável de autoridade, inovação, autonomia, integridade científica ou profissional e assumir um firme compromisso no que diz respeito ao desenvolvimento de novas ideias ou novos processos na vanguarda de contextos de estudo ou de trabalho, inclusive em matéria de investigação

Compatibilidade com o Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior

O Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior propõe descritores dos ciclos de estudos.

Cada descritor de ciclo de estudos apresenta um enunciado genérico das expectativas em matéria dos resultados e das aptidões associados às qualificações que representam a conclusão desse ciclo.

(*) O descritor do ciclo mais curto do ensino superior (no âmbito do primeiro ciclo ou a ele associado), elaborado no contexto da iniciativa conjunta para a qualidade no quadro do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem no nível 5 do QEQ.

(**) O descritor do primeiro ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 6 do QEQ.

(***) O descritor do segundo ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 7 do QEQ.

(****) O descritor do terceiro ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior aquando da reunião em Bergen, em Maio de 2005, no quadro do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 8 do QEQ.

ANEXO III

Princípios comuns da garantia de qualidade em matéria de ensino superior e de educação e formação profissionais no âmbito do Quadro Europeu de Qualificações

Ao implementar o Quadro Europeu de Qualificações, a garantia de qualidade, necessária para assegurar a responsabilização e a melhoria do ensino superior e da educação e formação profissionais, deve obedecer aos seguintes princípios:

- as políticas e os procedimentos em matéria de garantia da qualidade deverão presidir a todos os níveis do Quadro Europeu de Qualificações,
 - a garantia de qualidade deverá fazer parte integrante da gestão interna das instituições de educação e formação,
 - a garantia de qualidade deverá contemplar a avaliação periódica das instituições, dos seus programas ou sistemas de garantia da qualidade através de instâncias ou agências externas de monitorização,
 - as instâncias ou agências externas responsáveis pela garantia da qualidade deverão ser objecto de uma avaliação regular,
 - a garantia de qualidade deverá contemplar o contexto, os contributos, os processos e os resultados, dando o devido destaque às realizações e aos resultados da aprendizagem,
 - os sistemas de garantia de qualidade deverão incluir os seguintes elementos:
 - objectivos e normas claros e quantificáveis, orientações de aplicação que incluam a participação das partes interessadas,
 - recursos adequados,
 - métodos de avaliação coerentes que associem processos de auto-avaliação e de avaliação externa,
 - mecanismos de feedback e procedimentos para a realização de melhorias,
 - resultados da avaliação amplamente acessíveis,
 - as iniciativas de garantia de qualidade, a nível internacional, nacional e regional, deverão ser coordenadas, por forma a assegurar a visão global, coerência, sinergia e a análise geral do sistema,
 - a garantia de qualidade deverá constituir um processo de cooperação entre todos os níveis e sistemas de educação e formação, que envolva todas as partes interessadas pertinentes nos Estados-Membros e em toda a Comunidade,
 - as orientações em matéria de garantia de qualidade a nível comunitário podem facultar pontos de referência para efeitos de avaliação e de aprendizagem entre pares.
-



Quadro
Europeu
de Qualificações

O QUADRO EUROPEU DE QUALIFICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

http://ec.europa.eu/dgs/education_culture





O QUADRO EUROPEU DE QUALIFICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

INDICADORES DE DEFINIÇÃO DOS NÍVEIS DO QUADRO EUROPEU DE QUALIFICAÇÕES (QEQ)

Cada um dos 8 níveis é definido por um conjunto de indicadores que especificam os resultados da aprendizagem correspondentes às qualificações nesse nível em qualquer sistema de qualificações.

		CONHECIMENTOS	APTIDÕES	COMPETÊNCIA
		No âmbito do QEQ, descrevem se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais.	No âmbito do QEQ, descrevem se as aptidões como cognitivas (incluindo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos).	No âmbito do QEQ, descreve se a competência em termos de responsabilidade e autonomia.
NÍVEL 1	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 1</u> :	➤ Conhecimentos gerais básicos	➤ Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples	➤ Trabalhar ou estudar sob supervisão directa num contexto estruturado
NÍVEL 2	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 2</u> :	➤ Conhecimentos factuais básicos numa área de trabalho ou de estudo	➤ Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples	➤ Trabalhar ou estudar sob supervisão, com um certo grau de autonomia
NÍVEL 3	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 3</u> :	➤ Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho	➤ Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da selecção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas	➤ Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho ➤ Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas
NÍVEL 4	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 4</u> :	➤ Conhecimentos factuais e teóricos em contextos alargados numa área de estudo ou de trabalho	➤ Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para problemas específicos numa área de estudo ou de trabalho	➤ Gerir a própria actividade no quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho geralmente previsíveis, mas susceptíveis de alteração ➤ Supervisionar as actividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das actividades em contextos de estudo ou de trabalho

NÍVEL 5*	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 5</u> :	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos numa determinada área de estudos ou de trabalho e consciência dos limites desses conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma gama abrangente de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções criativas para problemas abstractos 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gerir e supervisionar em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis ➤ Rever e desenvolver o seu desempenho e o de terceiros
NÍVEL 6**	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 6</u> :	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou de trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aptidões avançadas que revelam a mestria e a inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudos ou de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gerir actividades ou projectos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de estudo ou de trabalho imprevisíveis ➤ Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e colectivo
NÍVEL 7***	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 7</u> :	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimentos altamente especializados, alguns dos quais se encontram na vanguarda do conhecimento numa determinada área de estudo ou de trabalho, que sustentam a capacidade de reflexão original e/ou investigação ➤ Consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos numa área e nas interligações entre várias áreas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aptidões especializadas para a resolução de problemas em matéria de investigação e/ou inovação, para desenvolver novos conhecimentos e procedimentos e integrar os conhecimentos de diferentes áreas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gerir e transformar contextos de estudo ou de trabalho complexos, imprevisíveis e que exigem abordagens estratégicas novas ➤ Assumir responsabilidades por forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas
NÍVEL 8****	Resultados da aprendizagem correspondentes ao <u>nível 8</u> :	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área de estudo ou de trabalho e na interligação entre áreas 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ As aptidões e as técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo capacidade de síntese e de avaliação, necessárias para a resolução de problemas críticos na área da investigação e/ou da inovação ou para o alargamento e a redefinição dos conhecimentos ou das práticas profissionais existentes 	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Demonstrar um nível considerável de autoridade, inovação, autonomia, integridade científica ou profissional e assumir um firme compromisso no que diz respeito ao desenvolvimento de novas ideias ou novos processos na vanguarda de contextos de estudo ou de trabalho, inclusive em matéria de investigação

Compatibilidade com o Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior

O Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior propõe descritores dos ciclos de estudos. Cada descritor de ciclo de estudos apresenta um enunciado genérico das expectativas em matéria dos resultados e das aptidões associados às qualificações que representam a conclusão desse ciclo.

* O descritor do ciclo mais curto do ensino superior (no âmbito do primeiro ciclo ou a ele associado), elaborado no contexto da iniciativa conjunta para a qualidade no quadro do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem no nível 5 do QEQ.

** O descritor do primeiro ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 6 do QEQ.

*** O descritor do segundo ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha, corresponde aos

resultados da aprendizagem de nível 7 do QEQ.

**** O descritor do terceiro ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior aquando da reunião em Bergen, em Maio de 2005, no quadro do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 8 do QEQ.

O QUADRO EUROPEU DE QUALIFICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O que é o QEQ e quais são as suas vantagens?

O QEQ consiste num sistema de referência comum europeu que vai permitir fazer corresponder os quadros e sistemas nacionais de qualificações de diferentes países. Na prática, funcionará como um dispositivo de conversão, originando maior correspondência nas qualificações. Isto beneficiará os aprendentes e trabalhadores que pretendam mudar de país ou de emprego ou ainda que pretendam transferência para outra instituição de ensino, no próprio país.

A quem se destina o QEQ?

Os principais utilizadores do QEQ serão os organismos responsáveis pelos quadros e sistemas nacionais e/ou sectoriais de qualificação. Após efectuar a correspondência dos respectivos sistemas com o QEQ, este sistema permitirá auxiliar cidadãos, empregadores e instituições de educação e de formação a comparar qualificações individuais provenientes de países e sistemas de ensino e formação diferentes.

Que níveis e tipos de ensino abrange o QEQ?

Enquanto instrumento para promoção da aprendizagem ao longo da vida, o QEQ abrange a educação geral e de adultos, educação e formação profissional, assim como o ensino superior. Os oito níveis englobam toda a gama de qualificações, desde a obtida com a conclusão da escolaridade obrigatória à atribuída ao mais elevado nível de formação e educação profissional ou académico. Em princípio, cada nível de qualificação deverá poder obter-se através de diferentes itinerários de educação e de carreira.

Porque é que o QEQ utiliza resultados de aprendizagem?

O QEQ utiliza 8 níveis de referência com base em resultados de aprendizagem (definidos em termos de conhecimento, aptidões e competência).

O QEQ deixa de focalizar a atenção em dados do processo de aprendizagem (duração da experiência de aprendizagem, tipo de instituição), passando a concentrar a atenção no que um indivíduo com determinadas qualificações efectivamente sabe e é capaz de fazer. Mudar o enfoque para os resultados de aprendizagem

- permite uma melhor correspondência entre as necessidades do mercado laboral (no que respeita a conhecimento, aptidões e competência) e a oferta de educação e formação
- facilita a validação da aprendizagem não formal e informal;
- facilita a transferência e utilização de qualificações em países e sistemas de educação e formação diferentes.

Também reconhece que os sistemas de educação da Europa são tão diversos que comparações baseadas em dados do processo de aprendizagem, como por exemplo a duração dos estudos, são impraticáveis.

O QEQ atribui qualificações?

Não, o QEQ descreve níveis de qualificações em termos de resultados de aprendizagem. A atribuição de qualificações permanecerá a cargo dos organismos nacionais de qualificação.

O que é que os países devem fazer? Existe um calendário de implementação?

Trata-se de um quadro voluntário, porém 2010 é a data específica recomendada até à qual os países devem fazer relacionar os respectivos sistemas nacionais de qualificação com o QEQ, fazendo corresponder os respectivos níveis de qualificação aos do QEQ, e, se for caso disso, desenvolver quadros nacionais de qualificações em conformidade com a legislação e prática nacionais. 2012 é a data limite específica até à qual os países devem garantir que os certificados de qualificação individuais têm correspondência com o nível adequado do QEQ.

Qual é a relação com o “Europass”?

O Europass introduziu um conjunto de documentos para serem utilizados pelos cidadãos para descreverem as respectivas qualificações e competências. Contudo, o Europass não permite comparar *níveis* de qualificação. De futuro, todos os documentos importantes do Europass, especialmente o Europass-Suplemento ao Diploma e o Europass-Suplemento ao Certificado, deverão incluir uma correspondência clara ao nível adequado do QEQ.

Qual é a relação com o processo de Bolonha no ensino superior?

O QEQ é totalmente compatível com o quadro de qualificações para o Ensino Superior desenvolvido em conformidade com o Processo de Bolonha. Mais especificamente, os descritores do QEQ dos níveis 5 a 8 correspondem aos descritores do ensino superior acordados sob alçada do Processo de Bolonha. No entanto, a formulação dos descritores de nível do QEQ diverge da dos descritores de nível de Bolonha especificamente desenvolvidos para as necessidades do ensino superior devido ao facto de que, tratando-se de um quadro de *aprendizagem ao longo da vida*, o QEQ também abrange a educação e formação profissional (EFP) e contextos laborais, incluindo os níveis mais elevados.

Mais informação disponível em:
ec.europa.eu/eqf

http://ec.europa.eu/dgs/education_culture



DG Educação e Cultura



Quadro
Europeu
de Qualificações



Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ)



Educação
e formação

**Europe direct é um serviço que o ajuda a encontrar
respostas às suas perguntas sobre a União Europeia**

Número verde único (*):

00 800 6 7 8 9 10 11

(*) Alguns operadores de telecomunicações móveis não autorizam o acesso a números 00 800
ou podem sujeitar essas chamadas telefónicas a pagamento

Encontram-se disponíveis numerosas outras informações sobre a União Europeia
na rede Internet, via servidor Europa (<http://europa.eu>)

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias, 2009

ISBN 978-92-79-08487-4
doi 10.2766/26704

© Comunidades Europeias, 2009
Reprodução autorizada mediante indicação da fonte

Printed in Belgium

IMPRESSO EM PAPEL BRANQUEADO SEM CLORO

QUADRO EUROPEU DE QUALIFICAÇÕES PARA A APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (QEQ)



COMISSÃO EUROPEIA
Educação e Cultura

Aprendizagem ao longo da vida: Políticas de educação e formação
Coordenação de políticas de aprendizagem ao longo da vida



Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ)

Antecedentes do desenvolvimento do QEQ – qual a origem do QEQ?

O QEQ é um quadro europeu de referência comum que permite fazer corresponder os sistemas de qualificações de vários países, funcionando como um dispositivo de conversão de modo a tornar as qualificações mais claras e compreensíveis entre diferentes países e sistemas na Europa. Tem dois objectivos principais: promover a mobilidade dos cidadãos entre países e facilitar a sua aprendizagem ao longo da vida.

A Recomendação entrou formalmente em vigor em Abril de 2008. Fixa o ano de 2010 como a data recomendada até à qual os países devem referenciar os respectivos sistemas nacionais de qualificação e o QEQ, devendo assegurar que, em 2012, os certificados de qualificações individuais contenham uma referência ao nível correspondente do QEQ.

O QEQ correlacionará os quadros e sistemas nacionais de qualificações dos vários países em torno de uma referência europeia comum: os seus oito níveis de referência. Os níveis abrangem a escala completa de qualificações, desde os níveis básicos (Nível 1, por exemplo, certificado de conclusão do ensino básico) até aos níveis avançados (Nível 8, por exemplo, Doutoramentos). Enquanto instrumento para a promoção da aprendizagem ao longo da vida, o QEQ abrange todos os níveis de qualificação obtidos através da educação e

formação geral, profissional e académica. Além disso, o Quadro engloba qualificações obtidas através da educação e formação inicial e contínua.

Os oito níveis de referência estão descritos em termos de resultados de aprendizagem. O QEQ reconhece que, devido à enorme diversidade dos sistemas de educação e formação europeus, é necessário adoptar uma abordagem baseada nos resultados de aprendizagem para que seja possível a comparação e cooperação entre países e instituições.

De acordo com o QEQ, um resultado de aprendizagem é definido como o enunciado do que um aprendente conhece, compreende e é capaz de fazer aquando da conclusão de um processo de aprendizagem. Desta forma, o QEQ centra-se nos resultados de aprendizagem em vez de se centrar em elementos do respectivo processo, como por exemplo, a duração do estudo. Os resultados de aprendizagem são especificados em três categorias – conhecimentos, aptidões e competência. Tal significa que as qualificações, em diferentes combinações, englobam um vasto âmbito de resultados de aprendizagem, incluindo conhecimentos teóricos, aptidões práticas e técnicas e competências sociais, nas quais a capacidade de trabalhar com os outros será crucial.

Antecedentes do desenvolvimento do QEQ – qual a origem do QEQ?

O desenvolvimento do Quadro Europeu de Qualificações teve início em 2004 como resposta aos pedidos dos Estados-Membros, dos parceiros sociais e de outras partes interessadas relativamente à elaboração de uma referência comum que permitisse aumentar a transparência das qualificações.

A Comissão, com o apoio de um Grupo de Peritos do QEQ, elaborou um documento de trabalho que propunha um quadro de 8 níveis, baseado nos resultados de aprendizagem e destinado a facilitar a transparência e portabilidade das qualificações e a apoiar a aprendizagem ao longo da vida. A Comissão publicou este documento para consulta pública em toda a Europa durante a segunda metade de 2005.

As respostas à consulta revelaram um vasto apoio das diferentes partes europeias interessadas face à proposta da Comissão, embora solicitassem igualmente algumas clarificações e maior simplificação. Em resposta, a Comissão alterou a proposta com base nos contributos de especialistas dos 32 países envolvidos, bem como dos parceiros sociais europeus.

O texto revisto foi então adoptado pela Comissão como Proposta, a 6 de Setembro de 2006. Em 2007, o Conselho e o Parlamento Europeu concluíram com sucesso a negociação da proposta, o que conduziu à adopção formal do QEQ em Fevereiro de 2008.

Que benefícios proporciona o QEQ à Europa?

A Recomendação estabelecerá uma referência europeia comum de forma a fazer corresponder os vários sistemas nacionais de qualificações e facilitar uma maior comunicação entre si. Será assim criada uma rede de sistemas de qualificações independentes, mas relacionados e mutuamente compreensíveis.

Utilizando os resultados de aprendizagem como ponto de referência comum, o Quadro facilitará a comparação e transferência de qualificações entre países, sistemas e instituições, tornando-se assim relevante para uma variedade de utilizadores tanto a nível europeu como nacional.

A maior parte dos países europeus decidiu desenvolver Quadros Nacionais de Qualificações (QNQ) que reflectissem e se articulassem com o QEQ. Estes desenvolvimentos são importantes para assegurar que o processo de cooperação a nível europeu é devidamente suportado a nível nacional. O rápido desenvolvimento dos QNQ desde 2004, demonstra a necessidade de uma maior transparência e comparabilidade das qualificações a todos os níveis e revela que os princípios básicos subjacentes ao QEQ são amplamente partilhados.

Esta relação mais próxima entre os sistemas de qualificações dos vários países terá bastantes beneficiários:

- O QEQ apoiará uma maior mobilidade dos aprendentes e trabalhadores. Fará com que seja mais fácil para os aprendentes descreverem os seus níveis gerais de competências a empresas de recrutamento noutros países, o que ajudará os empregadores a interpretar as qualificações dos candidatos e, desta forma, a apoiar a mobilidade no mercado de trabalho na Europa. Numa perspectiva bastante prática, a partir de 2012 todas as novas qualificações deverão incluir uma referência ao nível correspondente do QEQ. O QEQ complementar e reforçará então os instrumentos de mobilidade existentes, como o Europass, o Erasmus e o Sistema Europeu de Transferência de Créditos (SETC).

- O QEQ deverá beneficiar os indivíduos ao aumentar o acesso e a participação na aprendizagem ao longo da vida. Ao estabelecer um ponto de referência comum, o QEQ indicará a forma como os resultados de aprendizagem podem ser combinados a partir de diferentes contextos (por exemplo, o trabalho ou o estudo formal) e de diferentes países, contribuindo assim para a redução de barreiras entre as instituições de educação e formação, por exemplo, entre o ensino superior e a educação e formação profissional, duas vias que podem funcionar isoladamente. Assim se promoverá a progressão, evitando que os aprendentes não tenham, por exemplo, de repetir a aprendizagem.
- O QEQ pode apoiar indivíduos com uma vasta experiência profissional ou de outros campos de actividade ao facilitar a validação da aprendizagem não formal e informal. A ênfase nos resultados de aprendizagem permitirá avaliar mais facilmente se os resultados de aprendizagem adquiridos nestes contextos são equivalentes às qualificações formais a nível de conteúdo e de relevância.
- O QEQ irá apoiar utilizadores individuais, bem como instituições de educação e formação, aumentando a transparência das qualificações atribuídas fora dos sistemas nacionais, por exemplo em sectores e empresas multinacionais. A adopção de um quadro de referência comum baseado nos resultados de aprendizagem irá facilitar a comparação e (possível) correspondência entre as qualificações tradicionais atribuídas pelas autoridades nacionais e as qualificações atribuídas por outras entidades. Desta forma, o QEQ ajudará os sectores e os indivíduos a usufruírem desta crescente internacionalização das qualificações.

O QEQ é um instrumento ambicioso e abrangente com implicações para os sistemas de educação e formação, o mercado de trabalho, a indústria, o comércio e os cidadãos.

Para obter mais informação, consultar:

http://ec.europa.eu/dgs/education_culture/index_pt.html

RECOMENDAÇÃO 2008/C111/01/CE DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

de 23 de Abril de 2008

**relativa à instituição do Quadro Europeu de Qualificações
para a aprendizagem ao longo da vida
(Texto relevante para efeitos do EEE)**

O PARLAMENTO EUROPEU E O CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA,

Tendo em conta o Tratado que institui a Comunidade Europeia, nomeadamente o n.º 4 do artigo 149.º e o n.º 4 do artigo 150.º,

Tendo em conta a proposta da Comissão,

Tendo em conta o parecer do Comité Económico e Social Europeu¹,

Tendo em conta o parecer do Comité das Regiões²,

Deliberando nos termos do artigo 251.º do Tratado³,

¹ JO C 175 de 27.7.2007, p. 74.

² JO C 146 de 30.6.2007, p. 77.

³ Parecer do Parlamento Europeu de 24 de Outubro de 2007 (ainda não publicado no Jornal Oficial) e decisão do Conselho de 14 de Fevereiro de 2008.

Considerando o seguinte:

- (1) O desenvolvimento e o reconhecimento dos conhecimentos, das aptidões e das competências dos cidadãos são fundamentais para o desenvolvimento individual, a competitividade, o emprego e a coesão social da Comunidade. Deverão facilitar a mobilidade transnacional dos trabalhadores e aprendentes e contribuir para satisfazer as necessidades da oferta e da procura no mercado europeu de trabalho. Deverá, assim, promover-se e melhorar-se o acesso e a participação na aprendizagem ao longo da vida para todos, incluindo as pessoas desfavorecidas, e a utilização de qualificações a nível nacional e comunitário.
- (2) Em 2000, o Conselho Europeu de Lisboa declarou nas suas conclusões que o aumento da transparência das qualificações deverá constituir um dos principais aspectos dos esforços de adaptação dos sistemas educativo e de formação da Comunidade às exigências da sociedade do conhecimento. Além disso, o Conselho Europeu de Barcelona, realizado em 2002, apelou a uma cooperação mais estreita no sector do ensino universitário e à melhoria da transparência e dos métodos de reconhecimento no domínio da educação e formação profissionais.
- (3) A Resolução do Conselho, de 27 de Junho de 2002, sobre a aprendizagem ao longo da vida⁴ instou a Comissão a criar, em estreita colaboração com o Conselho e os Estados-Membros, um enquadramento para o reconhecimento das qualificações no domínio da educação e da formação, tomando como ponto de partida os resultados do processo de Bolonha e promovendo uma acção análoga no domínio da formação profissional.
- (4) Os relatórios conjuntos do Conselho e da Comissão sobre a execução do programa de trabalho “Educação e Formação para 2010”, adoptados em 2004 e 2006, reforçaram a necessidade de instituir um Quadro Europeu de Qualificações.
- (5) No contexto do processo de Copenhaga, as conclusões do Conselho e dos Representantes dos governos dos Estados-Membros, reunidos no Conselho, de 15 de Novembro de 2004, sobre as prioridades futuras da cooperação europeia reforçada em matéria de educação e formação profissionais deram prioridade ao desenvolvimento de um Quadro Europeu de Qualificações aberto e flexível, baseado na transparência e na confiança mútua, que deverá constituir uma referência comum no que diz respeito à educação e à formação.
- (6) A validação dos resultados da aprendizagem não formal e informal deverá ser promovida, em conformidade com as conclusões do Conselho, de 28 de Maio de 2004, sobre os princípios europeus comuns de identificação e de validação da aprendizagem não formal e informal.
- (7) Os Conselhos Europeus de Bruxelas de Março de 2005 e Março de 2006 sublinharam a importância da aprovação de um Quadro Europeu de Qualificações.
- (8) A presente recomendação tem em conta a Decisão n.º 2241/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Dezembro de 2004, que institui um quadro comunitário único para a transparência das qualificações e competências (Europass)⁵ e a Recomendação 2006/962/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro de 2006, sobre as competências essenciais para a aprendizagem ao longo da vida⁶.
- (9) A presente recomendação é compatível com o quadro do Espaço Europeu do Ensino Superior e os descritores de ciclos de estudos acordados pelos ministros responsáveis pelo ensino superior de 45 países europeus na reunião realizada em Bergen, em 19 e 20 de Maio de 2005, no âmbito do processo de Bolonha.
- (10) As conclusões do Conselho sobre a garantia de qualidade em matéria de educação e formação profissionais, de 23 e 24 de Maio de 2004, a Recomendação 2006/143/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Fevereiro de 2006, relativa

4 JO C 163 de 9.7.2002, p. 1.

5 JO L 390 de 31.12.2004, p. 6.

6 JO L 394 de 30.12.2006, p. 10.

à continuação da cooperação europeia com vista à garantia da qualidade do ensino superior⁷, bem como as normas e directrizes para a garantia de qualidade no Espaço Europeu de Ensino Superior, acordadas pelos ministros do ensino superior na sua reunião de Bergen, contêm princípios comuns para a garantia de qualidade que deverão constituir a base para o Quadro Europeu de Qualificações.

- (11) A presente recomendação não prejudica a Directiva 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais⁸ que confere direitos e obrigações às autoridades nacionais competentes e aos migrantes. A referência aos níveis de qualificações constantes do Quadro Europeu de Qualificações não deverá condicionar o acesso ao mercado de trabalho nos casos em que as qualificações profissionais tenham sido reconhecidas ao abrigo da Directiva 2005/36/CE.
- (12) A presente recomendação tem por objectivo a criação de um quadro de referência comum que funcione como dispositivo de tradução entre sistemas de qualificações distintos e os respectivos níveis, no que respeita quer à educação geral e ao ensino superior, quer à educação e formação profissionais. Contribuirá para aumentar a transparência, a comparabilidade e a portabilidade das qualificações dos cidadãos obtidas de acordo com as práticas em vigor nos diferentes Estados-Membros. Em princípio, cada nível de qualificação deverá poder obter-se através de diferentes itinerários de educação e de carreira. O Quadro Europeu de Qualificações deverá, além disso, permitir que as organizações sectoriais internacionais correlacionem os seus sistemas de qualificações com um ponto de referência comum europeu, e, desta forma, revelar a relação das qualificações sectoriais internacionais com os sistemas nacionais de qualificações. A presente recomendação contribui, por conseguinte, para os objectivos gerais de promoção da aprendizagem ao longo da vida e aumento da empregabilidade, da mobilidade e da integração social de trabalhadores e

aprendentes. Princípios transparentes de garantia da qualidade e a troca de informação contribuirão para a sua aplicação, ajudando a criar confiança mútua.

- (13) A presente recomendação deverá contribuir para a modernização dos sistemas de educação e formação, para correlacionar a educação, a formação e o emprego, bem como para estabelecer pontes entre a aprendizagem formal, não formal e informal, conduzindo também à validação dos resultados da aprendizagem adquiridos através da experiência.
- (14) A presente recomendação não substitui nem define os sistemas nacionais de qualificações e/ou as qualificações nacionais. O Quadro Europeu de Qualificações não descreve qualificações específicas ou competências individuais e as qualificações específicas deverão ser relacionadas com o nível adequado do Quadro Europeu de Qualificações por intermédio dos sistemas nacionais de qualificações relevantes.
- (15) Dada a sua natureza não vinculativa, a presente recomendação obedece ao princípio da subsidiariedade, na medida em que o seu objectivo é apoiar e complementar a acção dos Estados-Membros ao facilitar uma maior cooperação entre eles, de forma a aumentar a transparência e promover a mobilidade e a aprendizagem ao longo da vida. Deverá ser aplicada de acordo com a legislação e a prática nacionais.
- (16) Atendendo a que o objectivo da presente recomendação, a saber, a criação de um quadro comum de referência que sirva de ferramenta de tradução dos diferentes sistemas de qualificações e respectivos níveis não pode ser suficientemente realizado pelos Estados-Membros e pode, pois, devido à dimensão e aos efeitos da acção prevista, ser mais bem alcançado ao nível comunitário, a Comunidade pode tomar medidas em conformidade com o princípio da subsidiariedade consagrado no artigo 5.º do Tratado. Em conformidade com o princípio da proporcionalidade consagrado no mesmo artigo, a presente recomendação não excede o necessário para atingir aquele objectivo,

⁷ JO L 64 de 4.3.2006, p. 60.

⁸ JO L 255 de 30.9.2005, p. 22. Directiva com a redacção que lhe foi dada pela Directiva 2006/100/CE do Conselho (JO L 363 de 20.12.2006, p. 141).

RECOMENDAM AOS ESTADOS-MEMBROS QUE:

1. Utilizem o Quadro Europeu de Qualificações como instrumento de referência para comparar os níveis de qualificações dos diferentes sistemas de qualificações e para promover quer a aprendizagem ao longo da vida, quer a igualdade de oportunidades numa sociedade baseada no conhecimento, bem como a maior integração possível do mercado de trabalho europeu, respeitando ao mesmo tempo a riqueza e a diversidade dos sistemas nacionais de educação;
2. Correlacionem os seus sistemas nacionais de qualificações com o Quadro Europeu de Qualificações até 2010, através, sobretudo, de uma remissão transparente dos seus níveis de qualificações para os níveis estabelecidos no Anexo II e, se for caso disso, do desenvolvimento de quadros nacionais de qualificações em conformidade com a legislação e a prática nacionais;
3. Adoptem medidas, conforme adequado, de modo a que, até 2012, todos os novos certificados de qualificações, diplomas e documentos “Europass” emitidos pelas entidades competentes contenham uma referência clara (através dos sistemas nacionais de qualificações) ao nível adequado do Quadro Europeu de Qualificações;
4. Recorram a uma abordagem baseada nos resultados da aprendizagem para definir e descrever qualificações e promovam a validação da aprendizagem não formal e informal em conformidade com os princípios europeus comuns acordados nas conclusões do Conselho de 28 de Maio de 2004, prestando atenção particular aos cidadãos mais susceptíveis ao desemprego ou a formas precárias de emprego cuja participação na formação ao longo da vida e acesso ao mercado de trabalho poderão aumentar como consequência dessa abordagem;
5. Promovam e apliquem os princípios de garantia de qualidade em matéria de educação e formação estabelecidos no Anexo III aquando da correlação das qualificações do ensino superior e da educação e formação profissionais do sistema nacional de qualificações com o Quadro Europeu de Qualificações;
6. Designem pontos de coordenação nacionais ligados às estruturas e requisitos específicos dos Estados-Membros para apoiar e, em conjugação com outras autoridades nacionais relevantes, orientar a correlação entre os sistemas nacionais de qualificações e o Quadro Europeu de Qualificações, a fim de fomentar a qualidade e a transparência dessa correlação.

A estes pontos de coordenação nacionais incumbirão:

- (a) Correlacionar os níveis de qualificações dos sistemas nacionais de qualificações com os níveis do Quadro Europeu de Qualificações descritos no Anexo II;
- (b) Garantir a transparência da metodologia utilizada para correlacionar os níveis de qualificações nacionais com o Quadro Europeu de Qualificações de modo a facilitar a, por um lado, comparação entre eles e, por outro, garantir a publicação das decisões atinentes;
- (c) Facultar o acesso à informação e orientações às partes interessadas sobre a forma como as qualificações nacionais se correlacionam com o Quadro Europeu de Qualificações, através dos sistemas nacionais de qualificações;
- (d) Incentivar a participação de todas as entidades interessadas relevantes incluindo, em conformidade com a legislação e a prática nacionais, estabelecimentos de ensino superior e de educação e formação profissionais, parceiros sociais, sectores e peritos no processo de comparação e utilização das qualificações a nível europeu.

SUBSCREVEM A INTENÇÃO DA COMISSÃO DE:

1. Apoiar os Estados-Membros na execução das tarefas supramencionadas e as organizações sectoriais internacionais na aplicação dos princípios e níveis de referência do Quadro Europeu de Qualificações previsto na presente recomendação, sobretudo através da facilitação da cooperação, do intercâmbio de boas práticas e da experimentação (nomeadamente através do recurso à avaliação voluntária pelos pares e a projectos-piloto no âmbito de programas comunitários, lançando campanhas de informação e consulta dos comités de diálogo social), e do desenvolvimento de material de apoio e orientação;
2. Instituir, até 23 de abril de 2009, um grupo consultivo no âmbito do Quadro Europeu de Qualificações (composto por representantes dos Estados-Membros e com a participação dos parceiros sociais europeus e de outros interessados, consoante o caso), encarregado de garantir a coerência global e de promover a transparência do processo de correlação dos sistemas de qualificações com o Quadro Europeu de Qualificações;
3. Reexaminar e avaliar, em cooperação com os Estados-Membros e depois de ter consultado os interessados, as medidas tomadas na sequência da presente recomendação, incluindo o mandato e a duração do grupo consultivo, e, até 23 de abril de 2009, apresentar um relatório ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre a experiência adquirida e as implicações para o futuro, incluindo, se tal se revelar necessário, uma eventual revisão e reexame da presente recomendação;
4. Promover ligações estreitas entre o Quadro Europeu de Qualificações e os sistemas europeus, actuais ou futuros, para a transferência e acumulação de créditos no ensino superior e na educação e formação profissionais, a fim de melhorar a mobilidade dos cidadãos e facilitar o reconhecimento dos resultados da aprendizagem.

Feito em Estrasburgo, em 23 de abril de 2009

Pelo Parlamento Europeu

O Presidente

HANS-GERT PÖTTERING

Pelo Conselho

O Presidente

JANEZ LENARČIČ

ANEXO I

Definições

Para efeitos da presente recomendação, entende-se por:

- a) “Qualificação”, o resultado formal de um processo de avaliação e validação, obtido quando um órgão competente decide que uma pessoa alcançou resultados de aprendizagem de acordo com determinadas exigências;
- b) “Sistema nacional de qualificações”, todos os aspectos da actividade de um Estado-Membro relacionada com o reconhecimento da aprendizagem e outros mecanismos que conjuguem a educação e a formação com o mercado de trabalho e a sociedade civil. Inclui a elaboração e aplicação de disposições e processos institucionais relativos à garantia da qualidade, à avaliação e à atribuição de qualificações. Um sistema nacional de qualificações pode ser composto por diversos subsistemas e incluir um quadro nacional de qualificações;
- c) “Quadro nacional de qualificações”, um instrumento concebido para a classificação de qualificações segundo um conjunto de critérios para a obtenção de níveis específicos de aprendizagem, que visa integrar e coordenar os subsistemas nacionais de qualificações e melhorar a transparência, o acesso, a progressão e a qualidade das qualificações em relação ao mercado de trabalho e à sociedade civil;
- d) “Sector”, um agrupamento de actividades profissionais com base no seu principal produto, serviço, tecnologia ou função económica;
- e) “Organização sectorial internacional”, uma associação de organizações nacionais, incluindo, por exemplo, entidades empregadoras ou organismos profissionais, que representem os interesses dos sectores nacionais;
- f) “Resultados da aprendizagem”, o enunciado do que um aprendente conhece, compreende e é capaz de fazer aquando da conclusão de um processo de aprendizagem, descrito em termos de conhecimentos, aptidões e competência;
- g) “Conhecimentos”, o resultado da assimilação de informação através da aprendizagem. Os conhecimentos constituem o acervo de factos, princípios, teorias e práticas relacionado com uma área de trabalho ou de estudo. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais;
- h) “Aptidões”, a capacidade de aplicar conhecimentos e utilizar recursos adquiridos para concluir tarefas e solucionar problemas. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descrevem-se as aptidões como cognitivas (incluindo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos);
- i) “Competência”, a capacidade comprovada de utilizar o conhecimento, as aptidões e as capacidades pessoais, sociais e/ou metodológicas, em situações profissionais ou em contextos de estudo e para efeitos de desenvolvimento profissional e/ou pessoal. No âmbito do Quadro Europeu de Qualificações, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia.

ANEXO II

Indicadores de definição dos níveis do Quadro Europeu de Qualificações (QEQ)

Cada um dos 8 níveis é definido por um conjunto de indicadores que especificam os resultados da aprendizagem correspondentes às qualificações nesse nível em qualquer sistema de qualificações.

		Conhecimentos
		No âmbito do QEQ, descrevem-se os conhecimentos como teóricos e/ou factuais.
Nível 1	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 1:	• Conhecimentos gerais básicos
Nível 2	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 2:	• Conhecimentos factuais básicos numa área de trabalho ou de estudo
Nível 3	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 3:	• Conhecimentos de factos, princípios, processos e conceitos gerais numa área de estudo ou de trabalho
Nível 4	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 4:	• Conhecimentos factuais e teóricos em contextos alargados numa área de estudo ou de trabalho
Nível 5*	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 5:	• Conhecimentos abrangentes, especializados, factuais e teóricos numa determinada área de estudos ou de trabalho e consciência dos limites desses conhecimentos
Nível 6**	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 6:	• Conhecimento aprofundado de uma determinada área de estudo ou de trabalho que implica uma compreensão crítica de teorias e princípios
Nível 7***	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 7:	<ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos altamente especializados, alguns dos quais se encontram na vanguarda do conhecimento numa determinada área de estudo ou de trabalho, que sustentam a capacidade de reflexão original e/ou investigação • Consciência crítica das questões relativas aos conhecimentos numa área e nas interligações entre várias áreas
Nível 8****	Resultados da aprendizagem correspondentes ao nível 8:	• Conhecimentos de ponta na vanguarda de uma área de estudo ou de trabalho e na interligação entre áreas

Aptidões	Competência
No âmbito do QEQ, descrevem-se as aptidões como cognitivas (incluindo a utilização de pensamento lógico, intuitivo e criativo) e práticas (implicando destreza manual e o recurso a métodos, materiais, ferramentas e instrumentos).	No âmbito do QEQ, descreve-se a competência em termos de responsabilidade e autonomia.
<ul style="list-style-type: none"> • Aptidões básicas necessárias à realização de tarefas simples 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar ou estudar sob supervisão directa num contexto estruturado
<ul style="list-style-type: none"> • Aptidões cognitivas e práticas básicas necessárias para a aplicação da informação adequada à realização de tarefas e à resolução de problemas correntes por meio de regras e instrumentos simples 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhar ou estudar sob supervisão, com um certo grau de autonomia
<ul style="list-style-type: none"> • Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para a realização de tarefas e a resolução de problemas através da selecção e aplicação de métodos, instrumentos, materiais e informações básicas 	<ul style="list-style-type: none"> • Assumir responsabilidades para executar tarefas numa área de estudo ou de trabalho • Adaptar o seu comportamento às circunstâncias para fins da resolução de problemas
<ul style="list-style-type: none"> • Uma gama de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções para problemas específicos numa área de estudo ou de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir a própria actividade no quadro das orientações estabelecidas em contextos de estudo ou de trabalho geralmente previsíveis, mas susceptíveis de alteração • Supervisionar as actividades de rotina de terceiros, assumindo determinadas responsabilidades em matéria de avaliação e melhoria das actividades em contextos de estudo ou de trabalho
<ul style="list-style-type: none"> • Uma gama abrangente de aptidões cognitivas e práticas necessárias para conceber soluções criativas para problemas abstractos 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir e supervisionar em contextos de estudo ou de trabalho sujeitos a alterações imprevisíveis • Rever e desenvolver o seu desempenho e o de terceiros
<ul style="list-style-type: none"> • Aptidões avançadas que revelam a mestria e a inovação necessárias à resolução de problemas complexos e imprevisíveis numa área especializada de estudos ou de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir actividades ou projectos técnicos ou profissionais complexos, assumindo a responsabilidade da tomada de decisões em contextos de estudo ou de trabalho imprevisíveis • Assumir responsabilidades em matéria de gestão do desenvolvimento profissional individual e colectivo
<ul style="list-style-type: none"> • Aptidões especializadas para a resolução de problemas em matéria de investigação e/ou inovação, para desenvolver novos conhecimentos e procedimentos e integrar os conhecimentos de diferentes áreas 	<ul style="list-style-type: none"> • Gerir e transformar contextos de estudo ou de trabalho complexos, imprevisíveis e que exigem abordagens estratégicas novas • Assumir responsabilidades por forma a contribuir para os conhecimentos e as práticas profissionais e/ou para rever o desempenho estratégico de equipas
<ul style="list-style-type: none"> • As aptidões e as técnicas mais avançadas e especializadas, incluindo capacidade de síntese e de avaliação, necessárias para a resolução de problemas críticos na área da investigação e/ou da inovação ou para o alargamento e a redefinição dos conhecimentos ou das práticas profissionais existentes 	<ul style="list-style-type: none"> • Demonstrar um nível considerável de autoridade, inovação, autonomia, integridade científica ou profissional e assumir um firme compromisso no que diz respeito ao desenvolvimento de novas ideias ou novos processos na vanguarda de contextos de estudo ou de trabalho, inclusive em matéria de investigação

Compatibilidade com o Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior

O Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior propõe descritores dos ciclos de estudos. Cada descritor de ciclo de estudos apresenta um enunciado genérico das expectativas em matéria dos resultados e das aptidões associados às qualificações que representam a conclusão desse ciclo.

- * O descritor do ciclo mais curto do ensino superior (no âmbito do primeiro ciclo ou a ele associado), elaborado no contexto da iniciativa conjunta para a qualidade no quadro do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem no nível 5 do QEQ.
- ** O descritor do primeiro ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 6 do QEQ.
- *** O descritor do segundo ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior na sua reunião em Bergen, em Maio de 2005 no âmbito do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 7 do QEQ.
- **** O descritor do terceiro ciclo de estudos no Quadro de Qualificações do Espaço Europeu do Ensino Superior, acordado pelos ministros do ensino superior aquando da reunião em Bergen, em Maio de 2005, no quadro do processo de Bolonha, corresponde aos resultados da aprendizagem de nível 8 do QEQ.

Princípios comuns da garantia de qualidade em matéria de ensino superior e de educação e formação profissionais no âmbito do Quadro Europeu de Qualificações

Ao implementar o Quadro Europeu de Qualificações, a garantia de qualidade, necessária para assegurar a responsabilização e a melhoria do ensino superior e da educação e formação profissionais, deve obedecer aos seguintes princípios:

- As políticas e os procedimentos em matéria de garantia da qualidade deverão presidir a todos os níveis do Quadro Europeu de Qualificações.
- A garantia de qualidade deverá fazer parte integrante da gestão interna das instituições de educação e formação.
- A garantia de qualidade deverá contemplar a avaliação periódica das instituições, dos seus programas ou sistemas de garantia da qualidade através de instâncias ou agências externas de monitorização.
- As instâncias ou agências externas responsáveis pela garantia da qualidade deverão ser objecto de uma avaliação regular.
- A garantia de qualidade deverá contemplar o contexto, os contributos, os processos e os resultados, dando o devido destaque às realizações e aos resultados da aprendizagem.
- Os sistemas de garantia de qualidade deverão incluir os seguintes elementos:
 - objectivos e normas claros e quantificáveis,
 - orientações de aplicação que incluam a participação das partes interessadas,
 - recursos adequados,
 - métodos de avaliação coerentes que associem processos de auto-avaliação e de avaliação externa,
 - mecanismos de feedback e procedimentos para a realização de melhorias,
 - resultados da avaliação amplamente acessíveis.
- As iniciativas de garantia de qualidade, a nível internacional, nacional e regional, deverão ser coordenadas, por forma a assegurar a visão global, coerência, sinergia e a análise geral do sistema
- A garantia de qualidade deverá constituir um processo de cooperação entre todos os níveis e sistemas de educação e formação, que envolva todas as partes interessadas pertinentes nos Estados-Membros e em toda a Comunidade.
- As orientações em matéria de garantia de qualidade a nível comunitário podem facultar pontos de referência para efeitos de avaliação e de aprendizagem entre pares.

Comissão Europeia

Quadro Europeu de Qualificações para a aprendizagem ao longo da vida (QEQ)

Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

2009 — 15 p. — 21 X 29,7 cm

ISBN 978-92-79-08487-4

doi 10.2766/26704

Como obter publicações da UE

Publicações pagas:

- através de EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- numa livraria indicando o título, o editor e/ou o número ISBN;
- contactando directamente um dos nossos agentes de vendas. Poderá obter os respectivos contactos consultando o sítio <http://bookshop.europa.eu> ou enviando um fax para +352 2929-42758.

Publicações gratuitas:

- através de EU Bookshop (<http://bookshop.europa.eu>);
- nas representações ou delegações da Comissão Europeia. Poderá obter os respectivos contactos consultando o sítio <http://ec.europa.eu/> ou enviando um fax para +352 2929-42758.



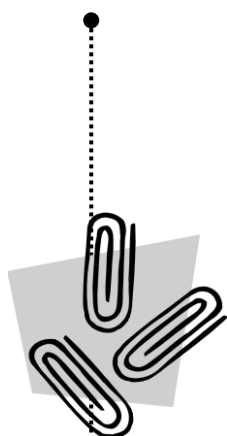
■ Serviço das Publicações

ISBN 978-92-79-08487-4



9 789279 084874

Anexo 5.12



**“Processo de Bolonha”:
Declarações e Comunicados
das Conferências Ministeriais**

“Processo de Bolonha”: Declarações e Comunicados das Conferências Ministeriais

- *Declaração Conjunta de Sorbonne* (França), “Harmonização da Arquitectura do Sistema Europeu do Ensino Superior” [“Encourager l’émergence d’un cadre commun de référence, visant à améliorer la lisibilité des diplômes, à faciliter la mobilité des étudiants ainsi que leur employabilité”], de 25 de Maio de 1998.
- *Declaração de Bolonha* (Itália), “Criação do Espaço Europeu do Ensino Superior” [“Establish the European Area of Higher Education”], de 19 de Junho de 1999.
- *Comunicado de Praga* (República Checa), “A Caminho da Área Europeia de Ensino Superior” [“Towards the European Higher Education Area”], de 19 de Maio de 2001.
- *Comunicado de Berlim* (Alemanha), “Realização do Espaço Europeu do Ensino Superior” [“Realising the European Higher Education Area”], de 19 de Setembro de 2003
- *Comunicado de Bergen* (Noruega), “Espaço Europeu do Ensino Superior - Alcançar os Objectivos” [“The European Higher Education Area - Achieving the Goals”], de 19 e 20 de Maio de 2005.
- *Comunicado de Londres* (Inglaterra), “Em Direcção ao Espaço Europeu do Ensino Superior: Responder aos Desafios de um Mundo Globalizado” [“Towards the European Higher Education Area: Responding to Challenges in a Globalised World”], de 18 de Maio de 2007.
- *Comunicado de Leuven e Louvain-la-Neuve* (Bélgica), “O Processo de Bolonha 2020 – O Espaço Europeu do Ensino Superior numa Nova Década” [“The Bologna Process 2020 - The European Higher Education Area in the New Decade”], de 28 e 29 Abril 2009.
- *Declaração de Budapeste e Viena* (Hungria e Áustria), “Conferência de Aniversário do Processo de Bolonha” [“Bologna Anniversary Conference Jointly Hosted by Austria and Hungary in Budapest and Vienna”], de 11 e 12 de Março de 2010.

Sorbonne
Déclaration conjointe

A l'occasion du 800ème anniversaire de l'Université de Paris, déclaration conjointe des quatre ministres en charge de l'enseignement supérieur en Allemagne, en France, en Italie et au Royaume-Uni.

Paris, en Sorbonne, le 25 mai 1998.

La construction européenne a tout récemment effectué des progrès très importants. Mais si pertinents que soient ces progrès, ils ne doivent pas nous faire oublier que l'Europe que nous bâtissons n'est pas seulement celle de l'Euro, des banques et de l'économie; elle doit être aussi une Europe du savoir. Nous devons renforcer et utiliser dans notre construction les dimensions intellectuelles, culturelles, sociales et techniques de notre continent. Elles ont été, dans une large mesure, modelées par ses universités, qui continuent à jouer un rôle central dans leur développement. Les universités sont nées en Europe, pour certaines depuis environ trois quarts de millénaire. Nos quatre pays sont fiers de posséder quelques unes des plus anciennes, qui célèbrent en ce moment d'importants anniversaires, comme le fait aujourd'hui l'université de Paris. Autrefois, étudiants et professeurs circulaient librement et disséminaient rapidement leur savoir à travers le continent. Aujourd'hui, il existe encore un trop grand nombre de nos étudiants qui obtiennent leurs diplômes sans avoir bénéficié d'une période d'études en dehors des frontières nationales.

Nous abordons une période de changements majeurs dans l'éducation, dans les conditions de travail, une période de diversification du déroulement des carrières professionnelles; l'éducation et la formation tout au long de la vie deviennent une évidente obligation. Nous devons à nos étudiants et à notre société dans son ensemble un système d'enseignement supérieur qui leur offre les meilleures chances de trouver leur propre domaine d'excellence.

Un espace européen ouvert de l'enseignement supérieur offre d'abondantes perspectives positives, tout en respectant, bien sûr, nos diversités, mais exige par ailleurs des efforts vigoureux pour abolir les barrières et développer un cadre d'enseignement, afin de promouvoir la mobilité et une coopération toujours plus étroite. La reconnaissance internationale et le potentiel attractif de nos systèmes sont directement liés à leur lisibilité en interne et à l'extérieur. Un système semble émerger, dans lequel deux cycles principaux - pré-licence et post-licence - devraient être reconnus pour faciliter comparaisons et équivalences au niveau international.

Une grande part de l'originalité et de la souplesse d'un tel système passeront, dans une large mesure, par l'utilisation de «crédits» (comme dans le schéma ECTS) et de semestres. Cela permettra la validation des crédits acquis par ceux qui choisiraient de conduire leur éducation, initiale ou continue, dans différentes universités européennes et souhaiteraient acquérir leurs diplômes à leur rythme, tout au long de leur vie. En fait, les étudiants devraient pouvoir avoir accès au monde universitaire à n'importe quel moment de leur vie professionnelle, en venant des milieux les plus divers.

Dans le cycle conduisant à la licence, les étudiants devraient se voir offrir des programmes suffisamment diversifiés, comprenant notamment la possibilité de suivre des études pluridisciplinaires, d'acquérir une compétence en langues vivantes et d'utiliser les nouvelles technologies de l'information.

La reconnaissance internationale du diplôme couronnant le cycle pré-licence comme niveau pertinent de qualification est importante pour le succès de ce projet, par lequel nous souhaitons rendre transparents nos systèmes d'enseignement supérieur.

Dans le cycle postérieur à la licence, il y aurait le choix entre un diplôme plus court de «master» et un doctorat plus long, en ménageant les passerelles entre l'un et l'autre. Dans les deux diplômes, on mettrait l'accent, comme il convient, sur la recherche et le travail individuel.

Aux deux niveaux - pré-licence et post-licence - les étudiants seraient encouragés à passer un semestre au moins dans des universités étrangères. En même temps, un plus grand nombre d'enseignants et de chercheurs devraient travailler dans des pays européens autres que le leur. Le soutien croissant de l'Union européenne à la mobilité des étudiants et des professeurs devrait être pleinement utilisé.

La plupart des pays, et pas seulement à l'intérieur de l'Europe, ont désormais pleinement conscience du besoin de promouvoir cette évolution. Les Conférences de recteurs européens, des présidents d'universités, des groupes d'experts et d'universitaires, dans nos pays respectifs, se sont engagées dans une vaste réflexion en ce sens.

Une convention sur la reconnaissance des qualifications universitaires en Europe a été signée l'an dernier à Lisbonne. Cette convention établit un certain nombre de conditions de base, tout en reconnaissant que les pays, de leur côté, pouvaient s'engager dans des projets encore plus constructifs. Partant de ces conclusions, nous pouvons les utiliser pour aller plus loin. Il existe déjà beaucoup de points communs pour cette reconnaissance mutuelle des diplômes d'enseignement supérieur à des fins professionnelles, à travers les directives de l'Union européenne.

Nos gouvernements, cependant, continuent à avoir un rôle significatif à jouer en ce sens, en encourageant tous les moyens de valider les connaissances acquises et de mieux reconnaître nos diplômes respectifs. Nous comptons promouvoir ainsi des accords interuniversitaires allant dans ce sens. L'harmonisation progressive des structures d'ensemble de nos diplômes et de nos cycles d'études sera rendue possible par un renforcement de l'expérience existante, par des diplômes conjoints, des projets-pilotes et par un dialogue avec toutes les parties concernées.

Nous nous engageons ici à encourager l'émergence d'un cadre commun de référence, visant à améliorer la lisibilité des diplômes, à faciliter la mobilité des étudiants ainsi que leur employabilité. L'anniversaire de l'université de Paris, qui se déroule aujourd'hui en Sorbonne, nous offre l'occasion solennelle de nous engager dans cet effort de création d'un espace européen de l'enseignement supérieur, où puissent entrer en interaction nos identités nationales et nos intérêts communs, où nous nous renforçons les uns les autres pour le profit de l'Europe, de ses étudiants, et plus généralement de ses citoyens. Nous lançons un appel aux autres Etats

membres de l'Union, aux autres pays de l'Europe pour nous rejoindre dans cet objectif, à toutes les universités européennes pour consolider la place de l'Europe dans le monde en améliorant et en remettant sans cesse à jour l'éducation offerte à ses citoyens.

Claude Allègre, Ministre de l'Éducation Nationale, de la Recherche et de la Technologie (France); Luigi Berlinguer, Ministre de l'Instruction Publique de l'Université et de la Recherche (Italie); Tessa Blackstone, Ministre de l'Enseignement Supérieur (Royaume Uni) et J. Rüttgers, Ministre de l'Éducation, des Sciences, de la Recherche et de la Technologie (Allemagne).

The Bologna Declaration of 19 June 1999

Joint declaration of the European Ministers of Education

The European process, thanks to the extraordinary achievements of the last few years, has become an increasingly concrete and relevant reality for the Union and its citizens. Enlargement prospects together with deepening relations with other European countries, provide even wider dimensions to that reality. Meanwhile, we are witnessing a growing awareness in large parts of the political and academic world and in public opinion of the need to establish a more complete and far-reaching Europe, in particular building upon and strengthening its intellectual, cultural, social and scientific and technological dimensions.

A Europe of Knowledge is now widely recognised as an irreplaceable factor for social and human growth and as an indispensable component to consolidate and enrich the European citizenship, capable of giving its citizens the necessary competences to face the challenges of the new millennium, together with an awareness of shared values and belonging to a common social and cultural space.

The importance of education and educational co-operation in the development and strengthening of stable, peaceful and democratic societies is universally acknowledged as paramount, the more so in view of the situation in South East Europe.

The Sorbonne declaration of 25th of May 1998, which was underpinned by these considerations, stressed the Universities' central role in developing European cultural dimensions. It emphasised the creation of the European area of higher education as a key way to promote citizens' mobility and employability and the

Continent's overall development.

Several European countries have accepted the invitation to commit themselves to achieving the objectives set out in the declaration, by signing it or expressing their agreement in principle. The direction taken by several higher education reforms launched in the meantime in Europe has proved many Governments' determination to act.

European higher education institutions, for their part, have accepted the challenge and taken up a main role in constructing the European area of higher education, also in the wake of the fundamental principles laid down in the Bologna Magna Charta Universitatum of 1988. This is of the highest importance, given that Universities' independence and autonomy ensure that higher education and research systems continuously adapt to changing needs, society's demands and advances in scientific knowledge.

The course has been set in the right direction and with meaningful purpose. The achievement of greater compatibility and comparability of the systems of higher education nevertheless requires continual momentum in order to be fully accomplished. We need to support it through promoting concrete measures to achieve tangible forward steps. The 18th June meeting saw participation by authoritative experts and scholars from all our countries and provides us with very useful suggestions on the initiatives to be taken.

We must in particular look at the objective of increasing the international competitiveness of the European system of higher education. The vitality and efficiency of any civilisation can be measured by the appeal that its culture has for other countries. We need to ensure that the European higher education system acquires a world-wide degree of attraction equal to our extraordinary

cultural and scientific traditions.

While affirming our support to the general principles laid down in the Sorbonne declaration, we engage in co-ordinating our policies to reach in the short term, and in any case within the first decade of the third millennium, the following objectives, which we consider to be of primary relevance in order to establish the European area of higher education and to promote the European system of higher education world-wide:

Adoption of a system of **easily readable and comparable degrees**, also through the implementation of the Diploma Supplement, in order to promote European citizens employability and the international competitiveness of the European higher education system

Adoption of a system essentially based on **two main cycles**, undergraduate and graduate. Access to the second cycle shall require successful completion of first cycle studies, lasting a minimum of three years. The degree awarded after the first cycle shall also be relevant to the European labour market as an appropriate level of qualification. The second cycle should lead to the master and/or doctorate degree as in many European countries.

Establishment of a **system of credits** - such as in the ECTS system - as a proper means of promoting the most widespread student mobility. Credits could also be acquired in non-higher education contexts, including lifelong learning, provided they are recognised by receiving Universities concerned.

Promotion of **mobility** by overcoming obstacles to the effective exercise of free movement with particular attention to:

- for students, access to study and training opportunities and to related services

THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA

- for teachers, researchers and administrative staff, recognition and valorisation of periods spent in a European context researching, teaching and training, without prejudicing their statutory rights.

Promotion of **European co-operation in quality assurance** with a view to developing comparable criteria and methodologies.

Promotion of the **necessary European dimensions in higher education**, particularly with regards to curricular development, inter-institutional co-operation, mobility schemes and integrated programmes of study, training and research.

We hereby undertake to attain these objectives - within the framework of our institutional competences and taking full respect of the diversity of cultures, languages, national education systems and of University autonomy - to consolidate the European area of higher education. To that end, we will pursue the ways of intergovernmental co-operation, together with those of non governmental European organisations with competence on higher education. We expect Universities again to respond promptly and positively and to contribute actively to the success of our endeavour.

Convinced that the establishment of the European area of higher education requires constant support, supervision and adaptation to the continuously evolving needs, we decide to meet again within two years in order to assess the progress achieved and the new steps to be taken.

Signatories:

THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA

Caspar EINEM Minister of Science and Transport (Austria)	
Jan ADE Director General Ministry of the Flemish Community Department of Education (Belgium)	Gerard SCHMIT Director General of French Community Ministry for Higher Education and Research (Belgium)
Eduard ZEMAN Minister of Education, Youth and Sport (Czech Republic)	Anna Mmia TOTOMANOVA Vice Minister of Education and Science (Bulgaria)
Tonis LUKAS Minister of Education (Estonia)	Margrethe VESTAGER Minister of Education (Denmark)
Claude ALLEGRE Minister of National Education, Research and Technology (France)	Maija RASK Minister of Education and Science (Finland)
Ute ERDSIEK-RAVE Minister of Education, Science, Research And Culture of the Land Schleswig-Holstein (Permanent Conference of the Ministers of Culture of the German Länders)	Wolf-Michael CATENHUSEN Parliamentary State Secretary Federal Ministry of Education and Research (Germany)
Adam KISS Deputy State Secretary for Higher Education and Science (Hungary)	Gherassimos ARSENIS Minister of Public Education and Religious Affairs (Greece)
Pat DOWLING Principal Officer Ministry for Education and Science (Ireland)	Gudridur SIGURDARDOTTIR Secretary General Ministry of Education, Science and Culture (Iceland)
Tatiana KOKEK State Minister of Higher Education and Science (Latvia)	Ortensio ZECCHINO Minister of University and Scientific And Technological Research (Italy)
Erna HENNICOT-SCHOEPGES Minister of National Education and Vocational Training (Luxembourg)	Kornelijus PLATELIS Minister of Education and Science (Lithuania)
Loek HERMANS Minister of Education, Culture and Science (the Netherlands)	Louis GALEA Minister of Education (Malta)

THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA

Wilibald WINKLER Under Secretary of State of National Education (Poland)	Jon LILLETUN Minister of Education, Research and Church Affairs (Norway)
Andrei MARGA Minister of National Education (Romania)	Eduardo Marçal GRILO Minister of Education (Portugal)
Pavel ZGAGA State Secretary for Higher Education (Slovenia)	Milan FTACNIK Minister of Education (Slovak Republic)
Agneta BLADH State Secretary for Education and Science (Sweden)	D.Jorge FERNANDEZ DIAZ Secretary of State of Education, Universities, Research and Development (Spain)
Baroness Tessa BLACKSTONE of Stoke Newington Minister of State for Education and Employment (United Kingdom)	Charles KLEIBER State Secretary for Science and Research (Swiss Confederation)

TOWARDS THE EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA

Communiqué of the meeting of European Ministers in charge of Higher Education

in Prague on May 19th 2001

Two years after signing the Bologna Declaration and three years after the Sorbonne Declaration, European Ministers in charge of higher education, representing 32 signatories, met in Prague in order to review the progress achieved and to set directions and priorities for the coming years of the process. Ministers reaffirmed their commitment to the objective of establishing the European Higher Education Area by 2010. The choice of Prague to hold this meeting is a symbol of their will to involve the whole of Europe in the process in the light of enlargement of the European Union.

Ministers welcomed and reviewed the report "Furthering the Bologna Process" commissioned by the follow-up group and found that the goals laid down in the Bologna Declaration have been widely accepted and used as a base for the development of higher education by most signatories as well as by universities and other higher education institutions. Ministers reaffirmed that efforts to promote mobility must be continued to enable students, teachers, researchers and administrative staff to benefit from the richness of the European Higher Education Area including its democratic values, diversity of cultures and languages and the diversity of the higher education systems.

Ministers took note of the Convention of European higher education institutions held in Salamanca on 29-30 March and the recommendations of the Convention of European Students, held in Göteborg on 24-25 March, and appreciated the active involvement of the European University Association (EUA) and the National Unions of Students in Europe (ESIB) in the Bologna process. They further noted and appreciated the many other initiatives to take the process further. Ministers also took note of the constructive assistance of the European Commission.

Ministers observed that the activities recommended in the Declaration concerning degree structure have been intensely and widely dealt with in most countries. They especially appreciated how the work on quality assurance is moving forward. Ministers recognized the need to cooperate to address the challenges brought about by transnational education. They also recognized the need for a lifelong learning perspective on education.

FURTHER ACTIONS FOLLOWING THE SIX OBJECTIVES OF THE BOLOGNA PROCESS

As the Bologna Declaration sets out, Ministers asserted that building the European Higher Education Area is a condition for enhancing the attractiveness and competitiveness of higher education institutions in Europe. They supported the idea that higher education should be considered a public good and is and will remain a public responsibility (regulations etc.), and that students are full members of the higher education community. From this point of view Ministers commented on the further process as follows:

Adoption of a system of easily readable and comparable degrees

Ministers strongly encouraged universities and other higher education institutions to take full advantage of existing national legislation and European tools aimed at facilitating academic and professional recognition of course units, degrees and other awards, so that citizens can effectively use their qualifications, competencies and skills throughout the European Higher Education Area.

Ministers called upon existing organisations and networks such as NARIC and ENIC to promote, at institutional, national and European level, simple, efficient and fair recognition reflecting the underlying diversity of qualifications.

Adoption of a system essentially based on two main cycles

Ministers noted with satisfaction that the objective of a degree structure based on two main

cycles, articulating higher education in undergraduate and graduate studies, has been tackled and discussed. Some countries have already adopted this structure and several others are considering it with great interest. It is important to note that in many countries bachelor's and master's degrees, or comparable two cycle degrees, can be obtained at universities as well as at other higher education institutions. Programmes leading to a degree may, and indeed should, have different orientations and various profiles in order to accommodate a diversity of individual, academic and labour market needs as concluded at the Helsinki seminar on bachelor level degrees (February 2001).

Establishment of a system of credits

Ministers emphasized that for greater flexibility in learning and qualification processes the adoption of common cornerstones of qualifications, supported by a credit system such as the ECTS or one that is ECTS-compatible, providing both transferability and accumulation functions, is necessary. Together with mutually recognized quality assurance systems such arrangements will facilitate students' access to the European labour market and enhance the compatibility, attractiveness and competitiveness of European higher education. The generalized use of such a credit system and of the Diploma Supplement will foster progress in this direction.

Promotion of mobility

Ministers reaffirmed that the objective of improving the mobility of students, teachers, researchers and administrative staff as set out in the Bologna Declaration is of the utmost importance. Therefore, they confirmed their commitment to pursue the removal of all obstacles to the free movement of students, teachers, researchers and administrative staff and emphasized the social dimension of mobility. They took note of the possibilities for mobility offered by the European Community programmes and the progress achieved in this field, e.g. in launching the Mobility Action Plan endorsed by the European Council in Nice in 2000.

Promotion of European cooperation in quality assurance

Ministers recognized the vital role that quality assurance systems play in ensuring high quality standards and in facilitating the comparability of qualifications throughout Europe. They also encouraged closer cooperation between recognition and quality assurance networks. They emphasized the necessity of close European cooperation and mutual trust in and acceptance of national quality assurance systems. Further they encouraged universities and other higher education institutions to disseminate examples of best practice and to design scenarios for mutual acceptance of evaluation and accreditation/certification mechanisms. Ministers called upon the universities and other higher education institutions, national agencies and the European Network of Quality Assurance in Higher Education (ENQA), in cooperation with corresponding bodies from countries which are not members of ENQA, to collaborate in establishing a common framework of reference and to disseminate best practice.

Promotion of the European dimensions in higher education

In order to further strengthen the important European dimensions of higher education and graduate employability Ministers called upon the higher education sector to increase the development of modules, courses and curricula at all levels with "European" content, orientation or organisation. This concerns particularly modules, courses and degree curricula offered in partnership by institutions from different countries and leading to a recognized joint degree.

FURTHERMORE MINISTERS EMPHASIZED THE FOLLOWING POINTS:

Lifelong learning

Lifelong learning is an essential element of the European Higher Education Area. In the future Europe, built upon a knowledge-based society and economy, lifelong learning strategies are necessary to face the challenges of competitiveness and the use of new technologies and to improve social cohesion, equal opportunities and the quality of life.

Higher education institutions and students

Ministers stressed that the involvement of universities and other higher education institutions and of students as competent, active and constructive partners in the establishment and

shaping of a European Higher Education Area is needed and welcomed. The institutions have demonstrated the importance they attach to the creation of a compatible and efficient, yet diversified and adaptable European Higher Education Area. Ministers also pointed out that quality is the basic underlying condition for trust, relevance, mobility, compatibility and attractiveness in the European Higher Education Area. Ministers expressed their appreciation of the contributions toward developing study programmes combining academic quality with relevance to lasting employability and called for a continued proactive role of higher education institutions.

Ministers affirmed that students should participate in and influence the organisation and content of education at universities and other higher education institutions. Ministers also reaffirmed the need, recalled by students, to take account of the social dimension in the Bologna process.

Promoting the attractiveness of the European Higher Education Area

Ministers agreed on the importance of enhancing attractiveness of European higher education to students from Europe and other parts of the world. The readability and comparability of European higher education degrees world-wide should be enhanced by the development of a common framework of qualifications, as well as by coherent quality assurance and accreditation/certification mechanisms and by increased information efforts.

Ministers particularly stressed that the quality of higher education and research is and should be an important determinant of Europe's international attractiveness and competitiveness.

Ministers agreed that more attention should be paid to the benefit of a European Higher Education Area with institutions and programmes with different profiles. They called for increased collaboration between the European countries concerning the possible implications and perspectives of transnational education.

CONTINUED FOLLOW-UP

Ministers committed themselves to continue their cooperation based on the objectives set out in the Bologna Declaration, building on the similarities and benefiting from the differences between cultures, languages and national systems, and drawing on all possibilities of intergovernmental cooperation and the ongoing dialogue with European universities and other higher education institutions and student organisations as well as the Community programmes.

Ministers welcomed new members to join the Bologna process after applications from Ministers representing countries for which the European Community programmes Socrates and Leonardo da Vinci or Tempus-Cards are open. They accepted applications from Croatia, Cyprus and Turkey.

Ministers decided that a new follow-up meeting will take place in the second half of 2003 in Berlin to review progress and set directions and priorities for the next stages of the process towards the European Higher Education Area. They confirmed the need for a structure for the follow-up work, consisting of a follow-up group and a preparatory group. The follow-up group should be composed of representatives of all signatories, new participants and the European Commission, and should be chaired by the EU Presidency at the time. The preparatory group should be composed of representatives of the countries hosting the previous ministerial meetings and the next ministerial meeting, two EU member states and two non-EU member states; these latter four representatives will be elected by the follow-up group. The EU Presidency at the time and the European Commission will also be part of the preparatory group. The preparatory group will be chaired by the representative of the country hosting the next ministerial meeting.

The European University Association, the European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE), the National Unions of Students in Europe and the Council of Europe should be consulted in the follow-up work.

In order to take the process further, Ministers encouraged the follow-up group to arrange seminars to explore the following areas: cooperation concerning accreditation and quality assurance, recognition issues and the use of credits in the Bologna process, the development of joint degrees, the social dimension, with specific attention to obstacles to mobility, and the enlargement of the Bologna process, lifelong learning and student involvement



“Realising the European Higher Education Area”

Communiqué of the Conference of Ministers
responsible for Higher Education
in Berlin on 19 September 2003

Preamble

On 19 June 1999, one year after the Sorbonne Declaration, Ministers responsible for higher education from 29 European countries signed the Bologna Declaration. They agreed on important joint objectives for the development of a coherent and cohesive European Higher Education Area by 2010. In the first follow-up conference held in Prague on 19 May 2001, they increased the number of the objectives and reaffirmed their commitment to establish the European Higher Education Area by 2010. On 19 September 2003, Ministers responsible for higher education from 33 European countries met in Berlin in order to review the progress achieved and to set priorities and new objectives for the coming years, with a view to speeding up the realisation of the European Higher Education Area. They agreed on the following considerations, principles and priorities:

Ministers reaffirm the importance of the social dimension of the Bologna Process. The need to increase competitiveness must be balanced with the objective of improving the social characteristics of the European Higher Education Area, aiming at strengthening social cohesion and reducing social and gender inequalities both at national and at European level. In that context, Ministers reaffirm their position that higher education is a public good and a public responsibility. They emphasise that in international academic cooperation and exchanges, academic values should prevail.

Ministers take into due consideration the conclusions of the European Councils in Lisbon (2000) and Barcelona (2002) aimed at making Europe “the most competitive and dynamic knowledge-based economy in the world, capable of sustainable economic growth with more and better jobs and greater social cohesion” and calling for further action and closer co-operation in the context of the Bologna Process.

Ministers take note of the Progress Report commissioned by the Follow-up Group on the development of the Bologna Process between Prague and Berlin. They also take note of the Trends-III Report prepared by the European University Association (EUA), as well as of the results of the seminars, which were organised as part of the work programme between Prague and Berlin by several member States and Higher Education Institutions, organisations and students. Ministers further note the National Reports, which are evidence of the considerable progress being made in the application of the principles of the Bologna Process. Finally, they take note of the messages from the European Commission and the Council of Europe and acknowledge their support for the implementation of the Process.

Ministers agree that efforts shall be undertaken in order to secure closer links overall between the higher education and research systems in their respective countries. The emerging European Higher Education Area will benefit from synergies with the European Research Area, thus strengthening the basis of the Europe of Knowledge. The aim is to preserve Europe’s cultural richness and linguistic diversity, based on its heritage of diversified traditions, and to foster its potential of innovation and social and economic development through enhanced co-operation among European Higher Education Institutions.

Ministers recognise the fundamental role in the development of the European Higher Education Area played by Higher Education Institutions and student organisations. They take note of the message from the European University Association (EUA) arising from the Graz Convention of Higher Education Institutions, the contributions from the European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE) and the communications from ESIB – The National Unions of Students in Europe.

Ministers welcome the interest shown by other regions of the world in the development of the European Higher Education Area, and welcome in particular the presence of representatives from European countries not yet party to the Bologna Process as well as from the Follow-up Committee of the European Union, Latin America and Caribbean (EULAC) Common Space for Higher Education as guests at this conference.

Progress

Ministers welcome the various initiatives undertaken since the Prague Higher Education Summit to move towards more comparability and compatibility, to make higher education systems more transparent and to enhance the quality of European higher education at institutional and national levels. They appreciate the co-operation and commitment of all partners - Higher Education Institutions, students and other stakeholders - to this effect.

Ministers emphasise the importance of all elements of the Bologna Process for establishing the European Higher Education Area and stress the need to intensify the efforts at institutional, national and European level. However, to give the Process further momentum, they commit themselves to intermediate priorities for the next two years. They will strengthen their efforts to promote effective quality assurance systems, to step up effective use of the system based on two cycles and to improve the recognition system of degrees and periods of studies.

Quality Assurance

The quality of higher education has proven to be at the heart of the setting up of a European Higher Education Area. Ministers commit themselves to supporting further development of quality assurance at institutional, national and European level. They stress the need to develop mutually shared criteria and methodologies on quality assurance.

They also stress that consistent with the principle of institutional autonomy, the primary responsibility for quality assurance in higher education lies with each institution itself and this provides the basis for real accountability of the academic system within the national quality framework.

Therefore, they agree that by 2005 national quality assurance systems should include:

- A definition of the responsibilities of the bodies and institutions involved.
- Evaluation of programmes or institutions, including internal assessment, external review, participation of students and the publication of results.
- A system of accreditation, certification or comparable procedures.
- International participation, co-operation and networking.

At the European level, Ministers call upon ENQA through its members, in co-operation with the EUA, EURASHE and ESIB, to develop an agreed set of standards, procedures and guidelines on quality assurance, to explore ways of ensuring an adequate peer review system for quality assurance and/or accreditation agencies or bodies, and to report back through the Follow-up Group to Ministers in 2005. Due account will be taken of the expertise of other quality assurance associations and networks.

Degree structure: Adoption of a system essentially based on two main cycles

Ministers are pleased to note that, following their commitment in the Bologna Declaration to the two-cycle system, a comprehensive restructuring of the European landscape of higher education is now under way. All Ministers commit themselves to having started the implementation of the two cycle system by 2005.

Ministers underline the importance of consolidating the progress made, and of improving understanding and acceptance of the new qualifications through reinforcing dialogue within institutions and between institutions and employers.

Ministers encourage the member States to elaborate a framework of comparable and compatible qualifications for their higher education systems, which should seek to describe qualifications in terms of workload, level, learning outcomes, competences and profile. They also undertake to elaborate an overarching framework of qualifications for the European Higher Education Area.

Within such frameworks, degrees should have different defined outcomes. First and second cycle degrees should have different orientations and various profiles in order to accommodate a diversity of individual, academic and labour market needs. First cycle degrees should give access, in the sense of the Lisbon Recognition Convention, to second cycle programmes. Second cycle degrees should give access to doctoral studies.

Ministers invite the Follow-up Group to explore whether and how shorter higher education may be linked to the first cycle of a qualifications framework for the European Higher Education Area.

Ministers stress their commitment to making higher education equally accessible to all, on the basis of capacity, by every appropriate means.

Promotion of mobility

Mobility of students and academic and administrative staff is the basis for establishing a European Higher Education Area. Ministers emphasise its importance for academic and cultural as well as political, social and economic spheres. They note with satisfaction that since their last meeting, mobility figures have increased, thanks also to the substantial support of the European Union programmes, and agree to undertake the necessary steps to improve the quality and coverage of statistical data on student mobility.

They reaffirm their intention to make every effort to remove all obstacles to mobility within the European Higher Education Area. With a view to promoting student mobility, Ministers will take the necessary steps to enable the portability of national loans and grants.

Establishment of a system of credits

Ministers stress the important role played by the European Credit Transfer System (ECTS) in facilitating student mobility and international curriculum development. They note that ECTS is increasingly becoming a generalised basis for the national credit systems. They encourage further progress with the goal that the ECTS becomes not only a transfer but also an accumulation system, to be applied consistently as it develops within the emerging European Higher Education Area.

Recognition of degrees: Adoption of a system of easily readable and comparable degrees

Ministers underline the importance of the Lisbon Recognition Convention, which should be ratified by all countries participating in the Bologna Process, and call on the ENIC and NARIC networks along with the competent National Authorities to further the implementation of the Convention.

They set the objective that every student graduating as from 2005 should receive the Diploma Supplement automatically and free of charge. It should be issued in a widely spoken European language.

They appeal to institutions and employers to make full use of the Diploma Supplement, so as to take advantage of the improved transparency and flexibility of the higher education degree systems, for fostering employability and facilitating academic recognition for further studies.

Higher education institutions and students

Ministers welcome the commitment of Higher Education Institutions and students to the Bologna Process and recognise that it is ultimately the active participation of all partners in the Process that will ensure its long-term success.

Aware of the contribution strong institutions can make to economic and societal development, Ministers accept that institutions need to be empowered to take decisions on their internal organisation and administration. Ministers further call upon institutions to ensure that the reforms become fully integrated into core institutional functions and processes.

Ministers note the constructive participation of student organisations in the Bologna Process and underline the necessity to include the students continuously and at an early stage in further activities.

Students are full partners in higher education governance. Ministers note that national legal measures for ensuring student participation are largely in place throughout the European Higher Education Area. They also call on institutions and student organisations to identify ways of increasing actual student involvement in higher education governance.

Ministers stress the need for appropriate studying and living conditions for the students, so that they can successfully complete their studies within an appropriate period of time without obstacles related to their social and economic background. They also stress the need for more comparable data on the social and economic situation of students.

Promotion of the European dimension in higher education

Ministers note that, following their call in Prague, additional modules, courses and curricula with European content, orientation or organisation are being developed.

They note that initiatives have been taken by Higher Education Institutions in various European countries to pool their academic resources and cultural traditions in order to promote the development of integrated study programmes and joint degrees at first, second and third level.

Moreover, they stress the necessity of ensuring a substantial period of study abroad in joint degree programmes as well as proper provision for linguistic diversity and language learning, so that students may achieve their full potential for European identity, citizenship and employability.

Ministers agree to engage at the national level to remove legal obstacles to the establishment and recognition of such degrees and to actively support the development and adequate quality assurance of integrated curricula leading to joint degrees.

Promoting the attractiveness of the European Higher Education Area

Ministers agree that the attractiveness and openness of the European higher education should be reinforced. They confirm their readiness to further develop scholarship programmes for students from third countries.

Ministers declare that transnational exchanges in higher education should be governed on the basis of academic quality and academic values, and agree to work in all appropriate fora to that end. In all appropriate circumstances such fora should include the social and economic partners.

They encourage the co-operation with regions in other parts of the world by opening Bologna seminars and conferences to representatives of these regions.

Lifelong learning

Ministers underline the important contribution of higher education in making lifelong learning a reality. They are taking steps to align their national policies to realise this goal and urge Higher Education Institutions and all concerned to enhance the possibilities for lifelong learning at higher education level including the recognition of prior learning. They emphasise that such action must be an integral part of higher education activity.

Ministers furthermore call those working on qualifications frameworks for the European Higher Education Area to encompass the wide range of flexible learning paths, opportunities and techniques and to make appropriate use of the ECTS credits.

They stress the need to improve opportunities for all citizens, in accordance with their aspirations and abilities, to follow the lifelong learning paths into and within higher education.

Additional Actions

European Higher Education Area and European Research Area – two pillars of the knowledge based society

Conscious of the need to promote closer links between the EHEA and the ERA in a Europe of Knowledge, and of the importance of research as an integral part of higher education across Europe, Ministers consider it necessary to go beyond the present focus on two main cycles of higher education to include the doctoral level as the third cycle in the Bologna Process. They emphasise the importance of research and research training and the promotion of interdisciplinarity in maintaining and improving the quality of higher education and in enhancing the competitiveness of European higher education more generally. Ministers call for increased mobility at the doctoral and postdoctoral levels and encourage the institutions concerned to increase their co-operation in doctoral studies and the training of young researchers.

Ministers will make the necessary effort to make European Higher Education Institutions an even more attractive and efficient partner. Therefore Ministers ask Higher Education Institutions to increase the role and relevance of research to technological, social and cultural evolution and to the needs of society.

Ministers understand that there are obstacles inhibiting the achievement of these goals and these cannot be resolved by Higher Education Institutions alone. It requires strong support, including financial, and appropriate decisions from national Governments and European Bodies.

Finally, Ministers state that networks at doctoral level should be given support to stimulate the development of excellence and to become one of the hallmarks of the European Higher Education Area.

Stocktaking

With a view to the goals set for 2010, it is expected that measures will be introduced to take stock of progress achieved in the Bologna Process. A mid-term stocktaking exercise would provide reliable information on how the Process is actually advancing and would offer the possibility to take corrective measures, if appropriate.

Ministers charge the Follow-up Group with organising a stocktaking process in time for their summit in 2005 and undertaking to prepare detailed reports on the progress and implementation of the intermediate priorities set for the next two years:

- quality assurance
- two-cycle system
- recognition of degrees and periods of studies

Participating countries will, furthermore, be prepared to allow access to the necessary information for research on higher education relating to the objectives of the Bologna Process. Access to data banks on ongoing research and research results shall be facilitated.

Further Follow-up

New members

Ministers consider it necessary to adapt the clause in the Prague Communiqué on applications for membership as follows:

Countries party to the European Cultural Convention shall be eligible for membership of the European Higher Education Area provided that they at the same time declare their willingness to pursue and implement the objectives of the Bologna Process in their own systems of higher education. Their applications should contain information on how they will implement the principles and objectives of the declaration.

Ministers decide to accept the requests for membership of Albania, Andorra, Bosnia and Herzegovina, Holy See, Russia, Serbia and Montenegro, "the Former Yugoslav Republic of Macedonia" and to welcome these states as new members thus expanding the process to 40 European Countries.

Ministers recognise that membership of the Bologna Process implies substantial change and reform for all signatory countries. They agree to support the new signatory countries in those changes and reforms, incorporating them within the mutual discussions and assistance, which the Bologna Process involves.

Follow-up structure

Ministers entrust the implementation of all the issues covered in the Communiqué, the overall steering of the Bologna Process and the preparation of the next ministerial meeting to a Follow-up Group, which shall be composed of the representatives of all members of the Bologna Process and the European Commission, with the Council of Europe, the EUA, EURASHE, ESIB and UNESCO/CEPES as consultative members. This group, which should be convened at least twice a year, shall be chaired by the EU Presidency, with the host country of the next Ministerial Conference as vice-chair.

A Board also chaired by the EU Presidency shall oversee the work between the meetings of the Follow-up Group. The Board will be composed of the chair, the next host country as vice-chair, the preceding and the following EU Presidencies, three participating countries elected by the Follow-up Group for one year, the European Commission and, as consultative members, the Council of Europe, the EUA, EURASHE and ESIB. The Follow-up Group as well as the Board may convene ad hoc working groups as they deem necessary.

The overall follow-up work will be supported by a Secretariat which the country hosting the next Ministerial Conference will provide.

In its first meeting after the Berlin Conference, the Follow-up Group is asked to further define the responsibilities of the Board and the tasks of the Secretariat.

Work programme 2003-2005

Ministers ask the Follow-up Group to co-ordinate activities for progress of the Bologna Process as indicated in the themes and actions covered by this Communiqué and report on them in time for the next ministerial meeting in 2005.

Next Conference

Ministers decide to hold the next conference in the city of Bergen (Norway) in May 2005.



The European Higher Education Area - Achieving the Goals

Communiqué of the Conference of
European Ministers Responsible for Higher Education,
Bergen, 19-20 May 2005

We, Ministers responsible for higher education in the participating countries of the Bologna Process, have met for a mid-term review and for setting goals and priorities towards 2010. At this conference, we have welcomed Armenia, Azerbaijan, Georgia, Moldova and Ukraine as new participating countries in the Bologna Process. We all share the common understanding of the principles, objectives and commitments of the Process as expressed in the Bologna Declaration and in the subsequent communiqués from the Ministerial Conferences in Prague and Berlin. We confirm our commitment to coordinating our policies through the Bologna Process to establish the European Higher Education Area (EHEA) by 2010, and we commit ourselves to assisting the new participating countries to implement the goals of the Process.

I. Partnership

We underline the central role of higher education institutions, their staff and students as partners in the Bologna Process. Their role in the implementation of the Process becomes all the more important now that the necessary legislative reforms are largely in place, and we encourage them to continue and intensify their efforts to establish the EHEA. We welcome the clear commitment of higher education institutions across Europe to the Process, and we recognise that time is needed to optimise the impact of structural change on curricula and thus to ensure the introduction of the innovative teaching and learning processes that Europe needs.

We welcome the support of organisations representing business and the social partners and look forward to intensified cooperation in reaching the goals of the Bologna Process. We further welcome the contributions of the international institutions and organisations that are partners to the Process.

II. Taking stock

We take note of the significant progress made towards our goals, as set out in the General Report 2003-2005 from the Follow-up Group, in EUA's *Trends IV* report, and in ESIB's report *Bologna with Student Eyes*.

At our meeting in Berlin, we asked the Follow-up Group for a mid-term stocktaking, focusing on three priorities – the degree system, quality assurance and the recognition of degrees and periods of study. From the stocktaking report we note that substantial progress has been made in these three priority areas. It will be important to ensure that progress is consistent across all participating countries. We therefore see a need for greater sharing of expertise to build capacity at both institutional and governmental level.

The degree system

We note with satisfaction that the two-cycle degree system is being implemented on a large scale, with more than half of the students being enrolled in it in most countries. However, there are still some obstacles to access between cycles. Furthermore, there is a need for greater dialogue, involving Governments, institutions and social partners, to increase the employability of graduates with bachelor qualifications, including in appropriate posts within the public service.

We adopt the overarching framework for qualifications in the EHEA, comprising three cycles (including, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications), generic descriptors for each cycle based on learning outcomes and competences, and credit ranges in the first and second cycles. We commit ourselves to elaborating national frameworks for qualifications compatible with the overarching framework for qualifications in the EHEA by 2010, and to having started work on this by 2007. We ask the Follow-up Group to report on the implementation and further development of the overarching framework.

We underline the importance of ensuring complementarity between the overarching framework for the EHEA and the proposed broader framework for qualifications for lifelong learning encompassing general education as well as vocational education and training as now being developed within the European Union as well as among participating countries. We ask the European Commission fully to consult all parties to the Bologna Process as work progresses.

Quality assurance

Almost all countries have made provision for a quality assurance system based on the criteria set out in the Berlin Communiqué and with a high degree of cooperation and networking. However, there is still progress to be made, in particular as regards student involvement and international cooperation. Furthermore, we urge higher education institutions to continue their efforts to enhance the quality of their activities through the systematic introduction of internal mechanisms and their direct correlation to external quality assurance.

We adopt the standards and guidelines for quality assurance in the European Higher Education Area as proposed by ENQA. We commit ourselves to introducing the proposed model for peer review of quality assurance agencies on a national basis, while respecting the commonly accepted guidelines and criteria. We welcome the principle of a European register of quality assurance agencies based on national review. We ask that the practicalities of implementation be further developed by ENQA in cooperation with EUA, EURASHE and ESIB with a report back to us through the Follow-up Group. We underline the importance of cooperation between nationally recognised agencies with a view to enhancing the mutual recognition of accreditation or quality assurance decisions.

Recognition of degrees and study periods

We note that 36 of the 45 participating countries have now ratified the Lisbon Recognition Convention. We urge those that have not already done so to ratify the Convention without delay. We commit ourselves to ensuring the full implementation of its principles, and to incorporating them in national legislation as appropriate. We call on all participating countries to address recognition problems identified by the ENIC/NARIC networks. We will draw up national action plans to improve the quality of the process associated with the recognition of foreign qualifications. These plans will form part of each country's national report for the next Ministerial Conference. We express support for the subsidiary texts to the Lisbon Recognition Convention and call upon all national authorities and other stakeholders to recognise joint degrees awarded in two or more countries in the EHEA.

We see the development of national and European frameworks for qualifications as an opportunity to further embed lifelong learning in higher education. We will work with higher education institutions and others to improve recognition of prior learning including, where possible, non-formal and informal learning for access to, and as elements in, higher education programmes.

III. Further challenges and priorities

Higher education and research

We underline the importance of higher education in further enhancing research and the importance of research in underpinning higher education for the economic and cultural development of our societies and for social cohesion. We note that the efforts to introduce structural change and improve the quality of teaching should not detract from the effort to strengthen research and innovation. We therefore emphasise the importance of research and research training in maintaining and improving the quality of and enhancing the competitiveness and attractiveness of the EHEA. With a view to achieving better results we recognise the need to improve the synergy between the higher education sector and other research sectors throughout our respective countries and between the EHEA and the European Research Area.

To achieve these objectives, doctoral level qualifications need to be fully aligned with the EHEA overarching framework for qualifications using the outcomes-based approach. The core component of doctoral training is the advancement of knowledge through original research. Considering the need for structured doctoral programmes and the need for transparent supervision and assessment, we note that the normal workload of the third cycle in most countries would correspond to 3-4 years full time. We urge universities to ensure that their doctoral programmes promote interdisciplinary training and the development of transferable skills, thus meeting the needs of the wider employment market. We need to achieve an overall increase in the numbers of doctoral candidates taking up research careers within the EHEA. We consider participants in third cycle programmes both as students and as early stage researchers. We charge the Bologna Follow-up Group with inviting the European University Association, together with other interested partners, to prepare a report under the responsibility of the Follow-up Group on the further development of the basic principles for doctoral programmes, to be presented to Ministers in 2007. Overregulation of doctoral programmes must be avoided.

The social dimension

The social dimension of the Bologna Process is a constituent part of the EHEA and a necessary condition for the attractiveness and competitiveness of the EHEA. We therefore renew our commitment to making quality higher education equally accessible to all, and stress the need for appropriate conditions for students so that they can complete their studies without obstacles related to their social and economic background. The social dimension includes measures taken by governments to help students, especially from socially disadvantaged groups, in financial and economic aspects and to provide them with guidance and counselling services with a view to widening access.

Mobility

We recognise that mobility of students and staff among all participating countries remains one of the key objectives of the Bologna Process. Aware of the many remaining challenges to be overcome, we reconfirm our commitment to facilitate the portability of grants and loans where appropriate through joint action, with a view to making mobility within the EHEA a reality. We shall intensify our efforts to lift obstacles to mobility by facilitating the delivery of visa and work permits and by encouraging participation in mobility programmes. We urge institutions and students to make full use of mobility programmes, advocating full recognition of study periods abroad within such programmes.

The attractiveness of the EHEA and cooperation with other parts of the world

The European Higher Education Area must be open and should be attractive to other parts of the world. Our contribution to achieving education for all should be based on the principle of sustainable development and be in accordance with the ongoing international work on developing guidelines for quality provision of cross-border higher education. We reiterate that in international academic cooperation, academic values should prevail.

We see the European Higher Education Area as a partner of higher education systems in other regions of the world, stimulating balanced student and staff exchange and cooperation between higher education institutions. We underline the importance of intercultural understanding and respect. We look forward to enhancing the understanding of the Bologna Process in other continents by sharing our experiences of reform processes with neighbouring regions. We stress the need for dialogue on issues of mutual interest. We see the need to identify partner regions and intensify the exchange of ideas and experiences with those regions. We ask the Follow-up Group to elaborate and agree on a strategy for the external dimension.

IV. Taking stock on progress for 2007

We charge the Follow-up Group with continuing and widening the stocktaking process and reporting in time for the next Ministerial Conference. We expect stocktaking to be based on the appropriate methodology and to continue in the fields of the degree system, quality assurance and recognition of degrees and study periods, and by 2007 we will have largely completed the implementation of these three intermediate priorities.

In particular, we shall look for progress in:

- implementation of the standards and guidelines for quality assurance as proposed in the ENQA report;
- implementation of the national frameworks for qualifications;
- the awarding and recognition of joint degrees, including at the doctorate level;
- creating opportunities for flexible learning paths in higher education, including procedures for the recognition of prior learning.

We also charge the Follow-up Group with presenting comparable data on the mobility of staff and students as well as on the social and economic situation of students in participating countries as a basis for future stocktaking and reporting in time for the next Ministerial Conference. The future stocktaking will have to take into account the social dimension as defined above.

V. Preparing for 2010

Building on the achievements so far in the Bologna Process, we wish to establish a European Higher Education Area based on the principles of quality and transparency. We must cherish our rich heritage and cultural diversity in contributing to a knowledge-based society. We commit ourselves to upholding the principle of public responsibility for higher education in the context of complex modern societies. As higher education is situated at the crossroads of research, education and innovation, it is also the key to Europe's competitiveness. As we move closer to 2010, we undertake to ensure that higher education institutions enjoy the necessary autonomy to implement the agreed reforms, and we recognise the need for sustainable funding of institutions.

The European Higher Education Area is structured around three cycles, where each level has the function of preparing the student for the labour market, for further competence building and for active citizenship. The overarching framework for qualifications, the agreed set of European standards and guidelines for quality assurance and the recognition of degrees and periods of study are also key characteristics of the structure of the EHEA.

We endorse the follow-up structure set up in Berlin, with the inclusion of the Education International (EI) Pan-European Structure, the European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), and the Union of Industrial and Employers' Confederations of Europe (UNICE) as new consultative members of the Follow-up Group.

As the Bologna Process leads to the establishment of the EHEA, we have to consider the appropriate arrangements needed to support the continuing development beyond 2010, and we ask the Follow-up Group to explore these issues.

We will hold the next Ministerial Conference in London in 2007.

45 countries participate in the Bologna Process and are members of the Follow-up Group: Albania, Andorra, Armenia, Austria, Azerbaijan, Belgium (Flemish Community and French Community), Bosnia and Herzegovina, Bulgaria, Croatia, Cyprus, the Czech Republic, Denmark, Estonia, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, the Holy See, Hungary, Iceland, Ireland, Italy, Latvia, Liechtenstein, Lithuania, Luxembourg, Malta, Moldova, the Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Romania, the Russian Federation, Serbia and Montenegro, the Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, "the former Yugoslav Republic of Macedonia", Turkey, Ukraine and the United Kingdom. In addition, the European Commission is a voting member of the Follow-up Group.

The Council of Europe, the National Unions of Students in Europe (ESIB), the Education International (EI) Pan-European Structure, the European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA), the European University Association (EUA), the European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE), the European Centre for Higher Education (UNESCO-CEPES) and the Union of Industrial and Employers' Confederations of Europe (UNICE) are consultative members of the Follow-up Group.



18 May 2007

London Communiqué

Towards the European Higher Education Area: responding to challenges in a globalised world

1. Introduction

1.1 We, the Ministers responsible for Higher Education in the countries participating in the Bologna Process, have met in London to review progress made since we convened in Bergen in 2005.

1.2 Based on our agreed criteria for country membership, we welcome the Republic of Montenegro as a member of the Bologna Process.

1.3 Developments over the last two years have brought us a significant step closer to the realisation of the European Higher Education Area (EHEA). Building on our rich and diverse European cultural heritage, we are developing an EHEA based on institutional autonomy, academic freedom, equal opportunities and democratic principles that will facilitate mobility, increase employability and strengthen Europe's attractiveness and competitiveness. As we look ahead, we recognise that, in a changing world, there will be a continuing need to adapt our higher education systems, to ensure that the EHEA remains competitive and can respond effectively to the challenges of globalisation. In the short term, we appreciate that implementing the Bologna reforms is a significant task, and appreciate the continuing support and commitment of all partners in the process. We welcome the contribution of the working groups and seminars in helping to drive forward progress. We agree to continue to work together in partnership, assisting one another in our efforts and promoting the exchange of good practice.

1.4 We reaffirm our commitment to increasing the compatibility and comparability of our higher education systems, whilst at the same time respecting their diversity. We recognise the important influence higher education institutions (HEIs) exert on developing our societies, based on their traditions as centres of learning, research, creativity and knowledge transfer as well as their key role in defining and transmitting the values on which our societies are built. Our aim is to ensure that our HEIs have the necessary resources to continue to fulfil their full range of purposes. Those purposes include: preparing students for life as active citizens in a democratic society; preparing students for their future careers and enabling their personal development; creating and maintaining a broad, advanced knowledge base; and stimulating research and innovation.

1.5 We therefore underline the importance of strong institutions, which are diverse, adequately funded, autonomous and accountable. The principles of non-discrimination and equitable access should be respected and promoted throughout the EHEA. We commit to upholding these principles and to ensuring that neither students nor staff suffer discrimination of any kind.

2. Progress towards the EHEA

2.1 Our stocktaking report, along with EUA's *Trends V* report, ESIB's *Bologna With Student Eyes* and Eurydice's *Focus on the Structure of Higher Education in Europe*, confirms that there has been good overall progress in the last two years. There is an increasing awareness that a significant outcome of the process will be a move towards student-centred higher education and away from teacher driven provision. We will continue to support this important development.

Mobility

2.2 Mobility of staff, students and graduates is one of the core elements of the Bologna Process, creating opportunities for personal growth, developing international cooperation between individuals and institutions, enhancing the quality of higher education and research, and giving substance to the European dimension.

2.3 Some progress has been made since 1999, but many challenges remain. Among the obstacles to mobility, issues relating to immigration, recognition, insufficient financial incentives and inflexible pension arrangements feature prominently. We recognise the responsibility of individual Governments to facilitate the delivery of visas, residence and work permits, as appropriate. Where these measures are outside our competence as Ministers for Higher Education, we undertake to work within our respective Governments for decisive progress in this area. At national level, we will work to implement fully the agreed recognition tools and procedures and consider ways of further incentivising mobility for both staff and students. This includes encouraging a significant increase in the number of joint programmes and the creation of flexible curricula, as well as urging our institutions to take greater responsibility for staff and student mobility, more equitably balanced between countries across the EHEA.

Degree structure

2.4 Good progress is being made at national and institutional levels towards our goal of an EHEA based on a three-cycle degree system. The number of students enrolled on courses in the first two-cycles has increased significantly and there has been a reduction in structural barriers between cycles. Similarly, there has been an increase in the number of structured doctoral programmes. We underline the importance of curricula reform leading to qualifications better suited both to the needs of the labour market and to further study. Efforts should concentrate in future on removing barriers to access and progression between cycles and on proper implementation of ECTS based on learning outcomes and student workload. We underline the importance of improving graduate employability, whilst noting that data gathering on this issue needs to be developed further.

Recognition

2.5 Fair recognition of higher education qualifications, periods of study and prior learning, including the recognition of non-formal and informal learning, are essential components of the EHEA, both internally and in a global context. Easily readable and comparable degrees and accessible information on educational systems and qualifications frameworks are prerequisites for citizens' mobility and ensuring the continuing attractiveness and competitiveness of the EHEA. While we are pleased that 38 members of the Bologna Process, including Montenegro, have now ratified the Council of Europe/UNESCO Convention on the recognition of qualifications concerning Higher Education in the European region (Lisbon Recognition Convention), we urge the remaining members to do so as a matter of priority.

2.6 There has been progress in the implementation of the Lisbon Recognition Convention (LRC), ECTS and diploma supplements, but the range of national and institutional approaches to recognition needs to be more coherent. To improve recognition practices, we therefore ask the Bologna Follow-up Group (BFUG) to arrange for the ENIC/NARIC networks to analyse our national action plans and spread good practice.

Qualifications Frameworks

2.7 Qualifications frameworks are important instruments in achieving comparability and transparency within the EHEA and facilitating the movement of learners within, as well as between, higher education systems. They should also help HEIs to develop modules and study programmes based on learning outcomes and credits, and improve the recognition of qualifications as well as all forms of prior learning.

2.8 We note that some initial progress has been made towards the implementation of national qualifications frameworks, but that much more effort is required. We commit ourselves to fully implementing such national qualifications frameworks, certified against the overarching Framework for Qualifications of the EHEA, by 2010. Recognising that this is a challenging task, we ask the Council of Europe to support the sharing of experience in the elaboration of national qualifications frameworks. We emphasise that qualification frameworks should be designed so as to encourage greater mobility of students and teachers and improve employability.

2.9 We are satisfied that national qualifications frameworks compatible with the overarching Framework for Qualifications of the EHEA will also be compatible with the proposal from the European Commission on a European Qualifications Framework for Lifelong Learning.

2.10 We see the overarching Framework for Qualifications of the EHEA, which we agreed in Bergen, as a central element of the promotion of European higher education in a global context.

Lifelong Learning

2.11 The stocktaking report shows that some elements of flexible learning exist in most countries, but a more systematic development of flexible learning paths to support lifelong learning is at an early stage. We therefore ask BFUG to increase the sharing of good practice and to work towards a common understanding of the role of

higher education in lifelong learning. Only in a small number of EHEA countries could the recognition of prior learning for access and credits be said to be well developed. Working in cooperation with ENIC/NARIC, we invite BFUG to develop proposals for improving the recognition of prior learning.

Quality Assurance and a European Register of Quality Assurance Agencies

2.12 The Standards and Guidelines for Quality Assurance in the EHEA adopted in Bergen (ESG) have been a powerful driver of change in relation to quality assurance. All countries have started to implement them and some have made substantial progress. External quality assurance in particular is much better developed than before. The extent of student involvement at all levels has increased since 2005, although improvement is still necessary. Since the main responsibility for quality lies with HEIs, they should continue to develop their systems of quality assurance. We acknowledge the progress made with regard to mutual recognition of accreditation and quality assurance decisions, and encourage continued international cooperation amongst quality assurance agencies.

2.13 The first European Quality Assurance Forum, jointly organised by EUA, ENQA, EURASHE and ESIB (the E4 Group) in 2006 provided an opportunity to discuss European developments in quality assurance. We encourage the four organisations to continue to organise European Quality Assurance Fora on an annual basis, to facilitate the sharing of good practice and ensure that quality in the EHEA continues to improve.

2.14 We thank the E4 Group for responding to our request to further develop the practicalities of setting up a Register of European Higher Education Quality Assurance Agencies. The purpose of the register is to allow all stakeholders and the general public open access to objective information about trustworthy quality assurance agencies that are working in line with the ESG. It will therefore enhance confidence in higher education in the EHEA and beyond, and facilitate the mutual recognition of quality assurance and accreditation decisions. We welcome the establishment of a register by the E4 group, working in partnership, based on their proposed operational model. The register will be voluntary, self-financing, independent and transparent. Applications for inclusion on the register should be evaluated on the basis of substantial compliance with the ESG, evidenced through an independent review process endorsed by national authorities, where this endorsement is required by those authorities. We ask the E4 group to report progress to us regularly through BFUG, and to ensure that after two years of operation, the register is evaluated externally, taking account of the views of all stakeholders.

Doctoral candidates

2.15 Closer alignment of the EHEA with the European Research Area (ERA) remains an important objective. We recognise the value of developing and maintaining a wide variety of doctoral programmes linked to the overarching qualifications framework for the EHEA, whilst avoiding overregulation. At the same time, we appreciate that enhancing provision in the third cycle and improving the status, career prospects and funding for early stage researchers are essential preconditions for meeting Europe's objectives of strengthening research capacity and improving the quality and competitiveness of European higher education.

2.16 We therefore invite our HEIs to reinforce their efforts to embed doctoral programmes in institutional strategies and policies, and to develop appropriate career paths and opportunities for doctoral candidates and early stage researchers.

2.17 We invite EUA to continue to support the sharing of experience among HEIs on the range of innovative doctoral programmes that are emerging across Europe as well as on other crucial issues such as transparent access arrangements, supervision and assessment procedures, the development of transferable skills and ways of enhancing employability. We will look for appropriate opportunities to encourage greater exchange of information on funding and other issues between our Governments as well as with other research funding bodies.

Social dimension

2.18 Higher education should play a strong role in fostering social cohesion, reducing inequalities and raising the level of knowledge, skills and competences in society. Policy should therefore aim to maximise the potential of individuals in terms of their personal development and their contribution to a sustainable and democratic knowledge-based society. We share the societal aspiration that the student body entering, participating in and completing higher education at all levels should reflect the diversity of our populations. We reaffirm the importance of students being able to complete their studies without obstacles related to their social and economic background. We therefore continue our efforts to provide adequate student services, create more flexible learning pathways into and within higher education, and to widen participation at all levels on the basis of equal opportunity.

The European Higher Education Area in a global context

2.19 We are pleased that in many parts of the world, the Bologna reforms have created considerable interest and stimulated discussion between European and international partners on a range of issues. These include the recognition of qualifications, the benefits of cooperation based upon partnership, mutual trust and understanding, and the underlying values of the Bologna Process. Moreover, we acknowledge that efforts have been made in some countries in other parts of the world to bring their higher education systems more closely into line with the Bologna framework.

2.20 We adopt the strategy "The European Higher Education Area in a Global Setting" and will take forward work in the core policy areas: improving information on, and promoting the attractiveness and competitiveness of the EHEA; strengthening cooperation based on partnership; intensifying policy dialogue; and improving recognition. This work ought to be seen in relation to the OECD/UNESCO *Guidelines for Quality Provision in Cross-border Higher Education*.

3. Priorities for 2009

3.1 Over the next two years, we agree to concentrate on completing agreed Action Lines, including the ongoing priorities of the three-cycle degree system, quality assurance and recognition of degrees and study periods. We will focus in particular on the following areas for action.

Mobility

3.2 In our national reports for 2009, we will report on action taken at national level to promote the mobility of students and staff, including measures for future evaluation. We will focus on the main national challenges identified in paragraph 2.3 above. We also agree to set up a network of national experts to share information, and help to identify and overcome obstacles to the portability of grants and loans.

Social Dimension

3.3 Similarly, we will report on our national strategies and policies for the social dimension, including action plans and measures to evaluate their effectiveness. We will invite all stakeholders to participate in, and support this work, at the national level.

Data collection

3.4 We recognise the need to improve the availability of data on both mobility and the social dimension across all the countries participating in the Bologna Process. We therefore ask the European Commission (Eurostat), in conjunction with Eurostudent, to develop comparable and reliable indicators and data to measure progress towards the overall objective for the social dimension and student and staff mobility in all Bologna countries. Data in this field should cover participative equity in higher education as well as employability for graduates. This task should be carried out in conjunction with BFUG and a report should be submitted to our 2009 Ministerial conference.

Employability

3.5 Following up on the introduction of the three-cycle degree system, we ask BFUG to consider in more detail how to improve employability in relation to each of these cycles as well as in the context of lifelong learning. This will involve the responsibilities of all stakeholders. Governments and HEIs will need to communicate more with employers and other stakeholders on the rationale for their reforms. We will work, as appropriate, within our governments to ensure that employment and career structures within the public service are fully compatible with the new degree system. We urge institutions to further develop partnerships and cooperation with employers in the ongoing process of curriculum innovation based on learning outcomes.

The European Higher Education Area in a global context

3.6 We ask BFUG to report back to us on overall developments in this area at the European, national and institutional levels by 2009. All stakeholders have a role here within their spheres of responsibility. In reporting on the implementation of the strategy for the EHEA in a global context, BFUG should in particular give consideration to two priorities. First, to improve the information available about the EHEA, by developing the Bologna Secretariat website and building on EUA's Bologna Handbook; and second, to improve recognition. We call on HEIs, ENIC/NARIC centres and other competent recognition authorities within the EHEA to assess qualifications from other parts of the world with the same open mind with which they would expect European qualifications to be assessed elsewhere, and to base this recognition on the principles of the LRC.

Stocktaking

3.7 We ask BFUG to continue the stocktaking process, based on national reports, in time for our 2009 Ministerial conference. We expect further development of the qualitative analysis in stocktaking, particularly in relation to mobility, the Bologna Process in a global context and the social dimension. The fields covered by stocktaking should continue to include the degree system and employability of graduates, recognition of degrees and study periods and implementation of all aspects of quality assurance in line with the ESG. With a view to the development of more student-centred, outcome-based learning, the next exercise should also address in an integrated way national qualifications frameworks, learning outcomes and credits, lifelong learning, and the recognition of prior learning.

4. Looking forward to 2010 and beyond

4.1 As the EHEA continues to develop and respond to the challenges of globalisation, we anticipate that the need for collaboration will continue beyond 2010.

4.2 We are determined to seize 2010, which will mark the passage from the Bologna Process to the EHEA, as an opportunity to reaffirm our commitment to higher education as a key element in making our societies sustainable, at national as well as at European level. We will take 2010 as an opportunity to reformulate the vision that motivated us in setting the Bologna Process in motion in 1999 and to make the case for an EHEA underpinned by values and visions that go beyond issues of structures and tools. We undertake to make 2010 an opportunity to reset our higher education systems on a course that looks beyond the immediate issues and makes them fit to take up the challenges that will determine our future.

4.3 We ask BFUG as a whole to consider further how the EHEA might develop after 2010 and to report back to the next ministerial meeting in 2009. This should include proposals for appropriate support structures, bearing in mind that the current informal collaborative arrangements are working well and have brought about unprecedented change.

4.4 Building on previous stocktaking exercises, *Trends*, and *Bologna With Student Eyes*, we invite BFUG to consider for 2010 the preparation of a report including an independent assessment, in partnership with the consultative members, evaluating the overall progress of the Bologna Process across the EHEA since 1999.

4.5 We delegate the decision on the nature, content and place of any Ministerial meeting in 2010 to BFUG, to be taken within the first half of 2008.

4.6 Our next meeting will be hosted by the Benelux countries in Leuven/Louvain-la-Neuve on 28-29 April 2009.



The Bologna Process 2020 - The European Higher Education Area in the new decade

**Communiqué of the Conference of
European Ministers Responsible for Higher Education,
Leuven and Louvain-la-Neuve, 28-29 April 2009**

We, the Ministers responsible for higher education in the 46 countries of the Bologna Process convened in Leuven/Louvain-la-Neuve, Belgium, on April 28 and 29, 2009 to take stock of the achievements of the Bologna Process and to establish the priorities for the European Higher Education Area (EHEA) for the next decade.

Preamble

- 1.** In the decade up to 2020 European higher education has a vital contribution to make in realising a Europe of knowledge that is highly creative and innovative. Faced with the challenge of an ageing population Europe can only succeed in this endeavour if it maximises the talents and capacities of all its citizens and fully engages in lifelong learning as well as in widening participation in higher education.
- 2.** European higher education also faces the major challenge and the ensuing opportunities of globalisation and accelerated technological developments with new providers, new learners and new types of learning. Student-centred learning and mobility will help students develop the competences they need in a changing labour market and will empower them to become active and responsible citizens.
- 3.** Our societies currently face the consequences of a global financial and economic crisis. In order to bring about sustainable economic recovery and development, a dynamic and flexible European higher education will strive for innovation on the basis of the integration between education and research at all levels. We recognise that higher education has a key role to play if we are to successfully meet the challenges we face and if we are to promote the cultural and social development of our societies. Therefore, we consider public investment in higher education of utmost priority.
- 4.** We pledge our full commitment to the goals of the European Higher Education Area, which is an area where higher education is a public responsibility, and where all higher education institutions are responsive to the wider needs of society through the diversity of their missions. The aim is to ensure that higher education institutions have the necessary resources to continue to fulfil their full range of purposes such as preparing students for life as active citizens in a democratic society; preparing students for their future careers and enabling their personal development; creating and maintaining a broad, advanced knowledge base and stimulating research and innovation. The necessary ongoing reform of higher education systems and policies will continue to be firmly embedded in the European values of institutional autonomy, academic freedom and social equity and will require full participation of students and staff.

I. Achievements and consolidation

5. Over the past decade we have developed the European Higher Education Area ensuring that it remains firmly rooted in Europe's intellectual, scientific and cultural heritage and ambitions; characterised by permanent cooperation between governments, higher education institutions, students, staff, employers and other stakeholders. The contribution from European institutions and organisations to the reform process has also been a significant one.

6. The Bologna Process is leading to greater compatibility and comparability of the systems of higher education and is making it easier for learners to be mobile and for institutions to attract students and scholars from other continents. Higher education is being modernized with the adoption of a three-cycle structure including, within national contexts, the possibility of intermediate qualifications linked to the first cycle and with the adoption of the European Standards and Guidelines for quality assurance. We have also seen the creation of a European register for quality assurance agencies and the establishment of national qualifications frameworks linked to the overarching European Higher Education Area framework, based on learning outcomes and workload. Moreover, the Bologna Process has promoted the Diploma Supplement and the European Credit Transfer and Accumulation System to further increase transparency and recognition.

7. The objectives set out by the Bologna Declaration and the policies developed in the subsequent years are still valid today. Since not all the objectives have been completely achieved, the full and proper implementation of these objectives at European, national and institutional level will require increased momentum and commitment beyond 2010.

II. Learning for the future: higher education priorities for the decade to come

8. Striving for excellence in all aspects of higher education, we address the challenges of the new era. This requires a constant focus on quality. Moreover, upholding the highly valued diversity of our education systems, public policies will fully recognise the value of various missions of higher education, ranging from teaching and research to community service and engagement in social cohesion and cultural development. All students and staff of higher education institutions should be equipped to respond to the changing demands of the fast evolving society.

• *Social dimension: equitable access and completion*

9. The student body within higher education should reflect the diversity of Europe's populations. We therefore emphasize the social characteristics of higher education and aim to provide equal opportunities to quality education. Access into higher education should be widened by fostering the potential of students from underrepresented groups and by providing adequate conditions for the completion of their studies. This involves improving the learning environment, removing all barriers to study, and creating the appropriate economic conditions for students to be able to benefit from the study opportunities at all levels. Each participating country will set measurable targets for widening overall participation and increasing participation of underrepresented groups in higher education, to be reached by the end of the next decade. Efforts to achieve equity in higher education should be complemented by actions in other parts of the educational system.

- ***Lifelong learning***

10. Widening participation shall also be achieved through lifelong learning as an integral part of our education systems. Lifelong learning is subject to the principle of public responsibility. The accessibility, quality of provision and transparency of information shall be assured. Lifelong learning involves obtaining qualifications, extending knowledge and understanding, gaining new skills and competences or enriching personal growth. Lifelong learning implies that qualifications may be obtained through flexible learning paths, including part-time studies, as well as work-based routes.

11. The implementation of lifelong learning policies requires strong partnerships between public authorities, higher education institutions, students, employers and employees. The European Universities' Charter on Lifelong Learning developed by the European University Association provides a useful input for defining such partnerships. Successful policies for lifelong learning will include basic principles and procedures for recognition of prior learning on the basis of learning outcomes regardless of whether the knowledge, skills and competences were acquired through formal, non-formal, or informal learning paths. Lifelong learning will be supported by adequate organisational structures and funding. Lifelong learning encouraged by national policies should inform the practice of higher education institutions.

12. The development of national qualifications frameworks is an important step towards the implementation of lifelong learning. We aim at having them implemented and prepared for self-certification against the overarching Qualifications Framework for the European Higher Education Area by 2012. This will require continued coordination at the level of the EHEA and with the European Qualifications Framework for Lifelong Learning. Within national contexts, intermediate qualifications within the first cycle can be a means of widening access to higher education.

- ***Employability***

13. With labour markets increasingly relying on higher skill levels and transversal competences, higher education should equip students with the advanced knowledge, skills and competences they need throughout their professional lives. Employability empowers the individual to fully seize the opportunities in changing labour markets. We aim at raising initial qualifications as well as maintaining and renewing a skilled workforce through close cooperation between governments, higher education institutions, social partners and students. This will allow institutions to be more responsive to employers needs and employers to better understand the educational perspective. Higher education institutions, together with governments, government agencies and employers, shall improve the provision, accessibility and quality of their careers and employment related guidance services to students and alumni. We encourage work placements embedded in study programmes as well as on-the-job learning.

- ***Student-centred learning and the teaching mission of higher education***

14. We reassert the importance of the teaching mission of higher education institutions and the necessity for ongoing curricular reform geared toward the development of learning outcomes. Student-centred learning requires empowering individual learners, new approaches to teaching and learning, effective support and guidance structures and a curriculum focused more clearly on the learner in all three cycles. Curricular reform will thus be an ongoing process leading to high quality, flexible and more individually tailored education paths. Academics, in close

cooperation with student and employer representatives, will continue to develop learning outcomes and international reference points for a growing number of subject areas. We ask the higher education institutions to pay particular attention to improving the teaching quality of their study programmes at all levels. This should be a priority in the further implementation of the European Standards and Guidelines for quality assurance.

- ***Education, research and innovation***

15. Higher education should be based at all levels on state of the art research and development thus fostering innovation and creativity in society. We recognise the potential of higher education programmes, including those based on applied science, to foster innovation. Consequently, the number of people with research competences should increase. Doctoral programmes should provide high quality disciplinary research and increasingly be complemented by inter-disciplinary and inter-sectoral programmes. Moreover, public authorities and institutions of higher education will make the career development of early stage researchers more attractive.

- ***International openness***

16. We call upon European higher education institutions to further internationalise their activities and to engage in global collaboration for sustainable development. The attractiveness and openness of European higher education will be highlighted by joint European actions. Competition on a global scale will be complemented by enhanced policy dialogue and cooperation based on partnership with other regions of the world, in particular through the organisation of Bologna Policy Fora, involving a variety of stakeholders.

17. Transnational education should be governed by the European Standards and Guidelines for quality assurance as applicable within the European Higher Education Area and be in line with the UNESCO/OECD Guidelines for Quality Provision in Cross-Border Higher Education.

- ***Mobility***

18. We believe that mobility of students, early stage researchers and staff enhances the quality of programmes and excellence in research; it strengthens the academic and cultural internationalization of European higher education. Mobility is important for personal development and employability, it fosters respect for diversity and a capacity to deal with other cultures. It encourages linguistic pluralism, thus underpinning the multilingual tradition of the European Higher Education Area and it increases cooperation and competition between higher education institutions. Therefore, mobility shall be the hallmark of the European Higher Education Area. We call upon each country to increase mobility, to ensure its high quality and to diversify its types and scope. In 2020, at least 20% of those graduating in the European Higher Education Area should have had a study or training period abroad.

19. Within each of the three cycles, opportunities for mobility shall be created in the structure of degree programmes. Joint degrees and programmes as well as mobility windows shall become more common practice. Moreover, mobility policies shall be based on a range of practical measures pertaining to the funding of mobility, recognition, available infrastructure, visa and work permit regulations. Flexible study paths and active information policies, full recognition of study achievements, study support and the full portability of grants and loans are necessary requirements. Mobility should also lead to a more balanced flow of incoming and outgoing students

across the European Higher Education Area and we aim for an improved participation rate from diverse student groups.

20. Attractive working conditions and career paths as well as open international recruitment are necessary to attract highly qualified teachers and researchers to higher education institutions. Considering that teachers are key players, career structures should be adapted to facilitate mobility of teachers, early stage researchers and other staff; framework conditions will be established to ensure appropriate access to social security and to facilitate the portability of pensions and supplementary pension rights for mobile staff, making the best use of existing legal frameworks.

- ***Data collection***

21. Improved and enhanced data collection will help monitor progress made in the attainment of the objectives set out in the social dimension, employability and mobility agendas, as well as in other policy areas, and will serve as a basis for both stocktaking and benchmarking.

- ***Multidimensional transparency tools***

22. We note that there are several current initiatives designed to develop mechanisms for providing more detailed information about higher education institutions across the EHEA to make their diversity more transparent. We believe that any such mechanisms, including those helping higher education systems and institutions to identify and compare their respective strengths, should be developed in close consultation with the key stakeholders. These transparency tools need to relate closely to the principles of the Bologna Process, in particular quality assurance and recognition, which will remain our priority, and should be based on comparable data and adequate indicators to describe the diverse profiles of higher education institutions and their programmes.

- ***Funding***

23. Higher education institutions have gained greater autonomy along with rapidly growing expectations to be responsive to societal needs and to be accountable. Within a framework of public responsibility we confirm that public funding remains the main priority to guarantee equitable access and further sustainable development of autonomous higher education institutions. Greater attention should be paid to seeking new and diversified funding sources and methods.

III. The organisational structure and follow-up

24. The present organisational structure of the Bologna Process, characterised by the cooperation between governments, the academic community with its representative organisations, and other stakeholders, is endorsed as being fit for purpose. In the future, the Bologna Process will be co-chaired by the country holding the EU presidency and a non-EU country.

25. In order to interact with other policy areas, the BFUG will liaise with experts and policy makers from other fields, such as research, immigration, social security and employment.

26. We entrust the Bologna Follow-up Group to prepare a work plan up to 2012 to take forward the priorities identified in this Communiqué and the recommendations of the reports submitted to this Ministerial conference, allowing the future integration of the outcome of the independent assessment of the Bologna Process.

In particular the BFUG is asked:

- To define the indicators used for measuring and monitoring mobility and the social dimension in conjunction with the data collection;
- To consider how balanced mobility could be achieved within the EHEA;
- To monitor the development of the transparency mechanisms and to report back to the 2012 ministerial conference;
- To set up a network, making optimal use of existing structures, for better information on and promotion of the Bologna Process outside the EHEA;
- To follow-up on the recommendations of analysis of the national action plans on recognition.

27. Reporting on the progress of the implementation of the Bologna Process will be carried out in a coordinated way.

- Stocktaking will further refine its evidence-based methodology.
- Eurostat together with Eurostudent and in cooperation with Eurydice will be asked to contribute through relevant data collection.
- The work of reporting will be overseen by the Bologna Follow-up Group and will lead to an overall report integrating the aforementioned sources for the 2012 ministerial conference.

28. We ask the E4 group (ENQA-EUA-EURASHE-ESU) to continue its cooperation in further developing the European dimension of quality assurance and in particular to ensure that the European Quality Assurance Register is evaluated externally, taking into account the views of the stakeholders.

29. We will meet again at the Bologna anniversary conference jointly hosted by Austria and Hungary in Budapest and Vienna on 11-12 March 2010. The next regular ministerial conference will be hosted by Romania in Bucharest on 27-28 April 2012. The following ministerial conferences will be held in 2015, 2018 and 2020.



Budapest-Vienna Declaration on the European Higher Education Area

March 12, 2010

1. We, the Ministers responsible for higher education in the countries participating in the Bologna Process, met in Budapest and Vienna on March 11 and 12, 2010 to launch the European Higher Education Area (EHEA), as envisaged in the Bologna Declaration of 1999.
2. Based on our agreed criteria for country membership, we welcome Kazakhstan as new participating country of the European Higher Education Area.
3. The Bologna Declaration in 1999 set out a vision for 2010 of an internationally competitive and attractive European Higher Education Area where higher education institutions, supported by strongly committed staff, can fulfil their diverse missions in the knowledge society; and where students benefiting from mobility with smooth and fair recognition of their qualifications, can find the best suited educational pathways.
4. Since 1999, 47 parties to the European Cultural Convention, have signed up to this vision and have made significant progress towards achieving it. In a unique partnership between public authorities, higher education institutions, students and staff, together with employers, quality assurance agencies, international organisations and European institutions, we have engaged in a series of reforms to build a European Higher Education Area based on trust, cooperation and respect for the diversity of cultures, languages, and higher education systems.
5. The Bologna Process and the resulting European Higher Education Area, being unprecedented examples of regional, cross-border cooperation in higher education, have raised considerable interest in other parts of the world and made European higher education more visible on the global map. We welcome this interest and look forward to intensifying our policy dialogue and cooperation with partners across the world.
6. We have taken note of the independent assessment and the stakeholders' reports. We welcome their affirmation that institutions of higher education, staff and students increasingly identify with the goals of the Bologna Process. While much has been achieved in implementing the Bologna reforms, the reports also illustrate that EHEA action lines such as degree and curriculum reform, quality assurance, recognition, mobility and the social dimension are implemented to varying degrees. Recent protests in some countries, partly directed against developments and measures not related to the Bologna Process, have reminded us that some of the Bologna aims and reforms have not been properly implemented and explained. We acknowledge and will listen to the critical voices raised among staff and students. We note that adjustments and further work, involving staff and students, are necessary at European, national, and especially institutional levels to achieve the European Higher Education Area as we envisage it.

7. We, the Ministers, are committed to the full and proper implementation of the agreed objectives and the agenda for the next decade set by the Leuven/Louvain-la-Neuve Communiqué. In close cooperation with higher education institutions, staff, students and other stakeholders, we will step up our efforts to accomplish the reforms already underway to enable students and staff to be mobile, to improve teaching and learning in higher education institutions, to enhance graduate employability, and to provide quality higher education for all. At national level, we also strive to improve communication on and understanding of the Bologna Process among all stakeholders and society as a whole.

8. We, the Ministers, recommit to academic freedom as well as autonomy and accountability of higher education institutions as principles of the European Higher Education Area and underline the role the higher education institutions play in fostering peaceful democratic societies and strengthening social cohesion.

9. We acknowledge the key role of the academic community - institutional leaders, teachers, researchers, administrative staff and students - in making the European Higher Education Area a reality, providing the learners with the opportunity to acquire knowledge, skills and competences furthering their careers and lives as democratic citizens as well as their personal development. We recognise that a more supportive environment for the staff to fulfil their tasks, is needed. We commit ourselves to working towards a more effective inclusion of higher education staff and students in the implementation and further development of the EHEA. We fully support staff and student participation in decision-making structures at European, national and institutional levels.

10. We call upon all actors involved to facilitate an inspiring working and learning environment and to foster student-centred learning as a way of empowering the learner in all forms of education, providing the best solution for sustainable and flexible learning paths. This also requires the cooperation of teachers and researchers in international networks.

11. We, the Ministers, reaffirm that higher education is a public responsibility. We commit ourselves, notwithstanding these difficult economic times, to ensuring that higher education institutions have the necessary resources within a framework established and overseen by public authorities. We are convinced that higher education is a major driver for social and economic development and for innovation in an increasingly knowledge-driven world. We shall therefore increase our efforts on the social dimension in order to provide equal opportunities to quality education, paying particular attention to underrepresented groups.

12. We, the Ministers responsible for the European Higher Education Area, ask the Bologna Follow-up Group to propose measures to facilitate the proper and full implementation of the agreed Bologna principles and action lines across the European Higher Education Area, especially at the national and institutional levels, among others by developing additional working methods, such as peer learning, study visits and other information sharing activities. By continuously developing, enhancing and strengthening the European Higher Education Area and taking further the synergies with the European Research Area, Europe will be able to successfully face the challenges of the next decade.

13. Our next Ministerial Meeting to take stock of progress and to drive the Leuven/Louvain-la-Neuve agenda forward, will be hosted by Romania in Bucharest on 26-27 April 2012.



BOLOGNA POLICY FORUM
Austria 2010

Budapest e Viena, Março de 2010

Bologna Policy Forum Statement

Vienna, March 12, 2010

1. Today, the European Higher Education Area has officially been launched. In this context, we note that the Bologna Process of creating and further developing this European Higher Education Area has helped redefine higher education in Europe. Countries outside the area will now be able to more effectively foster increased cooperation with Bologna countries.
2. We, the Ministers of Higher Education and heads of delegation of the countries, institutions and organisations participating in the Second Bologna Policy Forum, held a dialogue on systemic and institutional changes in higher education in the developing global knowledge society.
3. We focussed our debate on how higher education systems and institutions respond to growing demands and multiple expectations, discussed mobility of staff and students, including the challenges and opportunities of “brain circulation”, and the balance between cooperation and competition in international higher education.
4. To address the great societal challenges, we need more cooperation among the higher education and research systems of the different world regions. While respecting the autonomy of higher education institutions with their diverse missions, we will therefore continue our dialogue and engage in building a community of practice from which all may draw inspiration and to which all can contribute.
5. To facilitate policy debates and exchange of ideas and experience across the European Higher Education Area and between countries, institutions and organisations participating in the Second Bologna Policy Forum, we will each nominate a contact person and inform the Bologna Secretariat by May 31, 2010. These contact persons will also function as liaison points for a better flow of information and joint activities, including the preparation of the next Bologna Policy Forum at ministerial level.
6. We welcome the commitment of the European Bologna Follow-up Group to provide expertise on the Bologna Process and the European Higher Education Area.
7. We welcome the initiatives of the institutions and organisations participating in the Second Bologna Policy Forum to promote dialogue and cooperation among higher education institutions, staff and students and other relevant stakeholders across the world. In this context, we especially acknowledge the need to foster global student dialogue.
8. In September 2010 the OECD will be hosting an international conference on how the crisis is affecting higher education and how governments, institutions and other stakeholders can work towards a sustainable future for the sector. In 2011, a seminar on quality assurance will be organised with the support of the European Union.
9. Cooperation based on partnership between governments, higher education institutions, staff, students and other stakeholders is at the core of the European Higher Education Area. This partnership approach should therefore also be reflected in the organisation of the next Bologna Policy Forum at ministerial level in 2012.

ANNEXParticipating countries in alphabetical order

Albania	Germany	New Zealand
Andorra	Ghana	Norway
Argentina	Greece	Philippines
Armenia	Holy See	Poland
Australia	Hungary	Portugal
Austria	Iceland	Romania
Azerbaijan	Ireland	Russian Federation
Belgium	Israel	Saudi Arabia
Bosnia-	Italy	Senegal
Herzegovina	Japan	Serbia
Brazil	Jordan	Slovak Republic
Bulgaria	Kazakhstan	Slovenia
Canada	Latvia	South Africa
China	Liechtenstein	Spain
Colombia	Lithuania	Sweden
Croatia	Luxembourg	Switzerland
Cyprus	Malaysia	Thailand
Czech Republic	Mali	'the former Yugoslav
Denmark	Malta	Republic of Macedonia'
Egypt	Mexico	Tunisia
Estonia	Moldova	Turkey
Finland	Montenegro	Ukraine
France	Morocco	United Kingdom
Georgia	Netherlands	United States of America

Participating institutions and organisations in alphabetical order**BUSINESSEUROPE**

Council of Europe

Education International Pan-European Structure (EI)

European Association for Quality Assurance in Higher Education (ENQA)

European Association of Institutions in Higher Education (EURASHE)

European Commission

European Students' Union (ESU)

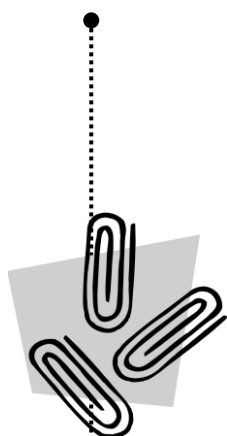
European University Association (EUA)

International Association of Universities (IAU)

Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD)

United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)

Anexo 5.13



**Parecer das Instituições do Ensino Superior:
“A Formação de Educadores e Professores no
Contexto do Processo de Bolonha”**

(Aveiro, 07 de Novembro de 2005)



A Formação de Educadores e Professores no Contexto do Processo de Bolonha

1. Bolonha como oportunidade de qualificação da formação de educadores e professores: um presente entre o passado e o futuro

A relevância social da função dos educadores e professores e a consciencialização da importância de uma adequada preparação para o exercício dessas funções levou a que, a partir da década de 60, algumas universidades portuguesas tenham explicitamente assumido a formação de professores como uma das suas áreas de intervenção. Este processo veio progressivamente a estender-se a todas as universidades portuguesas que, no exercício da sua autonomia, diferenciaram a oferta em termos de âmbito, modalidades de formação, interesses institucionais e condições de investigação. Para o efeito investiram na formação de recursos humanos, desenvolveram sectores departamentais e unidades de investigação, marcaram presença no panorama nacional e internacional. O papel das Escolas Superiores de Educação, na sequência da decisão de requalificar a formação de todos os professores ao nível do ensino superior, deve também ser aqui reconhecido. Não será, porém, aprofundado no contexto deste documento em virtude de se tratar de um documento saído de uma iniciativa do sub-sistema universitário.

A excessiva oferta de cursos de formação de professores (motivada pela desregulação do ensino superior a que ultimamente assistimos), conjugada com a diminuição de alunos no sistema educativo, conduziu a uma situação que tem vindo a ser dramaticamente enfatizada como excedentária, com graves consequências na desmotivação hoje sentida pelos jovens para se prepararem para o exercício dessas funções.

Estudos projectivos impõem que se olhe com alguma cautela para um desinvestimento forte nesta matéria, que poderá trazer para Portugal situações semelhantes às que hoje se vivem, por exemplo, na Inglaterra, país que actualmente se vê obrigado a anunciar recrutamento de professores em países estrangeiros. Há que acautelar o futuro e reforçar a qualidade.

Se o aspecto numérico, prospectivo, é de considerar, muito mais merecedor da nossa consideração deve ser o re-equacionamento da capacidade formativa e investigativa desenvolvida ao longo destes 40 anos, re-equacionamento em função da época actual em que a complexidade das actuais situações educativas (formais e não formais) e as competências que hoje são exigidas aos profissionais da educação reclamam uma formação profundamente sólida, multifacetada, articulada entre si e consonante com a realidade.

A re-organização do ensino superior português no contexto do processo de Bolonha oferece potencialidades históricas para se repensar a formação de professores no âmbito do ensino superior, nomeadamente no ensino universitário (por ser esse o âmbito em que nos situamos). O espírito de Bolonha e a flexibilidade de percursos formativos que o Processo subentende abrem perspectivas de reforço da qualidade e de abordagens inovadoras. Não pode, pois, o Processo de Bolonha ser um instrumento de desqualificação da formação de professores; pelo contrário, as suas potencialidades devem ser rentabilizadas ao máximo.

A conquista de uma formação, ao mesmo nível, para todos os educadores e professores, consagrada no seu estatuto profissional a partir de 1997, não deve ser posta em causa, pelo que se considera que

o proposto na 6.^a versão do documento do CRUP sobre a reorganização do ensino superior representa um avanço relativamente a propostas anteriores.

O conhecimento desenvolvido pelas instituições do ensino superior em Portugal no que respeita à formação destes profissionais, traduzido, em vários casos, em práticas de grande qualidade não deve ser ignorado, mas sim capitalizado e confrontado com conhecimentos e práticas noutros países.

Neste documento ocupar-nos-emos apenas da formação de educadores de infância e de professores do ensino básico (correspondente aos actuais dois primeiros ciclos, isto é 6 anos de escolaridade). Esclarecemos desde já que consideramos indispensável a existência de uma grande articulação entre formações para os diferentes níveis de ensino, nomeadamente no que concerne à formação de professores do 1.º ciclo do ensino básico com a de educadores de infância, por um lado, e com a de professores do 2.º ciclo do ensino básico, por outro lado. Bolonha oferece, para tal, uma janela de oportunidades, sobretudo num esquema de 3+2, esquema que desde já defendemos. Alguns dos argumentos a seguir apresentados foram já enunciados em documentos anteriores (por exemplo, no Documento sobre Formação de Professores, sob a responsabilidade de J.P. da Ponte).

2. Razões para colocar a formação de educadores e professores ao nível do 2.º Ciclo de Bolonha

2.1. A exigência e a complexidade da preparação para o desempenho das funções de educador e de professor de 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico.

O corpo de conhecimentos necessários para um desempenho docente de base generalista (em regime de monodocência), a exigir hoje em dia uma complementaridade de especializações em grandes áreas (matemática, ciências, línguas, artes), implica o domínio de conteúdos disciplinares variados (e a compreensão da sua relevância e articulação), o domínio de conteúdos na área de ciências da educação e em domínios fundadores de cuidados primários que estão intimamente associados à função educativa nestes níveis de escolaridade como saúde, nutrição, primeiros socorros. Se os conhecimentos são fundamentais, eles só se transformam em competências na interacção com situações reais, acompanhada de reflexão, questionamento e experimentação. A natureza multi-modal desta preparação não é compaginável com uma formação curta, além de que o seu carácter de formação orientada para a profissão não corresponde nem se coaduna com aquilo que são os objectivos do 1.º Ciclo de formação na lógica de Bolonha.

Este primeiro ponto, pela sua abrangência, seria suficiente para justificar a opção pelo 2.º Ciclo de formação para estes profissionais. Mas a referência a alguns aspectos inerentes à referida complexidade, ajudará a compreendê-la melhor.

2.2. A exigência dos currículos

O novo Currículo Nacional do Ensino Básico, em vigor desde 2001, exige uma formação dos professores que não pode ser aligeirada. As medidas que o Ministério da Educação tem vindo a tomar relativamente à formação contínua em Matemática (seguindo-se Ciências e, muito provavelmente, a Língua Portuguesa) indicam que a formação tem de ser reforçada, o que se aplica, também, à formação inicial, entendida como um momento estruturante de uma formação continuada.

2.3. A crescente dimensão de multiculturalidade na sociedade portuguesa.

A passagem de Portugal como país de emigração para país de imigração tem feito emergir na sociedade portuguesa uma crescente multiculturalidade. A experiência europeia e americana mostram que este tipo de nova situação social - para a qual, aliás, Portugal não estava preparado - pode vir a criar grandes problemas se não for enquadrada pelas instituições. Assim, esta nova realidade não pode ser esquecida na preparação destes profissionais, sob pena de se criarem situações graves de exclusão social. É preciso saber lidar com a situação, ao nível dos saberes e dos valores. A formação inicial de professores e educadores é um domínio ao qual é preciso prestar particular atenção, desenhando programas de formação que contemplem a educação sobre e para a multiculturalidade.

2.4. A dimensão educativa alargada

É notória a crescente importância dos cuidados à criança desde os primeiros meses de vida, em ambientes institucionais com pessoal devidamente preparado. Também a ocupação dos tempos livres tem vindo a assumir uma grande relevância em diversos países, entre os quais Portugal. Este fenómeno tem a ver com a aceleração das mudanças económicas, sociais e urbanísticas nas sociedades actuais, com um impacto muito acentuado no aumento de duplo emprego e de famílias monoparentais e seu reflexo na diminuição do tempo que os pais dedicam à educação dos filhos e na pressão social colocada sobre a escola para que esta cumpra esse vazio. Assim, em vários países, a escola tem vindo a alargar o seu papel, aumentando o seu horário de funcionamento e diversificando o tipo de pessoal disponível. Isso acontece tanto em países com tradição de uma escolaridade abrangente como a Inglaterra ou com tradição de escolaridade mais académica como a Alemanha. Em Portugal, verifica-se já esta orientação (Cf. as recentes decisões do Ministério da Educação).

Além disso, tem vindo a verificar-se em vários países da União Europeia, América do Norte (E.U.A. e Canadá), Austrália e Nova Zelândia, uma tendência para ancorar na escola um conjunto de serviços que ultrapassam a mera escolarização formal e que re-equacionam a escola como um centro de desenvolvimento comunitário, a exigir equipas com valências diversificadas.

O público escolar, na sociedade actual, também mudou integrando-se em classes normais os alunos portadores de limitações do foro cognitivo, psicológico ou físico, o que exige da parte do professor competências para lidar com crianças portadoras de necessidades educativas especiais.

Também o conceito de actividades escolares evoluiu, ampliando-se socialmente as expectativas sobre a escola e exigindo-se uma resposta desta para o desenvolvimento cultural, artístico e desportivo dos alunos.

Além disso, e na lógica de uma sociedade educativa em que tudo possa constituir uma ocasião para aprender, torna-se imprescindível a formação de actores educativos com diferentes perfis, complementares, capazes de se constituírem em equipas pedagógicas consistentes, auto-orientadas por finalidades educativas, exercendo actividades em outros sectores como museus, bibliotecas, associações culturais, etc., direccionadas para públicos mais jovens, domínios onde há ainda défices consideráveis na sociedade portuguesa.

2.5 A diversidade de formação dos candidatos

A natureza pluridisciplinar da formação de educadores e professores está aberta a um leque alargado de candidatos com formações diversificadas ao nível do ensino secundário. Este facto apresenta-se como uma vantagem por permitir estabelecer visões complementares sobre os objectos em estudo. No entanto, tem também a desvantagem da existência, inevitável, de níveis de conhecimento menos aprofundados em algumas áreas, aspecto superável com tempo de formação adequado.

3. Uma proposta de formação em dois Ciclos

A formação de educadores e professores deve assentar num modelo coerente, solidamente fundamentado e criteriosamente gerido. A definição do mesmo deverá pautar-se pelo conhecimento produzido na investigação da especialidade, pelo conhecimento da realidade nacional (por exemplo, os resultados dos estudos internacionais comparativos), pelas carências estruturais e culturais das nossas sociedades e deve perseguir altos níveis de formação.

A investigação realizada, a nível internacional, sobre formação de professores aponta para dois factores determinantes na sua qualidade: a) a sua realização em instituições onde se pratica a investigação e b) a articulação entre a formação teórica e as experiências de prática de ensino.

A complexidade do desempenho docente, com elevada qualidade, dos professores dos primeiros ciclos de aprendizagem a que acima aludimos é incompatível com uma formação inicial curta. Os saberes que deverão constituir o seu currículo e fundamentar a sua prática profissional não podem ser saberes aligeirados, mas devem ser saberes exigentes construídos na interdisciplinaridade de saberes disciplinares e na interacção continuada de reflexões teóricas e experiências práticas.

O modelo de formação inicial que se preconiza no quadro de Bolonha para os educadores e professores dos primeiros anos (0-12 anos) compreende um 1.º Ciclo de 3 anos (Licenciatura, 180 ECTS) seguido de um 2.º Ciclo (Mestrado, 120 ECTS) de 2 anos.

O 1.º Ciclo deve assumir, no espírito de Bolonha, uma formação de banda larga, conferir uma preparação sólida de base em domínios do saber relevantes para o desempenho de actividades de educação/formação numa faixa etária que se estenda dos 0 aos 12 anos. Deve ser organizado de modo a potenciar competências de empregabilidade em contextos educativos formais e não-formais (actores com competências globais para o desenvolvimento de projectos e recursos educativos e apoio a crianças com necessidades de integração). Além disso, o 1.º Ciclo deve propiciar a abertura a um leque de especializações de 2.º Ciclo de formação.

O 2.º Ciclo, com carácter profissionalizante, deve preparar para a docência num nível educativo específico, assumindo-se que este Ciclo pode apresentar uma diversidade de perfis consoante o tipo de profissional que se pretende (por exemplo, educador de infância, professor do ensino básico - monodocência nos primeiros anos, professor do ensino básico (1.º-6.º ano) - ciências e matemática, professor do ensino básico (1.º-6.º ano) – línguas, professor do ensino básico (1.º-6.º ano) – expressões artísticas, ...). As competências a desenvolver neste Ciclo deverão estar em consonância com a complexidade dos saberes exigidos a estes profissionais e contemplar a capacidade de realizar investigação sobre problemas da sua área de intervenção educativa.

O modelo de formação deve permitir a todos os formandos experiências de conhecimento e compreensão dos contextos que lhe serão próximos na articulação Educação de Infância – 1.º Ciclo EB – 2.º Ciclo EB, com vista a favorecer a transição dos alunos no seu percurso escolar. Tudo isto exige tempo de formação, mas será um investimento com resultados futuros.

O esquema de formação 3+2, para além de assegurar as finalidades dos dois Ciclos de formação no espírito da Declaração de Bolonha, permite uma grande flexibilidade de percursos formativos, com saídas de 1.º Ciclo e entradas de 2.º Ciclo variadas. Assim, propõe-se que o 1.º Ciclo tenha uma componente *major* (100-120 ECTS) sobre dimensões transversais à educação desta faixa etária, e uma componente *minor* (80-60 ECTS) direccionada para níveis específicos. Em concordância com o atrás exposto defende-se que o 1.º Ciclo seja comum para as duas formações, com a mesma componente *major* e com componentes *minor* de escolha alternativa consoante a preferência dos formandos (0-6 anos ou 6-12 anos).

As designações utilizadas para os cursos do 1.º e 2.º Ciclos de formação deverão traduzir a filosofia dos mesmos, quer sobre a sua natureza, quer sobre a empregabilidade que se lhes perspectiva. Por esta razão, designações como “educação” em vez de “ensino” são mais apropriadas, no espírito de Bolonha, para o 1.º Ciclo por reflectirem um perfil de formação mais abrangente, com várias saídas para 2.º Ciclo. No caso do 1.º Ciclo de formação propõe-se a designação **Licenciatura em Educação Básica**. No presente contexto, educação básica refere-se à faixa etária 0-12 anos.

A necessidade de melhorar a formação dos profissionais da educação/formação dos primeiros anos há muito que era sentida, quer pela complexidade que socialmente se foi evidenciando, quer pela premência da articulação entre níveis de ensino, quer ainda pela emergência da ligação que deverá existir entre a formação inicial e continuada. Esta articulação só poderá existir se a formação inicial ajudar a compreender a sua importância. Bolonha apresenta-se, pois, como uma oportunidade única para repensar a formação. O investimento na formação de professores é essencial para resolver o défice na educação e promover o desenvolvimento no sentido mais amplo.

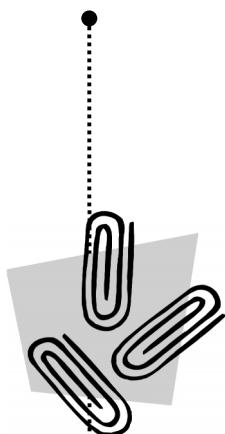
Aveiro, 07 de Novembro de 2005

Os subscritores da proposta,

- Isabel P. Martins – Universidade de Aveiro (Vice-Reitora)
- Isabel Alarcão – Universidade de Aveiro (Coordenadora do Grupo de Missão Bolonha - Departamento DTE)
- Luís Marques – Universidade de Aveiro (Conselho Directivo Departamento DTE)
- Ana Isabel Andrade – Universidade de Aveiro (Directora do Curso de Lic. em Ensino 1.º Ciclo EB / Membro do Grupo de Missão Bolonha-DDTE)
- Rui Vieira – Universidade de Aveiro (Membro do Grupo de Missão Bolonha-DDTE)
- Fernanda Couceiro – Universidade de Aveiro (Membro do Grupo de Missão Bolonha-DDTE)
- Jorge Adelino Costa – Universidade de Aveiro (Presidente do Conselho Directivo do Departamento de Ciências da Educação)
- Gabriela Portugal – Universidade de Aveiro (Directora do Curso de Lic. em Educação de Infância)
- António Neto Mendes – Universidade de Aveiro (Representante do Departamento de Ciências da Educação no Grupo de Trabalho Formação de Professores - Bolonha)

- João Formosinho – Universidade do Minho (Director do Departamento de Ciências da Educação da Criança - Instituto de Estudos da Criança)
- António Sousa Fernandes – Universidade do Minho (Presidente do Instituto de Estudos da Criança)
- Beatriz Pereira – Universidade do Minho (Vice-Presidente do Instituto de Estudos da Criança)
- Pedro Palhares – Universidade do Minho (Vice-Presidente do Instituto de Estudos da Criança)
- Ana Serrano – Universidade do Minho (Directora do Curso de Lic. em Educação de Infância)
- Luísa Freitas – Universidade do Minho (Directora do Curso de Lic. em Ensino Básico 1.º Ciclo / Presidente do Conselho de Cursos)
- António Camilo – Universidade do Minho (Director-adjunto do Departamento de Expressões Artísticas e Educação Física)
- Fernando Azevedo – Universidade do Minho (Director-adjunto do Departamento de Ciência Integrada e Língua Materna)
- Luís Sebastião – Universidade de Évora (Presidente do Departamento de Pedagogia e Educação / Director do Curso de Licenciatura em Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico)
- Olga Magalhães – Universidade de Évora (Directora do Curso de Licenciatura em Educadores de Infância)
- Maria da Conceição Azevedo – UTAD (Coordenadora do Departamento de Educação e Psicologia)
- José Carlos Costa Pinto – UTAD (Coordenador do Curso de Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico)
- Joaquim José Jacinto Escola – UTAD (Coordenador do Curso de Educação de Infância)
- Ana Cristina Palos – Universidade dos Açores (Directora do Curso de Lic. em Educadores de Infância)
- Susana Caldeira – Universidade dos Açores (Directora do Curso de Lic. em Ensino Básico – 1.º Ciclo)
- Carlos Fino – Universidade da Madeira (Presidente do Departamento de Ciências da Educação)
- Lurdes Serrazina – ARIPESE (Presidente do Conselho Directivo)
- António Manique – ARIPESE (Vice-Presidente do Conselho Directivo)
- José Portela – ARIPESE (Membro do Conselho Directivo)

Anexo 5.14



**Suplemento ao Diploma a que se refere o
Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro,
e respectivos documentos que o integram**

(Portaria n.º 30/2008, de 10 de Janeiro)



Portaria n.º 30/2008**de 10 de Janeiro**

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, designadamente nos seus artigos 38.º a 42.º;

Considerando o modelo de suplemento ao diploma, elaborado pela Comissão Europeia, pelo Conselho da Europa e pela UNESCO/CEPES, que tem por objectivo fornecer dados independentes e suficientes para melhorar a transparência internacional e o reconhecimento académico e profissional equitativo das qualificações (diplomas, graus, certificados, etc.);

Considerando que se devem entender como validamente emitidos os suplementos ao diploma emitidos de acordo com este modelo antes da publicação do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, e da sua regulamentação:

Ao abrigo do disposto no artigo 39.º deste diploma:

Manda o Governo, pelo Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o seguinte:

Artigo 1.º**Suplemento ao diploma**

1 — O suplemento ao diploma é um documento complementar do diploma que:

a) Descreve o sistema de ensino superior português e o seu enquadramento no sistema educativo à data da obtenção do diploma;

b) Caracteriza a instituição que ministrou o ensino e que conferiu o diploma;

c) Caracteriza a formação realizada (grau, área, requisitos de acesso, duração normal, nível) e o seu objectivo;

d) Fornece informação detalhada sobre a formação realizada e os resultados obtidos.

2 — O suplemento ao diploma é um documento bilíngue, escrito em português e inglês.

Artigo 2.º**Emissão do suplemento ao diploma**

1 — O suplemento ao diploma é emitido obrigatoriamente sempre que é emitido um diploma e só neste caso.

2 — Pela emissão do suplemento ao diploma não pode ser cobrado qualquer valor.

Artigo 3.º**Competência para a emissão do suplemento ao diploma**

O suplemento ao diploma é emitido pela entidade competente para a emissão do diploma.

Artigo 4.º**Valor legal do suplemento ao diploma**

O suplemento ao diploma tem natureza informativa, não substitui o diploma nem faz prova da titularidade da habilitação a que se refere.

Artigo 5.º**Elementos de informação que integra**

O suplemento ao diploma é emitido segundo o modelo elaborado pela Comissão Europeia, pelo Conselho da Europa e pela UNESCO/CEPES, integrando, obrigatoriamente:

a) Um preâmbulo, do seguinte teor:

«A estrutura do suplemento ao diploma segue o modelo elaborado pela Comissão Europeia, pelo Conselho da Europa e pela UNESCO/CEPES. Tem por objectivo fornecer dados independentes e suficientes para melhorar a transparência internacional e o reconhecimento académico e profissional equitativo das qualificações (diplomas, graus, certificados, etc.). Destina-se a descrever a natureza, o nível, o contexto, o conteúdo e estatuto dos estudos realizados com êxito pelo titular do diploma a que este suplemento está apenso.

São de excluir quaisquer juízos de valor, declarações de equivalência ou sugestões de reconhecimento. Devem ser preenchidas as oito secções, caso contrário, deve ser apresentada justificação.»

b) Oito secções com a seguinte estrutura e conteúdo:

1) Informações sobre o titular da qualificação:

1.1) Apelido(s);

1.2) Nome(s) próprio(s);

1.3) Data de nascimento (dia/mês/ano);

1.4) Número ou código de identificação do estudante (se existir) e número do bilhete de identidade;

2) Informações que identificam a qualificação:

2.1) Designação da qualificação e título (se aplicável) que confere;

2.2) Principal(ais) área(s) de estudo da qualificação;

2.3) Designação e estatuto da instituição que emite o diploma ou certificado;

2.4) Designação e estatuto da instituição [se diferente da instituição referida no n.º 2.3)] que ministra o curso;

2.5) Língua(s) de aprendizagem e de avaliação;

3) Informações sobre o nível da qualificação:

3.1) Nível da qualificação;

3.2) Duração oficial do programa de estudos;

3.3) Requisito(s) de acesso;

4) Informações sobre o conteúdo e os resultados obtidos:

4.1) Regime de estudos;

4.2) Requisitos do programa de estudos;

4.3) Pormenores do programa de estudos (por exemplo, unidades curriculares ou módulos) e, para cada unidade do programa, as classificações obtidas e os créditos atribuídos;

4.4) Sistema de classificação e, se disponíveis, orientações sobre a atribuição das classificações;

4.5) Classificação ou qualificação final e eventual menção qualitativa (artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro);

5) Informações sobre a função da qualificação:

5.1) Acesso a um nível de estudos superior;

5.2) Estatuto profissional (se aplicável);

6) Informações complementares:

6.1) Informações complementares;

6.2) Outras fontes de informação;

- 7) Autenticação do suplemento:
 - 7.1) Data;
 - 7.2) Assinatura;
 - 7.3) Cargo;
 - 7.4) Selo branco ou carimbo;
- 8) Informação sobre o sistema nacional de ensino superior.

Artigo 6.º

Versão em língua inglesa

A versão em língua inglesa:

a) Adota o modelo constante do «ECTS Users' Guide: European Credit Transfer and Accumulation System and the Diploma Supplement», editado em Fevereiro de 2005 pela Direcção-Geral da Educação e Cultura da União Europeia e disponível em http://ec.europa.eu/education/programmes/socrates/ects/doc/guide_en.pdf;

b) É, na informação específica referente a cada estudante, uma tradução integral da versão portuguesa, salvo onde o modelo referido na alínea anterior prevê que a informação seja fornecida na língua original.

Artigo 7.º

Informação sobre o sistema nacional de ensino superior

O texto da secção n.º 8) (informação sobre o sistema nacional de ensino superior) é o constante, nas duas versões linguísticas, no sítio na Internet do NARIC (National Academic Recognition Information Centre) português, em <http://www.naricportugal.pt/NARIC>.

Artigo 8.º

Preenchimento

O preenchimento do suplemento ao diploma deve ser feito de acordo com as orientações constantes do «ECTS Users' Guide: European Credit Transfer and Accumulation System and the Diploma Supplement» a que se refere a alínea a) do artigo 6.º

Artigo 9.º

Disposição transitória

Consideram-se validamente emitidos nos termos do Decreto-Lei n.º 42/2005, de 22 de Fevereiro, os suplementos ao diploma emitidos de acordo com o modelo elaborado pela Comissão Europeia, pelo Conselho da Europa e pela UNESCO/CEPES anteriormente à entrada em vigor daquele decreto-lei e da presente portaria.

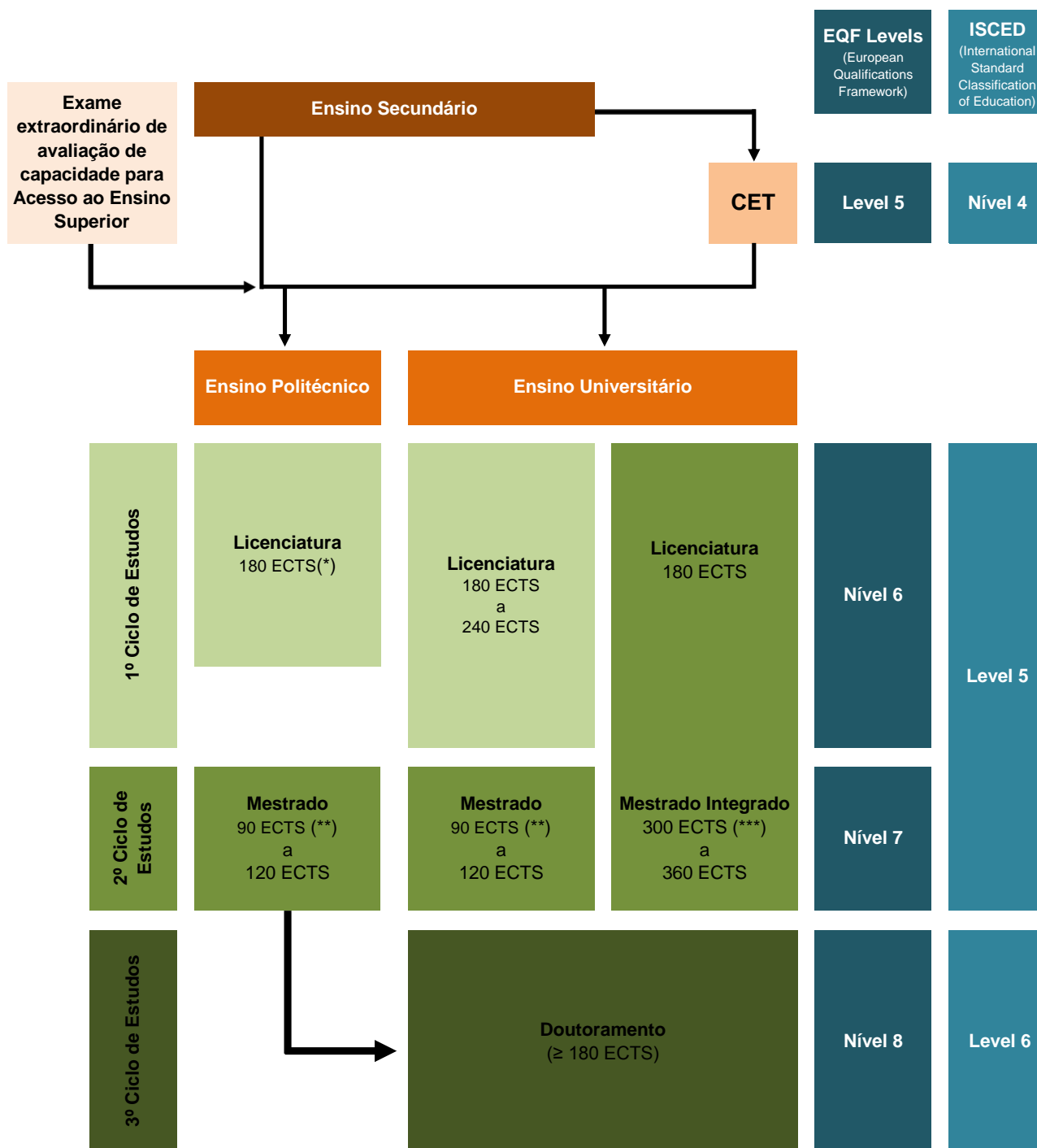
Artigo 10.º

Entrada em vigor

Este diploma entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,
José Mariano Rebelo Pires Gago, em 21 de Dezembro de 2007.

Organograma do Sistema de Ensino Superior Português de acordo com os Princípios de Bolonha

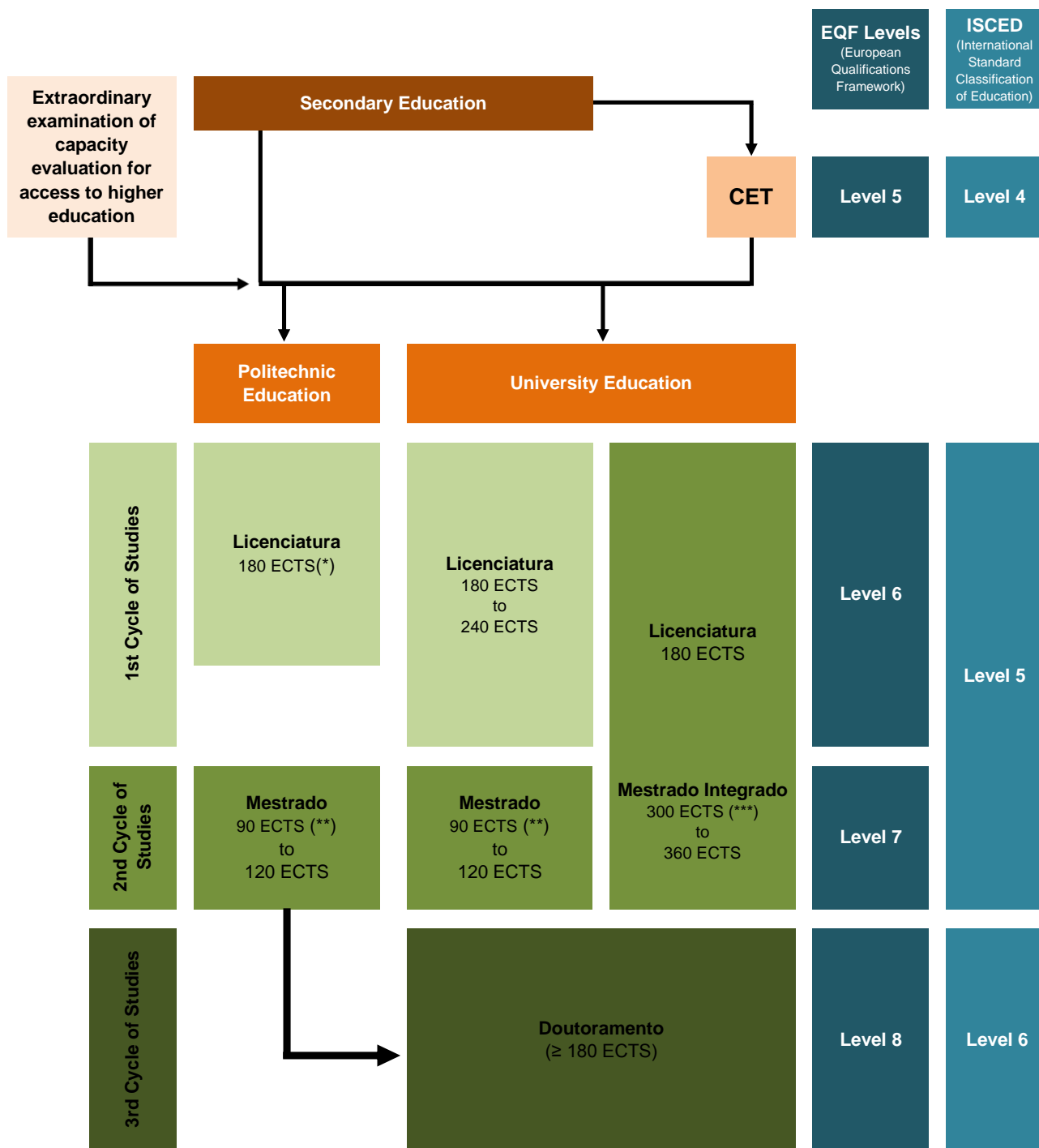


(*) Exceptuam-se os casos em que seja indispensável, para o acesso ao exercício de determinada actividade profissional, uma formação compreendida entre 210 e 240 ECTS.

(**) Excepcionalmente, e sem prejuízo de ser assegurada a satisfação de todos os requisitos relacionados com a caracterização dos objectivos do grau e das suas condições de obtenção, o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre numa especialidade pode ter 60 créditos em consequência de uma prática estável e consolidada internacionalmente nessa especialidade.

(***) O grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado, nos casos em que, para o acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional, essa duração: a) seja fixada por normas legais da União Europeia e; b) resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia. Nestes casos, o grau de licenciado é atribuído aos alunos que tenham realizado 180 ECTS (3 anos, 6 semestres).

Diagram of the Portuguese Higher Education System according to Bologna



(*) Except when in order to exercise a certain professional activity requiring education and training rating between 210 and 240 ECTS.

(**) In exceptional circumstances, and subject to the fulfillment of every requirement relating to the definition of the objectives of the degree and the conditions for acquiring the latter, a cycle of studies leading to a *Mestre* degree in a specialized field may be amount 60 credits resulting from a stable and consolidated practice in that specific field at international level.

(***) A *Mestre* degree may also be granted following an integrated cycle of studies of which the duration, for the purposes of obtaining access to a professional activity, a) is established by European Union regulations; and b) results from a regular and consolidated practice within the European Union; in such cases, a *Licenciado* degree is granted to students having obtained 180 ECTS (3 years, 6 semesters).

Informação sobre o sistema de ensino superior português

Secção 8

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, posteriormente alterada, nalguns dos seus articulados pelas Leis nºs 115/97, de 19 de Setembro, e 49/2005, de 30 de Agosto, republicada e renumerada em anexo à última), estabelece o quadro geral do sistema educativo.

A educação escolar desenvolve-se em três níveis: os ensinos básicos, secundário e superior. A educação pré – escolar é facultativa e destina-se às crianças com idade compreendida entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico.

O ensino básico é universal, obrigatório e gratuito e compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois e o 3.º de três.

O ensino secundário é facultativo e compreende um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade).

Organização do ensino superior

O ensino superior português compreende o ensino universitário e o ensino politécnico.

O ensino universitário é ministrado em instituições universitárias públicas, particulares ou cooperativas e concordatárias e o ensino politécnico em instituições de ensino superior não universitárias públicas e particulares e cooperativas.

Os estabelecimentos de ensino particular e cooperativo obtêm reconhecimento prévio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Grau de Licenciado

As instituições universitárias e politécnicas conferem o grau de licenciado.

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no ensino politécnico tem uma duração normal de seis semestres curriculares de trabalho dos alunos correspondentes a 180 créditos, e, excepcionalmente, em casos cobertos por normas jurídicas nacionais ou da União Europeia, uma duração normal de até sete ou oito semestres curriculares de trabalho e uma formação de até 240 créditos.

O ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado no ensino universitário tem 180 ou 240 créditos e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares de trabalho dos alunos. No 1.º ciclo de estudos das instituições universitárias ou politécnicas o grau de licenciado é conferido aos que, através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de licenciatura, tenham obtido o número de créditos fixado.

Grau de Mestre

As instituições universitárias e politécnicas conferem o grau de mestre.

O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre tem 90 a 120 créditos e uma duração normal compreendida entre três e quatro semestres curriculares de trabalho dos alunos.

No ensino politécnico o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza profissional. No ensino universitário o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre deve assegurar, predominantemente, a aquisição de uma especialização de natureza académica com recurso à actividade de investigação ou que aprofunde competências profissionais.

No ensino universitário o grau de mestre pode igualmente ser conferido após um ciclo de estudos integrado, com 300 a 360 créditos e uma duração normal compreendida entre 10 e 12 semestres curriculares de trabalho nos casos em que a duração para o acesso ao exercício de uma determinada actividade profissional seja fixada por normas legais da União Europeia ou resulte de uma prática estável e consolidada na União Europeia. Neste ciclo de estudos é conferido o grau de licenciado aos que tenham realizado os 180 créditos correspondentes aos primeiros seis semestres curriculares de trabalho.

No 2.º ciclo de estudos das instituições universitárias ou politécnicas o grau de mestre é conferido aos que através da aprovação em todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso de mestrado e da aprovação no acto público de defesa da dissertação, do trabalho de projecto ou do relatório de estágio, tenham obtido o número de créditos fixado.

Grau de Doutor

O grau de doutor é conferido pelas instituições universitárias aos que tenham obtido aprovação nas unidades curriculares do curso de doutoramento quando exista, e no acto público de defesa da tese.

Condições de Acesso

Regime geral de acesso ao 1º ciclo de estudos

Para se candidatarem ao 1.º ciclo de estudos conducente ao grau de **licenciado** através do regime geral, os estudantes nacionais e estrangeiros devem satisfazer as seguintes condições:

-Ter aprovação num curso de ensino secundário ou habilitação nacional ou estrangeira legalmente equivalente;

-Ter realizado as provas de ingresso exigidas para o curso a que se candidata com a classificação igual ou superior à mínima fixada (Há instituições de ensino superior que aceitam provas ou exames estrangeiros);

-Satisfazer os pré-requisitos exigidos (se aplicável) para o curso a que se candidata.

Regimes especiais de acesso

Para além do regime geral existem regimes especiais de acesso ao ensino superior para atletas de alta competição, cidadãos portugueses em missão oficial no estrangeiro, funcionários nacionais e estrangeiros em missão diplomática, oficiais das Forças Portuguesas e bolseiros no quadro dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português.

Concursos especiais

Para além do regime geral e dos regimes especiais há concursos especiais para candidatos que reúnam condições habilitacionais específicas possibilitando o ingresso no ensino superior a novos públicos numa lógica de aprendizagem ao longo da vida:

-Adultos maiores de 23 anos que tenham obtido aprovação em provas especialmente adequadas destinadas a avaliar a capacidade para a frequência do ensino superior;

-Titulares de um curso de especialização tecnológica (curso pós-secundário não superior).

O ingresso em cada instituição de ensino superior está sujeito a *numerus clausus*.

Ingresso no 2º ciclo de estudos

Podem candidatar-se ao ingresso no 2º ciclo de estudos conducentes ao grau de **mestre**:

-Os titulares de grau de licenciado ou equivalente legal;

-Os titulares de um grau académico superior estrangeiro, que seja reconhecido como satisfazendo os objectivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos;

-Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos.

Ingresso no 3º ciclo de estudos

Podem candidatar-se ao ingresso no 3º ciclo de estudos conducentes ao grau de **doutor**:

-Os titulares de grau de mestre ou equivalente legal;

-Os titulares de grau de licenciado detentores de um currículo escolar ou científico especialmente relevante, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos;

-Os detentores de um currículo escolar, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos pelo órgão científico legal e estatutariamente competente da universidade onde pretendem ser admitidos.

Ao grau académico de **doutor** é atribuída uma qualificação final nos termos fixados pelas normas regulamentadas aprovadas pela universidade que o atribuiu.

Sistema de classificação

Ao grau de **licenciado e mestre** é atribuída uma classificação final expressa no intervalo 10-20 da escala numérica inteira de 0 a 20, bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

Information on the Portuguese Higher Education System

Section 8

The Framework Law on the Education System (Law nr. 46/86, dated 14 October 1986, further amended by Laws nr.115/97, dated 19 September and nr. 49/2005, dated 30 August) establishes the general legal framework of the Education System.

According to this Law, the educational system comprises three levels: basic, secondary and higher education.

Basic Education is universal, compulsory and free and comprises three cycles, the first cycle lasts for four years, the second lasts for two years and the third lasts for three years. Pre-school education is optional and is for children between the ages of 3 and the age of entering basic education.

Secondary education is not compulsory and it comprises a 3 - year cycle (corresponding to 10th, 11th and 12th year of schooling).

Higher Education Structure

The first steps towards the legal reform of the system of higher education were made in 2005, with the introduction of the new credit system (ECTS) for the cycles of study, mobility mechanisms, diploma supplement, amongst others. Changes were also made to the Basic Law for the Education System in order to implement the Bologna Process.

The new structure divided into 3 cycles of studies was created in 2006 and it was completely implemented in Portugal in 2009/2010. Generic qualification descriptors were also defined for each of the cycles of studies, based on acquired competences, as well as the structure for the 1st and 2nd cycles of study in terms of typical ECTS intervals.

Higher Education includes university and polytechnic education. University education is

offered by public, private and cooperative university institutions and polytechnic education is offered by public, private and cooperative non-university institutions. Private higher education institutions must be subject to the previous recognition of the Ministry of Science, Technology and Higher Education.

Licenciado degree

Both university and polytechnic institutions confer the degree of *licenciado (bachelor)*. In polytechnic education, the cycle of studies that leads to the degree of *licenciado* has 180 credits and a normal length of six curricular semesters of students' work. In certain cases namely those covered by internal legislation or by European legislation, the cycle of studies can have up to 240 credits with a normal length of up to seven or eight curricular semesters of students' work.

In university education, the cycle of studies that leads to the degree of *licenciado* has from 180 to 240 credits and a normal length between six to eight curricular semesters of students' work.

In the 1st cycle of studies, the degree of *licenciado* is conferred to those that, after concluding all the curricular units that integrate the study programme of the *licenciatura* course, have obtained the established number of credits.

Mestre degree

Both university and polytechnic institutions confer the degree of *mestre (master)*. The cycle of studies that leads to the degree of *mestre* has from 90 to 120 credits and a normal length of between three to four curricular semesters of students' work. In polytechnic education, the cycle of studies that leads to the *mestre* degree must ensure predominantly that the student acquires a professional specialization. In

university education, the cycle of studies that leads to the *mestre* degree must ensure that the student acquires an academic specialization resorting to research, innovation or expansion of professional competences. In university education, the *mestre* degree may also be conferred after an integrated cycle of studies, with 300 to 360 credits and a normal length of 10 to 12 curricular semesters of students' work, in cases for which the access to the practice of a certain professional activity depends on that length of time established by legal EU standards or resulting from a stable practice consolidated in the European Union. In this cycle of studies the degree of *licenciado* is conferred to those who have obtained 180 credits corresponding to the first six semesters of work.

The degree of *mestre* is conferred to those that, after concluding all the curricular units that integrate the study programme of the *mestrado* course, have obtained the established number of credits, as well as successfully defended in public their dissertation, their project work or their traineeship report.

Doutor degree

The **Doutor** (doctor) degree is only conferred by university institutions. The degree of **Doutor** is conferred to those that, after concluding all the curricular units that integrate the study programme of the **Doutoramento (doctorate)** course have successfully defended their thesis in the public act.

Access conditions

General regime to accede to higher education

National and foreign students wishing to apply through the general regime to the first cycle of studies, must fulfil the following conditions:

- Have successfully completed a secondary course or a national or foreign qualification legally equivalent;

-Have set for the entrance examinations required for the degree programme the student wishes to attend and get the minimal mark required (There are higher education institutions that accept foreign tests or exams);

-Have fulfilled the prerequisites for the higher education course the student wishes to attend, if required.

Special conditions

Besides the *regime geral* (general regime), there are special conditions for top level athletes, Portuguese citizens on an official mission abroad, national or foreign staff in diplomatic mission, permanent staff of the Portuguese Armed Forces and scholarship holders within the framework of cooperation agreements signed by Portugal.

Special Competitions

Besides the general regime and the special conditions there are also special competitions for applicants with certain specific qualifications thus allowing new publics to accede to higher education in a perspective of lifelong learning, namely:

- applicants over 23 years old who have passed a especial exam for assessing their capacity to accede to higher education;
- holders of a specialization technological course.

Admission to higher education institutions is subject to *numerus clausus*

Those who meet the following conditions may apply to the cycle of studies that leads to the *mestre* degree:

- Holders of the *licenciado* degree or legal equivalent;
- Holders of a foreign academic degree conferred following a 1st cycle of studies organized

according to the principles of the Bologna Process by a State that has subscribed this Process;

-Holders of an academic, scientific or professional *curriculum vitae* that is recognized as attesting the capacity to carry out this cycle of studies by the statutorily competent scientific body of the higher education institution to which they wish to be admitted.

Those who meet the following conditions may apply to the cycle of studies that leads to the *doutor* (doctor) degree:

-Holders of the *mestre* (master) degree or legal equivalent;

-Holders of a *licenciado* degree who have a particularly relevant academic or scientific *curriculum vitae* that is recognized as attesting the capacity to carry out this cycle of studies by the statutorily competent scientific body of the higher education institution to which they wish to be admitted.

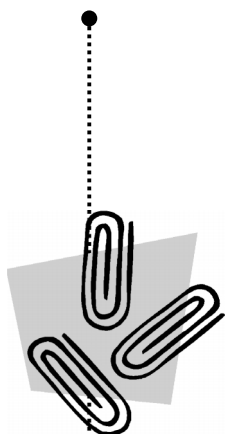
-Holders of an academic, scientific or professional *curriculum vitae* that is recognized as attesting the capacity to carry out this cycle of studies by the statutorily competent scientific body of the higher education institution to which they wish to be admitted.

Classification System

The degrees of *licenciado* and *mestre* shall have a final classification between 10 and 20 on a numerical scale of 0 to 20, as well as its equivalent in the European scale of comparability of classifications.

The academic degree of *doutor* is assigned a final classification pursuant to the regulating standards approved by the university that confers it.

Anexo 5.15



Evolução da Estrutura da Carreira Docente 1989-2010 | Escalões e Índices Remuneratórios

Decreto-Lei n.º 409/89, de 18 de Novembro | Decreto-Lei n.º 312/99, de 10 de Agosto
Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro | Decreto-Lei n.º 270/2009, de 30 de Setembro
Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho



Tabela real para progressão a quem se encontra na Carreira Docente desde 1988:

[illegible]

1989 – Decreto-Lei n.º 409/1989, de 18 de Novembro

1999 – Decreto-Lei n.º 312/1999 de 10 de Agosto

2007 – Decreto-Lei n.º 15/2007, de 19 de Janeiro

2009 – Decreto-Lei n.º 270/09, de 30 de Setembro

2010 – Decreto-Lei n.º 75/2010, de 23 de Junho

- A cor-de-rosa, período sem contagem de tempo de serviço entre 30/08/2005 a 31/12/2007.

- A negrito, datas de transição de escalão com efeitos ao mês seguinte.

– O 1.º escalão de cada ano diz respeito ao índice da pré-carreira, que para todos os efeitos é contabilizado como período desse escalão.

¹ Adaptado de Arlindo Ferreira. Ver o sítio na Net «<http://www.arlindovsky.net/wp-content/uploads/2010/01/quadro-real-rectificado.pdf>» (consultado em Agosto de 2010)

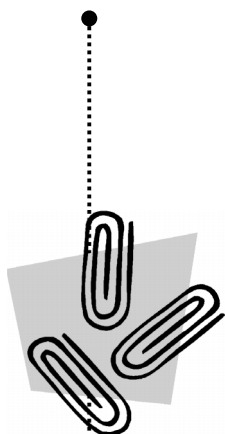
ESTRUTURA DE TRANSIÇÃO DA CARREIRA DOCENTE (DE 1989 A 2010)*

Estrutura da Carreira Docente – Decreto-Lei n.º 409/89												
Escalão	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º		
Índice	80*/100	115	120**/145	160	180	200	210***	240	270	310		
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
** Período probatório dos docentes bachelarais. *** Índices remuneratórios do 7.º escalão – 210, 215, 225, 240*												
Estrutura da Carreira Docente – Decreto-Lei n.º 312/99												
Escalão	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º				
Índice	151	167	188	205	218	245	299	340				
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Estrutura da Carreira Docente – Decreto-Lei n.º 15/2007												
Escalão, Professor	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º		
Índice	167	188	205	218	235	245	299	340	360	370		
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Escalão, Prof. Titular	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º		
Índice	167	188	205	218	235	245	299	340	360	370		
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Estrutura da Carreira Docente – Decreto-Lei n.º 270/2009												
Escalão	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º		
Índice	167	188	205	218	235	245	299	340	360	370		
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Decreto-Lei n.º 75/2010, 23 de Junho												
Escalão	1.º	2.º	3.º	4.º	5.º	6.º	7.º	8.º	9.º	10.º		
Índice	167	188	205	218	235	245	299	340	360	370		
Anos	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12

* Adaptado de <<http://pt.scribd.com/doc/27650047/Transicao-entre-carreiras>> (consultado em Agosto de 2010).

† Para os casos que não se apresentam ao processo de candidatura de acesso ao 8.º escalão, ou que tendo o realizado, não são admitidos nesse escalão.

Anexo 5.16



**“FENPROF dá ‘Não Satisfaz’
ao Ministério da Educação”**

(Jornal Público online, 15.07.2010 - <http://publico.pt/1447314>)



Federação fez avaliação do último ano lectivo

Fenprof dá “não satisfaz” ao Ministério da Educação

15.07.2010 - 20:51 Por Lusa

Votar ★★★★★ | 15 votos ★★★★★

4 de 4 notícias em Educação « anterior

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) avaliou hoje com um “não satisfaz” o trabalho desenvolvido pelo Ministério da Educação durante o último ano lectivo, criticando a equipa de Isabel Alçada por não ter trazido “nada de novo”.



Mário Nogueira não olha para o PSD como uma alternativa (Enric Vives-Rubio (arquivo))

0
Tweet

2
Share

ESTATÍSTICAS

1481 leitores
19 comentários

SIGA-NOS



Twitter Facebook RSS

FUNCIONALIDADES

Diminuir	Aumentar
Comentar	Imprimir
Enviar	Corrigir
Feedback	Partilhar

URL DESTA NOTÍCIA

<http://publico.pt/1447314>

COMENTÁRIO + VOTADO

Não sei

Não sei se repararam que o ME comunicou as percentagens de reprovações e não ...

João de Lima
15.07.2010 21:46

“Se tivéssemos de dar, dentro daquilo que é a avaliação de desempenho dos professores, neste momento, uma menção, daríamos claramente um ‘não satisfaz’”, disse o secretário-geral da estrutura sindical, em conferência de imprensa, no final da reunião de dois dias do conselho nacional da Frenprof.

Nas palavras de Mário Nogueira, “depois de um primeiro momento de alívio”, verificou-se que a actual equipa ministerial “não trouxe nada de novo”. “Limitou-se a prosseguir políticas anteriores e a seguir ordens de cima. Esta equipa não vai ser mais do que uma equipa de secretariado do Conselho de Ministros”, criticou.

Mário Nogueira disse que, no entanto, a Fenprof continuará a trabalhar para corrigir os erros da tutela. “Como este é o primeiro, nós daremos o apoio acrescido ao Ministério da Educação através de propostas que vão precisamente no sentido de inverter este rumo que tem tido a Educação”, acrescentou Mário Nogueira.

O líder da Fenprof destacou que o acordo de princípios assinado em Janeiro entre sindicatos e Governo é “o resultado mais importante da luta de professores”. “Foi a única parte positiva desta legislatura”, sublinhou, justificando que acabou com a divisão da carreira entre professores e professores titulares e permitiu a publicação do novo Estatuto da Carreira Docente (ECD).

Lembrou também que a maioria dos professores foi dispensada da prova de ingresso na profissão: “Ainda não foi revogada, mas vamos continuar a lutar para que assim seja”, garantiu.

Mesmo com a actual equipa do Ministério da Educação a receber avaliação negativa, Mário Nogueira não olha para o Partido Social Democrata (PSD) como uma alternativa.

“Quando alguém diz que há dois aspectos que considera importantes para a Educação, um deles acabar com o ensino gratuito, o outro introduzir na Constituição o tal princípio da liberdade de escolha entre o público e o privado, não nos parece que essa seja a alternativa”, sublinhou.

Mário Nogueira disse que a Fenprof está preocupada com o início do próximo ano lectivo e apresentou a agenda de trabalho da estrutura sindical, que inclui uma acção de rua a 1 de Setembro, para apresentar um “guia de sobrevivência” dos professores contratados.

Por outro lado, tem também programado assinalar o Dia Mundial dos Professores, em Outubro, bem como promover um seminário internacional sobre a escola pública e um plenário nacional de professores.

Corrigir Provedor do Leitor Feedback Diminuir Aumentar

2 blogues ligam para este artigo

Depois De Aliviados...

sexta-feira, 16 de Julho de 2010 A Educação do meu Umbigo

Não satisfaz

quinta-feira, 15 de Julho de 2010 correntes

RELATAR

RELATAR